

HORIZONTES DA
CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO

ORGANIZAÇÃO:

EDGAR BISSET ALVAREZ
ENRIQUE MURIEL-TORRADO
GENILSON GERALDO
EDNA KARINA DA SILVA LIRA
LAURA TUYAMA
RAFAEL ODA



HORIZONTES DA
CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO

PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO DA UFSC

ORGANIZAÇÃO:

EDGAR BISSET ALVAREZ
ENRIQUE MURIEL-TORRADO
GENILSON GERALDO
EDNA KARINA DA SILVA LIRA
LAURA TUYAMA
RAFAEL ODA

FLORIANÓPOLIS, SC
PGCIN-UFSC
2024



PGCIN - UFSC

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) destaca-se como um dos principais centros de excelência na formação de profissionais e pesquisadores na área da Ciência da Informação no Brasil. Fundado em 2003, o programa tem como objetivo promover o avanço do conhecimento científico e tecnológico no campo da informação, capacitando seus alunos para atuarem tanto na academia quanto em organizações públicas e privadas.

ORGANIZAÇÃO

Edgar Bisset Alvarez
Enrique Muriel-Torrado
Genilson Geraldo
Edna Karina da Silva Lira
Laura Tuyama
Rafael Oda

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO EDITORIAL

Genilson Geraldo
Edna Karina da Silva Lira

ARTE DA CAPA

Genilson Geraldo

REVISÃO TEXTUAL

Camila de Azevedo Gibbon
Camila de Cássia Brito
Joel Vasquez
Laurindo Rafael
Patrick Cunha

REVISÃO FINAL

Edgar Bisset Alvarez
Enrique Muriel-Torrado
Laura Tuyama
Rafael Oda

Apoio

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PGCIN)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

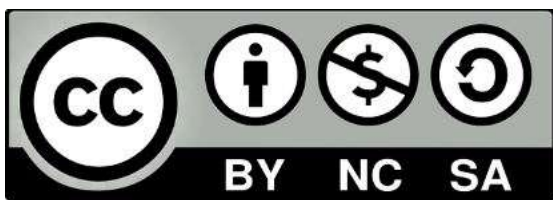
H811 Horizontes da ciência da informação [recurso eletrônico] : pesquisas desenvolvidas pelo programa de pós-graduação em ciência da informação da UFSC / organizador, Edgar Bisset Alvarez ... [et al.]. – Florianópolis : PGCIN/UFSC, 2024.
460 p. : il., gráfs.

E-book (PDF)
ISBN 978-85-8328-287-7

1. Ciência da informação. 2. Pesquisa. 3. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. I. Alvarez, Edgar Bisset.

CDU: 02

ESTA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

Você tem o direito de:

1. **Compartilhar** — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.
2. **Adaptar** — remixar, transformar, e criar a partir do material

O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

DE ACORDO COM OS TERMOS SEGUINTE:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas.

Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante apoia você ou o seu uso.



NãoComercial

Você não pode usar o material para fins comerciais.



COMPARTILHAIGUAL

Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que o original.

Sem restrições adicionais

Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

SUMÁRIO



Sumário interativo - clique no título desejado e o sistema direcionará até a página do estudo desejado.

1. Registros civis no Brasil frente às funções arquivísticas	16
2. Plano de emergência em arquivos: competência profissional do arquivista em Santa Catarina	26
3. Bibliotecas em prisões: apontamentos e reflexões	36
4. Biblioteca pública do povão?: exclusão social da informação nas bibliotecas públicas do estado de Santa Catarina nas representações de seus dirigentes	47
5. Competência do arquivista e atuação multidisciplinar com arquitetos e engenheiros na construção e adaptação de edifícios arquivísticos	64
6. A desinformação sob a perspectiva da verificação de notícias: uma netnografia sobre a comunidade online que comentou nas publicações da Agência Lupa no Twitter durante as eleições brasileiras de 2022	75
7. Análise das políticas de informação das Universidades Federais do Brasil	87
8. Linguagem carcerária e ressignificação de palavras no contexto da representação do conhecimento	98
9. Proposta de um modelo para vigilância tecnológica automatizada de portais web e redes sociais	105
10. A Promoção da Saúde na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e o bibliotecário escolar: uma proposição de parceria	119
11. Arquivos de Direitos Humanos no contexto das Comissões Estaduais da Verdade no Brasil	128
12. Os efeitos da infodemia entre estudantes de cursos pré-vestibulares comunitários da Grande Florianópolis	136
13. Em busca da decolonização epistêmica: uma análise a partir da EDEOC	146
14. A dimensão política da competência em informação de idosos: manifestações identificadas a partir de pesquisa de campo	156

15. A inserção da tecnologia nos currículos dos cursos de formação em Biblioteconomia no Mercosul	166
16. A Extensão Universitária na Ciência da Informação: análise do programa Cibercidadania	183
17. Indicadores de Competência em Informação para pessoas com Fibrose Cística	194
18. Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico amplo brasileiro: o caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais	204
19. A identidade como narrativa: Histórias de contadores de histórias em Santa Catarina	212
20. Diga "xis": o reconhecimento facial identificado na literatura científica em Ciência da Informação	220
21. A gestão de sustentabilidade dos Tribunais Regionais Federais: alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Sustentabilidade Informacional	230
22. Realidade Aumentada Móvel nos Museus: Proposta de Instrumento para Planejamento da Experiência do Usuário	241
23. Sistema de organização do conhecimento para aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): desenvolvimento de taxonomias para instituições hospitalares	257
24. Dados racistas e Inteligência Artificial: um estudo ensaístico	264
25. Propostas para enfrentar e combater a desinformação a partir da literatura científica da Web of Science (WoS)	272
26. Competência do Arquivista para atuar na Inteligência Penal e Socioeducativa	282
27. Repositório Institucional e o ecossistema da Ciência Aberta: mecanismos de funcionamento	292
28. Ambiente de inovação na área de comunicações em missão crítica em um órgão de segurança pública: da proposta aos primeiros passos	301

29. Competência em informação e ansiedade de informação: conexões possíveis	312
30. Bibliotecas e Bibliotecários nos Polos de Apoio Presencial da Educação a Distância	328
31. A construção da proveniência em Arquivologia: uma análise de domínio na literatura científica indexada na Scopus e Web of Science	339
32. Ética em pesquisa com seres humanos : prontuário do paciente como fonte de informação primária	349
33. Método para o gerenciamento de dados de proveniência em sistemas de informação em saúde	360
34. Publicação científica em títulos mainstream: a situação latino-americana	374
35. Informação especializada para o desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil	384
36. Competências do profissional da informação nos arquivos públicos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina	395
37. Identificação e normatização do processo de análise de relatórios de inteligência financeira no âmbito da Polícia Federal	404
38. A concepção dos profissionais da educação e bibliotecários em relação à Lei 12.244 de maio de 2010	413
39. Fluxograma como subsídio à tomada de decisão para sistemas de comunicação em missão crítica: estudo de caso aplicado na segurança pública brasileira	425
40. Interfaces interdisciplinares entre os cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação da Universidade Federal de Santa Catarina	433
41. Análise do uso da informação para tomada de decisão gerencial em gestão de pessoas: estudo em uma instituição bancária	445
Pessoas Organizadoras do e-book	452
Pessoas Revisoras do e-book	456

PREFÁCIO

Somos da área de Ciência da Informação cuja identidade é a informação. Não é fácil explicar para nós mesmos as múltiplas facetas que a informação possui, uma vez que a informação é vista por outras áreas de conhecimento sob outros diferentes aspectos, facetas, características e propriedades como, por exemplo, quando a Química se dedica a investigar informações sobre composições químicas. A esse respeito, Hjørland (2003, p.93) demonstra a diferença entre pesquisadores da área de Astronomia e cientistas da informação com um exemplo esclarecedor: “Cientistas da informação não são especialistas em interpretar informações das estrelas, mas são, para a maioria, especialistas em informação documentada por astrônomos (ou seja, indexação e recuperação de documentos astronômicos.”

Esse exemplo explica que a Ciência da Informação se dedica ao estudo da informação produzida por instituições e sistemas de informação bem como de suas manifestações em diferentes formatos e finalidades realizada pelo ser humano. Compreende-se pelo estudo de Petra (2024) que o leque de temas da área de estudo da Ciência da Informação é amplo e, de modo geral, com interesse em: suas formas e formatos, nas infraestruturas de gestão e intercâmbio de informação em instituições de memória (bibliotecas, arquivos, museus) e de outras organizações sociais, governamentais ou empresariais, além de infraestruturas digitais e de informação pessoal, nas tecnologias que envolvem a informação para desenvolvimento, produção e manutenção em sistemas de informação diversos como sistemas de recuperação da informação, sistemas de gerenciamento de bibliotecas, plataformas de mídias sociais, sistemas de IA e dispositivos. São incluídas as práticas e processos que incluem a organização e descrição da informação, acesso à informação, gestão da informação, visualização, publicação e preservação e além do acesso, visualização e publicação estão as práticas de interação e comportamento da informação que incluem as necessidades de informação, uso da informação, busca de informação e outras interações (Petra, 2024).

É evidente, portanto, que a Ciência da Informação vem ampliando o leque de temas a partir da evolução dos seus paradigmas epistemológicos que abarcam a conceituação, objeto de estudo e abordagem epistemológica. Conforme (Olson; Boll, 2001, Capurro, 2003, Jacob; Shaw, 1998) os paradigmas que influenciaram a evolução da Ciência da Informação até hoje são:

- FÍSICO – os sistemas de recuperação da Informação (SRI) são entendidos como análogos aos sistemas mecânicos;
- COGNITIVO – enfoque na interação do usuário com o sistema;
- SOCIAL OU CONSTRUCIONISTA - o processo de conhecimento individual é socialmente condicionado e, nesse sentido, é preciso ter o estudo do contexto sociocultural do processo de informação (Frohman, 1990; Hjørland, 2002; Albrechtsen, 1993; Talja, 1997)

No paradigma social ou construcionista, o foco muda da perspectiva unicamente individual para contextos socioculturais enfatizando o paradigma epistemológico social ou construcionista em uma abordagem metodológica mais ampla e holística que inclui o estudo da informação, dos sistemas de informação, seus profissionais e usuários.

Hjørland (1997, 118) defende a adoção de um “ponto de vista coletivista metodológico” que incorpore a investigação psicológica do indivíduo dentro de uma perspectiva sociocultural e histórica mais ampla, estabelecendo o interno/individual dentro do externo/ambiente e consequentemente integrando os vários níveis de investigação para alcançar verdadeiros sistemas eficazes de representação e recuperação.

Com a abordagem sociocognitiva, é possível, segundo Hjørland (2002, p. 258) mudar “[...] o foco da Ciência da Informação de indivíduos (ou computadores) para o mundo social, cultural e científico” considerando-se que “[...] as ferramentas, conceitos, significado, estruturas de informação, necessidade de informação e critérios de relevância são moldados em comunidades de discurso.”

A abordagem sociocognitiva, portanto, tem como foco o contexto em que o sujeito realiza uma determinada atividade em perspectiva histórica e cultural, bem como sua cognição em relação ao seu contexto de produção.

A abordagem sociocognitiva, por exemplo, dará evidência não só à tarefa de indexação de assuntos na catalogação de livros por catalogadores, mas privilegiará e entrelaçará as diferentes visões dos usuários do catálogo, alunos, professores, pesquisadores, bibliotecários de referência e dirigentes de bibliotecas que fazem parte do contexto sociocognitivo dos catalogadores pois são usuários dos resultados da tarefa que realizam. Além disso, envolverá o contexto físico de produção, suporte e manutenção da informação.

É nesse sentido que precisamos analisar as produções científicas e técnicas de pesquisadores em Ciência da Informação e não é pouco considerar que esse cenário de investigações avança com importantes métodos e fundamentos teóricos disciplinares e interdisciplinares além de aplicações da tecnologia, continuamente avaliados. É disso que se trata o campo científico da Ciência da Informação, principalmente, se o consideramos a partir da perspectiva dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Pesquisas em Ciência da Informação nos levam a considerar não somente a informação como manifestação isolada, mas todo o conjunto de características, aspectos, materialidade, contextos de produção, suporte e uso, além das repercussões. É justamente essa perspectiva do contexto que qualifica a Ciência da Informação e suas pesquisas.

Neste livro, é possível observar que o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC) dedica-se ao desenvolvimento de pesquisas que cobrem amplitude diversificada de temas no âmbito da Ciência da Informação, em especial na abordagem sociocognitiva e construcionista a que vamos nos debruçar agora. Para a análise de temas e contextos idealizamos uma proposta empírica de procedimentos que consistiu em análise de assunto das sinopses de cada capítulo para identificação dos conceitos e extração dos termos significativos para representação do tema e do contexto. Na sequência utilizamos como parâmetro empírico para classificação dos temas a divisão de temas proposta por Petra (2024) acompanhado do termo representativo do contexto considerando-o sob o aspecto de ambiência.

Os 41 textos que compõem essa publicação em formato livro estão, classificados em todos os temas com exceção apenas do tema “Formas e formatos” e mais concentrados em “Práticas e processos que incluem a organização e descrição da informação, acesso à informação, gestão da informação, visualização, publicação e preservação” (8) e “Práticas de interação e comportamento da informação que incluem as necessidades de informação, uso da informação, busca de informação e outras interações” (18). Esse último tema revela um envolvimento das pesquisas em aspectos relacionados aos profissionais da informação, sua formação e atuação, assim como a interação com os diferentes usuários da informação em diferentes contextos de uso da informação. Pela análise dos contextos considera-se que existe nas pesquisas inserção social, econômica e política com clara evidência de impacto na realidade regional, nacional e internacional.

Portanto, as pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação demonstram aderência à abordagem sociocognitiva com influência do paradigma social ou socioconstrucionista por estarem moldadas em comunidades de discurso e ter impacto social que se aliam ao desempenho das linhas de pesquisa a que estão vinculadas.



Mariângela Spotti Lopes Fujita

Coordenadora Adjunta da Área de Comunicação e Informação na CAPES para avaliação de Programas de Pós-Graduação no Brasil

E-mail: mariangela.fujita@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8389-1176>

Natural de São José do Rio Preto, SP, é filha de Aristides Lopes e Cleide Maria José Spotti Lopes. Formou-se em Biblioteconomia pela Fundação Municipal de São Carlos (1975-1977) e especializou-se em Documentação Científica pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia da UFRJ (1978). Em 1978, foi aprovada em concurso público e começou a trabalhar como bibliotecária na Biblioteca Central da Unesp, Campus de Marília. Casou-se com o Dr. Celso Siguelo Fujita em 1982 e teve três filhas.

Iniciou sua carreira acadêmica em 1979 como Professora Auxiliar de Ensino no curso de Biblioteconomia da Unesp. Tornou-se mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo em 1986 e doutora em 1992. Em 2003, obteve o título de Livre Docente em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas e, em 2010, tornou-se Professora Titular da UNESP.

Contribuiu significativamente para a criação do Departamento de Ciência da Informação, do Curso de Arquivologia, e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na UNESP. Atuou em diversas comissões e órgãos colegiados superiores na UNESP entre 1995 e 2016. Foi Coordenadora Geral de Bibliotecas (1999-2005), Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências (2008-2012), Pró-Reitora de Extensão Universitária (2013-2017), e Assessora e Presidente do Comitê de área de Comunicação, Artes e Ciência da Informação do CNPq.

Implementou o Escritório de Pesquisa (1996), o Laboratório Editorial (2009), e o Instituto de Políticas Públicas de Marília (2010). Atualmente, é Coordenadora Adjunta da Área de Comunicação e Informação na CAPES, Presidente da Comissão Permanente de Publicações e do Conselho de Editores de Periódicos Científicos da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp. Atua como parecerista ad hoc e revisora em comitês científicos de eventos e periódicos em Ciência da Informação no Brasil e no exterior.

Seu maior legado é a formação de pesquisadores em Ciência da Informação no Brasil, atuantes em diversas instituições de ensino, pesquisa, bibliotecas, arquivos e museus.

REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. **The Indexer**, London, v.18, n.4, p. 219-224, oct. 1993. [10.3828/indexer.1993.18.4.3](https://doi.org/10.3828/indexer.1993.18.4.3)

FROHMAN, B. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, Bradford, West Yorkshire v.46, n.2, p.81-101, 1990. <https://doi.org/10.1108/eb026855>

HJØRLAND, B. **Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to information science**. Westport: Greenwood Press, 1997. 213p.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 4, p. 257-70, 2002. <https://doi.org/10.1002/asi.10042>

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p.87-111, 2003

JACOB, E. K.; SHAW, D. Socio-cognitive perspectives on representation. In: WILLIAMS, M. E. (Ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**. Medford, NJ: Information Today for American Society for Information Science, v.33, p.131-185, 1998.

PETRAS, V. The identity of information science. **Journal of Documentation**, Bradford, West Yorkshire, v. 80, n.3, pp. 579-596, 2024. <https://doi.org/10.1108/JD-04-2023-0074>

TALJA, S. Constituting “information” and “user” as research objects. A theory of knowledge formation as an alternative to the information man-theory. In: VAKKARI, P., SAVOLAINEN, R., DERVIN, B. (Eds.) **Information seeking in context**. London: Taylor Graham, 1997. p.67-80. Disponível em: <http://www.uta.fi/~lisaka/ConstituingFTP.htm>

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN – UFSC), desde seus inícios tem trabalhado pela formação de profissionais altamente qualificados e capazes de pesquisar os aspectos teóricos, metodológicos e práticos relativos à produção, comunicação e representação do conhecimento e da informação, assim como, investigar os processos, ambientes, serviços, produtos e sistemas de gestão da informação e do conhecimento. Esses pesquisadores têm presença marcada em universidades, instituições culturais, empresas, órgãos governamentais e organizações não governamentais, contribuindo com sua expertise para a melhoria dos serviços prestados para a população.

As pesquisas científicas lideradas pelos estudantes e professores do PGCIN tem contribuído para o avanço e desenvolvimento da Ciência da Informação, enquanto área de conhecimento. As investigações conduzidas no contexto do PGCIN – UFSC, exploram questões relevantes, identificam lacunas e propõem soluções inovadoras, fato que tem beneficiado a comunidade acadêmica, mas também tem impacto direto na sociedade em geral.

Muitas pesquisas no campo da Ciência da Informação estão relacionadas à gestão da informação, organização de dados, arquivologia, biblioteconomia e à tecnologia da informação. Os resultados dessas pesquisas podem levar a melhorias em bibliotecas, arquivos, sistemas de informação e serviços de documentação, processos informacionais em instituições públicas e privadas. As pesquisas realizadas no PGCIN frequentemente exploram novas tecnologias, como sistemas de recuperação de informação, preservação digital, análise de dados e inteligência artificial aplicada à gestão da informação.

Além das dissertações e teses, o PGCIN – UFSC, também promove eventos acadêmicos, como congressos e seminários. Esses espaços permitem que os pesquisadores compartilhem seus resultados com a comunidade científica e a sociedade em geral. Por exemplo, o recente I Seminário de Egressos do PGCIN teve como objetivo destacar as pesquisas desenvolvidas pelos egressos do programa.

Os 41 capítulos que compõem esta obra, fazem parte da iniciativa do programa de aproximar da sociedade, os resultados das pesquisas desenvolvidas pelos seus discentes formados. Assim, temos um livro construído a muitas mãos, que compila pesquisas realizadas por estudantes e professores do PGCIN – UFSC, sendo uma forma prática de consolidar o conhecimento produzido na área. Ele reuniria diferentes perspectivas, metodologias e resultados, oferecendo uma visão abrangente das contribuições acadêmicas nesse campo.

Ao publicar pesquisas em formato de livro, o PGCIN – UFSC, ampliaria o alcance das mesmas, tornando os resultados apresentados acessíveis a um público mais amplo, incluindo outros pesquisadores, profissionais da área e estudantes interessados, contribuindo assim para a democratização do conhecimento e o acesso da sociedade à ciência.

A publicação desse livro é uma forma de reconhecer e valorizar o trabalho dos pesquisadores em Ciência da Informação formados no PGCIN – UFSC, assim como o reconhecimento do programa como curso de excelência em Ciência da Informação.



Edgar Bisset Alvarez

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN-UFSC)

E-mail: edgar.bisset@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5388-5944>

CAPÍTULO 1

REGISTROS CIVIS NO BRASIL FRENTE ÀS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Camila Schwinden Lehmkuhl
Eva Cristina Leite da Silva



Registros civis no Brasil frente às funções arquivísticas

Camila Schwinden Lehmkuhl
Eva Cristina Leite da Silva

Resumo:

Utilizado para distintas finalidades por diferentes entes, os registros civis constituem relevante conjunto documental para o país e sua população. Esse conjunto necessita, como todos os arquivos, de aplicação de metodologias arquivísticas. As funções arquivísticas têm dado conta de parte dessas metodologias. Com o avanço da Tecnologia da Informação e de diálogos assistidos entre a Arquivologia e áreas do conhecimento correlatas, novos desafios são cotidianamente apresentados à área, desde a criação, o tratamento e o acesso ao acervo. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar os documentos/arquivos de registro civil no Brasil sob a ótica das funções arquivísticas e a partir das reflexões, propor orientações para o tratamento dos registros civis no Brasil. Quanto aos objetivos específicos, busca-se a) reler as funções arquivísticas a partir das literaturas brasileira e estrangeira e dos diálogos assistidos entre a Arquivologia e outras áreas do conhecimento correlatas eleitas para a presente tese; b) discutir aplicações das funções arquivísticas nos arquivos de registros civis no Brasil; e c) sistematizar orientações para o tratamento de arquivos de registro civil no Brasil frente às funções arquivísticas. Para alcançá-los, foram adotadas como metodologia a pesquisa documental, quando trata das normativas que regem os registros civis e que possuem relação com a aplicação das funções arquivísticas no Brasil; e a pesquisa bibliográfica, que foi realizada em periódicos da área para embasar a revisão das funções arquivísticas e seu emprego nos registros civis. Como resultados, foi possível identificar que o conjunto documental “registro civil das pessoas naturais” possui especificidades latentes que vão desde a instituição e as normativas que o geram até seu acesso. Essas especificidades resultaram em distintas reflexões e deram origem a orientações aos registros civis sobre a aplicação das funções arquivísticas no acervo, a partir da simulação de um registro de óbito. Por fim, considera-se que há distintos aspectos arquivísticos que devem ser revistos nos registros civis para que seja possível a criação de uma política de gestão e preservação desse acervo, vital à sociedade brasileira.

Palavras-chave: registro civil; funções arquivísticas; arquivologia.

I INTRODUÇÃO

A Arquivologia tem assistido nas últimas décadas a alterações em seu corpus teórico e prático. A tecnologia, como um dos motivos, tem influenciado a forma como são produzidos e armazenados os documentos de arquivos. Para além disso, novos diálogos têm sido estreitados com distintas áreas do conhecimento, aqui elencadas a Ciência da Informação, a Organização do Conhecimento e da Informação e a Tecnologia da Informação. Temas trabalhados por essas áreas como repositórios digitais, indexação e representação do conhecimento e da informação têm sido discutidos no âmbito da Arquivologia.

Em um arquivo, dentre as várias atividades realizadas, grande parte está contemplada nas funções arquivísticas, assim denominadas por seus principais propagadores Rousseau e Couture (1998). Marques (2016) considera que as funções arquivísticas são procedimentos metodológicos próprios da Arquivologia, cujo objeto de estudo é a informação orgânica arquivística, tornando-a uma área independente. Couture (2016) considera que os princípios arquivísticos são a espinha dorsal da área, por sua vez, as funções arquivísticas constituem sua musculatura.

As funções arquivísticas abrangem desde o processo de criação dos documentos até seu acesso e difusão. Essas funções têm sido base para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, bem como para a prática do profissional arquivista. No Brasil, Santos (2007) escreve a respeito trazendo uma visão própria sobre as funções. Em 2003, Couture et al. revisitaram-nas, trazendo novas abordagens, conceitos e aproximações com a Ciência da Informação e a Organização do Conhecimento e da Informação.

Tendo em vista os autores citados que fomentam teoricamente as funções arquivísticas, o volume de produções científicas que utilizam as funções arquivísticas como fundamentação teórica no Brasil e a ampliação do corpus arquivístico nas últimas décadas, ocasionado principalmente pelos diálogos com outras áreas do conhecimento, optou-se por fazer uma releitura das funções arquivísticas. A releitura será utilizada também para fins metodológicos, descrevendo como se dá a aplicação de cada uma dessas funções no âmbito dos registros civis brasileiros.

Os registros civis se constituem elemento fundamental de uma sociedade democrática, fontes de informação probatória tanto para o cidadão quanto para o Estado. Contemporaneamente, toda criança, ao nascer, tem o direito de ser registrada.

Esse registro gera a certidão de nascimento do cidadão, promovendo seus primeiros direitos civis e conseqüentemente a emissão de documentos oficiais: carteira de identidade, cadastro de pessoa física, carteira de trabalho, dentre outros. Ao longo de sua vida civil, o cidadão poderá acumular ainda outros registros civis, como casamento e óbito, que terão também funções probatórias perante o Estado e a sociedade.

Para o Estado, os registros civis fomentam também dados estatísticos diversos e constituem-se documentos probatórios a respeito de sua população, como quantidade de nascimentos no país, população, casamentos, divórcios, alterações de sexo, falecimentos, causas desses falecimentos etc. Ademais, o governo utiliza essas informações em outros órgãos, além do estatístico, como o Tribunal Eleitoral, que tem acesso aos registros de óbito, podendo encerrar títulos de eleitores falecidos; o Instituto de Previdência Social, que cessa os benefícios findados com o falecimento do beneficiário; o Ministério da Saúde, que identifica a causa das mortes, dentre diversos outros usos.

Obrigatórios desde 1888 no Brasil, os arquivos de registros civis constituem-se fonte de informação para o presente e para a história do país, de famílias, de pessoas, da saúde, das profissões. Com mais de cem anos de produção documental, tem-se como pressuposto que esses arquivos são parte do patrimônio documental brasileiro e, por isso, medidas de preservação e acesso, principalmente, devem ser adotadas para que esses registros estejam disponíveis “perpetuamente”.

A justificativa da pesquisa vai além desses usos dos registros civis pela sociedade, pela questão social e pelo governo, esses registros são documentos probatórios e fontes de informação diversa. Há também uma justificativa pessoal fomentada pelo contato, desde muito nova, com o conjunto documental “registro civil das pessoas naturais”. Ele envolve um trabalho, muitas vezes, investigativo de “caça ao registro” nas buscas solicitadas pelos usuários que permeia uma análise contextual, desde datas de criação de municípios, ano do nascimento e do registro (podem ter sido feitos “fora de época”), religião, até o local de residência das famílias na época do registro (o endereço do cartório pode ter sofrido alteração, mudando também o local em que eram realizados os registros). Enfim, esse é um tema apaixonante e carregado de sentimentos afetivos.

Levando em consideração o que foi brevemente exposto, o problema de pesquisa considera a seguinte questão: De acordo com as funções arquivísticas, como estão sendo tratados os arquivos de registro civil no Brasil? Que orientações podem ser dadas a partir do que foi identificado?

Como objetivo geral, busca-se analisar os documentos/arquivos de registro civil no Brasil sob a ótica das funções arquivísticas e a partir das reflexões, propor orientações para o tratamento dos registros civis no Brasil.

E, como objetivos específicos, procura-se

a) reler as funções arquivísticas a partir das literaturas brasileira e estrangeiras e dos diálogos assistidos entre a Arquivologia e outras áreas do conhecimento correlatas eleitas para a presente tese;

b) discutir aplicações das funções arquivísticas nos arquivos de registros civis no Brasil; e

c) sistematizar orientações para o tratamento de arquivos de registro civil no Brasil frente às funções arquivísticas.

O texto completo da referida pesquisa de tese se subdivide em: aspectos relacionados à Arquivologia, seu histórico e abordagens teóricas; diálogos assistidos entre a Arquivologia e áreas correlatas; as funções arquivísticas e sua revisão; a metodologia adotada para a coleta de dados da pesquisa sobre registros civis; os registros civis, seu histórico, constituição no Brasil, legislações que fundamentam essa atividade e seus arquivos; a aplicação das funções arquivísticas nos arquivos de registro civil; apresentação, em linhas gerais, de orientações sobre a aplicação das funções arquivísticas nos registros civis; por fim, são apresentadas as considerações finais das análises feitas durante o percurso da pesquisa.

2 METODOLOGIA

Como metodologia, a pesquisa possui abordagem qualitativa, do tipo descritiva e de natureza aplicada. Como método de coleta de dados foram adotadas a pesquisa bibliográfica e a documental.

A pesquisa bibliográfica sobre os registros civis e as funções arquivísticas foi realizada nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação; Scopus; e bases de dados integradas (Web of Science Core Collection, Derwent Innovations Index, Korean Journal Database, Russian Science Citation Index e SciELO Citation Index). Os resultados de ambas pesquisas trazem ineditismo para a tese; serviram como base para a releitura das funções arquivísticas e análise destas perante os registros civis; mas, também demonstraram que a temática “registros civis” é ainda pouco explorada pela área.

Quanto à pesquisa documental sobre as normativas que regem o registro civil no Brasil, foi realizada no “Portal da Legislação” e no portal do CNJ por “Atos Normativos”.

No Portal da Legislação, 29 normativas foram recuperadas, destas foram selecionadas oito normativas para a pesquisa, grande parte das publicações recuperadas é nova redação ou alteração das duas leis que regem o registro civil no Brasil (a Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e a Lei n.º 8.935, de 18 de novembro de 1994).

A pesquisa no site do Conselho Nacional de Justiça recuperou 42 resultados, dos quais 12 normativas fizeram parte da pesquisa. Destas, a maior parte são de publicações do ano de 2019 e 2020, principalmente relacionadas ao período de pandemia por Coronavírus.

Todo o material recuperado nas pesquisas bibliográfica e documental serviu de base para construção da análise dos registros civis perante as funções arquivísticas.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa apresentam a análise dos registros civis com base na releitura feita sobre as funções arquivísticas.

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 265), as sete funções são: “criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão de arquivos”. Após a releitura feita na referida tese, há um alargamento das funções arquivísticas, que se tornam oito e mais abrangentes. Conforme imagem abaixo:

Figura 1 – Releitura das funções arquivísticas



Fonte: Elaborada pela autora (2021), baseada em Rousseau e Couture (1998), Santos (2007), Couture e Ducharme (1998/1999, 2005) e Couture *et al.* (2003).

Nos resultados da pesquisa, para cada função são apresentadas as possibilidades de leitura e aplicação nos registros civis das pessoas naturais. Alguns desses pontos analisados serão aqui mencionados.

O Plano de Classificação para documentos de registro civil necessariamente precisa ser criado e disseminado, ou ser publicizado, caso haja um plano construído.

A Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos precisa ser revista e atualizada, pois em alguns momentos apresenta termos ambíguos que, em uma tabela de temporalidade, representam fragilidade.

Quanto ao processo de eliminação dos documentos de registro civil, bastante simples inclusive, de acordo com o Provimento n.º 50, de 28 de setembro de 2015, deve-se comunicar ao juízo competente a cada seis meses o que foi eliminado. Como são considerados documentos públicos, é importante também que respeitem as normativas para a eliminação dos documentos públicos. Hoje, a forma como é feita a eliminação de documentos de registro civil não está de acordo com as normas técnicas para tal, ferindo de forma hostil essa parcela significativa do patrimônio documental brasileiro.

Também são necessárias a revisão e a atualização da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para que se adapte aos processos eletrônicos e digitais. Por exemplo, o instrumento de pesquisa índice, exigido pela Lei, ainda considera somente o documento físico e a adoção do sistema de fichas.

Não há parâmetros preestabelecidos especificamente para os registros civis no que diz respeito à digitalização e à microfilmagem. O Manual de Preservação, publicado no âmbito do e-FOLIVM em 2011, poderia ter nova edição, trazendo também recomendações para os arquivos digitais/digitalizados e baseando-se em normativas criadas ou adaptadas às existentes.

O Provimento n.º 74, de 31 de julho de 2018, exige que haja assessoria em TI em todos os cartórios brasileiros, mas não exige o apoio de um arquivista, o que é crucial para o tratamento dos documentos digitais, digitalizados e em suporte papel, desde sua gestão até sua preservação e acesso. O arquivista é um gestor/coordenador que dará as diretrizes para o planejamento, o tratamento, a preservação e o acesso aos documentos de registro civil. Ele é plurivalente, conhece cada documento produzido, seu contexto, estrutura e tratamento necessário, seja relacionado à atividade-fim ou à atividade-meio da instituição, fatos que tornam vital a presença de um arquivista dentro de um arquivo cartorial.

A simulação com registro de óbito demonstrou uma possibilidade de aplicação das funções arquivísticas desde a criação, ao tratamento, preservação e acesso de tal registro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi demonstrado na tese, a pesquisa em tela atinge o seu objetivo geral de analisar os arquivos de registro civil no Brasil frente às funções arquivísticas que foram revisitadas.

Quanto aos objetivos específicos, o objetivo “a”, que buscava ler as funções arquivísticas a partir das literaturas brasileira e estrangeira e dos diálogos entre a Arquivologia e outras áreas do conhecimento correlatas, foi alcançado a partir do referencial teórico apresentado no texto completo. Como resultado desse objetivo, foram apresentadas as funções arquivísticas revisitadas.

O objetivo “b” era discutir a aplicação das funções arquivísticas nos arquivos de registros civis no Brasil. Ele foi atingido a partir de análise específica de cada uma das funções postas no contexto dos registros civis brasileiros.

Quanto ao objetivo “c”, sistematizar orientações para o tratamento arquivístico em registro civil no Brasil frente às funções arquivísticas, foi sugerida, a partir de um caso prático, a criação do registro de óbito no Brasil sob o viés da Arquivologia. Além de demonstrar como poderia se dar a produção do documento de registro civil considerando todos os instrumentos de gestão e preservação documental explorados pela área, foi também apresentada a ideia do registro civil digital, assim como outros países já fazem.

Toda a preocupação da pesquisa traz intrinsecamente o valor desses registros, não só para a atualidade e o dia-a-dia do cidadão, que, por vezes, precisa comprovar fatos da sua vida civil, mas para as métricas governamentais, visto que esses registros centenários compõem memórias e histórias de indivíduos ou coletividades, de municípios, estados e países, como o Brasil, o que expõe a necessidade de tratamento e salvaguarda desse conjunto documental de valor incalculável.

O que se esperou com essa tese é que suscite novas pesquisas para a Arquivologia, tanto no que diz respeito às funções arquivísticas e aos diálogos com outras áreas quanto aos arquivos de registro civil, jamais deixando de lado a presença do arquivista em todo o processo de tratamento dos arquivos.

E que assim, demonstrando sua apoteose, o arquivista possa, em conjunto com a sociedade, assumir essa importante responsabilidade em prol da organização, da preservação e do acesso ao patrimônio nacional como um dos possíveis instrumentos de luta pela cidadania, pela identidade e por uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.º 8.935, de 18 de novembro de 1994.** Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos Cartórios). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, pt. 1, Brasília, DF, v. 132, n. 219, p. 21, nov. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8935.htm. Acesso em: 19 dez. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. (Lei do Registro Civil). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015consolidado.htm. Acesso em: 3 jan. 2021.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel. La recherche en archivistique: un état de la question. **Archives**, v. 30, n. 3/4, 1998/1999.

COUTURE et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine.** Sainte-Foy (Québec), Canadá: Presses de L'Université du Québec, 2003.

COUTURE, Carol. La discipline archivistique au Canada: état de développement et perspectives d'avenir. **In Situ, Revu des Patrimoines**, Canadá, v. 30, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/insitu/13669#quotation>. Acesso em: 8 mai. 2024.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas? **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 26, n. 3, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92584>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística:** glossário. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto C.; SOUSA, Renato T. B. de (org.). **Arquivística: temas contemporâneos.** Brasília, DF: Senac, 2007. p. 175-223.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Camila Schwinden Lehmkuhl

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: camila.lehmkuhl@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8389-1176>

Doutora, mestre em Ciência da Informação e arquivista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente nos cursos de Graduação do Departamento de Ciência da Informação, no Centro de Ciências da Educação - CED, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.



Eva Cristina Leite da Silva

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: eva.cristina@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4579-1064>

Professora Associada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Ciências da Educação, Departamento de Ciência da Informação. Atua no curso de graduação em Arquivologia e nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PGCIN. É líder do grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental - KOD, CNPq/UFSC. Possui Doutorado e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 2

PLANO DE EMERGÊNCIA EM ARQUIVOS: COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA EM SANTA CATARINA

Carlos Alberto Rodrigues
Eliana Maria dos Santos Bahia



Plano de emergência em arquivos: competência profissional do arquivista em Santa Catarina

Carlos Alberto Rodrigues
Eliana Maria dos Santos Bahia

Resumo:

Apresenta pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina que identifica competência profissional do arquivista na gestão de emergência em arquivos localizados em Santa Catarina. Estudo teórico-aplicado, quali-quantitativo, exploratório, bibliográfico, documental e de campo. Emprega para coleta de dados: revisão sistemática e literatura; bibliometria; formulário aplicado em 16 arquivos catarinenses. Os resultados apontam a gestão de emergência em arquivos como desafio e oportunidade do mercado de trabalho catarinense. Verifica-se presença de variados riscos de desastres nos arquivos catarinenses, nenhuma instituição pesquisada possui plano de emergência, mas todas desejam implementar a médio prazo, para tanto, 56,25% delas manifestam necessidade de apoio de equipe externa. Sintetiza-se um perfil de competência empreendedor, sustentado em conhecimentos de preservação, na proteção do patrimônio cultural, na visão ampliada de gestão e na habilidade para construir parcerias voltadas à gestão de emergências no arquivo.

Palavras-chave: patrimônio cultural; desastres; plano de emergência; arquivista; competência profissional.

I INTRODUÇÃO

Parcela relevante do patrimônio cultural das nações, os documentos de arquivo se encontram em permanente risco pela ocorrência de desastres, eventos que ao longo da história humana têm afligido edificações que são ou abrigam patrimônio cultural da humanidade.

Desastres são eventos intempestivos, temporários e destrutivos em arquivos, que podem decorrer de ação da natureza (terremotos, vendavais, etc), ação/omissão humana (rompimento de tubulações de água e esgoto, incêndio, vandalismo, etc) e/ou da proximidade do edifício de arquivo com instalações de risco: industriais, militares, tráfego aéreo, conflito político ou civil, dentre outros (International Council on Archives, 1997; Mcilwaine, 2006).

Sobre o tema, organismos internacionais como o International Council on Archives (ICA) e a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e nacionais como o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), preconizam a gestão de emergência em arquivos para prevenir, proteger, responder e recuperar-se de desastres.

Nessa linha, a planificação emergências em arquivo se vincula à boa prática arquivística pois possibilita preservação do patrimônio cultural mantido nos arquivos e faz emergir a seguinte pergunta: que competência o arquivista necessita desenvolver para atuar na gestão de emergências em arquivos?

Inclinado a contribuir para o deslinde desta questão no que diz respeito a parcela de arquivos localizados no estado de Santa Catarina, o presente estudo tem como objetivo geral: identificar a competência profissional do arquivista na elaboração e gestão de planos de emergência em arquivos no estado de Santa Catarina.

De modo específico busca: analisar publicações científicas relacionadas a planos de emergência em arquivos e competência profissional do arquivista no período de 2014 a 2020; investigar a gestão de emergências em arquivos catarinenses registrados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); identificar o perfil de competência profissional do arquivista para atuar em plano de emergência de arquivos em Santa Catarina.

2 METODOLOGIA

A exploração da temática de pesquisa se direcionou por meio de olhar teórico e olhar aplicado. Sob o ponto de vista teórico, empregou Revisão Sistemática de Literatura (RSL), Estudos Métricos da Informação (EMI) e busca direcionada da bibliografia, bem como busca de documentos produzidos por instituições governamentais acerca das temáticas: plano de emergência em arquivo e competência profissional do arquivista.

A RSL se baseou no fluxograma da recomendação Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), composta pelas etapas: formulação da pergunta de pesquisa, seleção das bases de dados, definição de palavras-chave, estabelecimento da estratégia de busca, definição de critérios de seleção aplicados aos relatos recuperados, condução da busca às bases de dados selecionadas, aplicação dos critérios de inclusão e exclusão nos relatos recuperados, análise e síntese dos relatos incluídos, conclusão das evidências encontradas. As bases de dados selecionadas para a RSL foram Scopus e Web of Science, pois indexam artigos de variados campos de conhecimento; Library & Information Science Abstracts (LISA) e Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA), pois indexam artigos no campo da CI; ProQuest Dissertation & Theses Global, pois indexa teses e dissertações com escopo internacional.

Foram estabelecidos dois protocolos de revisão a partir das seguintes questões: A) Quais são as evidências na bibliografia sobre plano de emergência em arquivo no período de 2014 a 2020? B) Quais são as evidências na bibliografia sobre competência profissional do arquivista no período de 2014 a 2020?

Na execução do protocolo de RSL A, foram recuperados 66 relatos. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão restaram 5 relatos. Para o protocolo de RSL B, foram recuperados 44 relatos. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão restaram 3 relatos.

Em seguida, dados de autoria, periódico publicado e palavras-chave dos relatos recuperados na RSL foram empregados no EMI, pautado na técnica estatística de bibliometria. Foram aplicadas 3 leis bibliométricas: Lotka ou Lei do Quadrado Inverso para identificar os autores mais produtivos; Bradford ou Lei de Dispersão para detectar os periódicos científicos que mais publicaram; Zipf ou Lei do Mínimo Esforço, utilizada para identificar as palavras-chave mais frequentes.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

O conjunto de artigos selecionados na aplicação do protocolo A da RSL indica a existência de ampla bibliografia internacional sobre gestão de emergências em arquivos e bibliotecas, mas estes estudos não registram a realidade de arquivos e arquivistas brasileiros. O Quadro 1, a seguir, apresenta relatos selecionados no protocolo A.

Quadro 1 – Artigos selecionados, protocolo de RSL A.

Título	Detalhes da publicação
Developing sustainable planning for heritage conservation in the tropics: a gis-based risk and vulnerability assessment profile for historic archives in Puerto Rico	VEGA, J.L., DÍAZ, D. WIT Transactions on Ecology and the Environment, Ashurst, v. 217, p. 613-623, 2018.
Disaster Preparedness and Management at the National Archives and the National Library of Namibia	NYANGA, E.; NENGOMASHA, C. T.; BEUKES-AMISS, C. M. African Journal of Library Archives and Information Science, Ibadan, v. 28, n. 1, p. 77-91, 2018.
Endangers culture heritage A survey of disaster management planning in Middle East libraries and archives	MOUSTAFA, L. H. Library Management, Bingley, v. 36, n. 6/7, p. 476-494, 2015.
Impact of disaster on access to records of National Archives of South East, Nigeria	ONYENEKE, C. O. Collection Building , Bradford, v. 36, 2 ed., p. 63-68, 2017.
Recordkeeping and disaster management in public sector institutions in Ghana	ASAMOAH, C. AKUSSAH, H. ADAMS, M. Records Management Journal, Bradford, v. 28, 3. ed., p. 218-233, 2018.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O conjunto de artigos selecionados pelo protocolo B ao final da RSL sinaliza que o mercado de trabalho necessita de arquivistas alinhados às demandas da sociedade contemporânea e do mercado de trabalho desde sua formação e em constante desenvolvimento de suas competências profissionais. O Quadro 2, a seguir, apresenta relatos selecionados no protocolo B.

Quadro 2 – Artigos selecionados, protocolo de RSL B.

Título	Detalhes da publicação
Archivists and documentarians entrepreneurs: the cases of Spain and Brazil	BAHIA, E. M. S. MOREIRO-GONZÁLES, J.A. Informação e Sociedade, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 121-138, 2014.
Development of skills in undergraduate: a case study of graduates in Archival Studies of Federal University of Paraíba	SILVA, A. K. A. SILVA, M. Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 10, n. 1, p. 86-109, 2017.
El mercado laboral para el profesional de la información: un acercamiento a partir de la voz de sus actores en Cuba	SANTOS, M. L. RIVERA, Z. MEDEROS, K. D. CAPOTE, T.G. Anales de Investigación, Havana, v.14, 1 ed., p. 11-33, 2018.

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Na bibliometria, em relação a autoria identifica-se inexistência de grandes expoentes das temáticas pesquisadas. Os autores mais produtivos do período analisado (2014 a 2020) são: Dorothea Salo, Parul Zaveri, Kalpana Shankar, Musah Adams, Mei Zhang, José Antonio Moreiro-González, Laura Saunders.

Em relação aos periódicos, os índices sugerem pulverização das publicações relacionadas à temática da pesquisa. Para plano de emergência em arquivos, 3 periódicos são responsáveis por 22,73% do total de publicações: Walden University; Library Philosophy and Practice, Library Resources & Technical Services. Para competência profissional do arquivista, 3 periódicos são responsáveis por 20,45% do total de publicações: Education for Information; Informação & Sociedade; Library Philosophy and Practice.

Corroborando a interdisciplinaridade da temática e relevância de abordagens locais, registrou-se diversidade e baixa frequência das palavras-chave, sendo que as palavras-chave indicadas com maior frequência formam: Disaster Management (presente em 6 estudos); Emergency preparedness (empregada em 4 estudos); Academic libraries (utilizada em 3 estudos); Archives (presente em 5 estudos).

Em relação aos dados levantados pelo formulário de pesquisa online, estes reportaram dados a respeito: dos arquivos e documentos que armazenam; da edificação em que o arquivo está instalado e riscos de sua estrutura; da ocorrência de situações de emergência no arquivo; da gestão de emergências no arquivo; da existência de plano de emergência; da importância atribuída à gestão de emergência em arquivos.

Os dados indicam instituições que armazenam diversos gêneros documentais, sob condições deficitárias de controles climáticos (56,25% sem controle de umidade, 68,75% sem controle de temperatura e 100% sem controle de contaminação do ar). Em 69% dos arquivos não existem normas estabelecidas para serviços de manutenção não rotineiros. A maior parte (69%) não possui ou não sabe se possui documentos básicos de regularização da edificação junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Os arquivos se encontram instalados em edifícios próprios, cedidos ou alugados, sendo que 43,75% dos prédios ocupados possuem mais de 40 anos. Dentre o total de prédios ocupados, 81,25% apresentam fatores de risco em sua estrutura, com destaque para telhado e instalações de água.

A falta de recursos para manutenção dos prédios é realidade em 56% das instituições. Enquanto 75% dos prédios dispõe de vários tipos de sistemas de proteção contra incêndio, o restante possui somente extintores de incêndio e há o caso de um prédio que não possui nem mesmo extintores.

Em 43,75% dos arquivos existe histórico de ocorrência de sinistros/acidentes, sendo a chuva o agente mais frequente (31,25%). Prevalece a falta de orçamento para gestão de emergências em 94% dos arquivos e falta de materiais para proteger os documentos em caso de emergência é realidade em 50% das instituições.

Nenhuma instituição conta com plano de emergência. Razões apontadas para sua inexistência: foco em outras prioridades, desconhecimento da temática e custo.

A gestão de emergência em arquivos é considerada muito importante pelos gestores dos arquivos catarinenses, os quais manifestam interesse em elaborar planos de emergência a médio prazo. Em 56,25% das instituições, a iniciativa é condicionada à obtenção de apoio de equipe externa.

No que diz respeito à identificação de perfil de competência do arquivista para atuar na gestão de emergências em arquivos localizados em Santa Catarina, as três primeiras perguntas do modelo de perfil de competência proposto pelo International Council on Archives (2010) são respondidas pelos achados teóricos do estudo: a) o arquivista catarinense faz/necessita fazer gestão de emergência em arquivos; b) por meio da elaboração e execução de planos de emergência; c) para a preservação do patrimônio cultural armazenado nos arquivos instalados em Santa Catarina.

A resposta à quarta pergunta se desdobra sobre o contexto específico do mercado de trabalho catarinense em relação a gestão de emergência em arquivos, relatado no formulário de pesquisa *on-line*, para delinear um perfil de competência que permita ao arquivista responder a demanda profissional por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes descritos a seguir.

Conhecimentos: Patrimônio cultural; Preservação e Conservação de documentos de arquivo; Construção e adaptação de edifícios de arquivo; Manutenção de edifícios de arquivo; Legislação catarinense de proteção contra incêndio; Acidentes em arquivos; Técnicas de salvaguarda de documentos em emergências; Parcerias institucionais e profissionais locais e internacionais; Plano de emergências em arquivos.

Habilidades: Identificar relações entre patrimônio cultural e arquivos; Identificar fatores de deterioração; Prescrever medidas de preservação e Conservação; Monitorar condições climáticas em arquivos; Participar de projetos de construção e adaptação de edifícios de arquivo; Compreender documentos técnicos da edificação; Elaborar normas para serviços não rotineiros no edifício; Monitorar telhados e tubulações de água; Reconhecer sistemas preventivos de incêndio, identificar irregularidades e propor soluções interdisciplinares; Registrar e analisar acidentes no arquivo; Prescrever medidas, materiais e equipamentos para utilizar em situações de emergência; Mapear disponibilidade de recursos; Identificar potenciais parcerias; Constituir redes de cooperação; Participar da redação de estudos interdisciplinares e documentos técnicos; Identificar e avaliar riscos de desastre; Prescrever medidas de prevenção, proteção, resposta e recuperação; Redigir plano de emergência.

Atitudes: Ético; Responsável; Analítico; Sintético; Criativo; Empreendedor; Interdisciplinar; Comunicativo; Curioso; Vigilante; Pró-ativo; Colaborativo; Discreto; Observador; Dialógico; Empático; Inovador; Educador.

O perfil de competência elaborado se estabelece como ponto de partida para o desenvolvimento de competências, as quais necessitam ser objeto de ações no âmbito da formação profissional e formação continuada: palestras e cursos de curta duração, eventos de capacitação profissional e incremento em disciplinas curriculares dos cursos de graduação em arquivologia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a óptica da competência profissional do arquivista em Santa Catarina, a elaboração e execução de planos de emergência nos arquivos se caracteriza como um desafio profissional e uma oportunidade do mercado de trabalho catarinense.

Se configura como desafio profissional pois parcela relevante do patrimônio cultural de Santa Catarina armazenado nos arquivos pesquisados convive com variados níveis de exposição a risco de desastres, não há planos de emergência e faltam recursos. Também a bibliografia não retrata a realidade dos arquivos brasileiros.

Se anuncia como oportunidade pois as instituições almejam elaborar planos de emergência a médio prazo e reconhecem a gestão de emergência em arquivos como importante e muito importante.

Em ambos os casos, o arquivista que se dispôr a atuar na gestão de emergência nos arquivos de Santa Catarina, necessita desenvolver competência alinhada à realidade dos arquivos catarinenses. O perfil de competência sintetizado neste estudo pode contribuir.

REFERÊNCIAS

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Guidelines on disaster prevention and control in archives**. Paris: ICA, 1997. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_Study-11-Disaster-prevention-and-control-inarchives_EN.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Shape your own archivist: developing a competency model, a guidance**. Paris: ICA, 2010. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/SPA_EURBICA_2011_07_25_%20Competencieshanbook_EN.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

MCILWAIN, J. **Prevención de desastres y planes de emergencia**: compendio de la IFLA. Haia: IFLA, 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/pac/ipi/ipi6-es.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Carlos Alberto Rodrigues

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: carlos.alberto@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5497-4631>

Doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Ciência da Informação pela UFSC (2021), bacharel em Arquivologia pela UFSC (2023), Tecnólogo em Construção de Edifícios pelo Instituto Federal de Santa Catarina (2014), Técnico em Segurança do Trabalho pela Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (2005). Atualmente faz parte do corpo técnico administrativo da UFSC, onde atua no Departamento de Atenção à Saúde da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Arquivos Contemporâneos (NUPEAC). Atualmente realiza Doutorado Sanduiche na Universidad Carlos III de Madrid na Espanha, 2024-2025.



Eliana Maria dos Santos Bahia

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: eliana.maria@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4037-3189>

Doutora pela Universidad Carlos III de Madrid- Espanha (2016), revalido/reconhecido no Brasil ao título de Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em História do Brasil Meridional pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), Especialização em Organização e Administração de Arquivos Públicos e Empresariais em Conservação e Preservação do Arquivo Permanente de José Arthur Boiteux 1865-1932, pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988). Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC (1980). Atua desde 1993 como professora titular da Universidade Federal Santa Catarina no Centro de Ciência da Educação no Departamento de Ciência da Informação, professora associada IV.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 3

BIBLIOTECAS EM PRISÕES: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Amabile Costa

Camila Monteiro de Barros



Bibliotecas em prisões: apontamentos e reflexões

**Amabile Costa
Camila Monteiro de Barros**

Resumo:

O presente capítulo evidencia os apontamentos e reflexões realizados na dissertação intitulada Constituição do Acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis: um estudo de caso, que possui como objetivo analisar a constituição do acervo desta Biblioteca. Com isso, a autora descreveu as condições gerais do acervo, caracterizou as temáticas contempladas, mapeou a proveniência do acervo, conheceu os critérios de seleção e propôs diretrizes para o desenvolvimento da coleção. A pesquisa foi caracterizada da seguinte forma: em relação aos objetivos, é uma pesquisa exploratória; no que tange aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental; quanto a forma de abordagem do problema é qualitativa. Como resultado deste trabalho, apresentam diretrizes para desenvolvimento de coleção para biblioteca prisional baseada na Biblioteca do Complexo de Florianópolis, evidenciando aspectos sobre as experiências das bibliotecas vinculadas aos espaços de privação de liberdade, tanto nacional, quanto internacional; a mediação da informação e da leitura dentro dos estabelecimentos prisionais e a política de desenvolvimento de coleção adequada as instituições penais.

Palavras-chave: bibliotecas prisionais; desenvolvimento de coleção; análise de conteúdo; educação.

I INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar os principais pontos discutidos na dissertação intitulada *Constituição do acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis: um estudo de caso*, que teve como propósito a análise da constituição do acervo da Biblioteca citada anteriormente.

Para compreender a temática, de acordo com Conrad (2012, p. 411, tradução nossa) as bibliotecas prisionais irão proporcionar “[...] benefícios para os presos, incluindo materiais úteis para utilizar em seu tempo livre, reabilitação, educação e ajuda na transição para o mundo exterior”. Também têm como propósito apoiar os projetos educacionais de cada unidade, a necessidade de leitura e possivelmente tornar-se centro de referência. Portanto, oferecer serviços de informação em ambientes de privação de liberdade é um ato político e, ainda que pareça delimitado e pontual, tem implicações sociais importantes e deve ser realizado com responsabilidade e baseado em debates fundamentados. E assim, cumprindo os direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade referente às bibliotecas prisionais.

No que tange ao desenvolvimento de coleções, em conformidade com Vergueiro (1989), a constituição dos acervos deve ser realizada pela política de desenvolvimento de coleção, por meio da qual acontece o planejamento cíclico das atividades elaboradas a partir de metodologias e ações que irão envolver todo o acervo de uma biblioteca. Para que se faça de forma correta o desenvolvimento de coleção algumas etapas deverão ser cumpridas. Uma delas é o planejamento que pode ser influenciado por diversos fatores, tais como, “[...] o tipo de biblioteca, os objetivos específicos que cada uma delas busca atingir, a comunidade específica a ser atendida” (Vergueiro, 1989, p. 5). Envolve também as seguintes ações: a) avaliação; b) desbastamento; c) aquisição; d) seleção; e) políticas de seleção; f) estudo de comunidade (Vergueiro, 1989). Esse desenvolvimento “[...] oferece aos bibliotecários um roteiro que permite visualizar o panorama que permeia todas as atividades que envolvem os acervos físicos e digitais de uma unidade de informação” (Correa, 2013, p. 5).

As bibliotecas prisionais estão inseridas em espaços extremamente vulneráveis do ponto de vista social em que a segurança está em primeiro lugar, que a censura pode estar presente e as temáticas solicitadas podem ser as mais diversas possíveis. Muitas vezes essas características podem fugir das abordagens comumente adotadas nas áreas como, por exemplo, as questões relacionadas ao tratamento técnico que, nesse contexto, não é e nem deve ser uma prioridade no serviço de informação.

2 METODOLOGIA

Com intuito de alcançar os objetivos, foi realizada uma visita à biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis no segundo semestre de 2019, as informações foram levantadas por meio de um guia de observação. Para levantar as condições gerais, utilizamos o método de observação.

A coleta de dados foi realizada por meio do Google Forms com três questionários diferentes: um direcionado aos profissionais da educação dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis, profissionais ligados às atividades da biblioteca deste estabelecimento e outro profissional vinculado à segurança do estabelecimento. No total, o questionário foi enviado para dez pessoas, sendo 4 profissionais da educação, 3 agentes prisionais e 3 estagiárias e supervisoras da biblioteca. A coleta dos dados desta pesquisa ocorreu até o dia 10 de setembro de 2019.

Para analisar os dados coletados utilizou-se o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016). Em seguida, as respostas foram coletadas e analisadas. Baseadas nas perguntas elaboradas, três categorias foram estipuladas para a aplicação da análise de conteúdo, são elas: 1. Acervo: aspectos voltados para seleção, descarte, temáticas que compõem o acervo, assuntos que são mais solicitados, quantidade de obras, suporte informacionais, prerrogativas de segurança, software, sistema de organização do conhecimento, aquisição do acervo; 2. Serviço: quais são os serviços prestados por essa biblioteca, se são satisfatórios ou não; 3. Acesso da comunidade carcerária em relação à biblioteca e ao seu acervo. Após as considerações e dando continuidade

à resolução dos objetivos, em relação ao objetivo e) propor diretrizes para o desenvolvimento desse acervo, as informações coletadas nas respostas dos formulários foram cotejadas com a literatura levantada em uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) que foi realizada na base de dados Library Information Science Abstract (LISA). A partir desse cruzamento da literatura sobre bibliotecas prisionais e o diagnóstico e características locais da biblioteca da penitenciária, os parâmetros para o desenvolvimento do acervo foram sugeridos.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

No que concerne à Biblioteca, esta instituição está localizada no prédio administrativo do Complexo Penitenciário de Florianópolis e todas as alas atendidas são voltadas para a comunidade carcerária do gênero masculino. É importante evidenciar que o Complexo tem em sua composição o presídio feminino, mas a administração das instituições é realizada por profissionais diferentes, e é por esse motivo que a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis não atende a ala feminina. Em relação às estantes, a Biblioteca conta com cinco estantes divididas a partir das nove classes disponibilizadas pela CDU. Também existem sete estantes completas com os materiais didáticos utilizados pelos professores do CEJA em sala de aula, que estão sob responsabilidade dos próprios professores. Pelo chão estão diversas caixas com livros que passaram por critérios de descarte.

Apresentaremos a seguir, de forma descritiva, os respectivos discursos expostos pelos respondentes, organizados de acordo com as temáticas levantadas: acervo, serviços e acesso. Três das pessoas respondentes estão associadas à Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis e uma voltada para questões de segurança daquele estabelecimento prisional.

O acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis conta com 3.436 itens cadastrados no sistema de gerenciamento da unidade. Essa contagem foi realizada excluindo-se os materiais de cunho religioso que são materiais que muitas vezes ficam com as pessoas privadas de liberdade em suas celas e também, de acordo com a respondente 4, os mapas e os “livros que são utilizados nos cursos oferecidos pela instituição”. Acredita-se que a respondente esteja se

referindo aos livros didáticos que fazem parte do material de trabalho dos professores do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Ressalta-se que esses livros estão sob cuidados da coordenação do CEJA e seus professores.

A respondente 4 declara que os assuntos disponibilizados no acervo não são suficientes, visto que ainda “falta material informacional na área desportiva e sagas infanto-juvenis completas”. Ainda acredita que “poderia aumentar o acervo jurídico, os periódicos correntes (jornais) e de literatura”. Outro aspecto apresentado no questionário é sobre o Sistema de Organização do Conhecimento utilizado pela Biblioteca e qual o software de gerenciamento do acervo. As respondentes 2, 3 e 4 aplicam a CDU e afirmam que por ser um sistema universal, “a facilidade é muito maior”. Em relação ao software de gerenciamento, utilizam o “Biblivre, por ser um software livre e gratuito”. No que tange à aquisição de materiais para composição do acervo desta Biblioteca, a maior parte é adquirida por meio de doações. Quando perguntamos quais os programas que auxiliam nessa aquisição, afirmam que o Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade contribui, bem como a sociedade civil.

Outra pergunta que o questionário abarca é se existem obras que, por ventura, poderão ser vetadas, todos os respondentes relatam que sim. Como já citado anteriormente, a segurança nos estabelecimentos prisionais estará sempre em primeiro lugar. Então, livros que possam infringir essa segurança de alguma forma serão vetados. A respondente 3 afirma que “normalmente, o único assunto vetado são os livros voltados para o erotismo”.

Já a respondente 4 diz que “alguns livros com capa dura não são aceitos, justamente porque a maioria das galerias não aceita livros com essa capa. Há também a ilustração/título do livro, já que não pode incitar a violência”. Quando a respondente relata que a maioria das galerias não aceita livros de capa dura, supõe-se que a gestão administrativa ainda não liberou para todas as alas do Complexo Penitenciário, visto que, provavelmente esse tipo de encadernação pode comportar materiais ilícitos no interior do livro. Ressalta-se que cada ala e galeria do Complexo Penitenciário de Florianópolis tem sua peculiaridade e regras relacionadas ao formato de material que entra e sai desses ambientes.

Em relação aos critérios utilizados para seleção de materiais, a respondente 4 afirma utilizar a seguinte técnica: “se é literatura da qual já se sabe que há interesse. Se o livro é novo, se o assunto é pedido”. O respondente 2 relata que depende da “atualidade, relevância, linguagem e utilidade” desse material. Além disso, “apenas livros são aceitos, pois eles não possuem outros dispositivos para [como por exemplo, aparelhos para DVD] utilizar materiais em outros formatos”. A Biblioteca analisada não conta com uma política de desenvolvimento de coleção. Já os critérios de descarte, descrevem que “é basicamente descartar apenas os livros que já não podem mais ser usados, isso é, que estão deprecados, sem folhas, rasgados”. A respondente 4 informa que os materiais descartados são aqueles que “estão desatualizados, rasurados ou conteúdo impróprio e/ou já se possui o item”, bem como, “conteúdo preconceituoso ou ofensivo”.

O respondente 1 afirma que os critérios estão registrados no “livro Plantão Digital”, em um outro momento, o mesmo respondente afirma que “os critérios são estabelecidos pelas estagiárias de biblioteconomia”. O respondente 1 não evidencia o que seria o livro Plantão Digital em suas respostas, mas, baseado em pesquisas realizadas pela autora deste trabalho, o livro de Plantão Digital é um livro onde registra-se todos os acontecimentos de uma unidade prisional. Conta com informações sobre as visitas, sobre custodiados, movimentação do dia a dia do estabelecimento prisional, entre outras informações. Além disso, o respondente 1 também afirma que os critérios de seleção do acervo estão associados à Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com os respondentes, a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis oferece os seguintes serviços: a) separação de livros que são distribuídos às pessoas privadas de liberdade; b) empréstimo de livros para as galerias; c) referência; d) apoio ao vestibular; e) apoio às atividades educacionais da escola da Penitenciária e f) suporte à Remição de Pena por meio da Leitura.

Uma das perspectivas apresentadas em relação ao funcionamento dos serviços, é de que eles “não são suficientes, pois o acesso à leitura ainda não está no alcance de todos”, outro aspecto é “pensar na política de desenvolvimento de coleções e refletir sobre possíveis censuras éticas que podem ocorrer e atividades de formação de leitores”. É importante evidenciar que a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis conta com um planejamento, portanto, a partir de 2020 diversas ações serão realizadas, incluindo a elaboração da política de desenvolvimento de coleção.

A Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis não conta com critérios explícitos de segurança para regular o acesso à Biblioteca. As pessoas privadas de liberdade não possuem acesso presencial à Biblioteca. De acordo com o respondente 2, os “apenados não podem circular na área administrativa, somente os regalias”, ou seja, as pessoas que estão exercendo alguma função em relação ao trabalho, como entrega das refeições para os professores. Entretanto, os respondentes acreditam que esses detentos que estão exercendo suas funções podem frequentar a Biblioteca, mas não possuem essa informação. O contato das pessoas presas com os materiais dessa unidade acontece, na maioria das vezes, pelos três tipos de empréstimo citados anteriormente. A respondente 4 afirma que “o desejo é que os próprios apenados possam ter acesso diretamente à biblioteca, sem que haja restrição, nem que haja restrição nos itens informacionais que são encaminhados”. O respondente 2 diz que “o layout da biblioteca e espaço precisa ser ampliado, melhorar a interação com os apenados, no sentido das atividades de estudo de usuários e referências”. Uma das perguntas presentes no questionário é em relação à existência de algum documento que estabeleça os critérios do que pode e não pode entrar nas celas. O respondente 2 afirmou que “não nos foi repassado. Essa questão fica subordinada ao chefe de segurança”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As prisões nacionais e internacionais estão focadas na reabilitação das pessoas privadas de liberdade. Para a ação de reabilitar, o sistema prisional conta com algumas leis, recomendações e documentos que focam nos aspectos relacionados aos direitos e deveres do Estado para com a comunidade carcerária e vice-versa. Sabe-se, por meio da literatura, que alguns dos direitos sancionados não estão em prática por inúmeros motivos voltados para a administração da unidade, falta de efetivo, falta de espaço salubre e saudável, falta de financiamento, entre outros motivos. As bibliotecas prisionais são vinculadas aos espaços de privação de liberdade, que possuem particularidades que influenciam nos serviços, acessos e acervo dessas unidades. Percebe-se por meio das análises aplicadas a esta pesquisa, que as propostas realizadas pela literatura, algumas vezes, não contemplam a realidade dessas ambiências.

Além disso, as bibliotecas prisionais podem ser caracterizadas de diversas formas, essa caracterização depende da necessidade informacional e do contexto em que a unidade está inserida. Para a dissertação, apresentou-se aspectos sobre a equipe responsável pelas bibliotecas prisionais, seu funcionamento, as questões administrativas, tópicos voltados para segurança peculiar dos estabelecimentos prisionais e no quanto isso afeta a inserção de alguns tipos de obras/conteúdos. Expõe ainda experiências e características de bibliotecas prisionais nacionais e internacionais com o foco no universo da pesquisa deste trabalho, a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis.

O ambiente não é acessível a todas as pessoas que estão privadas de liberdade, acredita-se, a partir dos questionários, que aqueles que estão no status de regalia podem frequentar esses espaços. Além disso, o ambiente é climatizado e possui diversas estantes voltadas para o acervo da Biblioteca e algumas com material didático, que não está sob cuidados das estagiárias de Biblioteconomia. O acervo está separado nas estantes de acordo com a CDU, identificou-se pelos questionários que é preciso solicitar mais estantes para contemplar todo o acervo disponível nesta Biblioteca. Outra situação é referente aos livros religiosos, como por exemplo, as bíblias, pois sabe-se que esse tipo de livro muitas vezes é emprestado e as pessoas privadas de liberdade ficam para si.

Os livros que estão destinados ao descarte são separados e colocados em caixas, para que os funcionários responsáveis possam realizar o descarte assim que solicitado. O acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis conta com cerca de quatro mil materiais incluídos em seu software até o dia em que os questionários foram respondidos, em setembro de 2019. Os assuntos desses materiais abrangem todas as nove classes da CDU. Assuntos como, por exemplo, autoajuda, religião, romance, ficção, literatura infanto-juvenil, teologia, psicologia, entre outros.

Não é todo suporte informacional que é apropriado para as ambiências prisionais, ou por questões de segurança, ou por não ter as ferramentas/equipamentos para utilizar outros suportes, portanto, a maioria do acervo é composto por livros. Identificou-se que a maioria do acervo é composto por doações, em sua maioria provenientes da sociedade civil. Existem materiais que são vetados por questões de segurança dentro dos espaços de privação de liberdade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

CONRAD, Suzanne. Collection Development and Circulation Policies in Prison Libraries: An Exploratory Survey of Librarians in US Correctional Institutions. **The Library Quarterly**, [S.l.], v. 82, n. 4, p. 407-427, out. 2012. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ996306>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CORREA, Elisa Cristina Delfini. Política de gestão de estoques de informação: uma proposta para atualização de conteúdo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis: CBB, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1433>. Acesso em: 22 fev. 2024.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília: Brique de Lemos, 2010. 120 p.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Amabile Costa

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: amabilecosta.m@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9505-0614>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC). Mestra no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2014-2017) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É Professora Substituta do Departamento de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi Bolsista CAPES de Desenvolvimento Social (CAPES-DS) e Bibliotecária da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis. É membro da equipe gestora 2024-2027 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), ocupando o cargo de Assessora dos Grupos Especializados. Voluntária no Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade e do Instituto Anjos da Liberdade - Frente Santa Catarina. É membro do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC - UFSC) e do Grupo de Pesquisa Bibliotecas, Memórias e Resistência (UNIRIO). Temas de pesquisa: Bibliotecas prisionais brasileiras e internacionais, Organização e Gestão do Conhecimento, Política de desenvolvimento de Coleção, Linguagem carcerária, Prisão.



Camila Monteiro de Barros

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: camila.c.m.b@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9207-5565>

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com período sanduiche na Université de Montréal (UdeM, Canadá), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professora do Departamento de Ciência da Informação (CIN/UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC). Coordenadora do curso de graduação em Biblioteconomia (UFSC). Líder do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC/UFSC). Membro do grupo de pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação (FTI) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atua nas áreas de Organização e Representação do Conhecimento e da Informação, com ênfase teórico-metodológica nos sistemas de organização do conhecimento. Tem interesse nas questões relativas à informação musical.



[Assista a apresentação sobre a pesquisa AQUI!](#)

CAPÍTULO 4

BIBLIOTECA PÚBLICA DO POVÃO?: EXCLUSÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA NAS REPRESENTAÇÕES DE SEUS DIRIGENTES

Ana Claudia de Oliveira Segura



BIBLIOTECA PÚBLICA DO POVÃO?: EXCLUSÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA NAS REPRESENTAÇÕES DE SEUS DIRIGENTES

Ana Claudia de Oliveira Segura

Resumo:

Este estudo objetiva conhecer o sentido das representações de exclusão social manifestas nos discursos dos bibliotecários dirigentes de bibliotecas públicas que atuam no Estado de Santa Catarina. A pesquisa, do tipo qualitativa, utiliza como fundamentos a fenomenologia como uma visão de mundo para o estudo e que engloba como base teórica a sociologia do conhecimento e os preceitos do construtivismo social, e como base metodológica a Teoria das Representações Sociais, do âmbito da Psicologia Social. Destaca o modelo utilizado no estudo etnográfico de Norbert Elias e John L. Scotson acerca das relações estabelecidas na interdependência que ocorre em uma figuração de exclusão social entre grupos. Utiliza como instrumentos metodológicos o questionário, o diário de campo e a entrevista. Para a coleta, tratamento e análise dos discursos coletados na entrevista, recurso mais importante para a coleta de dados neste estudo, emprega a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Para alcance do objetivo, realiza a análise com base no discurso de dezoito bibliotecários dirigentes de bibliotecas públicas de todas as Regiões do Estado de Santa Catarina. O estudo busca informações sobre o contexto cultural, social e econômico em que se desenvolveram os informantes, sobre seu ambiente de trabalho, levanta opiniões acerca da função social da biblioteca pública, da atuação do bibliotecário de bibliotecas públicas catarinenses e sobre boas práticas éticas de bibliotecários em bibliotecas públicas. Por fim, analisa os conceitos de exclusão expressos por estes profissionais e descreve seu sentido. Pondera que o posicionamento e relação com o trabalho e classe profissional por parte do grupo estudado, bem como, a qualidade do serviço prestado nas bibliotecas públicas em que são dirigentes e que levam à condição de exclusão dos usuários possuem relação com sua própria identidade como excluído, como se assumem e veem diante dos gestores públicos a quem estão submetidos.

Palavras-chave: bibliotecas prisionais; desenvolvimento de coleção; análise de conteúdo; educação.

I INTRODUÇÃO

Nos estudos de mestrado, primeira experiência mais profunda com pesquisa acadêmica (Silva, 2014), durante três anos dediquei-me a investigar os fundamentos éticos mobilizadores dos líderes de bibliotecas comunitárias criadas no Brasil para a instalação e manutenção destes espaços e respectivos serviços. Tendo como objeto de interesse e trabalho os espaços e serviços públicos de leitura e cultura, eu ainda não havia pensado sobre muitas questões que esses líderes de bibliotecas comunitárias expressaram em suas narrativas sobre as ações que realizavam. Ao encontrá-los e dar voz a estas pessoas, oriundas de diversas formações e ocupações, que alteraram o curso de suas vidas para liderar estes trabalhos, com posicionamentos e reflexões que poderiam contribuir potencialmente com o fazer da classe profissional bibliotecária, muitas perguntas se estabeleceram como possibilidades para eu prosseguir pesquisando.

Uma questão em especial, assim que percebida, acompanhou-me durante toda a pesquisa: a possibilidade da biblioteca instituída como pública, mantida pelo orçamento do Estado, ser sentida por algumas destas pessoas como um espaço que privilegia determinados setores da sociedade, um espaço não inclusivo. O empenho desta pesquisa se deu no sentido de escutar o bibliotecário, agente atuante em bibliotecas públicas estatais, para colher sua percepção acerca desta possibilidade, conhecer o que compreende como exclusão social.

Neste estudo buscou-se perceber a essência de um fenômeno mediante o sentido atribuído nos discursos dos participantes. O objeto de investigação foi constituído pelas representações inseridas nos discursos de dezoito bibliotecários atuantes nas bibliotecas públicas brasileiras, mais especificamente, no Estado de Santa Catarina, com serviços que são mantidos pelo Estado e destinados a todos os grupos e classes sociais. Uma estrutura que se insere no ambiente social e que o afeta (mediante atuação de seus agentes) e é por ele afetada (mediante atuação da sociedade em geral).

A relação da atuação de bibliotecários na biblioteca pública com a temática da exclusão social é destacada com uma “pinça”, pois encontra-se emaranhada, obscurecida, muitas vezes despercebida, em meio a diversos estudos que abordam questões sobre a biblioteca pública. Qual o discurso de membros da categoria bibliotecária sobre este tema ao agirem neste ambiente de atuação? Por que levantar a

problemática da exclusão social em bibliotecas públicas pela via dos discursos dos profissionais responsáveis por estes espaços? Em que tais representações sobre a exclusão social podem contribuir para a sociedade e para os estudos em Ciência da Informação?

Os bibliotecários atuantes em bibliotecas públicas são os responsáveis pela gestão dos seus serviços e, embora estejam inseridos em uma estrutura complexa de Estado, figuram como elementos protagonistas neste contexto e são co-responsáveis na criação de políticas públicas de acesso à informação e cultura. As representações que os mesmos fazem sobre o tema são mecanismos que demonstram o que pensam a respeito e fornecem subsídios para discussões acerca de sua conduta, bem como, da consequência da mesma sobre as bibliotecas públicas e, mais precisamente, sobre os cidadãos que têm direito a estes serviços.

O objetivo geral proposto foi conhecer os sentidos das representações reveladas pelos bibliotecários dirigentes de bibliotecas públicas catarinenses nos seus discursos acerca da exclusão social em seu contexto de atuação.

Para tanto, foram objetivos específicos:

- a) buscar informações sobre o contexto cultural, social e econômico em que se desenvolveram os bibliotecários informantes;
- b) captar dados característicos de seu ambiente de trabalho;
- c) levantar opiniões acerca da função social da biblioteca pública e da atuação do bibliotecário de bibliotecas públicas catarinenses;
- d) coletar opiniões sobre boas práticas éticas de bibliotecários em bibliotecas públicas;
- e) analisar os conceitos de exclusão expressos por estes profissionais;
- f) descrever o sentido de exclusão social expresso por estes profissionais.

Importante enfatizar que a ideia de exclusão neste estudo não esteve assentada nas iniciativas louváveis de fornecer espaços arquitetonicamente adequados, bem como, aparato tecnológico capaz de atender condições específicas às quais podem estar submetidos seres humanos. Antes, relacionou-se com a percepção da questão da exclusão no âmbito das relações humanas, como componente para o fortalecimento de uma sociedade que possa “abraçar” as diferenças individuais, valorizar a diversidade e, mediante o cuidado com o ser, compreender a importância do pertencer, da cooperação e empenho para que as pessoas possam construir coletivamente um ambiente de relação mais inclusivo, o quanto isto for possível.

Como menciona Sawaia (2008), trabalhar com o tema da exclusão social é trabalhar com a ideia de humanidade, com o sujeito e como ele se relaciona com o meio social, levantando indagações que unem ciência e virtude.

Tal questão é aqui colocada diante de sua relação com a conduta ético-política do bibliotecário, bem como, do contexto brasileiro catarinense de políticas públicas de fomento à leitura que, em relação às bibliotecas públicas, esboça um cenário de carência, escassez e, muitas vezes, inoperância. É evidenciada diante de falas que encontram-se “perdidas” em trabalhos e estudos realizados no Brasil do campo da Ciência da Informação. Estas abordagens ainda não possuem maior aprofundamento neste campo do conhecimento e configuram reflexões emergentes a serem depuradas em ambientes de discussão desta área de estudo, no país e no Estado de Santa Catarina, com a potência de despertar preocupação com a democratização da informação.

2 METODOLOGIA

Friedrich Nietzsche (1844-1900) contribuiu com várias ideias no estudo, principalmente a partir de suas reflexões (e de sua própria vida) sobre a origem da moral, sobre a valoração do bem e do mal, perseguindo um caminho a partir da linguagem e qualificação (ou desqualificação) moral, ou seja, em que contexto se designou certas coisas como sendo boas ou más.

Como Nietzsche (2012a, 2013) - e outros estudiosos como Vilém Flusser (1998, 2007), também fundamento para este estudo - , entende a realidade não como algo dado, mas como construção, como possibilidade. Aprendeu com Husserl (1859-1938) - reconhecidamente a maior referência da corrente filosófica da fenomenologia - que a vida não é descoberta; que a vida é doação de significado, uma reverente e espantada nomeação dos fenômenos (Bernardo, 2011, p. 17).

Nietzsche e Flusser, conforme ressalta Bernardo (2011, p. 17), aproximam a filosofia (e a fenomenologia) e arte e tal aproximação é instigante uma vez que a partir destas duas áreas – arte e filosofia – pode-se “ver o que não via”. Ambos propagaram a ideia de inventar a si mesmos e inventar o mundo da vida cotidiana. “Nada é verdadeiro [...] agora podemos deixar nossa força criativa brincar para inventar verdades que sirvam à vida e que a intensifiquem”, “quero ser o autor da minha vida” – diria Nietzsche (Safranski, 2011, p. 285, 295).

Tais autores ofereceram o eixo central do quadro teórico-metodológico adotado para esta pesquisa proposta ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) na linha “Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento” – Eixo “Profissionais da informação, competência informacional e leitura”, que se particularizou pela temática relativa aos aspectos humanos e sociais. São identificados como filósofos que trataram da vida com todas as suas possibilidades de criatividade e invenção (Safranski, 2011; Bernardo, 2011). Ambos buscaram proposições na perspectiva em que me “encaixo” na ciência, na ideia filosófico-científica, que se demonstrou coerente com minha visão de mundo, ou seja, fenomenologicamente.

Husserl (1990), reconhecido como o grande mentor do conceito filosófico de fenomenologia no século XX, preconiza que os fenômenos se dão nas pessoas e estão inicialmente nas sensações, em suas subjetividades inerentes. O termo fenomenologia não eclode em Husserl, entretanto, ele atribuiu um conteúdo novo para o termo. O empenho da fenomenologia será o de analisar as vivências intencionais da consciência para perceber como nelas se produzem o sentido dos fenômenos, o sentido desse fenômeno global que se chama mundo. Metaforicamente, trata-se de distender o tecido da consciência e do mundo para tornar aparentes seus fios, tão finos que não apareceriam na atitude natural (Dartigues, 2008).

Para Husserl (1990) a atitude natural é o senso comum. O senso comum é elemento primordial deste tipo de pesquisa. O senso comum pode ser a atitude de um cientista ou de um homem da rua, leva em consideração que o indivíduo está no mundo “[...] como algo que o contém ou como uma coisa entre outras coisas, perdido sobre uma terra, sob um céu, entre objetos e outros seres vivos ou conscientes e, até mesmo entre ideias, que encontrou ‘já aí’ independente de si próprio.” (Dartigues, 2008, p. 24).

Este estudo ocupou-se em evidenciar os sentidos incorporados às representações de um grupo profissional específico, e estas são baseadas nas crenças e costumes dos indivíduos, no senso comum. Na análise fenomenológica, o senso comum é matéria-prima. Para o conhecimento de uma realidade social, não se leva em consideração uma hipótese causal ou genética, mas o senso comum e suas inúmeras interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana, que admite como certas. Para descrever a realidade do senso

comum temos de nos referir à mesma, as suas interpretações. Cada indivíduo possui sua perspectiva de mundo, seu projeto que pode conflitar com o de outros, mas compartilham um mundo vivido em comum, de significados correspondentes. A atitude natural é a do senso comum, via de expressão humana (Berger; Luckmann, 2007). É a realidade por excelência, impondo-se sobre a consciência das pessoas de maneira ordenada, objetivada e ontogenizada (Araya Umaña, 2002).

A Teoria das Representações Sociais (TRS), de Moscovici (2009), que serviu de fundamento para o instrumental metodológico empregado neste estudo, elege como campo de trabalho o senso comum e o saber popular. Segundo seu criador, o pano de fundo em que se desenvolveu a TRS leva em consideração as representações ou crenças, a origem social das percepções, bem como, o papel (por vezes de coação) das representações e crenças. Isso enfatiza sua relevância para um estudo como este. Poder e interesses, por exemplo, para serem reconhecidos socialmente necessitam de representações ou valores que lhes atribuam algum sentido, em que indivíduos convirjam e se unam em torno de crenças que garantam sua existência em comum. Isso é guiado não simplesmente pelo conhecimento ou técnica, mas por opiniões que pertencem à outra ordem (crença sobre a vida em comum, como as coisas devem ser, o que se deve fazer, o que é justo, verdade, belo, entre outras coisas) que produzem um impacto no comportamento, na forma de sentir, de transmitir e permutar bens. O que as sociedades pensam sobre seu próprio modo de vida, os sentidos que atribuem às instituições e imagens que partilham, são parte constitutiva de sua realidade e não somente um reflexo seu (Moscovici, 2009).

Metodologicamente, a escola clássica de representações sociais, desenvolvida por Denise Jodelet em convergência com a proposta de Serge Moscovici, recorre à entrevista como técnica qualitativa por excelência (Araya Umaña, 2002). Além da entrevista, foram utilizados o questionário e o diário de campo como instrumentos subsidiários. Em função da importância dos discursos para as representações sociais, a entrevista foi instrumento insubstituível e os demais foram utilizados como recursos para obtenção de dados complementares, a fim de fortalecer a compreensão acerca dos participantes e do ambiente de coleta de dados.

A técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi utilizada no processo de coleta, tratamento e análise dos discursos. O DSC declaradamente possui como fundamento a TRS e seus pressupostos.

Na concepção de seus autores, o DSC consiste numa forma não-matemática nem metalingüística de representar e produzir o pensamento de uma coletividade e é possível a partir de operações que incidem sobre os depoimentos e que culminam em discursos-síntese que agregam respostas de indivíduos diferentes mas que possuem conteúdo discursivo de sentido semelhante (Lefevre; Lefevre, 2009).

O convite para participar desta pesquisa foi direcionado para os bibliotecários dirigentes de bibliotecas públicas catarinenses, ao todo, 18 participantes de todas as mesorregiões do Estado.

3 RESULTADOS

Nos resultados pode-se ter um apanhado mais detalhado sobre o coletivo que é formado todo por mulheres - em sua maioria, catarinenses do interior do Estado - com idades que abrangem cinco gerações. A diversidade se estende para seu estado civil. A maioria não escolheu Biblioteconomia como primeira opção de ingresso na Universidade e somente duas fizeram o curso fora do Estado. O ano de conclusão do curso também se demonstrou abrangente com formandas de 1978 a 2015. Relataram vivência cultural, social e econômica diversificada, embora haja uma predominância de um grupo cujo extrato social e econômico é marcado pela exclusão.

O bibliotecário dirigente de bibliotecas públicas catarinenses propagou como função social da biblioteca pública o atendimento indiscriminado. É seu desejo, revelado em seu discurso, que a biblioteca pública seja um mecanismo para os menos favorecidos e que, em sua prestação de serviços, não possua barreira de valores que selecione os indivíduos privilegiando-os por motivos pessoais.

Destaca a ideia de promover a leitura e seu hábito como a função social mais relevante da biblioteca pública. Não houve menção ao fomento da escrita, como função da biblioteca pública associando-a à leitura como abordado inicialmente do texto deste estudo, compreendendo que é pela escrita que se dá a participação no espaço público de conversação. Como mencionado, a leitura é uma apropriação parcial da cultura letrada.

Também menciona como função social da biblioteca pública, o acesso à informação; acesso ao espaço e serviços da biblioteca (menciona inclusive o acesso a alguma necessidade básica como alimento, água e banheiro); promoção de bem estar e segurança; proteção e acolhimento; qualidade de vida e cidadania.

Ainda que as bibliotecas públicas não tenham a frequência da maioria da população brasileira (a realidade catarinense não é diferente), há público. O bibliotecário dirigente de biblioteca pública catarinense acumula muitas histórias com esse público e é perceptível que ele o vê e o sente em suas necessidades, porque ele as relata. Muitas das questões que colocam como relevantes na relação com o usuário são do âmbito de sua prática, não está na literatura científica e raramente se discute em sala de aula, no nosso contexto de formação. É o caso da “cesta de frutas” para receber o usuário! Ou mesmo, a biblioteca pública dispor seu banheiro e água para os que não estão utilizando seus serviços – entram lá, supostamente, para suprir essas necessidades.

Entretanto, é possível evidenciar a partir de seu próprio discurso que há uma resistência na aceitação de valores distintos que os usuários carregam em si. É como uma marca, um estigma que é conferido ao indivíduo pelas razões mais diversas (por suas vestimentas, seu modo de falar, sua postura, alguma característica física ou condição social).

Ficou perceptível a dificuldade do profissional em refletir sobre suas práticas profissionais. E a questão revelada no discurso é a ausência de reflexão sobre questões da relação com o usuário, essencialmente questões relativas à exclusão. A reflexão é anterior e modifica o estabelecimento de regras e políticas de uso da biblioteca pública, é um exercício ético. Portanto, há um estranhamento no discurso da “biblioteca para todos” com atenção especial aos que mais necessitam, quando o bibliotecário centraliza em sua prestação de serviços o acesso à leitura, por exemplo, tornando esse ambiente inadequado para os que não participam da cultura letrada. E o analfabetismo é um dos medidores de desigualdade social - os bibliotecários que se ocupam dos excluídos não deveriam estar atentos à questão? Para a promoção da cidadania, também mencionada como função social da biblioteca pública, faz-se necessário um bibliotecário que para Castrillón (2011) deve se apresentar como um intelectual com compromisso ético e político em relação às problemáticas de seu país e sociedade. Como conseguirá ser esse profissional no contexto brasileiro, catarinense, se não busca a reflexão sobre suas práticas?

Colaborando com o estudo ao declarar sua postura com abertura para se manifestar espontaneamente, o profissional menciona práticas nada inclusivas relacionadas aos moradores de rua, andarilhos, menores de rua, bêbados, drogados, pedintes. Desde dificultar o acesso ao impedimento de entrar no ambiente, essas atitudes que geram constrangimento, vergonha e humilhação produzem também um sentimento de que aquele espaço não o pertence, ele está inadequado ali, não é seu como um direito. Há um discurso de proteção às crianças mas porque há o privilégio para este grupo se comparado ao grupo de menores de rua, por exemplo? Este segundo grupo não merecia atenção diferenciada se há o discurso de compromisso com o desenvolvimento social e fomento da prática cidadã?

Ainda que algumas medidas sejam protetivas de outros grupos de usuários – crianças sendo protegidas de bêbados, por exemplo – não isenta a responsabilidade do profissional sobre este segundo grupo. A condição destes cidadãos que porventura frequentam a biblioteca pública – bêbados, drogados, por exemplo - não se revela como compromisso destes profissionais, em sua fala. Se na função social da biblioteca aparece o discurso de melhoria da qualidade de vida, essa melhoria é para quem já tem uma vida melhor, um estabelecido, para que sua vida fique melhor ainda? E o discurso de melhorar a pessoa, alma, espírito, trazer bem estar, tocar as pessoas, não serve para os bêbados e drogados? Eles são só um problema de saúde pública (ou de segurança) ou o profissional - comprometido com o acesso à informação, não o acesso como fim em si mesmo, mas para gerar conhecimento e auxiliar na transformação das pessoas – também é parte da engrenagem e deve se comprometer com um desenvolvimento social em uma perspectiva mais ampla?

Creio ser as bibliotecas públicas o único lugar da alçada do Estado - um Estado concebido legalmente como Estado de Direito – capaz de auxiliar grupos como mendigos, moradores de rua e outros a buscarem orientação com autonomia, com liberdade, em seu tempo, sem condições impostas. Um ambiente capaz de promover vivências culturais, de lazer, formação e educativas, com uma infinidade de ideias e pensamentos à disposição que podem produzir conhecimento para transformação pessoal. Se não lá, onde mais? Há relatos jornalísticos de moradores de rua, por exemplo, que utilizaram a biblioteca pública para estudar para concurso e conseguiram alcançar seu objetivo. Cito esse caso, mas não creio que a biblioteca pública sirva só para isso, ajustar o

humano em uma estrutura de trabalho, em que possa produzir e consumir, mas também, para que possa desenvolver o gosto pelo que é belo, pelo que é virtude. Faço coro à colocação do bibliotecário dirigente de biblioteca pública de Santa Catarina: a função das bibliotecas públicas é [...] muito ampla [...], uma função que a permite poder [...] tudo e muito mais [...], [...] única [...], importantíssima!

Outra observação importante é com relação às regras estabelecidas para o gerenciamento dos serviços. Elas foram abordadas na perspectiva de uma boa prática ética do profissional nas bibliotecas públicas (inclusive para combater a discriminação de usuários, por exemplo, ao abonar o comprovante de residência para cadastro pessoal) e também como medidas que podem promover a exclusão nestes ambientes de atuação. Ao discorrer sobre o bibliotecário de biblioteca pública que atua em Santa Catarina, o identificou como um sujeito preso às regras e desta atitude decorre o afastamento do usuário. Se o profissional percebe que esta medida afasta e termina por excluir os usuários, porque continua fazendo? Se declara que o atendimento ao usuário é a atividade mais importante desempenhada pelo bibliotecário que atua em bibliotecas públicas, por que não está atento a isso? É um usuário específico que se deseja atender ou a todos sem discriminação?

A resistência não se limita à reflexão, também é uma resistência de ação, quando o assunto é relativo aos usuários estigmatizados. Além de estar “preso nisso” quanto às regras, não possibilitando uma visão inclusiva, também demonstra-se um profissional pouco afeito a mudanças, com dificuldade de ampliar o pensamento e atuar na construção de sua própria realidade. Sua formação é, portanto, trazida à tona e demonstra-se pouco humanística e o profissional, com exceções, se revela um técnico. Ainda que haja em seu discurso (inclusive nos ambientes de formação) a centralidade no usuário, há que se perguntar diante de tudo que já foi exposto: de qual usuário estamos falando entre os pares, informalmente, e nos ambientes de formação, incluindo o universitário? Falamos dos excluídos, como alguns já caracterizados neste estudo? Para aguçar o exercício de reflexão talvez seja instigante trazer novamente Nietzsche (2012b, p. 136): “Ouvimos apenas as questões para as quais somos capazes de encontrar resposta.”

A resistência de ação para a diminuição das desigualdades é uma resistência ao exercício político e tem como consequências um grupo profissional pouco coeso, isolado, pouco articulado, oprimido, que não se sente visto, escutado e amparado e permanece esperando o amparo.

Seu vínculo de coesão e toda sua esperança de ser sentido como profissional necessário está muito pautado no aparato legal, mais especificamente, na Lei que confere reserva de mercado. Também parece estar “preso nisso”.

Há que se pensar que, também, este aparato legal pode interferir em sua postura ética e na questão de seu dever em uma visão mais ampla, sem se apropriar de si como sujeito autônomo e questionador de padrões morais e normativas que incidem sobre seu pensar, sentir e agir. Talvez, haja medo. No Código de Ética do Bibliotecário, por exemplo, há uma prerrogativa de que é proibido fazer comentários desabonadores sobre a profissão e de entidades afins à mesma. Desabonar é não dar crédito, não dar confiança, não conferir verdade. Há uma dificuldade institucionalizada em lidar com a crítica, pautada na censura que diante de toda conjuntura já exposta nesta Tese, também pode ser responsável por promover um profissional que tem medo, com resistência em desenvolver uma prática de reflexão ética que tanto afeta o seu fazer os e indivíduos que dependem de sua atuação. Mais um pouco de Nietzsche (2012b, p. 98):

E o trabalho dos homens até hoje foi entrar em acordo acerca de muitas coisas e submeter-se a uma lei da concordância – não importando se tais coisas são verdadeiras ou falsas. A imagem das coisas se move e se desloca ininterruptamente, e a partir de agora, talvez com rapidez maior do que nunca, sem cessar, precisamente os espíritos mais seletos se revoltam contra tal obrigatoriedade.

Relevante registrar que o grupo mencionou organismos como a Associação Catarinense de Bibliotecários e o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de Santa Catarina. Quanto ao primeiro - enalteceu seu trabalho nos últimos tempos – embora somente dois declararam fazer parte do movimento associativo, o que auxilia na compreensão de um grupo pouco articulado politicamente e isolado em suas práticas, que não troca, não compartilha. O segundo foi alvo de lembranças nostálgicas de uma época em que o Sistema era gerenciado pela Udesc. Atualmente sua presença não é sentida, embora reconheça que precise também efetivar sua participação enquanto profissional.

Outras formas de exclusão passíveis às bibliotecas públicas são mencionadas pelo sujeito: em sua maioria, as bibliotecas são mantidas por um acervo composto basicamente por doação; espaço mal planejado, sem privilegiar usuários que possuam necessidades especiais; sem infraestrutura, muitas vezes sem ar condicionado, sem internet; situadas em locais de difícil acesso para uma parcela da população (talvez a que mais precise); horários incompatíveis com a

rotina do trabalhador, por exemplo; dificuldade orçamentária; trabalhadores escassos.

Houve quem não lembrou ou não percebeu ter vivido nenhuma situação pessoal ou com outros em relação à exclusão, entretanto, a maioria expôs seus relatos. Mencionaram o sentimento de vergonha ou humilhação em virtude da ocupação de seus pais ou responsáveis - oportunizando a reflexão em torno do estigma que há também nas profissões e ocupações. As situações de exclusão pessoal (ou sensação de exclusão) e percebidas na vida de terceiros se estendem para a Universidade (pela condição de ser do interior ou ter situação econômica desfavorável), para os ambientes de trabalho, lojas (por estar mal vestido), grupos de amigos e na relação de prestação de algum serviço.

Também relatou situações de exclusão envolvendo pessoas sem estudo, mal vestidas, moradores de rua, andarilhos, latinos, gordos, negros, porte físico, pessoas com linguagem característica do interior, com necessidades especiais, pobres.

Ao elaborar suas representações a respeito do conceito de exclusão social muitas vezes o faz referindo-se aos grupos citados anteriormente que sofrem alguns estigmas e acrescenta outros como não ser do Centro, ou morar mais distante, pedintes, bêbados...

A esse respeito, evidencia-se que ao elaborar o conceito a partir da aparência estigmatizada (do interior, negro, morador de rua...), faz menção ao que Elias e Scotson (2000) denominaram "rótulo", o que os autores em sua pesquisa etnográfica concluíram como não sendo a razão da exclusão de um grupo (o grupo excluído, denominado outsider) no microcosmo de Winston Parva, tão abordado neste estudo. É um problema de mobilidade social em seu sentido mais abrangente. Trata-se do "encontro" (em virtude de uma mobilidade) de pessoas ou grupos de unidades sociais diferentes e que se comportam de maneiras distintas. Esse comportamento reproduz um valor e nesse "encontro" também é um "encontro" de padrões, crenças e costumes diferentes. Ainda que sejam todos humanos, parte da mesma raça, o receio da mudança de seus padrões leva um grupo ou indivíduo a menosprezar os padrões cultivados por outros grupos ou indivíduos.

Essa questão é relevante para o estudo, já que o sujeito coletivo se demonstrou atento aos "rótulos", atento ao aparente, ao que foi estipulado pelo grupo dominante e, neste caso, o reproduziu. Elias e Scotson (2000) denominaram essa situação de "fantasiosa", alguém ou um grupo de indivíduos determinar grupos inferiores e identificar neles

alguma característica física ou condicional que os identifique publicamente. A sociedade termina por absorver essas ideias e reproduzir, enquanto elas se alastram causando desequilíbrio social.

Destacam, ao manifestar-se sobre o conceito de exclusão, situações pertinentes como a condição de estar à margem, de ser discriminado, de não ter acesso a serviços, aos direitos fundamentais, estudo, à informação, desigualdade, falta de oportunidade e de políticas públicas. Também enfatizam como exclusão, a condição de sentir medo e não se apropriar de seus direitos e a desigualdade salarial em sua profissão.

Na expressão de suas ideias, coloca que exclusão pode ser até alguém te olhar diferente “meia torta”, provavelmente uma emoção sentida. Nesse sentido, destaca também que muitas vezes a exclusão pode ser apenas uma sensação de exclusão. Relata que pode ser também falta de vontade, de se colocar à disposição.

A postura passiva do bibliotecário também é uma postura excludente, de si mesmo enquanto profissional na configuração de interdependência com os demais gestores públicos superiores na hierarquia estatal, e para os usuários, pois esta postura alcança-os e prejudica-os.

Este grupo pode ser percebido como “incluído”, por exemplo, em benefícios ligados ao seu agrupamento profissional mas carregam em sua história marcas da exclusão que atuam em sua identidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por conhecer os sentidos das representações reveladas pelos bibliotecários dirigentes de bibliotecas públicas catarinenses nos seus discursos acerca da exclusão social em seu contexto de atuação revelou que seu posicionamento e relação com o trabalho e classe profissional, bem como, a qualidade do serviço prestado nas bibliotecas públicas em que são dirigentes e que levam à exclusão dos usuários possuem relação com sua própria identidade como excluído, como se assumem e veem diante dos gestores públicos a quem estão submetidos. O encontro com o excluído, em seu ambiente de atuação, pode representar um encontro com uma imagem própria que não deseja encarar.

O centro da questão da exclusão entre indivíduos ou grupos está no “encontro”, confronto e na não aceitação de valores e costumes diferentes. No caminho percorrido por este grupo estudado há um zelo pela manutenção do que está posto, do que é conhecido, da ordem das

coisas. Lembrando o instinto de rebanho, a mudança não é somente mudança de lugar objetivado, mas mudança de costumes.

O que há de relevante, no contexto desta Tese para a Ciência da Informação? Inicialmente é possível pensar na contribuição de um movimento de estímulo, interesse real, estudos e registros entre os pesquisadores sobre tais questões, tão raras, neste campo do conhecimento. Estudos que privilegiam olhar para a atuação de profissionais da informação e possam gerar registros que alcancem os profissionais no sentido de promover reflexão para mudança de suas práticas. Esse não é um compromisso exclusivo da Ciência da Informação, entretanto, no nosso caso específico da CI, há uma lacuna no tratamento da abordagem humana e um silêncio (quase ensurdecido) quando a abordagem se trata de humanos excluídos. Se não nós, quem?

O “povão” não tem acesso garantido à biblioteca pública e isso se relaciona com a atuação do profissional que atua nestes espaços. Quem são esses indivíduos, que dificuldades enfrentam em seus ambientes de atuação, como lidam com essas dificuldades, o que pensam sobre suas atividades? Tais questões são da alçada de quais áreas do conhecimento?

Através da constatação de uma identidade profissional que também se configura como outsider, diante dos gestores a quem estão submetidos na hierarquia estatal, há perguntas que podem ser elaboradas e colocadas para os pesquisadores da CI e demais envolvidos para a efetivação de ações que promovam mudanças: como as instituições – Universidades e Associações, por exemplo - que formam ou auxiliam na formação destes profissionais podem (e devem, se comprometidas com a ética profissional) atuar? Queremos realmente uma biblioteca pública, entendemos por que é necessária no contexto do desenvolvimento social? Queremos que ela esteja disponível para o “povão” ou restrita a parcelas específicas da população?

O termo povão compõe também a expressão que é título da tese, extraída da fala de uma das entrevistadas. Por que há tão pouco interesse de pesquisa sobre o assunto neste campo do conhecimento, que, em princípio seria o responsável, por fomentar conhecimentos para transformar a realidade?

Se na essência da questão da exclusão entre indivíduos ou grupos, como podemos evidenciar através do modelo de Winston Parva na obra de Elias e Scotson (2000), está também o zelo pela manutenção do que está posto e conhecido, não seria salutar fazer um esforço para rever o direcionamento na formação destes profissionais, na reflexão que se realiza (e que inicia na escolha das temáticas) nos eventos em que estão presentes estes profissionais, evitando, também, deixar esse assunto (equivocadamente) com o estigma de “obsoleto”, “de pouco interesse”, “com pouco apelo para possíveis pagantes”? Há quem ouça?

REFERÊNCIAS

ARAYA UMAÑA, Sandra. Las representaciones sociales: ejes teóricos para su discusión. **Cuaderno de Ciencias Sociales**, San José, Costa Rica, n. 127, 2002.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERNARDO, Gustavo. (Org.). **A filosofia da ficção de Vilém Flusser**. São Paulo: Annablume; Rio de Janeiro: Faperj; Instituto de Letras da UERJ, 2011.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia**. São Paulo: Centauro, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FLUSSER, Vilém. **Fenomenologia do brasileiro**: em busca de um novo homem. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998.

FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Ana Claudia de Oliveira Segura

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: anapo72@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4502-4076>

Possui doutorado e mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina e licenciatura em Educação Artística com habilitação em Música pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). É Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculada ao Departamento de Ciência da Informação



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 5

COMPETÊNCIA DO ARQUIVISTA E ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR COM ARQUITETOS E ENGENHEIROS NA CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIOS ARQUIVÍSTICOS

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia



Competência do arquivista e atuação multidisciplinar com arquitetos e engenheiros na construção e adaptação de edifícios arquivísticos

Ana Cristina de Souza
Eliana Maria dos Santos Bahia

Resumo:

Idealizar projetos para construção/ adaptação de espaços arquivísticos demanda características com foco na gestão de riscos, desempenho energético e necessidades funcionais que requerem soluções técnicas na conceitualização do edifício. Com o objetivo de mapear competência do arquivista no desenvolvimento de projetos edificatórios para arquivos em contexto brasileiro, estabeleceu-se os objetivos específicos: a) Descrever competência do arquivista no âmbito da construção e adaptação de edifícios arquivísticos; b) Analisar o grau de competências demandadas ao arquivista no desenvolvimento conjunto de projetos edificatórios para arquivos no Brasil. Metodologicamente, a investigação se caracteriza em pesquisa aplicada, exploratória, bibliográfica e descritiva. Limitou-se ao mapeamento de competência por análise documental bibliográfica, agrupamentos baseados em analogia por análise semântica e de conteúdo. Do ponto de vista do método, abordagem quali-quantitativa, com aplicação da pesquisa survey em questionário estruturado sob o modelo de resposta baseado na escala de avaliação tipo Likert. Conclui-se que o arquivista como conhecedor das especificidades do arquivo dotado de conhecimentos, habilidades e atitudes integra autonomia e dinamicidade para exercer trabalho multidisciplinar com arquitetos, engenheiros e demais profissionais condicionantes à obra, na exposição de necessidades, condições técnicas e construtivas, condições de segurança, parâmetros climáticos e ambientais, habilidades para modificação de incongruências, criatividade, inovação, espírito de equipe e boa comunicação que transpõem como resultado edificações arquivísticas apropriadas para sua finalidade.

Palavras-chave: características arquitetônicas; edifícios arquivísticos; construção de arquivos; competência do arquivista.

I INTRODUÇÃO

A memória como representação de uma sociedade coesa configura condição símbolo de um arquivo, cujo na incumbência de preservar a história, necessita de sua estrutura material edificada para assegurar o cumprimento de suas funções, de produção, consulta e utilização no campo científico, conservação e serviço de informação aos cidadãos (Ibáñez Montoya, 2008; Collado López, 2015).

A dimensão social dos arquivos como fontes de memória fomentam o reconhecimento destas instituições como patrimônio cultural, e consequente preocupação pela busca de sua preservação.

Coleções de arquivos contêm uma pluralidade de documentos em diferentes formatos, sobretudo, os documentos em suporte papel exigem condições específicas de armazenamento para sua preservação e acesso. O processo de desmaterialização dos documentos físicos avança com a digitalização documental e rápida disseminação de informações, entretanto, “[...] não anula a existência física dos documentos originais” (Araújo, 2011, p.14) sendo necessário assegurar a sua preservação, com recurso a condições ambientais e comportamento energético que respondam às exigências de uma edificação de arquivo.

Danos decorrentes de carência de medidas de segurança, planejamento e manutenção expressam realidade significativa de edificações arquivísticas no Brasil. Escassos são os edifícios de arquivos projetados para o alcance de uma preservação eficaz em cenário brasileiro. Traduz reflexão acerca do desenvolvimento de políticas públicas e participação do arquivista na prática projetual em âmbito disciplinar da Arquitetura e Engenharia Civil.

Emerge a pergunta da investigação, que competências são necessárias ao arquivista para atuação multidisciplinar com arquitetos e engenheiros na construção e adaptação de edifícios arquivísticos?

Em meio à interação entre as ciências Arquivologia, Arquitetura e Engenharia Civil, âmbitos do conhecimento aparentemente díspares, ao considerar o diálogo entre as competências, soluções e satisfatórios produtos arquitetônicos são obtidos em linhas de investigação convergentes (Collado López, 2015). O compartilhamento de competências denota edifícios arquivísticos inovadores, funcionais, circunspectos e nomeadamente projetados para garantir a segurança das coleções.

Destarte, a proposta desta pesquisa consistiu em mapear competência do arquivista no desenvolvimento de projetos edificatórios para arquivos em contexto brasileiro, sob os objetivos específicos a) descrever competência do arquivista no âmbito da construção e adaptação de edifícios

arquivísticos; b) analisar o grau de competências demandadas ao arquivista no desenvolvimento conjunto de projetos edificatórios para arquivos no Brasil.

2 METODOLOGIA

A caracterização deste estudo classifica-se em pesquisa aplicada, exploratória, bibliográfica e descritiva ao buscar solucionar a problemática da investigação, tendo em vista o desenvolvimento e ampliação do escopo de competência do arquivista por intermédio da descrição do tema.

Limitou-se ao mapeamento de competências por intermédio da análise documental bibliográfica como passo inicial para o processo de identificação de competência específica à orientação dos projetos construtivos para arquivos, mediante agrupamentos baseados em analogias por análise semântica e temática das publicações.

Na busca pelo grau de competências demandadas ao arquivista no desenvolvimento de projetos edificatórios para arquivos em contexto brasileiro, objetivo específico 'b', recorreu-se ao método de pesquisa survey, como técnica de coleta de dados, com a opinião de grupo de especialistas da área estratégica da pesquisa sobre os itens analisados. Elaborou-se questionário estruturado a contemplar o modelo de resposta baseado na escala de avaliação Likert.

A concepção do questionário sobreveio da convergência das informações procedentes da constatação de lacunas/"gaps" de competência por meio de análise bibliográfica e de conteúdo com o propósito de definir categorias e indicadores textuais que permitiram inferir sobre a competência mapeada.

O critério de representatividade atribuído para determinação da amostra da pesquisa concentrou-se na organização dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (CI), Arquitetura e Engenharia Civil das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, considerando os egressos com formação em Arquivologia, Arquitetura, Engenharia Civil e áreas afins, bem como, universidades brasileiras que contemplassem concomitantemente graduação em Arquivologia e programas de pós-graduação em Ciência da Informação, Arquitetura e Engenharia Civil, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Programas de Pós-graduação das regiões do Brasil que contemplam concomitantemente os cursos de CI, Arquitetura e Engenharia Civil.

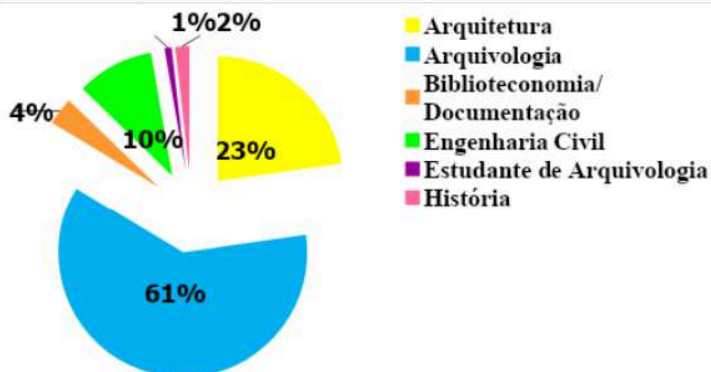
Programas de Pós-Graduação	Sigla	Região
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Sul
Universidade Estadual de Londrina	UEL	Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Sul
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Sul
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Sudeste
Universidade Federal Fluminense	UFF	Sudeste
Universidade Federal Espírito Santo	UFES	Sudeste
Universidade Federal do Pará	UFPA	Norte
Universidade Federal de Paraíba	UFPB	Nordeste
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Nordeste
Universidade Federal da Bahia	UFBA	Nordeste
Universidade de Brasília	UnB	Centro-Oeste

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando-se a média de 100 egressos por curso (Arquitetura, CI, e Engenharia Civil) nos programas de pós-graduação elencados no Quadro 1, determinou-se 2500 egressos como tamanho da população pesquisada, necessitando de uma amostra de 93 respondentes da pesquisa para o nível de confiança de 95%, erro amostral +/- 10% e Split 50/50.

Definidos os critérios de seleção, classificação e caracterização da população e amostra da pesquisa, alcançou-se o número de 110 participantes respondentes, com abrangência de todos os tipos de atores identificados para a área estratégica da investigação (Figura 1). O total de participantes obteve-se mediante aplicação de questionário disponibilizado online via link gerado pelo serviço Formulários Google, por meio das plataformas de comunicação: e-mail aos Programas de Pós-Graduação considerados como amostra de pesquisa, e-mail a profissionais formados concernente ao universo da pesquisa e divulgação do questionário em grupos específicos do WhatsApp, Facebook e Instagram. O período de aplicação do questionário compreendeu entre 01 de setembro a 02 de dezembro de 2020.

Figura 1 - Participantes da pesquisa distribuídos por área de conhecimento.



Fonte: Dados da pesquisa.

Devido ao período vivenciado pela pandemia por COVID-19 e à consequente sensibilidade das pessoas em meio às ocorrências, restrição de tempo e capital elegeram-se variação maior dos resultados a partir de um nível de confiança de 95% e erro amostral de 10%, permitindo abrangência maior para o recebimento das respostas e coleta dos dados, de modo a tornar-se uma pesquisa convidativa e confortável quanto à participação dos profissionais.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

No que se refere à caracterização da competência do arquivista no desenvolvimento de projetos para edificações arquivísticas, obteve-se a análise estatística dos dados mediante aplicação de questionário online. Para cada item questionou-se o grau de relevância e demanda de aplicação de competência em escala likert de 1 a 5, atribuindo 1- para não relevante, 2 - pouco relevante, 3 - medianamente relevante, 4 - muito relevante e 5 - totalmente relevante.

Os itens avaliados foram subdivididos em onze elementos síntese de competência, com a integração de conhecimentos, habilidades e atitudes descritas em cada tópico investigado (Tabela 1).

Tabela 1 - Graus de relevância atribuídos aos elementos síntese de competência.

Escala de percepção e demanda dos elementos de competência do arquivista no desenvolvimento de projetos edificatórios para arquivos					
Elementos síntese de competência	Não relevante	Pouco relevante	Medianamente relevante	Muito relevante	Totalmente relevante
	1	2	3	4	5
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Capacidade de avaliar o terreno e entorno urbano e especificar áreas propensas a segurança do acervo	4 3%	10 9%	16 15%	31 28%	49 45%
Capacidade para delinear programa de necessidades	1 2%	4 3%	15 14%	29 26%	61 55%
Capacidade para prever sobrecarga e resistência estrutural	14 13%	11 10%	15 14%	17 15%	53 48%
Capacidade de enumerar materiais construtivos que garantam a durabilidade do edifício	15 14%	17 15%	20 18%	27 25%	31 28%
Capacidade de sistematizar largura e profundidade dos módulos de estantes, mobiliário, portas e janelas e sua disposição no projeto	2 2%	6 5%	16 15%	28 25%	58 53%
Capacidade de orientar quanto à instalações elétricas, hidráulicas e infra-estruturais	5 5%	11 10%	25 23%	30 27%	39 35%
Capacidade de prever acessibilidade e segurança do edifício e seu entorno	3 3%	8 7%	21 19%	24 22%	54 49%

Capacidade para elaborar plano de prevenção, segurança, emergência e conservação preventiva	3 3%	7 6%	15 14%	13 12%	72 65%
Capacidade de inferir sobre parâmetros climáticos e termo estabilidade dos depósitos e áreas comuns	2 2%	6 5%	25 23%	26 24%	51 46%
Capacidade de enumerar critérios de sustentabilidade e materiais de baixo impacto ambiental no projeto	4 4%	19 17%	29 26%	26 24%	32 29%
Organização sistemática das especificações e interdisciplinaridade	0 0%	7 7%	19 17%	41 37%	43 39%

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados da pesquisa.

Dados os indicadores, na **“capacidade para elaborar plano de prevenção, segurança, emergência e conservação preventiva”** destaca-se um número de 72 respondentes favoráveis ao elemento com a percepção de “totalmente relevante”, seguido da **“capacidade para delinear programa de necessidades”** com 61 respondentes para o grau “totalmente relevante”.

A percepção atesta a necessidade de avaliar riscos, determinar prioridades na proteção das coleções e destinar recursos para proteção do edifício, bem como, saber reagir frente e antecipadamente aos riscos estabelecendo medidas preventivas básicas iniciadas no projeto de construção/adaptação do arquivo.

Os índices relativos à **“capacidade para delinear programa de necessidades”** com a segunda maior taxa de concentração de alta relevância pelos respondentes da pesquisa, sublinha a relevância que os conhecimentos arquivísticos atribuem à compreensão das condições físicas e ambientais necessárias à preservação documental e arquitetônica do edifício (Araújo, 2018).

O planejamento do projeto inicia-se com o programa de necessidades, elaborado com a participação de todos os agentes intervenientes a obra (Collado López, 2015). O programa de necessidades circunscrito pelo arquivista ao inferir todas as necessidades do arquivo, sob uma base de diálogo sólida e coerente com arquitetos e engenheiros, denota a projeção de construções recomendáveis e abstraídas de possíveis riscos à segurança da documentação.

Com 53% das respostas para “totalmente relevante”, o elemento **“capacidade de sistematizar largura e profundidade de módulos de estantes, mobiliário, portas e janelas e sua disposição no projeto”**, corrobora com Romero Garuz (2010) ao salientar que o requisito mínimo em projetos edificatórios consiste em uma lista de verificação de todos os espaços e áreas destinadas à sua funcionalidade, contemplando tamanhos,

inter-relações e funções de cada ambiente, disposição de móveis e equipamentos, informações condizentes a cada tipologia de arquivo, cujo arquivista necessita estar instruído no diálogo acerca do projeto.

Duas variáveis apresentaram discrepância nos níveis de percepção relativos aos demais elementos: a **“capacidade de enumerar materiais construtivos que garantam a durabilidade do edifício”** com 25% para “muito relevante” e 28% para “totalmente relevante”, e **“capacidade de orientar quanto às instalações elétricas, hidráulicas e infra-estruturais”** com 27% para “muito relevante” e 35% para “totalmente relevante”. Entretanto, os critérios utilizados na escolha dos materiais traduzem preocupações de durabilidade e manutenção, associadas às exigências de conforto térmico e às condições de estabilidade ambiental requeridas nos depósitos (Araújo, 2018). Indica que o arquivista necessita conhecer especificações de segurança de arquivos, bem como, tipos de materiais apropriados, de resistência e de baixo impacto, orientando àqueles aconselháveis à obra.

Quanto às instalações prediais, oportuno direcionar atenção no desenvolvimento do projeto, conforme normas técnicas vigentes. Convida o arquivista a estar provido de conhecimentos acerca das normas e suas aplicações, cujo instruirão no momento do diálogo com os demais profissionais do projeto.

Notoriamente, a variável com escore médio inferior às demais, **“capacidade de enumerar critérios de sustentabilidade e materiais de baixo impacto ambiental no projeto”**, indica ao arquivista conhecimentos sobre critérios de sustentabilidade e economia energética, sobretudo, ao consumo destinado ao sistema de climatização. A arquitetura impõe novos modelos eficientes que pretendem conforto térmico com menor gasto energético possível e menor impacto ambiental, nomeada arquitetura bioclimática, “[...] cujos princípios podem aplicar-se perfeitamente à construção de arquivos” (Sainz Varela, 2007, p. 317). Infere aos arquivistas atentarem-se às mudanças e tendências globais.

Sobre a **“capacidade de avaliar o terreno e entorno urbano e especificar áreas propensas a segurança do acervo”**, o resultado com taxa para alta relevância corrobora com Ibáñez Montoya (2008) ao salientar que as análises geográficas e climatológicas são transcendentais na construção de um arquivo. Compete ao arquivista, a percepção, conhecimento e habilidade para diagnosticar localização livre de riscos, associando os aspectos urbanísticos aos funcionais em meio ao planejamento do projeto.

Em relação à **“capacidade de prever acessibilidade e segurança do edifício e seu entorno”**, 49% dos respondentes apreciaram o elemento como “totalmente relevante”. Denota a preocupação com a garantia de mobilidade edificatória, e acessibilidade, alcance para utilização dos espaços com segurança, autonomia e potencialidade para transporte de documentos, e, aptidão para destacar entradas especiais visando à segurança da entrada e saída de documentos.

Da **“capacidade para prever sobrecarga e resistência estrutural”**, o resultado corresponde à necessidade de o arquivista apresentar as principais condicionantes relativas à sustentação da estrutura edificatória, as quais garantirão amparo e resistência às diferentes cargas em função de cada ambiente, prevendo a demanda de ampliação futura (Vinyes; Ros, 2009).

Consoante à **“capacidade de inferir sobre parâmetros climáticos e termo estabilidade dos depósitos e áreas comuns”** os resultados apontam para alta taxa de relevância, que reforça as afirmações expostas por Romero Garuz (2010), ao referir-se que o estudo do solo, localização do prédio e distribuição de superfícies e suas funcionalidades auxiliam na definição dos fluxos e inferência de faixas adequadas de temperatura e umidade relativa interior à edificação. O arquivista, enquanto conhecedor das condições inerentes a cada dependência, necessita orientar quanto à disposição dos espaços e equipamentos condizentes com parâmetros de temperatura, umidade relativa do ar e iluminação estabelecidos para preservação das coleções em cada contexto.

Quanto à **“organização sistemática das especificações e interdisciplinaridade”**, 39% dos respondentes o consideraram como um elemento “totalmente relevante”. Conduz a necessidade de o arquivista buscar interação e expertise no âmbito da arquitetura e engenharia civil com espírito de equipe, habilidade de comunicação, capacidade crítica e inovadora levando em consideração às condicionantes e exigências para uma preservação eficaz, a transmitir da melhor maneira possível seus conhecimentos aos atores considerados no desenvolvimento do projeto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se com esta pesquisa que o arquivista como conhecedor das especificidades de um arquivo integra competência para exercer trabalho dinâmico e multidisciplinar com arquitetos, engenheiros e demais profissionais condicionantes ao projeto, na exposição de necessidades,

revisão de conceitos, modificação de incongruências e acompanhamento construtivo que transpõem como resultado uma edificação propícia e eficaz.

Demanda ao arquivista, a capacidade para gerenciar riscos a partir de informações urbanísticas, especificações técnicas e previsão de elementos de segurança, com competência crítica e analítica, adaptabilidade, iniciativa, soluções de inovação e desempenho para delinear projetos de arquivos operantes e destituídos de riscos.

A ênfase na convergência de competências repercute na projeção de edifícios funcionais e projetados a resguardar história e memória, a partir do diálogo multidisciplinar entre arquivistas, arquitetos e engenheiros, adequando a obra às necessidades reais do serviço.

REFERÊNCIAS

ARÁÚJO, Vítor Carvalho. **Edifícios de arquivo: futuros para o passado**. Portugal: Caleidoscópio, 2018.

ARÁÚJO, Vítor Carvalho. Arquitetura e arquivística: transparências, opacidades e outras vontades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS. GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO, 10., Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2011. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/15>. Acesso em: 15 out. 2022.

COLLADO LÓPEZ, Maria Luisa. **La Construcción de edificios para archivos: Análisis y evaluación de La edificación de Archivos Históricos**. 2015. 411 f. Tese (Doctorado) – Documentación, Departamento de Comunicación Audiovisual Documentación e Historia del Arte, Universitat Politècnica de València, València, 2015.

IBÁÑEZ MONTOYA, Joaquín. **Los archivos: cómo construirlos**. Colección Archivos Siglo XXI, España: Trea, Gijón, 2008.

ROMERO GARUZ, Santi. Arquitectura y biblioteca: juntos desde el inicio. **Revista BID: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 25., 2010. Disponível em: <http://bid.ub.edu/25/romero2.htm>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SAINZ VARELA, Jose Antonio. Los edificios de archivo, debates pendientes de La arquitectura de archivos em España: representatividad, bioclimatización y musealizaciones. **Boletín de La Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas (ANABAD)**, Tomo, Madrid, v. 57, n.1, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/33192314/Los_edificios_de_Archivo._Debates_pendientes_de_la_arquitectura_de_Archivos_en_Espa%C3%B1a_representatividad_bioclimatizaci%C3%B3n_y_musealizaciones._2007_. Acesso em: 15 mar. 2022.

VINYES, Mercè Font i; ROS, Josep Girabal i. **Criterios para la construcción de archivos**. Generalitat de Catalunya: Departament de Cultura, 2009. Disponível em: https://cultura.gencat.cat/web/.content/dgpc/arxius_i_gestio_documental/06_plans_d_actuacio_documento_tecnica/documentacio_tecnica/criteris_constructius__castella__cc.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Ana Cristina de Souza

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: souza.ana3028@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6891-7291>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (2022 - 2026). Bolsista FAPESC (2022 - 2026). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina - PGCIN/UFSC (2021). Bolsista do CNPq (03/2018-02/2020). Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013.2-2017.1). Participou do Programa de Bolsa de Extensão na Coordenadoria de Arquivo Central da UFSC de novembro de 2013 a outubro de 2014. Foi estagiária no Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis de novembro de 2014 a agosto de 2015, estagiou no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina de setembro de 2015 a junho de 2017. Atualmente é Pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Arquivos Contemporâneos - NUPEAC - Linha de pesquisa: Arquitetura e Documentação.



Eliana Maria dos Santos Bahia

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: eliana.maria@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4037-3189>

Doutora pela Universidad Carlos III de Madrid- Espanha (2016), Revalido/reconhecido no Brasil ao título de Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em História do Brasil Meridional pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), Especialização em Organização e Administração de Arquivos Públicos e Empresariais em Conservação e Preservação do Arquivo Permanente de José Arthur Boiteux 1865-1932, pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988). Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC (1980). Atua desde 1993 como professora titular da Universidade Federal Santa Catarina no Centro de Ciência da Educação no Departamento de Ciência da Informação, professora associada IV.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 6

A DESINFORMAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA VERIFICAÇÃO DE NOTÍCIAS: UMA NETNOGRAFIA SOBRE A COMUNIDADE ONLINE QUE COMENTOU NAS PUBLICAÇÕES DA AGÊNCIA LUPA NO TWITTER DURANTE AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022

Camila Letícia Melo Furtado

Thiago Magela Rodrigues Dias



A desinformação sob a perspectiva da verificação de notícias: uma netnografia sobre a comunidade online que comentou nas publicações da Agência Lupa no Twitter durante as eleições brasileiras de 2022

Camila Letícia Melo Furtado
Thiago Magela Rodrigues Dias

Resumo:

Nesta pesquisa foi feita uma netnografia a partir dos comentários feitos nas publicações de verificação de notícias feita pela Lupa no Twitter. A análise foi feita em duas partes, o período pré-eleitoral e pós-eleitoral, e para a sua realização foi utilizado o Iramuteq, um software de análise de dados textuais, no qual foi construída uma nuvem de palavras com os assuntos mais mencionados, e também realizada uma Classificação Hierárquica Descendente - CHD, na qual foi possível identificar as tipologias textuais encontradas nos comentários e suas semelhanças. Os resultados apontaram para sete grupos de segmentos de texto no primeiro período de análise e oito no segundo. Eles indicaram que a maioria dos posicionamentos identificados são contra o trabalho da Lupa e acham que a agência agiu de forma desonesta e parcial para eleger o atual presidente e defender o TSE de ter sido conivente com a suposta fraude nas urnas. A conclusão foi que a produção de desinformação eleitoral, que tende a incitar manifestações antidemocráticas, é pensada e formulada com base em acontecimentos históricos como os golpes de Estado dos anos de 1937 e 1964, durante a ditadura militar. Além disso, concluiu-se que os esforços de combate à desinformação existentes são bem projetados, mas não alcançam a grande massa, logo, é preciso repensar maneiras de comunicação assertiva e aplicá-la nos espaços digitais de interações online.

Palavras-chave: desinformação; pós-verdade; eleições; fact-checking; sociedade da informação.

I INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo, os avanços da comunicação ganharam proporções alarmantes na chamada sociedade da informação. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) evoluíram e se adequaram aos moldes de entretenimento da contemporaneidade (Castells, 1991).

Compreender o cenário da desinformação tem se tornado cada vez mais desafiador. A complexidade de elementos que se conectam em uma realidade que está mudando constantemente cria um contexto em que o engano está sempre presente, ultrapassando as barreiras estabelecidas pelas tentativas de prevenção e combate do problema. Tanto a literatura quanto os eventos sociopolíticos recentes indicam que a compreensão e a abordagem da desinformação exigem esforços em todas as áreas, envolvendo todas as instituições e atores sociais. A manipulação da opinião pública, frequentemente destacada como o principal objetivo dos atos desinformativos, têm gerado resultados cada vez mais intensos e violentos (Figueiredo; Ferreira; Lima, 2023).

A desinformação sempre existiu na política brasileira. No entanto, as preocupações em relação a isso aumentaram devido ao alcance e à velocidade da Internet. O que antes era um problema ocasional, afetando instituições em locais e momentos específicos, agora é uma ameaça estrutural à democracia. As campanhas de desinformação, ao colocar em risco a confiança das pessoas em instituições como o parlamento, os partidos e os meios de comunicação social, também intensificam as divisões ideológicas, polarizando e radicalizando sociedades (Santos-D'Amorim; Miranda, 2021).

Esses agravantes proporcionam poder a quem entende como funciona a desinformação e sabe planejar estrategicamente um conjunto de notícias tendenciosas a fim de atingir um objetivo, seja ele qual for. A partir disso, surgiram estratégias de *marketing* político, baseadas em manipulação de informações. As ações desinformativas que protagonizaram os períodos eleitorais afetam a relação das pessoas a nível ideológico e traz à tona a seguinte questão: **qual a influência da verificação de notícias em relação aos posicionamentos dos usuários, identificados nos comentários das publicações da Agência Lupa no Twitter durante o período das eleições presidenciais de 2022 no Brasil.** Para isso, esta pesquisa possui como objetivo geral analisar a influência da verificação de notícias nos posicionamentos encontrados nos comentários das publicações da Agência Lupa no Twitter durante o período das eleições presidenciais de 2022 no Brasil.

E para atingir esse objetivo, elencam-se os objetivos específicos a) Analisar os fenômenos da desinformação e pós-verdade nos processos eleitorais; b) Descrever o trabalho da Agência Lupa no Twitter antes e depois do dia da eleição presidencial de 2022 no Brasil e c) Identificar a relação entre as notícias falsas verificadas com os comentários feitos pelas contas de usuário nas publicações da Agência Lupa no Twitter durante o período das eleições de 2022.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através do método de netnografia ou etnografia digital que, de acordo com Kozinets (2014), se trata de uma adaptação metodológica da etnografia tradicional, fazendo utilização de um conjunto de métodos que trabalham em harmonia para a construção de novos olhares nas ciências sociais.

A netnografia, por sua vez, se caracteriza pela utilização dos métodos etnográficos a partir da Comunicação Mediada por Computador (CMC) ou das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O foco de estudo abrange as comunidades online, que podem ser grupos de notícias, um determinado mundo virtual, um tipo de comportamento em rede social, um padrão linguístico ou vinculação em blogs, entre outros (Ibid).

Nesta pesquisa, foi realizada uma netnografia “pura” e observacional não participante, que parte de uma coleta de dados realizada de forma online e íntegra, onde não há elementos presenciais importantes (Ibid). Na Tabela 4, foram utilizadas cinco etapas da etnografia tradicional aplicadas à netnografia, explicadas abaixo de acordo com as características deste estudo:

Tabela 4 - Etapas da Netnografia.

ETAPAS	DEFINIÇÃO	APLICAÇÃO NA PESQUISA
1	Definição das questões de pesquisa, websites sociais ou tópicos a investigar.	Questão da pesquisa: qual a influência da desinformação eleitoral, propagada no Twitter e verificada pela Agência Lupa, no comportamento informacional das pessoas durante as eleições presidenciais de 2022 no Brasil?
2	Identificação e seleção de comunidade.	Comunidade: usuários que comentaram nas publicações de verificação de notícias feitas pela Agência Lupa no Twitter.

Brasil. E para atingir esse objetivo, elencam-se os objetivos específicos a) Analisar os fenômenos da desinformação e pós-verdade nos processos eleitorais; b) Descrever o trabalho da Agência Lupa no Twitter antes e depois do dia da eleição presidencial de 2022 no Brasil e c) Identificar a relação entre as notícias falsas verificadas com os comentários feitos pelas contas de usuário nas publicações da Agência Lupa no Twitter durante o período das eleições de 2022.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através do método de netnografia ou etnografia digital que, de acordo com Kozinets (2014), se trata de uma adaptação metodológica da etnografia tradicional, fazendo utilização de um conjunto de métodos que trabalham em harmonia para a construção de novos olhares nas ciências sociais.

A netnografia, por sua vez, se caracteriza pela utilização dos métodos etnográficos a partir da Comunicação Mediada por Computador (CMC) ou das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O foco de estudo abrange as comunidades online, que podem ser grupos de notícias, um determinado mundo virtual, um tipo de comportamento em rede social, um padrão linguístico ou vinculação em blogs, entre outros (Ibid).

Nesta pesquisa, foi realizada uma netnografia “pura” e observacional não participante, que parte de uma coleta de dados realizada de forma online e íntegra, onde não há elementos presenciais importantes (Ibid). Na Tabela 4, foram utilizadas cinco etapas da etnografia tradicional aplicadas à netnografia, explicadas abaixo de acordo com as características deste estudo:

Tabela 4 - Etapas da Netnografia.

ETAPAS	DEFINIÇÃO	APLICAÇÃO NA PESQUISA
1	Definição das questões de pesquisa, websites sociais ou tópicos a investigar.	Questão da pesquisa: qual a influência da desinformação eleitoral, propagada no Twitter e verificada pela Agência Lupa, no comportamento informacional das pessoas durante as eleições presidenciais de 2022 no Brasil?
2	Identificação e seleção de comunidade.	Comunidade: usuários que comentaram nas publicações de verificação de notícias feitas pela Agência Lupa no Twitter.

3	Observação participante da comunidade (envolvimento, imersão) e coleta de dados (garantir procedimentos éticos).	Neste estudo foi realizada uma observação não participante da comunidade, tendo seus dados coletados através de uma versão gratuita do Google Sheet chamada TAGS, que permitiu a recuperação de dados do Twitter no período de 25 de outubro de 2022 até 07 de novembro de 2022.
4	Análise de dados e interpretação iterativa de resultados.	A análise dos dados foi feita através do Iramuteq, um software de análise de dados textuais. No qual foram realizadas análises de nuvem de palavras e Classificação Hierárquica Descendente – CHD.
5	Redação, apresentação e relato dos resultados de pesquisa e/ou implicações teóricas e/ou práticas.	Os resultados mostram a influência das informações manipuladas na concepção das pessoas sobre a verificação de notícias como uma iniciativa de combate aos distúrbios informacionais.

Fonte: Kozinets (2014, p. 63).

Os dados foram coletados através da plataforma TAGS – Twitter Arquivamento Google Sheet, um modelo do Google Sheet que permitiu a recuperação dos resultados de busca do Twitter de forma automatizada. A coleta foi realizada entre os dias 25 de outubro e 07 de novembro de 2022. A partir do dia 02 de fevereiro de 2023, o Twitter retirou a gratuidade da Interface de Programação de Aplicativos (API), impedindo que novas planilhas com os dados do Twitter fossem geradas após o dia 09 de fevereiro do mesmo ano, deixando apenas as já existentes disponíveis para uso (TAGS, 2023).

A busca na TAGS foi feita diariamente com a palavra-chave “agência lupa”, que, ao ser colocada no buscador, gerou uma planilha por dia com comentários, retweets, menções e outras informações de perfis que interagiram com as publicações da Agência Lupa. No total foram recuperadas 179 publicações e 1.838 comentários. Para organizar os dados e obter esses números, foi necessário utilizar a biblioteca de Python, Pandas no Google Colab, com a função “lambda” para gerar uma planilha só com as publicações e outra só com os comentários.

Ao realizar as análises no Iramuteq, foi preciso preparar os dados das planilhas de acordo com as orientações dos manuais do software. Esse processo foi realizado somente com os comentários, já as publicações feitas pela Agência Lupa foram descritas na seção 5 da pesquisa, sem a necessidade de tratar os dados da planilha, que serviu apenas como um instrumento norteador.

Para melhor realizar a padronização dos dados e obter a compatibilidade do documento com o software, os comentários passaram por uma limpeza na qual foram removidos elementos como risada, emojis, palavrões e xingamentos. Também foi feita uma revisão da pontuação, acentuação e ortografia. Após isso, os dados foram divididos em dois documentos [corpus textual] referentes aos períodos pré e pós-eleitoral, e separados por dia, através da linha de comando **** *DIA_nº do dia. Depois desse procedimento foram feitas as análises de nuvem de palavra e Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que serão descritas na próxima seção.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

As publicações foram descritas, uma a uma, por parágrafo, separadas por categorias, com título em negrito, seguido do resumo da notícia. As categorias são as mesmas determinadas pela Lupa no site da agência, que totalizam 11, sendo elas: reportagens - 8 publicações; acontecendo na Lupa - 1 publicação; na mochila - 1 publicação; opinião - 2 publicações; artigos - 1 publicação; explicador - 1 publicação; lives - 2 publicações; verificações - 13 publicações; checagem das falas dos candidatos nos debates - 45 publicações; checagem das falas dos candidatos durante a campanha eleitoral - 14 publicações. No total foram 88 publicações que foram consideradas para esta pesquisa. Já o período pós-eleitoral vai do dia 31 de outubro até 07 de novembro. As publicações foram descritas por categoria, a mesma do site da Agência Lupa. As categorias foram: reportagens - 2 publicações; opinião - 1 publicação; explicador - 1 publicação; verificações - 18 publicações. No total foram 22 publicações.

As análises executadas no *software* IRAMUTEQ, foram feitas com os dados da planilha de comentários, mencionada na seção de coleta e organização dos dados. Os comentários, que vão do dia 25 de outubro até 07 de novembro de 2022, foram divididos em duas partes, formando dois corpus textuais e cada um foi analisado individualmente. Cada corpus corresponde aos períodos pré-eleitoral, que vai do dia 25 ao dia 30 de outubro e pós-eleitoral, que vai do dia 31 de outubro ao dia 07 de novembro. No primeiro período foram identificados 366 Segmentos de Texto (ST) e no segundo 282.

A CHD do período pré-eleitoral resultou em dois subcorpus. O primeiro com 69 segmentos de texto, que abrange as classes 2 e 3. O segundo contabilizou 232 segmentos de texto, que correspondem às classes 6, 1, 7, 4 e 5. A descrição dos subcorpus e suas respectivas classes, descritas abaixo:

SUBCORPUS 1: SUPOSTA FRAUDE NA PROPAGANDA ELEITORAL

- **Classe 2:** contas que atribuem a responsabilidade da suposta fraude eleitoral ao Supremo Tribunal Federal (TSE).
- **Classe 3:** contas que não responsabilizam o TSE pela suposta fraude eleitoral.

SUBCORPUS 2: DEBATE PRESIDENCIAL NA REDE GLOBO

- **Classe 6:** contas que acreditam que houve imparcialidade na checagem das falas dos candidatos.
- **Classe 1:** contas que discordam das checagens das falas dos candidatos por motivos partidários.
- **Classe 7:** contas que discordam da etiquetagem atribuída à verificação das falas dos candidatos.
- **Classe 4:** contas que não concordam com a metodologia utilizada para a checagem da fala do candidato Lula em relação à estatística sobre a fome no Estado de São Paulo.
- **Classe 5:** contas que acharam a metodologia ruim.

A análise do período pós-eleitoral em dois subcorpus e um tema solto. O primeiro contém 67 segmentos de texto e abrange as classes 1 e 4. O segundo possui 140 segmentos de texto e abrange as classes 7, 6, 5, 2 e 3. A classe 8 representa o tema solto e possui 27 segmentos de texto, como pode ser observado abaixo:

SUBCORPUS 1: INSATISFAÇÃO DAS PESSOAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO

- **Classe 1:** contas que discordam da vitória do presidente Lula por receio da sua conduta quanto ao uso do dinheiro público.

- **Classe 4:** contas que desacreditam o resultado da eleição relacionando a vitória do presidente Lula ao trabalho de checagem de notícias feito pela Agência Lupa durante o período eleitoral.

SUBCORPUS 2: CONCORDÂNCIA DAS PESSOAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

- **Classe 7:** contas que acreditam na verificação de notícias realizada pela Agência Lupa como uma medida para combater a desinformação nas eleições.
- **Classe 6:** contas que desacreditam a ideia de que houve fraude nas urnas.
- **Classe 5:** contas que acreditam na importância da verificação de notícias.
- **Classe 2:** contas que acreditam na competência e imparcialidade da Agência Lupa na verificação de notícias.
- **Classe 3:** contas que questionam a imparcialidade da Agência Lupa na verificação das notícias.
- **Classe 8 (tema solto):** desacreditabilidade das pessoas em relação ao áudio atribuído a Ciro Gomes, vazado no WhatsApp, confirmando golpe militar caso a vitória de Lula seja confirmada.

A partir disso, foi possível organizar uma discussão dos resultados que gerou os seguintes apontamentos:

a) A agência Lupa realizou um trabalho intenso de verificação de notícias durante as eleições e, apesar disso, foi possível perceber que o *fact-checking* não reverte os posicionamentos sobre determinada notícia mesmo depois de ter sido desmentida e suas postagens não possuem nem metade do alcance de uma *fake news*.

b) As notícias falsas construídas a partir de uma situação real, em que apenas alguns dados são tirados de contexto, apresentaram mais poder de persuasão sobre os perfis.

c) A maioria dos segmentos de texto encontrados no corpus textual demonstrou posicionamentos que iam contra o *fact-checking*. No total de 15 classes, 9 não aprovam a verificação de notícias da Agência Lupa e 6 aprovam.

d) Entre os assuntos que se destacaram entre os comentários estão a inutilidade do TSE, censura, fraude nas eleições, apelo às manifestações e partidarismo baseado em difamação.

e) A desinformação eleitoral foi projetada para impor um sentimento golpista nos eleitores, através de notícias embasadas nos períodos da ditadura militar que se estabeleceram através de golpe de Estado. Logo, as pessoas que cometeram o atentado aos prédios dos três poderes, no dia 8 de janeiro de 2023, agiram motivadas por uma falsa ideia de estarem sendo amparadas pela lei.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características da sociedade atual ficam muito evidentes quando se considera o ambiente virtual das redes sociais: o fluxo informacional intenso das mídias tem um grande poder de influência, tanto individualmente na construção do comportamento informacional dos indivíduos, quanto coletivamente nas questões sociais em geral. Esse contexto, apesar de possuir um lado promissor, é preocupante a partir do momento em que estratégias de manipulação da informação são utilizadas para fins políticos, em processos eleitorais, onde o resultado da eleição pode ser definido de acordo com a produção de desinformação nas redes sociais.

Isso acontece porque existem mecanismos como o Big Data, atrelado a algoritmos que realizam estudos de comportamento e personalidade dos eleitores de forma individual, possibilitando a disseminação personalizada de informações em um ambiente que realiza também a atividade de bolhas informacionais e câmaras de eco, na qual impossibilita a interação das pessoas com conteúdos contrários às suas crenças e ideologias.

A base científica de estudos que comprovam que as redes sociais são responsáveis por causar um contágio emocional entre pessoas que interagem no ambiente *online*, apesar de importante e necessária para entender as estruturas das relações interpessoais na Internet, também servem como base para instruir e especializar organizações ou pessoas que produzem desinformação. As notícias fraudulentas que circulam pelos meios midiáticos não são produzidas de forma aleatória, mas sim pensadas de forma estratégica e com referências históricas, como o incentivo ao golpe de Estado.

O caso do atentado aos prédios dos Três Poderes do dia 8 de janeiro de 2023 reflete as consequências da manipulação da informação, que é direcionada para a formação de opinião pública. Pode parecer difícil de

acreditar que as pessoas vandalizaram patrimônios públicos valiosos em nome da pátria, mas quando se olha para a desinformação eleitoral, é possível entender que há um contexto bem construído e persuasivo no qual existe um mundo fictício propositalmente formulado, que levou as pessoas a acreditarem que estavam agindo amparadas pela lei, quando na verdade estavam cometendo um crime.

Sobre o combate à desinformação eleitoral, é possível notar que as práticas de fact-checking feitas pela Agência Lupa são de compromisso com a confiabilidade informacional e abrangem um vasto ramo de ferramentas que ajudam a esclarecer o fenômeno da desinformação, assim como se prevenir contra ele. Porém, foi visto que, mesmo com todos esses esforços, o alcance dessa prática jornalística não chega nem perto de se comparar com a longevidade da desinformação.

Logo, a sugestão desta pesquisa para continuar na linha de frente do problema, é incentivar novas formas de imersão nos debates digitais e estudar maneiras de comunicação acessível, para que o conhecimento chegue nas pessoas mais atingidas. Além disso, através da metodologia de netnografia, podem ser feitas investigações sobre a desinformação pela perspectiva das comunidades online que interagem com canais digitais online através das mídias sociais. Nesse espaço há um universo de possibilidades, como, por exemplo, a observação do impacto do fenômeno da desinformação no posicionamento dos eleitores nas próximas eleições. Isso permite que os pesquisadores que optarem por seguir esta metodologia possam tirar conclusões que dizem se houve influência, ou não, das notícias fraudulentas no resultado da eleição; se há uma motivação histórica por trás das intenções de quem propaga a desinformação; comparar conteúdos e promover uma análise com base na ação e efeito; entre outras possibilidades.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

FIGUEIREDO, Suely; FERRARI, Luís Carlos; LIMA, Davino. **Desinformação, ingrediente da desordem: um resgate crítico de fake news**. Curitiba: Appris, 2023.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. São Paulo: Penso Editora, 2014.

TAGS. **Need a Twitter Archiving Google Sheet?**. [S.l.], 2023. Site: tags.hawksey.info. Disponível em: <https://tags.hawksey.info/>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS-D'AMORIM, Karen; MIRANDA, Májory Fernandes de Oliveira. Informação incorreta, desinformação e má informação: Esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**, Florianópolis, v. 26, p. 01-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/76900>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Camila Letícia Melo Furtado

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: camilla.melo.f@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2098-3089>

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestrado em Ciência da Informação - PGCIN/UFSC (2024). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2022). Tem como foco temático o fenômeno da desinformação nas redes sociais.



Thiago Magela Rodrigues Dias

Divinópolis, MG

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
(CEFET/MG) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: thiagomagela@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5057-9936>

Doutor em Modelagem Matemática e Computacional pelo CEFET-MG (2016) tendo trabalhado com Bibliometria, Extração de Dados Científicos e Análise de Redes de Colaboração Científica. Mestre em Modelagem Matemática e Computacional pelo CEFET-MG (2008). Possui graduação em Ciência da Computação pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR (2004), além de Especialização em Produção de Software - com Ênfase em Software Livre pela UFLA (2007) e Especialização em Melhoria do Processo de Software, UFLA (2007). Atua como Professor no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) lecionando disciplinas na Graduação e Pós-graduação da instituição. Professor do Programa de Pós-graduação em Modelagem Matemática e Computacional do CEFET-MG e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também tem atuação como Colaborador em Projetos no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 7

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

Claudia Carmem Baggio
Ursula Blattmann



Análise das políticas de informação das Universidades Federais do Brasil

Claudia Carmem Baggio
Ursula Blattmann

Resumo:

Esta pesquisa teve por objetivo a identificação das políticas implantadas nos repositórios das 63 Universidades Federais do Brasil onde se pôde compreender a importância de fomentar mecanismos para dar visibilidade à produção acadêmica. Utilizou-se a pesquisa documental como método de coleta de dados nos repositórios institucionais selecionados. Foram selecionados para análise aqueles que contemplaram em todo seu escopo aspectos organizacionais, técnicos e legais ou que possuíam características de um programa de preservação digital. Entre os resultados destacaram-se as 20 Universidades Federais Brasileiras que possuíam políticas de informação instituídas e disponibilizadas nos seus websites. A conclusão possibilitou oferecer subsídios aos dirigentes dos repositórios para construção de políticas de informação, estas políticas facilitam a organização e a disseminação da informação, o que traz benefícios tanto para a comunidade científica e institucional quanto para a sociedade de um modo geral.

Palavras-chave: Política de informação; política de preservação digital; preservação digital; repositórios institucionais; universidades federais brasileiras.

I INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procurou-se analisar quais Universidades Federais Brasileiras possuem repositórios institucionais implantados e políticas formalizadas e disponibilizadas aos usuários, selecionou-se para análise aquelas que contemplavam seus aspectos organizacionais, técnicos e legais.

A escolha das instituições que publicaram suas políticas foi realizada por meio de busca na internet diretamente nos websites das instituições. A pesquisa descritiva desenvolveu-se em forma de pesquisa documental apoiada na pesquisa bibliográfica para contextualizar o tema, abrangendo a literatura de temas como Ciência da Informação, Tecnologia, Gestão da Informação, Política de Informação, Política de Preservação Digital e Repositório institucional, tendo cunho qualitativo.

O tema desta pesquisa tratou sobre a análise das políticas de informação dos repositórios das Universidades Federais do Brasil. Surgiu da necessidade de produzir uma estrutura teórica e uma abordagem metodológica adequada a esta problemática, apresentando um conjunto de estratégias que caracterizam sua implementação e funcionamento nestas instituições.

O estudo buscou responder a seguinte questão: Quais são as estratégias de preservação digital inseridas nos processos de gestão dos repositórios das Universidades Federais Brasileiras que atendem ao Edital FINEP/PCAL/XBDB N. 003/2009 e de que maneira estas ações estão formalizadas como política de preservação digital?

Foram investigados os repositórios institucionais contemplados pelo referido Edital, sob o enfoque das políticas de informação, especificamente as atividades desenvolvidas pelas instituições em prol da preservação digital destes repositórios.

Neste estudo são apresentados os aspectos da preservação dos documentos digitais, que têm trazido um conjunto inovador de práticas e de decisões gerenciais que não foram contempladas no passado. Precisa-se levar em conta a necessidade de preservação dos acervos digitais pelos responsáveis e a possibilidade de perda dos registros. No futuro será possível acessar tais documentos e isto se dará por meio da aplicação das técnicas de preservação digital.

O objetivo geral foi investigar as políticas de informação nos Repositórios das Universidades Federais do Brasil que atenderam ao Edital FINEP/PCAL/XBDB N° 003/2009. Para a identificação dessas políticas, formularam-se os objetivos específicos: identificou-se quais as

Universidades Federais Brasileiras que atendem Federais Brasileiras que atendem o Edital FINEP/PCAL/XBDB N° 003/2009 e que possuíam políticas de informação nos seus RI; apontou-se as Universidades Federais Brasileiras que possuíam políticas de preservação digitais disponibilizadas nos websites dos seus repositórios institucionais; investigou-se as políticas de informação das Universidades Federais Brasileiras quanto às políticas de preservação digital e; apresentou-se as estratégias de preservação digital utilizadas nos repositórios institucionais das Universidades Federais Brasileiras.

A importância desse estudo para à Ciência da Informação justificou-se pela repercussão dos repositórios institucionais, que surgiram como alternativa no processo de comunicação científica, pois os impactos estavam acontecendo sobre as universidades, editores comerciais e as agências de fomento, possibilitando a divulgação da produção científica da instituição sem barreiras de acesso e preço.

O intuito desta pesquisa foi analisar a realidade das Universidades Federais do Brasil, quanto à implantação dos repositórios institucionais e a existência de políticas de informação e de preservação digital. A escolha desta temática foi motivada pela necessidade de enquanto bibliotecária de uma Universidade Federal Brasileira, conhecer mais sobre o assunto e colaborar institucionalmente com a criação e regulamentação de uma política de informação para os repositórios institucionais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi considerado e analisado o universo das Universidades Federais de Ensino Superior no Brasil, tendo em vista que as pesquisas científicas realizadas nessas instituições visam também à contínua melhoria dos produtos e dos serviços, tanto para o público interno, sejam eles professores, pesquisadores, servidores e alunos, quanto para seu público externo, neste caso a comunidade em geral. As políticas dos repositórios refletem diretamente naquilo que se armazena nos repositórios dessas instituições.

2 METODOLOGIA

A população desta pesquisa baseou-se na visita ao endereço eletrônico das 63 Universidades Federais do Brasil, selecionando-se as que mantêm repositórios implantados e com acesso on-line e a disponibilidade da existência das políticas de informação. Os websites dos repositórios institucionais e das políticas das Universidades Federais do Brasil foram acessados entre os dias 1 e 25 de setembro de 2015 e revisadas no dia 20 de julho de 2016.

Para a fundamentação teórica desta pesquisa foram coletados dados na literatura produzida por especialistas experientes na área, os quais proporcionam ampla lista de argumentos que mostram a emergência e importância das atividades de preservação relacionadas aos objetos digitais em repositórios.

Foi realizada uma seleção de materiais encontrados em bases de dados on-line de periódicos na área de Ciência da Informação, artigos, teses, textos e páginas web, para um maior esclarecimento do tema a ser abordado pela pesquisa, como os ligados a Ciência da Informação, bibliotecas e tecnologia da informação.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Foram analisadas as 63 Universidades Federais Brasileiras, sendo que 37 possuíam repositórios implantados e disponibilizados com acesso on-line e 20 possuíam políticas implantadas e disponibilizadas com acesso on-line. Almejou-se com os resultados deste estudo, oferecer subsídios aos gestores dos repositórios para construção de políticas de informação e de preservação digital.

Como resultado desta pesquisa, identificou-se nos websites das Universidades Federais Brasileiras os repositórios implantados e disponibilizados aos usuários como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Repositórios implantados e com acesso on-line

Repositórios das 63 Universidades Federais Brasileiras	Número	%
Possuem RI disponibilizados nos <i>Websites</i>	37	58%
Não possuem RI	22	34%
Possuem RI, mas o <i>Website</i> se encontra fora do ar	4	6%

Fonte: Elaboração própria, com dados coletados durante a pesquisa (2016).

Identificou-se nos websites dos repositórios institucionais das universidades pesquisadas que:

58% (n=37) das universidades pesquisadas estão com seus repositórios institucionais em pleno funcionamento, implantados e disponibilizados nos seus websites, o que demonstrou que as equipes gestoras destas universidades tiveram sucesso na implantação dos RI;

34% (n=22) não possuíam repositórios;

6% (n=4) possuíam repositórios, mas os websites das universidades: UFG, UFRB, UFPB e UFAC se encontravam fora do ar por tempo indeterminado, não se tendo acesso para poder verificar a existência ou não do repositório.

Observou-se nos repositórios institucionais das Universidades Federais Brasileiras a necessidade de implantação e disponibilidade dos repositórios com acesso online, ou seja, desenvolvimento de capacidade e de competência para tratar o enorme volume de documentos digitais e definir processos de prestação de serviços à sociedade, pois os repositórios das universidades trazem a oportunidade de se fortalecerem a partir da visibilidade de sua produção acadêmica organizada e disponível, como um retrato fiel de sua instituição a partir do repositório.

O Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica defende que a informação científica esteja livremente disponibilizada na Internet, ou seja, as publicações devem estar irrestritamente disponíveis. Kuramoto comenta que “Criar repositórios não tem custo alto. A Internet também é uma vitrine onde podemos expor nossas ideias e torna-se importante o registro de conteúdos científicos brasileiros na web” (IBICT, 2005).

Os repositórios das Universidades Federais do Brasil trazem para as Instituições Federais de Ensino Superior a "oportunidade de se fortalecerem institucionalmente a partir da visibilidade de sua produção acadêmica organizada e disponível, como um retrato fiel de sua instituição, a partir de seu repositório institucional" (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 19). Neste sentido, a implantação dos repositórios institucionais permitiu que as instituições federais de ensino superior "passassem a pensar na importância do estabelecimento de políticas de informação institucionais, trazendo como resultado prático um melhor gerenciamento da produção científica e sua disseminação para um público cada vez mais amplo" (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 11).

Identificou-se nos websites dos RI das Universidades Federais Brasileiras as políticas implantadas e disponibilizadas nos RI aos usuários como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Repositórios com políticas implantadas

Políticas dos Repositórios das 63 Universidades Federais Brasileiras	Número	%
Não possuem políticas	39	61%
Possuem políticas formalizadas e disponibilizadas nos <i>Websites</i> aos usuários	20	31%
<i>Website</i> do RI se encontra fora do ar	4	6%

O resultado da pesquisa efetuada diretamente nos websites das 63 universidades pesquisadas demonstra que:

61% (n=39) não possuem políticas disponibilizadas nos websites dos repositórios aos usuários;

Apenas 31% (n=20) possuem políticas formalizadas e disponibilizadas nos seus websites aos usuários, a inexistência ou falta de aplicação das políticas de informação nas instituições é apontada como um dos principais fatores para a invisibilidade dos repositórios institucionais;

6% (n=4) os websites dos repositórios das universidades: UFG, UFRB, UFPB e UFAC se encontravam fora do ar.

O resultado apontou que os repositórios necessitam inicialmente de políticas para garantir o seu povoamento. Essas políticas definem as orientações para implantar e gerenciar os repositórios institucionais. Na maioria dos casos, conforme salienta Shintaku e Meirelles (2010, p. 32), as políticas são "definidas durante o planejamento do repositório, alinhadas principalmente com a sua finalidade.

A elaboração de políticas de funcionamento desses repositórios e de todas as demais políticas necessárias para seu pleno e bem-sucedido funcionamento é atribuição dos atores responsáveis por criá-los e mantê-los, ou seja: bibliotecários. As ações orientadas por essas políticas envolvem, portanto, o trabalho conjunto de bibliotecários e pesquisadores (COSTA; LEITE, 2009a, p. 179).

Destacou-se ser de fundamental importância à adoção formal por parte das instituições (universidades, departamentos, centros de pesquisa e órgãos financiadores) de políticas que permitam ou até mesmo tornem obrigatório o depósito da produção científica nos repositórios institucionais ou em outros sistemas de acesso livre (RODRIGUES, 2004a).

Existe a necessidade premente de que os esforços neste sentido persistam, visto que se trata de uma preservação cujos reflexos podem se dar sobre a preservação da memória cultural e científica de organizações, países, e porque não dizer, povos (CUNHA; LIMA, 2007, p. 19).

Os repositórios institucionais são desenvolvidos por iniciativas de instituições responsáveis e confiáveis, as quais devem definir políticas que abrangem formas de uso e gerenciamento da informação. Na etapa de planejamento é muito importante elaborar e implementar uma política institucional de funcionamento do repositório institucional, (LEITE, et. al., 2012) comentam que,

A política deve abordar os objetivos do repositório, deve contribuir para a definição do serviço, determinar a formação da equipe responsável pela implantação e manutenção do repositório e sobre o prazo definido para o depósito no repositório. Ela também pode conter o tipo de material que será depositado, como também aqueles que não farão parte desse sistema de informação. A política de funcionamento do repositório deverá estabelecer ainda quem poderá realizar o depósito, as responsabilidades no fluxo de trabalho, e todos os demais aspectos que as instituições considerem que podem vir a contribuir/garantir o funcionamento de seus repositórios (LEITE, et.al 2012, p. 10).

É importante disponibilizar as políticas dos repositórios aos usuários, para compartilhar as informações e todos poderem usufruí-las da melhor maneira possível, pois as políticas de informação vêm colaborar para o bom andamento e funcionamento eficaz dos repositórios institucionais e é através delas que se consegue atribuir melhor qualidade na visibilidade da produção científica e acadêmica. Essas políticas, associadas a um bom gerenciamento de preservação, divulgação e armazenamento, facilitam a recuperação de documentos existentes em seus bancos de dados, como teses, dissertações e tudo que se produz no meio científico e acadêmico de uma instituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de uma política de informação nos repositórios institucionais, bem como de uma política de preservação digital formalizada, escrita de fato, pode evidenciar problemas em relação à padronização de critérios, métodos ou periodicidade definida para o desenvolvimento do processo de preservação digital. A política de preservação digital, quando formalizada e pública, ajuda a sedimentar um posicionamento transparente do repositório em relação à preservação digital, orientando os autores (depositantes) a respeito dos procedimentos adotados e reforçando a garantia de perpetuação e acesso.

As tecnologias para a preservação digital estão sendo pesquisadas com o intuito de compreender as suas implicações dentro das políticas de criação e uso de repositórios de informação digital. Alguns estudos sobre a preservação digital têm estabelecido que a imediata implementação de políticas de preservação digital é a forma mais efetiva de garantir o armazenamento e uso de recursos de informação por longos períodos de tempo. A falta dessas políticas nos projetos de repositórios digitais sugere a a carência de conhecimentos técnicos sobre a importância das estratégias de preservação digital existentes. Essa lacuna informacional por parte dos responsáveis pelas políticas de implementação de informação digital precisa ser destacada.

Esta pesquisa procurou identificar na literatura as políticas de informação dos repositórios das Universidades Federais Brasileiras. O estudo infere como possível conclusão o fato no qual os repositórios institucionais brasileiros nascem, no âmbito do movimento do acesso livre sem a devida preocupação de critérios de preservação digital, iniciando seu desenvolvimento sem a garantia de que seu conteúdo digital estará acessível de forma utilizável em longo prazo como garantia de qualidade e segurança para a instituição refletindo diretamente nas condições de acesso aos seus conteúdos para as gerações vindouras.

Os dirigentes das Universidades Federais Brasileiras certamente considerarão isso como uma oportunidade para o desenvolvimento de políticas institucionais. Considerando o baixo número de políticas institucionais formalizadas, a baixa adesão às estratégias de preservação em rede e a falta de diversificação das estratégias de preservação digital, os resultados apresentados comprovaram a fragilidade das coleções digitais no que se refere à preservação digital.

Ao encorajar seus pesquisadores a depositarem seus trabalhos no repositório institucional, a universidade/instituição contribui para reunir, em um único sítio, o conjunto das publicações científicas produzidas por seus centros de pesquisa, cooperando, assim, com o aumento da sua visibilidade e impacto, garantindo a preservação da memória da instituição, além de resolver o problema da preservação digital e divulgação de sua produção em formato digital.

Os profissionais das áreas documentais podem e devem procurar trabalhar em conjunto com especialistas em tecnologia para levar adiante as ações necessárias, assumindo uma postura proativa diante da necessidade de providências para a preservação de documentos digitais, encontrando e propondo soluções cabíveis a altura do desafio que a sociedade do conhecimento moderno impõe. Estudar a preservação de documentos digitais é analisar como este sofre alterações, ou virá a sofrer.

Sugere-se analisar outras instituições de ensino que possuem repositórios, como instituições públicas e privadas de ensino superior, para verificar quais possuem repositórios e, dessas, quais possuem políticas. Esta pesquisa pretende servir como base para estudos mais aprofundados na área e contribuir para as investigações das transformações que os sistemas de informação vêm enfrentando. Este é um caminho que deve ser percorrido pelas organizações responsáveis pela preservação e disponibilização de documentos digitais nos repositórios.

Para acessar esta pesquisa completa, pode-se acessar o repositório da UFSC: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174712>

REFERÊNCIAS

- COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais. In: SAYÃO, Luís Fernando et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- CUNHA, J. A.; LIMA, M. G. Preservação digital: o estado da arte. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 28-31 out. 2007, Salvador. **Anais do VIII ENANCIB**. Salvador: UFBA/PPGCI; ANCIB, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--043.pdf>. Acesso em 15 set. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Brasília, DF: IBICT, 2005. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- LEITE, F. C. L. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012.34 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 02 jul. 2016.
- MARCONDES; C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et. al.(Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.
- MÁRDERO ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>. Acesso em 10 set. 2015.
- RODRIGUES, E. **Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação**. Universidade do Minho, Braga (Portugal), 2004. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/670>. Acesso em: 09 ago. 2015.
- SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. **Manual do DSPACE: administração de repositórios**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Claudia Carmem Baggio

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: ccbaggio2021@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4392-1606>

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2022-). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2016). Especialista em Gestão de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2011). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2000).



Ursula Blattmann

Florianópolis, SC,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
ublattmann@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8834-0987>

Professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação. Realizou a pesquisa de pós-doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (março de 2014 a fevereiro de 2015). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1986), mestrado em Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1994) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001).

Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)



CAPÍTULO 8

LINGUAGEM CARCERÁRIA E RESSIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS NO CONTEXTO DA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Amabile Costa
Rodrigo de Sales



Linguagem carcerária e ressignificação de palavras no contexto da representação do conhecimento

**Amabile Costa
Rodrigo de Sales**

Resumo:

O presente capítulo evidencia os apontamentos e reflexões realizados na dissertação intitulada Constituição do Acervo da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis: um estudo de caso, que possui como objetivo analisar a constituição do acervo desta Biblioteca. Com isso, a autora descreveu as condições gerais do acervo, caracterizou as temáticas contempladas, mapeou a proveniência do acervo, conheceu os critérios de seleção e propôs diretrizes para o desenvolvimento da coleção. A pesquisa foi caracterizada da seguinte forma: em relação aos objetivos, é uma pesquisa exploratória; no que tange aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental; quanto a forma de abordagem do problema é qualitativa. Como resultado deste trabalho, apresentam diretrizes para desenvolvimento de coleção para biblioteca prisional baseada na Biblioteca do Complexo de Florianópolis, evidenciando aspectos sobre as experiências das bibliotecas vinculadas aos espaços de privação de liberdade, tanto nacional, quanto internacional; a mediação da informação e da leitura dentro dos estabelecimentos prisionais e a política de desenvolvimento de coleção adequada as instituições penais.

Palavras-chave: linguagem carcerária; cotidiano das prisões; jogos de linguagem; representação do conhecimento.

I INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está relacionada à linguagem oral e escrita, utilizada pelas pessoas privadas de liberdade. Para tanto, a pesquisa está sendo desenvolvida na Penitenciária Masculina de Florianópolis, vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis, localizado na capital do Estado de Santa Catarina.

A função da prisão é “[...] a transformação do comportamento do indivíduo [...] tem como objetivo principal a recuperação e a reclassificação social dos condenados” (Foucault, 2015, p. 264).

A prisão possui diversos particulares relacionados à estrutura, controle e alocação das pessoas que foram presas, tais como: classificação dos presos pelo tipo de condenação, gravidade do crime cometido, idade, disposições e regime; progressão da pena na medida que for necessário; trabalho enquanto direito e obrigação; educação penitenciária. Com isso, era fundamental que os funcionários fossem treinados e dispusessem de técnicas específicas para serem conscientes de suas responsabilidades para com o próximo; assistência necessária para os presos durante e depois do cumprimento da pena.

A linguagem carcerária, objeto deste estudo, assim como toda linguagem, está em incessante desenvolvimento. Em vista disso, para sua compreensão é preciso interpretar as ambiências que estão inseridas. A linguagem “[...] está intrinsecamente no liame das relações de sociabilidade, no exercício do poder e em todas as dimensões e ambientes em que o homem está inserido” (Oliveira, 2013, p. 19).

A linguagem reflete perspectivas do contexto onde a pessoa foi/está inserida, com isso, os vocabulários linguísticos existentes nas prisões “[...] contribuem para a sociabilidade, controle e comunicação interna e externa e se configuram em elemento central da prática social” (Oliveira, 2013, p. 89), além disso, as linguagens não são apenas verbais.

A linguagem é intrínseca às pessoas, “[...] cabendo considerar e compreendê-la como interação, ou melhor, como ação/prática social e cultural dotada de efeitos de sentidos, em decorrência ao espaço e sujeitos que o compõem” (Oliveira, 2013, p. 125). Para esta pesquisa, apresentaremos às perspectivas sobre o uso das palavras e jogos de linguagem baseados nas teorias de Wittgenstein (1975), onde o autor afirma que a linguagem está em constante alteração, visto que é baseada no contexto histórico e cultural em que a pessoa vive, assim, apresentando múltiplas usabilidades. Portanto, a palavra pode ter mais de um significado, mais de uma forma de comunicação, por exemplo.

A partir dos vislumbres proporcionados pelos jogos de linguagem, e, após a coleta de dados, serão analisadas as potenciais formas de representação do conhecimento realizadas na linguagem carcerária. Tal escolha se resguarda na afirmativa de Dahlberg (1993), para quem a organização do conhecimento está baseada nas unidades do conhecimento, ou seja, nos conceitos veiculados pelos termos em um determinado domínio e contexto, verificando a estrutura e a composição de um termo.

A representação do conhecimento, de acordo com Brascher e Café (2008, p. 6-8), está para além do que é expresso pelo emissor, “[...] ela é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar”. Isto é, uma representação de mundos e contextos possíveis, realizada por meio dos sistemas de organização do conhecimento (SOC) “[...] que são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles”.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa está caracterizada da seguinte forma: do ponto de vista de seus objetivos, é descritiva e exploratória, visto que o intuito é registrar e descrever informações sobre uma determinada população, fenômeno ou estabelecimento sem interferir nos dados. Geralmente, a pesquisa descritiva usa técnicas de questionário e observação (Prodanov; Freitas, 2013). Iremos descrever aspectos e ações presentes nas instituições penais referente à linguagem carcerária e a população carcerária.

Apresentei um questionário pré-estabelecido com perguntas abertas, contextualizando a linguagem carcerária, seus termos, origens, utilização e conceitos, a 26 pessoas privadas de liberdade.

Para o registro dessas informações, utilizo um diário de campo, visto que, pesquisadores que desenvolveram seus projetos com o mesmo cunho etnográfico e com a realização de entrevistas em ambientes prisionais, afirmam que a utilização de gravadores, talvez, provoque um sentimento de intimidação e um desconforto para o entrevistado (Biondi, 2018).

Essa pesquisa passou pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como pelo Comitê de Ética da Secretaria de Administração Prisional do Estado de Santa Catarina. Para além disso, as

entrevistas estão acontecendo desde novembro de 2021 e serão desenvolvidas ao longo de 2022, em local determinado pela administração da Penitenciária de Florianópolis.

3 RESULTADOS PRELIMINARES E CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Compreende-se que a presente pesquisa envolve a população carcerária, sua linguagem e a forma de organizar o conhecimento a partir das relações propostas pelos jogos de linguagem. Portanto, a pesquisa auxiliará nas demandas vinculadas às necessidades organizacionais, quais são os significados dos termos que envolvem a linguagem carcerária e observar o cotidiano das prisões e como as atividades rotineiras influenciam na organização dessa linguagem.

Atualmente, vinte e seis pessoas que estão privadas de liberdade foram entrevistadas e 460 termos utilizados na linguagem carcerária, coletados. Os entrevistados mencionam que a convivência faz com que a linguagem carcerária seja utilizada. Assim que chegam à Penitenciária, aprendem com as pessoas mais velhas que estão presas e com seus colegas de cela.

Quando pergunto o porquê da criação desta linguagem, a resposta é unânime. A criação foi para que os policiais penais e a administração não soubessem o assunto que estava sendo tratado. No entanto, a partir, também, da convivência, o administrativo foi compreendendo a linguagem.

Com essa descoberta, outras formas de comunicação foram surgindo, como, por exemplo, as libras da cadeia, ou seja, a utilização de sinais para conversar. Outra forma é a troca de sílabas das palavras, tais como, o termo frango torna-se gofran. À medida que os termos foram sendo coletados, perguntei a um dos meus entrevistados onde surgiu, qual era a referência e associação entre o termo e significado atribuído dentro das prisões. O mesmo respondeu que alguns dos termos são retirados do próprio dicionário, a partir disso, comecei a pesquisar todos os termos encontrados no dicionário.

Em uma primeira análise, é perceptível a presença de algumas palavras no dicionário. Outras palavras são a representação imagética do termo, tais como, vaquinha significa leite e visor significa óculos. E outras palavras são uma abreviação do termo, exemplo: RQ significa Rabo Quente, uma espécie de resistência feita dentro da própria cela ou PH, que significa Papel Higiênico.

Alguns termos são utilizados apenas por uma determinada população, tendo como exemplo o vocabulário Pajubá empregado pelas mulheres trans em suas galerias, conhecida também como Paredão LGBT. Ressalta-se que a pesquisa ainda está em andamento e os termos ainda estão em análise.

REFERÊNCIAS

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/809>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, 20(4), 211-222, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. **A linguagem no cotidiano prisional: enigmas e significados**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 272 p.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do pcc**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 248.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

WITTGENSTEIN, Ludwing. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. 226 p.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Amabile Costa

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: amabilecosta.m@gmail.com

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0001-9505-0614>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC). Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2014-2017) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É Professora Substituta do Departamento de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi Bolsista CAPES de Desenvolvimento Social (CAPES-DS) e Bibliotecária da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis. É membro da equipe gestora 2024-2027 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), ocupando o cargo de Assessora dos Grupos Especializados. Voluntária no Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade e do Instituto Anjos da Liberdade - Frente Santa Catarina. É membro do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC - UFSC) e do Grupo de Pesquisa Bibliotecas, Memórias e Resistência (UNIRIO). Temas de pesquisa: Bibliotecas prisionais brasileiras e internacionais, Organização e Gestão do Conhecimento, Política de desenvolvimento de Coleção, Linguagem carcerária, Prisão.



Rodrigo de Sales

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: rodrigo.sales@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8695-9807>

Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Pós-Doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Associado da International Society for Knowledge Organization (ISKO). Pesquisador do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC-UFSC) e do grupo de pesquisa Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes (IBICT/UFRJ).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 9

PROPOSTA DE UM MODELO PARA VIGILÂNCIA TECNOLÓGICA AUTOMATIZADA DE PORTAIS WEB E REDES SOCIAIS

Daniel San Martin Pascal Filho
Douglas Dyllon Jeronimo de Macedo



PROPOSTA DE UM MODELO PARA VIGILÂNCIA TECNOLÓGICA AUTOMATIZADA DE PORTAIS WEB E REDES SOCIAIS

Daniel San Martin Pascal Filho
Douglas Dyllon Jeronimo de Macedo

Resumo:

A tecnologia tem impacto significativo na redução de custos, controle de qualidade e competitividade na indústria, podendo até criar novas áreas. A falta de investimento, porém, pode limitar o crescimento. A Vigilância Tecnológica (TS) ajuda a acompanhar as mudanças, mas enfrenta desafios com a rápida inovação e o Big Data. Este trabalho apresenta um modelo conceitual composto por módulos principais (coleta, preparação, análise e difusão) e dois auxiliares (parametrização e persistência) e uma arquitetura para sistemas automatizados de vigilância tecnológica a partir de portais web e fontes de redes sociais. Para avaliar esta abordagem foi realizado um estudo de caso no qual um protótipo de sistema computacional foi desenvolvido e implementado em uma organização.

Palavras-chave: Vigilância Tecnológica; Observação Tecnológica; Monitoramento Tecnológico; Inteligência Competitiva; Mineração de Texto.

I INTRODUÇÃO

A interpretação precisa do cenário tecnológico no qual uma organização está inserida é um dos pré-requisitos para a obtenção de vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes (Goorha; Ungar, 2010). Um mecanismo difundido para ajudar as organizações nesse tipo de avaliação é a Vigilância Tecnológica (VT).

Ela consiste de um esforço sistemático e organizado da empresa para observar, capturar, analisar, divulgar e recuperar informações de forma precisa sobre os fatos do ambiente econômico, tecnológico, social ou comercial, relevantes no seu contexto, a fim de identificar oportunidades ou ameaças (Palop; Vicente, 1999; Sánchez; Palop, 2002; Batista; Sánchez; Calvet, 2003).

Em Santa Catarina, Brasil, a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) construiu o PDIC 2022 (Programa de Desenvolvimento Industrial 2022) (FIESC, 2014) cuja uma de suas ações foi identificar os setores indutores do desenvolvimento e projetar visões de futuro para cada um. Este processo envolveu vários painéis com especialistas e muitos meses de trabalho, buscando identificar as tecnologias-chaves para cada segmento industrial. Vencida essa etapa, manter um panorama atualizado, rápido e automatizado do cenário tecnológico interno e externo a custos aceitáveis e que possa ser apoiada por instituições como a FIESC, tornou-se um desafio e ao mesmo tempo uma oportunidade de pesquisa.

Então, como identificar e monitorar automaticamente tecnologias de interesse dos segmentos industriais catarinenses considerando múltiplas fontes e variedades de dados, que compõem cenários de Big Data?

Para responder essa questão de pesquisa, este trabalho tem como objetivo geral propor um modelo conceitual para a realização de vigilância tecnológica automatizada a partir de fontes eletrônicas, como artigos de portais web ou redes sociais. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: levantar o estado da arte sobre vigilância tecnológica, elaborar um modelo conceitual que permita a realização de vigilância tecnológica considerando cenários de Big Data, desenvolver um estudo de caso prático para aplicar o modelo e avaliar a abordagem proposta junto à especialistas.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho envolvem levantamento bibliográfico sobre temas relacionados ao objeto de pesquisa como agentes de software (web crawlers e data scraping), cenários de Big Data, mineração de texto e análise de domínio. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura e uma avaliação de plataformas web especializadas para atividades de VT.

Após a construção das bases teóricas, foi projetado um modelo conceitual e posteriormente, foi construída uma visão aplicada do modelo com o propósito de uma arquitetura computacional. Para avaliar a abordagem proposta foi realizado um estudo de caso que incluiu o desenvolvimento de um protótipo de sistema tecnológico de vigilância. Ao final, a abordagem foi avaliada pelos especialistas envolvidos no estudo de caso.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

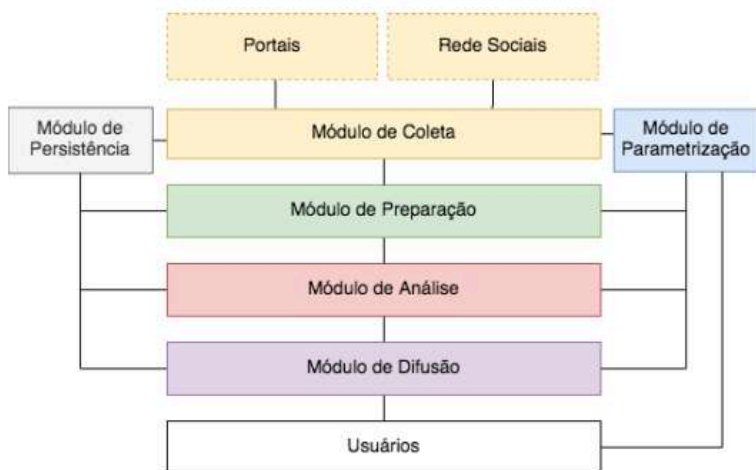
Nesta pesquisa foi projetado um modelo conceitual, uma proposta de arquitetura tecnológica para implementar um modelo e o fluxo de dados na arquitetura, os quais são detalhados a seguir.

3.1 MODELO CONCEITUAL

Um modelo conceitual pode ser definido como uma composição de conceitos que facilitam a compreensão de uma realidade mais complexa. Através dele é possível abstrair informações estruturais, funcionais e interações com usuários ou entre componentes de um sistema. Na computação, eles são usados para descrever a semântica de software em alto nível e são gerados após um processo de conceituação ou generalização (Wikimedia, 2020). Em cenários de Big Data a modelagem contribui do ponto de vista técnico e gerencial, auxiliando na gestão, arquitetura e compreensão de tecnologias de banco de dados relacionadas à integração de dados (Storey; Song, 2017).

O modelo conceitual proposto para vigilância tecnológica foi derivado de análises de trabalhos anteriores e plataformas de suporte. Ele consiste em quatro módulos principais: coleta, preparação, análise e difusão, além de dois auxiliares: parametrização e persistência.

Figura 1 - Modelo de Vigilância Tecnológica Ativa Automatizada proposto.



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Desenvolvido para lidar com Big Data, o modelo busca processar diversos tipos de dados e escalar horizontalmente conforme necessário. Os detalhes de cada módulo incluem:

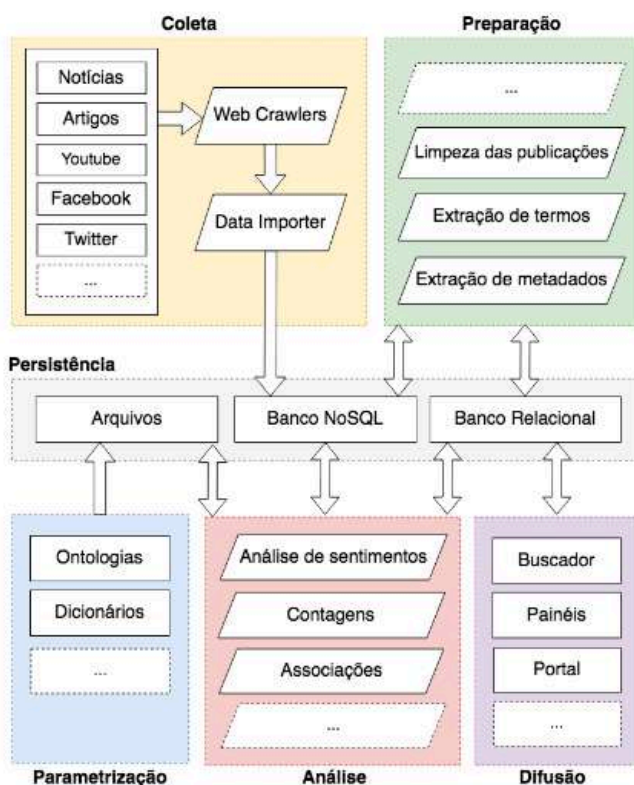
- **Parametrização:** Configurações do sistema, como tecnologias monitoradas e fontes de dados;
- **Persistência:** Armazenamento de publicações e parâmetros do sistema;
- **Coleta:** Aquisição automática de informações das fontes indicadas;
- **Preparação:** Filtragem, processamento e organização de dados para análise, incluindo remoção de duplicatas e identificação de tecnologias-chave. A preparação de dados é um processo crítico em cenários de Big Data (Storey; Song, 2017; Siriweera; Paik; Kumara, 2017). Então, pode trazer eficiência ao processo de análise, reduzindo seu escopo;
- **Análise:** Atividades de inteligência, como classificação de documentos, contagens e análise de sentimentos;
- **Difusão:** Comunicação dos resultados aos interessados, através de mensagens eletrônicas ou dashboards.

O modelo se destaca por automatizar todo o fluxo de vigilância tecnológica, incluindo ambientes de Big Data, diferenciando-se de estudos anteriores que dependiam mais da intervenção humana, especialmente na coleta de dados.

3.2 ARQUITETURA PROPOSTA

A arquitetura proposta apresenta componentes que refletem o modelo conceitual, abordando coleta, preparação, análise, difusão, persistência e parametrização de dados. O módulo de parametrização inclui tecnologias monitoradas e fontes de dados. O módulo de coleta utiliza web crawlers para obter publicações de diversas fontes, armazenando-as em um banco de dados NoSQL como o MongoDB. O módulo de preparação elimina duplicatas, extrai tecnologias e metadados das publicações, enquanto o de análise realiza contagens e agrupamentos, associando tecnologias a países e realizando análises de sentimento.

Figura 2 - Arquitetura de Vigilância Tecnológica Ativa Automatizada para o modelo conceitual.



Os tomadores de decisão interagem principalmente com o módulo de difusão, que oferece dashboards interativos, um portal para centralizar publicações e um motor de busca. Um módulo de persistência atua como camada de armazenamento temporário e permanente para diversos tipos de dados.

3.3 WORKFLOW DA ARQUITETURA PROPOSTA

Um fluxo de trabalho (Workflow em inglês) pode ser definido como um conjunto de etapas orquestradas e repetíveis para executar processos de negócios e realizar o trabalho. Além disso, pode ser definido como a execução coordenada de múltiplas tarefas de diferentes entidades de processamento (Cichocki et al., 2012). Como ferramenta, uma de suas principais vantagens é poder representar processos como uma cadeia de etapas que precisam ser concluídas sequencialmente em um diagrama ou lista. Um exemplo de fluxo de trabalho no contexto da vigilância tecnológica pode ser visto no artigo de Sánchez e Palop (2002).

O workflow proposto inicia com a parametrização pelos especialistas, seguido pela coleta automática de dados, pré-processamento, análise e difusão das informações. Os dados coletados passam por remoção de duplicatas, extração de metadados e identificação de tecnologias, sendo armazenados em um banco de dados relacional para análise. Por fim, os resultados são disponibilizados nos dashboards, portal e mecanismo de busca para os usuários finais.

3.4 ESTUDO DE CASO

O processo de validação da proposta envolveu um estudo de caso para o qual foi desenvolvida uma solução de vigilância tecnológica baseada na web, considerando os conceitos definidos neste trabalho. O estudo foi realizado junto à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), uma área dedicada ao planejamento estratégico e desenvolvimento da indústria do Estado. O observatório monitora os principais fatores que afetam o setor industrial no estado e foi responsável pelo PDIC (Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense) 2022, que visa identificar os setores promissores, traçar visões de futuro para cada um e promover a articulação entre todas as partes selecionadas.

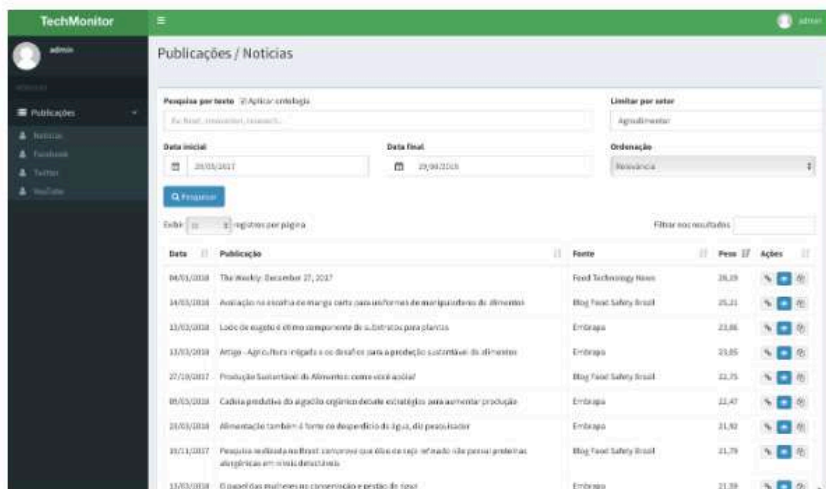
Figura 3 - Painel de monitoramento tecnológico temporal.



Fonte: elaborado pelo Observatório Fiesc (2020).

No estudo de caso, foi implementado um protótipo de uma plataforma automatizada de vigilância tecnológica no Observatório FIESC para monitorar as principais tecnologias de 15 setores estratégicos. Linguagens como Python, HTML e JavaScript foram usadas na construção do software. Para persistência, foram utilizados os bancos de dados relacionais PostgreSQL e Microsoft SQL Server, além do MongoDB e Hive como bancos de dados NoSQL. Os códigos foram hospedados em uma máquina virtual (VM) na nuvem Microsoft Azure. A VM tinha 7 GB de RAM, processador Intel Xeon com dois CPUs de 2,3 GHz, sistema operacional Windows Server 2016 Data Center e 140 GB de disco.

Figura 4 - Ferramenta chamada TechMonitor produzida na pesquisa.



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

O estudo realizou implementação de cada módulo do modelo conceitual: Parameterization (Parametrização), Collecting (Coleta), Preparation (Preparação), Analysis (Análise) e Diffusion (Difusão). Este último foi concebido com quatro componentes: dashboards no Microsoft PowerBI (Painel Geral, Temporal e Geográfico de Monitoramento Tecnológico), um portal de tendências e um mecanismo de busca especializado para publicações, chamado de TechMonitor (Figura 4).

O processo de implementação revelou aprendizados significativos, incluindo a necessidade de fluxo de informações assíncrono entre os módulos e a importância da escolha de ferramentas como o Protegé para modelagem de ontologias. Estratégias para lidar com duplicatas e para identificar termos tecnológicos nos textos foram implementadas para melhorar o desempenho do sistema. A biblioteca TextBlob foi utilizada para análise de sentimentos devido à sua adequação e desempenho.

3.4.1 Avaliação do Estudo de Caso

A avaliação do estudo de caso foi realizada por meio da aplicação de um questionário composto por perguntas de múltipla escolha, enviado a especialistas do Observatório FIESC. O questionário conteve 18 perguntas que foram agrupadas em sete dimensões, divididas em cinco dimensões relacionadas à avaliação dos produtos do ciclo de vigilância tecnológica (Berges-Garcia; Meneses-Chaus; Martinez-Ortega, 2016) e duas relacionadas à questão de pesquisa e ao objetivo deste trabalho. Todas as perguntas tinham cinco opções de resposta: discordo totalmente (R1), discordo (R2), neutro (R3), concordo (R4) e concordo totalmente (R5). As dimensões avaliadas foram, respectivamente:

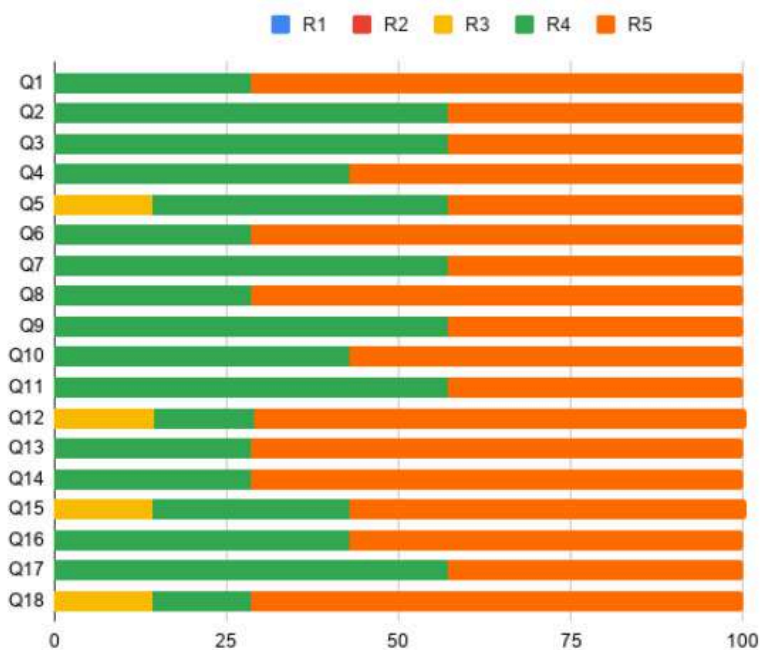
- D1: quanto à identificação de necessidades, busca e extração de informações;
- D2: referente ao processo de filtragem e valorização das informações;
- D3: referente à análise das informações;
- D4: referente à inteligência estratégica;
- D5: quanto aos critérios de divulgação;
- D6: referente à solução da questão de pesquisa;
- D7: referente ao cumprimento do objetivo geral.

O questionário foi elaborado com uma ferramenta de design de formulários online do Google Forms e enviado por e-mail a um grupo de dez especialistas que participaram do estudo de caso. Neste modelo de envio espera-se um retorno médio de 30% (Filippo; Pimentel; Wainer, 2011). No meio acadêmico, estudos apontam uma taxa de resposta ainda menor, chegando a 20% (Van Mol, 2016). Neste experimento, a taxa de resposta foi de 70%, o que é um retorno expressivo.

Para fins de análise, as respostas são exibidas em tabelas em porcentagens relativas. Os resultados indicam que os especialistas entendem que o sistema proporcionou uma redução na carga de trabalho na leitura das publicações coletadas, simplificou a busca e facilitou sua visualização gráfica. A maioria dos especialistas concorda que a abordagem facilitou a identificação de tecnologias-chave em publicações e portais de interesse, além de monitorar o comportamento dessas tecnologias em fontes.

Figura 5 - Gráfico das proporções entre as respostas às questões do questionário.

Perguntas x Respostas



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Os resultados obtidos na validação da abordagem proposta trouxeram maior clareza sobre os pontos fortes e as melhorias no modelo conceitual. A conclusão é que o experimento conseguiu avaliar a abordagem proposta e que o modelo pode ser replicado em outras organizações, conforme apontado por 71,4% dos especialistas. Essa característica é importante para um modelo que visa a aplicação abstrata. A implementação do protótipo de um sistema automatizado de vigilância tecnológica em um cenário de uso real incorporando os conceitos do modelo e arquitetura trouxe clareza sobre a aplicabilidade do modelo proposto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou um modelo e uma arquitetura para um sistema automatizado de vigilância tecnológica em fontes eletrônicas, implementados como um protótipo funcional. Especialistas do Observatório FIESC o utilizaram e avaliaram positivamente a abordagem proposta. O modelo foi generalizado a partir de processos existentes na literatura e adaptado para cenários de Big Data, sendo útil em contextos que exigem automação total, embora o custo de desenvolvimento e a configuração do módulo de Parametrização sejam desafios.

Outras contribuições incluem a revisão dos conceitos de vigilância tecnológica e a comparação de plataformas web disponíveis. O levantamento bibliográfico e a revisão sistemática embasaram o trabalho, contribuindo para a modelagem conceitual e a arquitetura proposta, apresentando seu workflow.

Um estudo de caso na FIESC testou o sistema em mais de 800 mil publicações de diversas fontes, gerando análises automatizadas e preenchendo dashboards com tecnologias como Microsoft Power BI, portal próprio e mecanismo de busca especializado.

A avaliação da abordagem com especialistas indicou ganhos em todos os processos de vigilância tecnológica, com mais de 80% concordando com os impactos positivos. O modelo permitiu a construção de um sistema automatizado eficaz.

Como trabalhos futuros, sugere-se estender o modelo para reduzir ainda mais o esforço humano na qualificação das fontes de dados e na identificação de novas tendências tecnológicas, incluindo módulos de aprendizado e descoberta. Também é proposta a adaptação do modelo para analisar elementos multimídia, como vídeos, imagens e áudios, cada vez mais presentes como fontes formais de informação.

REFERÊNCIAS

BERGES-GARCIA, A.; MENESES-CHAUS, J. M.; MARTINEZ-ORTEGA, J. F. Methodology for evaluating functions and products for technology watch and competitive intelligence (TW/CI) and their implementation through web. **Profesional de la Información**, v. 25, n. 1, p. 103–113, 2016.

CICHOCKI, A. et al. Workflow and process automation: concepts and technology. Springer Science & Business Media, 2012. v. 432.

FIESC. Programa de Desenvolvimento da Indústria Catarinense 2022: competitividade com sustentabilidade. [S.I.], 2014. Disponível em: <http://www4.fiescnet.com.br/homepdc>. Acesso em: 20 jan., 2024.

FILIPPO, D.; PIMENTEL, M.; WAINER, J. Metodologia de pesquisa científica em sistemas colaborativos. **Sistemas Colaborativos**, v. 1, p. 379–404, 2011.

GOORHA, S.; UNGAR, L. Discovery of significant emerging trends. ACM SIGKDD International Conference on Knowledge Discovery and Data Mining (KDD), p. 57, 2010.

VAN MOL, C. Improving web survey efficiency: the impact of an extra reminder and reminder content on web survey response. **International Journal of Social Research Methodology**, Taylor & Francis, v. 20, n. 4, p. 317–327, 2016.

PALOP, F.; VICENTE, J. M. Vigilancia Tecnológica e Inteligencia Competitiva. **Su potencial para la empresa española**. [S.I.], 1999.

SALGADO BATISTA, Darlin; GUZMAN SANCHEZ, María Victoria; CARRILLO CALVET, Humberto. Establecimiento de un sistema de vigilancia científico-tecnológica. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, Scielo, v. 11, n. 6, dic. 2003. ISSN 1024-9435.

SÁNCHEZ, J. M.; PALOP, F. **Herramientas de software para la práctica en la empresa de la vigilancia tecnológica e inteligencia competitiva**. Evaluación Comparativa, 1ª Edición, TRIZ., España, 04 2002.

SIRIWEERA, T. H. S.; PAIK, I.; KUMARA, B. T. QoS and Customizable Transaction-Aware Selection for Big Data Analytics on Automatic Service Composition. Proceedings - 2017 IEEE 14th International Conference on Services Computing, SCC 2017, IEEE, p. 116–123, 2017.

STOREY, V. C.; SONG, I. Y. Big data technologies and Management: What conceptual modeling can do. **Data and Knowledge Engineering**, Elsevier B.V., v. 108, n. February, p. 50–67, 2017.

WIKIMEDIA. Fluxo de trabalho. In: . WIKIPEDIA, The Free Encyclopedia. Wikimedia, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fluxo_de_trabalho. Acesso em: 15 de jan., 2024.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Daniel San Martin Pascal Filho

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: daniel.san@posgrad.ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9046-7661>

Possui graduação em Bacharelado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008), mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010) e mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2020). Atualmente é Analista de Sistemas do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina e Gestor de Produtos do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina. Atuando principalmente nos seguintes temas: big data, ciências da informação, internet das coisas.



Douglas Dyllon Jeronimo de Macedo

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: douglas.macedo@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3237-4168>

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação (CIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorado em Engenharia de Conhecimento pela UFSC. Atua como pesquisador associado do Instituto Nacional de Convergência Digital (INCoD), atuando como Coordenador do Laboratório de Telemedicina (LabTelemed). Coordenador do Laboratório de Engenharia e Ciência de Dados (LECID/UFSC), tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Redes de Computadores, Bancos de Dados Não-Convencionais, Sistemas Distribuídos e Informática Médica. Especificamente, atua nas seguintes temáticas: Armazenamento de Dados, Ambientes Distribuídos (Cluster, Grid, Cloud, Fog, Edge e Dew), Internet das Coisas (IoT), Engenharia de Dados e Computação Aplicada à Saúde.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 10

A PROMOÇÃO DA SAÚDE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS E O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR: UMA PROPOSIÇÃO DE PARCERIA

Daniela Capri

Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho



A Promoção da Saúde na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e o bibliotecário escolar: uma proposição de parceria

Daniela Capri
Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho

Resumo:

Neste trabalho discute-se o potencial de ação dos bibliotecários escolares municipais de Florianópolis na promoção da saúde das comunidades. Para atingir este objetivo foi realizada pesquisa bibliográfica a fim de verificar nacional e internacionalmente iniciativas de promoção da saúde desenvolvidas por bibliotecários em escolas. Paralelamente foi aplicado um questionário com diretores das Escolas Básicas Municipais da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF) visando identificar iniciativas de atenção primária de saúde desenvolvidas nas escolas municipais de Florianópolis. Como última etapa foram entrevistados bibliotecários atuantes na RMEF para compreender sua atuação e entendimento sobre o tema saúde e a partir de suas respostas discutir a percepção destes profissionais sobre seu papel na promoção da saúde da comunidade. Como resultado da revisão de literatura foi elaborada uma lista de ações de promoção da saúde que contam com a participação de bibliotecários em escolas. Na pesquisa empírica pode-se concluir que as escolas realizam iniciativas de promoção da saúde, no entanto, os bibliotecários não participam e não estão cientes da maioria delas. Embora não participem das iniciativas desenvolvidas pela escola, os profissionais desenvolvem ações em parceria com professores e percebem que podem vir a ter um papel relevante como promotores de saúde, no entanto sentem falta de recursos e não se sentem capacitados para abordar o assunto com os estudantes.

Palavras-chave: Saúde na escola; Promoção da saúde; Biblioteca escolar; Bibliotecário.

I INTRODUÇÃO

A saúde é um direito garantido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e em âmbito nacional pela Constituição Federal (Brasil, 1988). Para prosseguir a discussão é necessário compreender o que se entende por saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946, p. 1, tradução nossa) “é um estado de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Laurel (1982) apresenta a saúde-doença como um processo social, ou seja, as condições de saúde de uma população estão diretamente relacionadas ao meio em que vivem, ao caráter histórico e social. A autora defende que não é possível melhorar a saúde de uma comunidade apenas por meio das práticas médicas, é preciso entender como as pessoas interagem entre si e com o ambiente e atuar de forma coletiva.

Percebe-se que a saúde é mais ampla do que apenas tratar doenças, é necessário que na busca por uma boa saúde individual e coletiva haja a participação não apenas dos responsáveis pelo setor da Saúde, mas sim que as ações sejam intersetoriais. Dentre os campos parceiros está a educação, utilizada, de início, em prol de uma cultura higienista e da puericultura, mas que evoluiu em sintonia com o conceito de promoção da saúde (PS) (Figueiredo; Machado; Abreu, 2010).

As escolas, além da sua função de ensino, constituem um espaço de socialização e construção da identidade fora da família, e são encarregadas de criar condições para a produção e acesso ao conhecimento socialmente produzido, neste sentido se mostram um ambiente propício para práticas de PS. Ao considerar a escola um ambiente favorável à integração de diferentes disciplinas, as iniciativas de promoção e educação em saúde precisam buscar englobar todos os atores e ambientes da comunidade escolar. Por ser um ambiente promotor de informação, a biblioteca escolar (BE) é um dos espaços que necessita participar destas ações, pois tem como missão promover “serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios” (IFLA, 1999, p. 1).

Pensando no papel das bibliotecas escolares, o Projeto de Lei nº 5656, de 2019 (Brasil, 2019, p. 1) o qual “Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)”, define a BE como equipamento cultural obrigatório, prevê seus objetivos, dispõe sobre a sua universalização e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. Além da mudança da definição de biblioteca, o projeto prevê a participação do bibliotecário nestes espaços.

Este avanço é significativo, pois além de ampliar o conceito de biblioteca aborda a profissão do bibliotecário, com isso enfatiza que os ambientes não se fazem sozinhos, são necessárias pessoas, profissionais capacitados, para gerir e administrar estes espaços, para que eles se tornem efetivamente úteis e relevantes para suas comunidades. Por sua característica de articulador entre as áreas e por sua função de mediador, o bibliotecário escolar vem a ser um profissional em potencial para trabalhar com a promoção da saúde. Este estudo, oriundo da dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, procura compreender a contribuição dos bibliotecários escolares municipais de Florianópolis para a promoção da saúde da comunidade em que estão inseridos. Busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: Como os bibliotecários podem contribuir para a promoção da saúde nas escolas?

Para responder à questão de pesquisa foi definido o objetivo geral de discutir o potencial de ação dos bibliotecários escolares municipais de Florianópolis na promoção da saúde de suas comunidades. Como objetivos específicos buscou-se: a) Verificar nacional e internacionalmente iniciativas de promoção da saúde desenvolvidas por bibliotecários em escolas; b) Identificar iniciativas de atenção primária de saúde desenvolvidas nas escolas municipais de Florianópolis; e c) Discutir a percepção dos bibliotecários escolares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF) sobre seu papel na promoção da saúde da comunidade.

A realização do projeto é embasada em justificativa científica articulada com justificativa social. Ao realizar a busca sobre o tema são poucos os estudos que abordam esta temática de saúde e bibliotecas escolares. Com o adoecimento da população e a discussão das bibliotecas escolares em voga é importante entender como estes dois campos podem colaborar ainda mais com a justiça social.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa foi realizado uma revisão bibliográfica nas bases Web of Science (WoS), Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) e do Painel de Biblioteconomia. Foram utilizados os termos de busca: Bibliotecário/Bibliotecária, Escola, Saúde, Qualidade de vida, Bem-estar e seus respectivos termos em inglês, Librarian, School, Health, Well-being, welfare, quality of life. Para chegar no corpus da pesquisa foram removidas as duplicatas e aplicados os critérios de inclusão e exclusão, o que resultou em 10 trabalhos utilizados na pesquisa.

Na segunda etapa foi realizada pesquisa de campo com uma amostra inicial de 13 diretores e bibliotecários atuantes nas escolas da RMEF. Foi aplicado um questionário online com os diretores e realizada entrevista online com os bibliotecários. A análise dos dados obtidos na pesquisa de campo foi realizada por meio da análise de conteúdo de Bardin (Bardin, 2011). Reforçamos que a pesquisa seguiu todos os preceitos éticos e obteve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UFSC por meio do parecer n. 5.568.783.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Como resultado da revisão de literatura foram analisados 10 textos que abordavam iniciativas de promoção da saúde dentro de escolas e com parceria de bibliotecários. Os artigos recuperados concentram-se nos últimos 20 anos, havendo maior concentração de publicações entre os anos de 2017 e 2022 (sete artigos). Dentre os assuntos abordados nas atividades de PS aparecem: alfabetização em saúde; promoção da saúde mental; e desenvolvimento de coleção em saúde. Para abordar estes temas foram utilizadas diferentes técnicas, dentre elas: a) atividades integradas; b) biblioterapia; c) desenvolvimento de coleções; d) educação por pares; e) formação; f) grupos focais; g) leitura e discussão de obra; h) tutoria por pares.

O primeiro passo da pesquisa de campo foi a realização de um questionário com os diretores pertencentes à amostra. O instrumento foi enviado via e-mail e foram obtidas apenas duas respostas válidas. A partir destas respostas foi possível observar que as escolas realizaram atividades de promoção de saúde entre os anos de 2021 e 2022. Um dos diretores respondeu que são realizadas atividades em parceria com o Programa

Saúde na Escola (PSE) e o outro diretor respondeu que as atividades acontecem, mas sem participação do PSE.

Tendo em vista que atividades de PS foram desenvolvidas nas escolas, foram realizadas entrevistas com oito bibliotecários escolares que concordaram em participar do estudo visando entender qual a percepção destes profissionais sobre seu papel na promoção da saúde da comunidade. A partir dos dados obtidos nas entrevistas, após realizada a análise de conteúdo, emergiram quatro temas principais: Percepção sobre Saúde, Escola, Biblioteca, e Bibliotecário.

Relacionado à percepção que os bibliotecários possuem sobre saúde pode-se observar que se relacionam a três principais tópicos: 1) saúde pessoal - termos relacionados à saúde do indivíduo; 2) Instituições de saúde - termos que menciona profissionais ou instituições de saúde); e 3) Escola e Biblioteca - agrupamento de falas que mencionam a saúde no contexto da escola e/ou da biblioteca.

Nas categorias Escola e Biblioteca surgiram dois principais subtemas: o público e a promoção da saúde. Em relação ao público quando mencionam a escola, os bibliotecários comentam que o principal público atendido é a comunidade escolar, no entanto mencionam que a comunidade em geral também é atendida pela escola. Ao mencionarem o público da biblioteca destacam que se restringe à comunidade escolar, especialmente aos alunos.

Ao mencionarem a promoção da saúde no âmbito da escola, os profissionais mencionam atividades que vêm sendo desenvolvidas, principalmente relacionadas ao PSE, mencionam ainda a parceria entre os setores de saúde e educação, a parceria com universidade e o próprio PSE como vantagens para que estas atividades aconteçam. São mencionados ainda desafios como a fragmentação das ações e a falta de investimento. Em se tratando do ambiente biblioteca, os bibliotecários também mencionam ações desenvolvidas, principalmente relacionadas à leitura, desenvolvimento de acervo, disponibilização do espaço, biblioterapia, dentre outras. Percebe-se que não são mencionadas atividades articuladas do PSE e a biblioteca, as parcerias com professores acontecem, mas são bem pontuais. Além das atividades desenvolvidas, os profissionais sugerem diversas atividades que podem vir a ser realizadas no espaço da biblioteca e pelo profissional bibliotecário. Sobre a viabilidade da realização destas atividades os profissionais enumeram diversos desafios, sendo os principais a alta demanda, a falta de profissionais e investimento. No entanto, embora mencionem muitos desafios afirmam que existe sim potencial para a realização de atividades de promoção da saúde nas bibliotecas escolares.

A última categoria é relacionada ao bibliotecário. Nesta categoria buscamos entender a trajetória dos profissionais atuantes na rede, o entendimento de qual seu papel como profissional dentro da escola e a experiência e preparo para trabalhar com o tema saúde. Em relação à trajetória foi observado que na maioria dos casos o emprego na SMEF foi a primeira experiência dos profissionais com a BE. Percebe-se que na maioria dos casos existe um vínculo afetivo do profissional com a escola, pois alguns quando tiveram a oportunidade mudaram de escola para uma mais próxima de suas casas, não apenas pela questão da distância, mas por ter sido a escola em que estudou e que está dentro de sua comunidade.

Em relação ao papel que os profissionais entendem desempenhar destaca-se o de incentivo à leitura, o de promotor da cultura e o de acesso à informação. São mencionados ainda papéis vinculados à educação, afeto, suporte e apoio.

Ao abordar qual o preparo que estes profissionais possuem para trabalhar a temática saúde, eles mencionam que não existem formações específicas sobre o tema e que não há estímulo para que esta temática seja trabalhada. No entanto, reafirmam que a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Secretaria Municipal de Educação dão suporte e apoio no caso de procura pelo tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com a pesquisa discutir o potencial de ação dos bibliotecários escolares municipais de Florianópolis na promoção da saúde de suas comunidades. Para isso começamos com o mapeamento da literatura sobre o tema. Pode-se observar que embora tímidas, existem iniciativas de promoção da saúde acontecendo e que envolvem os bibliotecários. Percebe-se nestas iniciativas a relevância do trabalho em parceria, da colaboração entre setores e entre instituições.

No âmbito da RMEF, observamos que as escolas realizam atividades de promoção da saúde, no entanto a biblioteca e os bibliotecários não estão integrados nestas atividades. Embora esta falta de integração possa ser observada tanto na menção dos diretores como na fala dos bibliotecários, os profissionais entrevistados demonstram vislumbrar possibilidades de atuação neste campo.

Entende-se que a falta de capacitação e de trazer o tema saúde como uma possibilidade de atuação do bibliotecário, pode vir a auxiliar na pequena quantidade de ações sendo desenvolvidas. É preciso desenvolver parcerias com profissionais e com a área da saúde para que as ações sejam embasadas e realizadas de forma institucional e não de forma isolada. Ao vislumbrar esta parceria, buscamos contribuir para ampliar a visão sobre o papel de atuação dos bibliotecários dentro das escolas, trazendo a promoção da saúde, inserida nas atividades escolares por meio do Programa Saúde na Escola, para dentro da biblioteca.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5656, de 2019**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasil: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8029860&ts=1712684062912&disposition=inline>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Daniela Capri

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: dccapri@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5968-6818>

Doutoranda em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC). Mestra em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC). Especialização em Design de Interação (Univali). Graduada em Biblioteconomia (UFSC). Bolsista CAPES/DS.



Eliana Maria dos Santos Bahia

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: eliana.maria@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4037-3189>

Doutora pela Universidad Carlos III de Madrid- Espanha (2016), Revalido/reconhecido no Brasil ao título de Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em História do Brasil Meridional pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), Especialização em Organização e Administração de Arquivos Públicos e Empresariais em Conservação e Preservação do Arquivo Permanente de José Arthur Boiteux 1865-1932, pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988). Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC (1980). Atua desde 1993 como professora titular da Universidade Federal Santa Catarina no Centro de Ciência da Educação no Departamento de Ciência da Informação, professora associada IV.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 11

ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DAS COMISSÕES ESTADUAIS DA VERDADE NO BRASIL

Déborah Lopes da Conceição Cavalcante
Eva Cristina Leite da Silva



Arquivos de Direitos Humanos no contexto das Comissões Estaduais da Verdade no Brasil

Déborah Lopes da Conceição Cavalcante
Eva Cristina Leite da Silva

Resumo:

Objetivo: A relevância dos arquivos na investigação de violação de direitos humanos está explícita em documentos produzidos pela Organização das Nações Unidas – ONU e se materializa nas atividades desenvolvidas pelas Comissões da Verdade. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – PGCIN/UFSC foi investigar os arquivos de Direitos Humanos no contexto das Comissões Estaduais da Verdade no Brasil: imputações, acervos e tratamento arquivístico.

Método: A pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental. Considerando os objetivos propostos, optou-se pelo caminho da pesquisa aplicada, descritiva e qualitativa.

Resultado: Os resultados identificaram as menções dadas aos arquivos nos relatórios do Conselho de Direitos Humanos da ONU, com importantes contribuições para as discussões do uso de fontes documentais na investigação de violação de direitos humanos; que os acervos das Comissões Estaduais da Verdade instituídas no Brasil não foram recolhidos, em sua totalidade, ao respectivo Arquivo Público Estadual com o término de suas atividades; que os acervos recolhidos ainda estão passando pelo tratamento documental em prol do acesso e uso; e que recomendações específicas para arquivos de direitos humanos ainda são escassas na literatura da área.

Conclusão: É necessário que a preocupação com as discussões de arquivos de direitos humanos ocupe, cada vez mais, a agenda da comunidade arquivística. Espera-se que a pesquisa suscite novas discussões em prol da preservação, acesso e uso dessas fontes documentais aptas a investigar violações de direitos humanos.

Palavras-chave: Arquivos; Direitos Humanos; comissões da verdade; Organização das Nações Unidas; tratamento documental e acesso.

I INTRODUÇÃO

A criação da Organização das Nações Unidas – ONU (1954) e a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948), impulsionadas pelas atrocidades da Segunda Guerra Mundial (1938-1945), são marcos históricos para a discussão de direitos humanos na contemporaneidade.

Da mesma forma, as transições democráticas vivenciadas por algumas Nações a partir da queda das ditaduras nos estados totalitários da Europa Ocidental (década de 1970), do término das ditaduras latino-americanas (década de 1980) e do colapso dos regimes comunistas em sua maioria (década de 1990), são marcos para a atribuição dos arquivos como instrumentos necessários na apuração de violações de direitos humanos.

Na pesquisa desenvolvida, essa atribuição dada aos arquivos considera dois importantes pontos nas discussões de arquivos de direitos humanos: sua inserção em documentos da/do Comissão/Conselho de Direitos Humanos – CDH da ONU e o uso de fontes documentais pelas Comissões da Verdade (ação que se desdobra da justiça de transição).

O marco da discussão de arquivos de direitos humanos no contexto da ONU foi a publicação, em 1997, do documento intitulado “A administração da justiça e dos direitos humanos dos detidos: a questão da impunidade para os autores de violações dos direitos humanos (civis e políticos)”, do jurista francês Louis Joinet. Neste documento, Joinet (1997) transita por questões que circundam a necessidade de preservação e acesso a arquivos que testemunham violações de direitos humanos, considerando a potencialidade dessas fontes. Esse documento foi atualizado, em 2005, pela especialista independente e pesquisadora em direito internacional e direitos humanos Diane Orentlicher. A inserção da temática segue presente nos documentos da ONU a partir dos relatórios de Pablo de Greiff (2012 a 2017) e Fabián Salvioli (2018 a atualidade), Relatores Especiais da CDH/ONU.

Esse imperativo de preservação e acesso a arquivos que testemunham violações de direitos humanos se materializa nas atividades das Comissões da Verdade. Atribuído como uma das ações para a efetivação da justiça de transição, essas Comissões possuem caráter governamental, temporário, instaladas para investigar um período passado e de tempo determinado, com publicação de relatório final ao término de suas atividades, contendo suas conclusões e recomendações.

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade – CNV foi instalada em 2012, por força da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, ou seja, quase três décadas a contar do término da última ditadura militar, ocorrida em 15 de março de 1985. Com a instalação da CNV, tem-se a proliferação de Comissões Subnacionais, distribuídas em todo território nacional e advindas de diferentes esferas governamentais e no domínio extra estatal, representando um movimento não observado em outros países. Dentre essas Comissões Subnacionais, a pesquisa elege as Comissões Estaduais da Verdade – CEVs, criadas em 15 unidades da federação.

As Comissões da Verdade, enquanto instrumento instalado para investigar violações de direitos humanos, fazem uso inevitável de fontes documentais. Os documentos produzidos e acumulados no decorrer de suas atividades, comporão os acervos dessas Comissões, com a potencialidade de efetivar o direito à memória, à verdade histórica e a reconciliação nacional. Para tanto, a preservação e acesso devem ser assegurados.

Diante da breve exposição, o problema de pesquisa considerou as seguintes questões: Quais as atribuições dadas aos arquivos nos documentos da Comissão/Conselho de Direitos Humanos da ONU? Onde estão e qual o tratamento arquivístico dispensado aos acervos oriundos das Comissões Estaduais da Verdade em prol do acesso e uso?

Como objetivo geral, buscou-se investigar os arquivos de Direitos Humanos no contexto das Comissões Estaduais da Verdade no Brasil: imputações, acervos e tratamento arquivístico. E, como objetivos específicos, elencou-se: (a) Identificar as atribuições dadas aos arquivos nos Relatórios Especiais sobre a Promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas; (b) Verificar se os acervos das Comissões Estaduais da Verdade foram destinados aos Arquivos Públicos Estaduais; (c) Descrever o tratamento arquivístico implementado nos acervos das Comissões Estaduais da Verdade; e (d) Apresentar as recomendações existentes na literatura da Ciência da Informação e Arquivologia para o tratamento e acesso a arquivos de direitos humanos no contexto de regimes repressivos.

Entendendo a relevância da discussão para a sociedade brasileira, que enfrentou uma espera de 26 anos desde o término da última ditadura militar para ter sua Comissão Nacional da Verdade instituída e, posteriormente, conhecer seus desdobramentos, justifica-se ampliar o debate dos arquivos de direitos humanos no contexto da Ciência da Informação (CI).

Entende-se que é uma discussão recorrente no âmbito do direito (justiça de transição) e da história (ditadura militar), porém com possibilidades proficuas de pesquisas na área da CI e, em especial, da Arquivologia a partir do seu corpus teórico-prático, o que justifica a pesquisa no âmbito acadêmico e social.

2 METODOLOGIA

O estudo desenvolvido se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica (recorrendo a fontes publicadas considerando a temática) e documental (fazendo uso de fontes primárias: relatórios da CDH/ONU, legislações das Comissões Nacional e Estaduais da Verdade e seus respectivos relatórios finais). Considerando o objetivo geral, optou-se pelo caminho da pesquisa aplicada, descritiva e qualitativa.

Para o desenvolvimento do objetivo (a), foram analisados os relatórios dos Relatores Especiais da CDH/ONU, recuperados no Official Document System, banco de dados que congrega documentos da Organização das Nações Unidas. O objetivo (b) foi desenvolvido a partir da análise das legislações de criação e relatórios finais das Comissões Estaduais da Verdade e da aplicação de questionário junto aos 15 Arquivos Públicos Estaduais cujo Estados instalaram Comissões. O questionário também foi a técnica de pesquisa utilizada na resposta ao objetivo (c). Por fim, para o desenvolvimento do objetivo (d), recorreu-se a revisão sistemática da literatura nas bases de dados da SciELO e BRAPCI e pesquisa direta no Portal da Seção de Arquivos e Direitos Humanos – SAHR do Conselho Internacional de Arquivos – ICA.

O percurso metodológico desenvolvido permitiu responder aos objetivos da pesquisa, cujo resultados serão brevemente apresentados na próxima seção.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Considerando a proposta de identificar a inserção da temática dos arquivos nos documentos da ONU, investigar a destinação dos acervos das Comissões Estaduais da Verdade, descrever o tratamento arquivístico desses acervos e apresentar as recomendações existentes na literatura da área para o tratamento e acesso a arquivos de direitos humanos, apresenta-se de forma concisa os resultados da pesquisa.

Nos Relatórios Especiais da ONU, identificam-se a menção dada aos arquivos em quatro relatórios elaborados pelos relatores especiais do Conselho de Direitos Humanos, que ratificam a importância da preservação e acesso aos arquivos das Comissões para se conhecer a verdade, a necessidade de modernização das leis de acesso e de arquivos, a aproximação da população a esses acervos através de intervenções educativas e culturais, promovendo uma cultura de não repetição.

Quanto a destinação do acervo das Comissões Estaduais da Verdade, a primeira análise ocorreu na legislação de criação das 15 Comissões, identificando-se em 54,5% dos casos a recomendação de destinação ao respectivo Arquivo Público Estadual. Entretanto, a partir da aplicação do questionário, identificou-se que dentre os onze respondentes, 45,5% manifestaram não possuir a guarda do acervo, o que suscita futuras investigações.

As funções arquivísticas (criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão) pautaram a análise do tratamento arquivístico implementado nos acervos das Comissões Estaduais da Verdade. Constatou-se que são acervos ainda em processo de tratamento, classificados em 66,7% e avaliados e descritos em 50% dos casos. Foram identificados instrumentos de pesquisa em 66,7% das instituições, disponíveis em formato digital. Em 33,3% dos casos, o acervo encontra-se totalmente digitalizado e, parcialmente, em 50%. Quanto à restrição de acesso, uso e reprodução, 50% manifestaram algum tipo de impedimento. De acordo com os respondentes, não há sigilo imposto a esses acervos.

Na busca por recomendações existentes na literatura da CI e Arquivologia, referente ao tratamento e acesso aos arquivos de direitos humanos, duas publicações foram recuperadas. Ambas, desenvolvidas pela Seção Arquivos e Direitos Humanos do Conselho Internacional de Arquivos – ICA. O resultado, somado ao fato de existir uma seção específica para tratar da temática no âmbito do ICA, indicia uma preocupação do referido órgão frente a essa discussão.

Avaliando os resultados apresentados, entende-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados e a importância da discussão de arquivos de direitos humanos foi ratificada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação da Ciência da Informação e da Arquivologia na questão social, na importância da informação na sociedade contemporânea, assegura o equilíbrio dessa sociedade.

A pesquisa desenvolvida destacou a importância dos acervos produzidos e acumulados pelas Comissões da Verdade, para efetivação do direito à memória, reparação e não repetição. Entendendo que toda a sociedade tem o direito de conhecer seu passado, os documentos aptos a garantir esse direito coletivo devem ser preservados e seu acesso garantido. Diante disso, é vital que a preocupação com essas fontes, inicialmente promovidas por organizações de direitos humanos e de familiares de vítimas dos regimes repressivos, ocupem cada vez mais a agenda da comunidade arquivística.

Espera-se que a pesquisa suscite novas discussões, em especial, naquelas centradas na identificação dos acervos ainda não recolhidos às instituições arquivísticas de competência, e no desenvolvimento de recomendações para o tratamento arquivístico em prol de sua preservação, acesso e uso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Casa Civil, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAVALCANTE, Déborah Lopes da Conceição. **Arquivos de Direitos Humanos no contexto das Comissões Estaduais da Verdade no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/252271/PCIN0334-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jan. 2024.

JOINET, Louis. Question of the Impunity of Perpetrators of Human Rights Violations (Civil and Political). **Revised Final Report Prepared by Mr. Joinet Pursuant to Sub-Commission Decision 1996/119.** United Nations, E/CN.4/ Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/245520?v=pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

UNITED NATIONS. **Universal Declaration of Human Rights.** 1948. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2021/03/udhr.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Déborah Lopes da Conceição Cavalcante

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: deborahlopescc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6290-0642>

Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2023). Bacharela em Arquivologia (2016) e Licenciada em Pedagogia (2004) pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Servidora efetiva da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED/SC.



Eva Cristina Leite da Silva

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: eva.cristina@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4579-1064>

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com período sanduíche na Universidade de Lisboa/Portugal (2010). Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2004). Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas (1997). Atualmente é Professora na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro de Ciências da Educação – CED, Departamento de Ciência da Informação – CIN. Atua no curso de graduação em Arquivologia e nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFSC/PGCIN.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 12

OS EFEITOS DA INFODEMIA ENTRE ESTUDANTES DE CURSOS PRÉ- VESTIBULARES COMUNITÁRIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Dilva Páscoa De Marco Fazzioni
Elizete Vieira Vitorino



Os efeitos da infodemia entre estudantes de cursos pré-vestibulares comunitários da Grande Florianópolis

Dilva Páscoa De Marco Fazzioni
Elizete Vieira Vitorino

Resumo:

Em pesquisa sobre a sobrecarga da informação e o risco de vulnerabilidade no contexto da competência em informação de estudantes de cursos pré-vestibulares populares, públicos e gratuitos da Grande Florianópolis, foram abordadas questões relacionadas à competência em informação no contexto da pandemia da Covid-19, incluindo a chamada infodemia. Os estudantes apontaram as dificuldades e eventuais facilidades trazidas pelo isolamento social decorrente da pandemia e como fizeram para se adaptar aos estudos online e ao ambiente doméstico.

Palavras-chave: competência em informação; sobrecarga da informação; estudantes; cursos pré-vestibulares; infodemia.

I INTRODUÇÃO

A proposta original da pesquisa foi estudar a sobrecarga da informação e o risco de vulnerabilidade no contexto da competência em informação em estudantes de cursos pré-vestibulares populares, públicos e gratuitos da Grande Florianópolis e que tivessem, entre os requisitos de seleção, a renda familiar e/ou a procedência de escolas públicas. No entanto, no início de 2020, quando a pesquisa se aproximava da etapa de realização das entrevistas, surgiu a pandemia decorrente da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV- 2 ou Covid-19), que determinou o isolamento social.

Esta circunstância causou intenso impacto no desenvolvimento da pesquisa, principalmente pela impossibilidade de realizar as entrevistas presencialmente. No entanto, ao invés de um prejuízo, logo se vislumbrou nova oportunidade para a pesquisa, que poderia e deveria abordar os aspectos relacionados à informação no contexto da crise sanitária, diante do pressuposto de que pessoas em vulnerabilidade informacional estariam aprofundando ainda mais sua condição de suscetibilidade.

Para esta adaptação não foi necessário alterar os objetivos, apenas adicionar perguntas ao questionário. O objetivo geral foi compreender a sobrecarga de informação em estudantes de cursos pré-vestibulares populares, públicos e gratuitos com vistas à busca de relações e de princípios norteadores ao desenvolvimento da competência em informação. Já os objetivos específicos foram: a) descrever o cenário da competência em informação, da sobrecarga de informação e da vulnerabilidade em informação, segundo a literatura; b) identificar se os estudantes verificam a existência da sobrecarga de informação e as possíveis relações com a competência em informação; c) investigar em que aspectos os estudantes estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade em informação, e, d) elencar os principais desafios e dificuldades enfrentados pelos estudantes.

O estudo se justifica sob a ótica de que fatores que podem suscitar a vulnerabilidade socioeconômica ou de informação (entre os quais a baixa renda, necessidade de contribuir para o sustento familiar, dificuldades de transporte, violência e drogas na família ou na comunidade, lacunas no capital cultural) também prejudicam o rendimento escolar e dificultam o acesso a meios de informação ou mesmo a cursos preparatórios para o vestibular.

A ideia do “capital cultural”, lançada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, é elemento-chave no cenário do desempenho escolar e acadêmico:

A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar [...]. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das “aptidões naturais”, quanto às teorias do “capital humano” (Bourdieu, 2007, p. 73).

O acesso à universidade é considerado uma das principais possibilidades de transformação social dos estudantes e de suas famílias. “A universidade representa a busca por uma vida melhor, o que, por sua vez, significa uma inserção no mercado de trabalho que possibilite um maior poder aquisitivo” (Souza; Souza, 2006, p. 5).

Para os jovens que em 2020 estavam se preparando para o vestibular, a pandemia da Covid-19 se apresentou como um fator adicional à sobrecarga da informação. O novo cenário propiciou ‘o surgimento de malefícios, tanto para quem trabalha em informação como para quem apenas a utiliza, e em deles se chama ansiedade informacional ou ansiedade de informação’. Em sua associação com a pandemia, a ansiedade informacional pode ocasionar prejuízos e/ou danos psicológicos e físicos aos profissionais e aos usuários da informação. “Além dos cuidados básicos para não se contaminar com o novo coronavírus durante a pandemia, são necessários cuidados para não se prejudicar devido ao excesso de informação ou a falta dela no dia a dia” (Balbinotti, 2020, p. 53-54).

2 METODOLOGIA

Quanto ao método, a pesquisa classificou-se como abordagem qualitativa, inspirada na fenomenologia, tendo a entrevista como instrumento. As entrevistas foram realizadas entre o final de 2020 e primeiros meses de 2021, por meio de plataforma de videoconferência, com 38 estudantes, público determinado por seleção intencional. Foram realizadas, também, pesquisas bibliográficas e documental.

Nas entrevistas, os estudantes manifestaram que sentem a sobrecarga de informação e seus sintomas psicossomáticos, embora boa parte deles não se considere prejudicada pela superabundância de informação – ou seja, se trata de um atributo positivo (mais informação) e que faz parte do momento atual. Especificamente a respeito dos reflexos da Covid-19, os entrevistados, de maneira geral, consideraram que a pandemia acentuou a sobrecarga e o risco de vulnerabilidade em informação.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A Covid-19 impulsionou a disseminação de informações incorretas ou inadequadas. “Na medida em que o fluxo informacional se intensificou, cresceu também o volume de informações falsas e/ou ludibrias, as chamadas fake news, que, em incontáveis casos, objetivam propagar uma desordem informacional” (Ferreira; Lima; Souza, 2021, p. 32). Entre os diversos tipos de conteúdo que podem ser considerados “problemáticos” citados pelos autores estão os enganosos, falsos, impostores, manipulados e fabricados, além das paródias e sátiras mal compreendidas.

Ferreira, Lima e Souza (2021) salientam que as situações caóticas instigam ainda mais a disseminação de notícias falsas.

[...] o período pandêmico causado pela COVID-19 tem-se demonstrado propício para a geração e disseminação de fake news, intensificadas com o desenvolvimento das TDCIs, mais especificamente das mídias sociais, contribuindo, assim, para o caos informacional e a desordem social (Ferreira; Lima; Souza, 2021, p. 33).

Os problemas informacionais decorrentes da situação são desordem, desinformação, informação incorreta ou má informação, cujos autores podem ou não ter a intenção deliberada de prejudicar ou enganar. Também pode ocorrer a disseminação de informações verdadeiras em contextos deturpados. Disto resultam conhecimentos e/ou decisões equivocadas. As fake news relacionadas à pandemia propagaram de forma similar ao vírus, do que surgiu o termo “Infodemia”. (Ferreira; Lima; Souza, 2021).

Para Ribeiro e Martinuzzo (2021, p. 4) “[...] infodemia pode ser considerada como uma ‘enfermidade’ informacional, posto que constituída de conteúdo de desinformação e mentira, que alcança um número gigantesco de receptores”. Esses receptores disseminam as informações falsas em suas redes sociais digitais ou outros canais de comunicação.

Em linhas gerais, pode-se concluir que 'infodemia' tende mesmo a conceituar um fenômeno social de vertigem informacional constituída de narrativas diversas acerca de fatos verdadeiros e falsos, textos com informações precisas e imprecisas sobre eventos da vida real, [...] com veloz disseminação e alta capacidade de emissão/atualização. Para a OMS, infodemia é a 'quantidade excessiva de informações sobre um problema, o que dificulta a identificação de uma solução', podendo 'espalhar informação falsa, desinformação e rumores durante uma emergência de saúde'. 'Infodemias pode dificultar uma resposta eficaz de saúde pública e criar confusão e desconfiança entre as pessoas' [...]. (Ribeiro; Martinuzzo, 2021, p. 4).

A informação inadequada pode acentuar os efeitos de uma pandemia. "É preciso também preparar a sociedade para lidar com esse tipo de informação. Contudo, identificar notícias falsas exige uma mínima capacidade crítica do sujeito" (Ferreira; Lima; Souza, 2021, p. 42).

De acordo com Vilhena (2020, p. 12), nas circunstâncias atuais, a "informação segura e confiável é crucial para que os indivíduos compreendam a real situação que a pandemia está causando no mundo". Desta forma, a informação deve provocar reflexão sobre "cuidados básicos de saúde consigo e para com o outro, a solidariedade mútua e o respeito a todos" (Vilhena, 2020, p. 12).

Vilhena (2020, p. 21) defende o direito dos cidadãos de exigir dos governos, além das medidas sanitárias de proteção da coletividade "uma única e condizente postura informacional". A autora destaca que as exigências de informações corretas partem de uma sociedade mais bem informada, o que começa pelo desenvolvimento da educação e pelo aprimoramento das relações sociais.

A partir dessas premissas, foram adicionadas ao questionário as seguintes perguntas:

- O isolamento social, imposto pela pandemia, contribuiu de forma positiva ou negativa para os seus estudos?

- Como foi sua adaptação para estudar on-line? Comente sua experiência.

Dos 38 entrevistados, apenas dois consideraram o isolamento social como positivo para os estudos. Entre os demais, dois terços (24 estudantes) apontaram apenas aspectos negativos e um terço (12) citaram fatores positivos e negativos.

O principal fator positivo citado foi o do aumento do tempo para estudar, tendo em vista que os estudantes já não precisavam se deslocar às escolas. Alguns entrevistados também disseram ter desenvolvido maior capacidade para se organizar e estudar sozinhos.

Por outro lado, a principal dificuldade citada com as aulas on-line foi a falta de interação com professores ou colegas, não apenas para compreender melhor o conteúdo exposto pelo professor, mas a presença física ao lado de docentes e colegas estimula o foco e eleva a motivação para os estudos. Embora considerado aconchegante, o ambiente doméstico não é contributivo, segundo um significativo número de participantes da pesquisa, que elencaram a falta de estrutura adequada (móveis) ou de silêncio como os principais fatores negativos.

A pesquisa confirmou os pressupostos de que a pandemia agravou os reflexos da sobrecarga de informação no que tange aos aspectos emocionais dos estudantes. Eles citaram a falta de motivação para aulas on-line; notícias sobre o elevado número de óbitos de pessoas infectadas e informações contraditórias sobre a pandemia como fatores estressantes. Reportaram também que a situação provocou reações como estresse, frustração, vontade de chorar, ansiedade, cansaço mental e agravamento de enxaqueca.

A adaptação para estudar on-line, foi considerada muito difícil para mais da metade dos participantes (21 respostas), moderadamente difícil (dez) e fácil (seis). Alguns entrevistados disseram ter tido vontade de abandonar os estudos e lembraram de colegas que o fizeram. Entre os problemas elencados estão as distrações e ruídos domésticos (inclusive conversas de familiares). A capacidade de utilizar recursos tecnológicos foi citada como dificuldade por cinco entrevistados e como um fator positivo por outros nove.

O estudo on-line exige muito autocontrole e pode se transformar em uma vantagem quando o estudante consegue se desenvolver neste aspecto, revelaram alguns entrevistados. Para estes, boa organização pessoal e apoio familiar são primordiais.

Os estudantes também lembraram que os professores igualmente tiveram dificuldades de adaptação, principalmente pela falta de familiaridade com os recursos tecnológicos. Sob este aspecto, os resultados são compatíveis com os de outra pesquisa, realizada em setembro de 2021, por acadêmicos da Universidade do Contestado, Campus de Concórdia, envolvendo 51 docentes de uma instituição de ensino superior do Meio Oeste de Santa Catarina.

Assim os resultados apontam como facilidades: a interação por meio de novas tecnologias, home office e a possibilidade de assistir novamente às aulas. Como dificuldades foram apresentadas: a falta de atenção dos alunos e a baixa participação nas aulas. Os docentes consideraram a qualidade das aulas como “boa”, porém houve prejuízo na relação entre professor e aluno. Por fim, ao avaliar o processo de ensino-aprendizagem, constatou-se que não ocorreu da mesma forma como nas aulas presenciais, contudo as mudanças da nova modalidade, a remota, mostrou ser possível o reinventar em tempos de crise. (Favretto; De Luca; Cavasin; Reis, 2023, p. 224).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a pandemia acentuou as dificuldades que muitos já sentiam quanto à sobrecarga de informação, ainda que alguns tenham observado fatores positivos no isolamento social. Permanecer em casa trouxe mais tempo para estudar, mas evidenciou dificuldades como falta de estrutura física e excesso de ruídos domésticos ou do bairro, além da menor interação com professores e colegas. Para mais da metade dos entrevistados, a adaptação para as aulas a distância foi muito difícil, embora alguns consideraram que aprenderam a ter autonomia e mais efetividade nos estudos.

Nas respostas, observa-se correlações com as quatro dimensões da competência em informação – política, ética, estática e técnica –, percorridas por Vitorino (2018). A dimensão política se evidencia nos aspectos relacionados à pandemia, ao isolamento social, às opiniões e atitudes dos próprios estudantes. A dimensão ética emerge nas circunstâncias em que, mesmo se sentido prejudicados pelas medidas sanitárias, os entrevistados manifestam respeito a elas por compreenderem seu benefício à coletividade e a gravidade da Covid-19. As práticas da educação à distância – e a dificuldade de adaptação manifestada pelos entrevistados – se vinculam à dimensão técnica. Já a dimensão estética pode ser identificada nas condições em que os entrevistados disseram ter desenvolvido autonomia e independência nos estudos durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

BALBINOTTI, Steve. Ansiedade, ansiedade informacional, home office e teletrabalho: desafios para os bibliotecários em tempos de pandemia. In: SPUDEIT, Daniela; SOUZA, Cláudia (orgs). **Atuação de profissionais da arquivologia, biblioteconomia e museologia em época de pandemia**. Florianópolis (SC): Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 53-70.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Ciências sociais da educação). Disponível em: <https://mega.nz/fm>. Acesso em: 13 jun. 2020. [Capítulo, p. 71-19].

FAVRETTO, Liani Maria Hanauer; DE LUCA, Ângela Maria Fazzioni; CAVASIN Cintia; REIS, Mari Aurora Favero. Aulas remotas na percepção de docentes universitários: relação professor e aluno no processo ensino-aprendizagem. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 15, n. 36, p. 223-235, set./dez. 2023.

FERREIRA, João Rodrigo Santos; LIMA, Paulo Ricardo Silva; SOUZA, Edivanio Duarte de. Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news no cenário da COVID-19. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 30-58, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/102195/59076> . Acesso em: 16 jun. 2021.

RIBEIRO, R. R.; MARTINUZZO, J. A. A reinfosfera na pandemia do novo coronavírus: infodemia, fake news e sociabilidade perversa. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e5694, 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5694> . Acesso em: 24 ago. 2021.

SOUSA, Livia Mesquita de; SOUSA, Sônia M. Gomes. Jovens Universitários de Baixa-Renda e a Busca pela Inclusão Social Via Universidade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n. 2, São João Del-Rei, dez. 2006. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/LiviaeSonia.pdf> . Acesso em: 19 maio. 2021.

VILHENA, C. M. A. Inter-relação entre competência em informação e a covid-19. **Biblionline**, v. 16, n. 3/4, p. 11-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.bbn.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/55950>. Acesso em: 24 ago. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, set. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187> . Acesso em: 04 mar. 2019.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Dilva Páscoa De Marco Fazzioni

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: dilvafazzioni0@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5459-4073>

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016). Mestrado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. (2011). Especialização em Gestão de Unidades de Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em (2009). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1998). Atualmente é Professora e Bibliotecária da Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT).



Elizete Vieira Vitorino

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br
ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-2462-6553>

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Ciência da Informação (CIN/UFSC), nos Cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC). Bolsista Produtividade CNPq, Nível 2, Processo: 308821/2019-0, de 01/03/2020 a 28/02/2023 e de 01/03/2023 a 28/02/2026 - Processo: 308477/2022-7. Pós doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal, no período de jan. 2015 a jan. 2016 por meio da Agência de Fomento CAPES e do Programa Estágio Sênior no Exterior (Processo: BEX 2398/14-1). Pós doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) (período de 20/06/2022 a 19/12/2022).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 13

EM BUSCA DA DECOLONIZAÇÃO EPISTÊMICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EDEOC

Dirnéle Carneiro Garcez
Rodrigo de Sales



Em busca da decolonização epistêmica: uma análise a partir da EDEOC

Dirméle Carneiro Garcez
Rodrigo de Sales

Resumo:

Este estudo tem como objetivo investigar o envolvimento de pesquisadoras(es) de Abya Yala na decolonização da Organização do Conhecimento (OC), explorando o papel da Escala de Decolonialidade para Estudos em OC (EDEOC) nesse processo. A pesquisa visa promover a inclusão e diversidade na Ciência da Informação, combatendo desigualdades epistêmicas e representando conhecimentos marginalizados. A abordagem decolonial na OC busca amplificar as vozes de grupos historicamente silenciados, fomentando uma visão mais plural e igualitária do conhecimento. O estudo adota uma abordagem exploratória e descritiva, utilizando técnicas quali-quantitativas e análise de conteúdo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada em diversas bases de dados e eventos científicos. Foram analisadas 1768 publicações entre 1994 e 2022, sendo que 167 delas demonstraram alinhamento com abordagens críticas e decoloniais na OC. Identificaram-se 184 pesquisadores engajados na promoção da pluralidade de saberes e na resistência à colonização do conhecimento. A EDEOC foi concebida como uma ferramenta de análise teórico-aplicada que mensura e avalia a representatividade epistêmica em estudos e recursos informacionais, instrumentos e conceitos empregados, adoção de abordagens críticas em estudos decoloniais, pós-coloniais e anticoloniais, e a inclusão da diversidade epistêmica, cultural e linguística em estudos considerados decoloniais no campo. Dessa forma, se consolida como um importante instrumento a ser utilizado para desconstruir narrativas colonizadoras e valorizar as perspectivas diversas existentes no campo da OC.

Palavras-chave: decolonização; organização do conhecimento; escala de decolonialidade; EDEOC.

I INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado um notável aumento nas abordagens diversas para confrontar as lógicas colonizadoras hegemônicas, as quais frequentemente resultam em violências epistêmicas e injustiças sociais no campo da Organização do Conhecimento (OC). Uma ampla gama de culturas, crenças, etnias, grupos populacionais, línguas e costumes contribuem para a construção do conhecimento. No entanto, quando esses agentes não são formalmente representados em teorias, instrumentos e processos, acabam por ser marginalizados (Garcez; Sales, 2021). A adoção de uma postura decolonial na representação de conhecimentos marginalizados na OC é fundamental para combater as desigualdades epistêmicas e elevar as vozes de grupos e comunidades historicamente silenciadas. Através da desconstrução de narrativas dominantes e do enfrentamento das violências epistêmicas, a abordagem decolonial na OC desafia as estruturas de poder que perpetuam a colonização do conhecimento (Garcez; Sales, 2021, 2022).

As limitações impostas pelos regimes de verdades dominantes, frequentemente resultam na exclusão de epistemologias, teorias ou perspectivas provenientes de grupos não-hegemônicos, como as epistemologias do Sul, epistemologias das encruzilhadas, afrocentricidade, epistemologia feminista negra, entre outras (Santos; Meneses, 2009; Rufino, 2019; Asante, 2009; Collins, 2019). Esses regimes se propagam através de padrões teóricos e metodológicos que, muitas vezes, excluem outras formas de pensar e conhecer, e servem como estratégia para controlar países e continentes criados como periféricos. Existe, portanto, a hierarquização de conhecimentos, em que aqueles advindos do contexto do centro dominante (leia-se Europa, Estados Unidos) influenciam os contextos e sujeitos colocados em lugares de subordinação (leia-se Abya Yala, África), especialmente no que se refere à produção científica, epistemológica e tecnológica (Neves, 2014).

Ao examinarmos o domínio teórico da Organização do Conhecimento, observamos a ausência de um consenso claro em relação à sua definição. Conforme identificado por Sales (2017), a comunidade científica nacional e internacional em Organização do Conhecimento ora a concebe como uma subárea da Ciência da Informação, ora como um campo de estudo autônomo que ocasionalmente se relaciona com a Ciência da Informação. Neste estudo, abordaremos a Organização do Conhecimento como um domínio investigativo independente, que mantém relações substanciais de interação com a Ciência da Informação e que necessita urgentemente expandir sua perspectiva para enfrentar o processo de colonização do conhecimento, bem como sua ordenação colonizadora.

Diante ao exposto, conscientes do desafio envolvido no enfrentamento de estruturas consolidadas que historicamente nos influenciaram e moldaram, surge o interesse em investigar se pesquisadoras(es) de Abya Yala estão engajadas(os) na decolonização da Organização do Conhecimento. Nesse contexto, a questão central que suleia este estudo de doutorado em fase final de elaboração é: Pesquisadoras(es) de Abya Yala estão promovendo a decolonização do conhecimento no campo da Organização do Conhecimento? Com o objetivo de responder a essa indagação, delineamos como objetivo geral investigar se e de que maneira pesquisadoras(es) de Abya Yala estão promovendo a decolonização do conhecimento no campo da Organização do Conhecimento. Acreditamos que, ao desenvolver um estudo que apresenta conceitos, teorias e epistemologias originárias de pesquisas de Abya Yala, poderemos não apenas demonstrar se e como nossas(os) pensadoras(es) estão promovendo a decolonialidade, mas também gerar um resultado de pesquisa que auxilie no combate à colonização da Organização do Conhecimento.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como uma abordagem exploratória e descritiva, visando investigar um tema ainda em desenvolvimento no país, que é a relação entre Organização do Conhecimento e decolonização do conhecimento. Os aportes teóricos são fundamentados em estudos de autores como Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Boaventura de Sousa Santos, Nelson Maldonado-Torres, Walter Dignolo, Catherine Wash, Vera Candau, Natalia Duque-Cardona, Gislaine Martinelli Baniski, Paula Cruz Ríos, Joaze Bernardino-Costa, entre outros.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, que emprega técnicas baseadas em dados métricos (quantitativos) e análise de conteúdo (qualitativa) para explorar as informações levantadas. Os procedimentos envolvem uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando materiais já publicados e ainda não analisados (Minayo, 2009). O universo bibliográfico foi estabelecido a partir das bases de dados Web of Science (WOS) e Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), abrangendo as principais bases de dados do campo da Ciência da Informação. Além disso, foram consideradas produções bibliográficas de

eventos científicos como ISKO Brasil e Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), bem como as publicações do periódico Knowledge Organization, reconhecido como a "principal revista científica da área" pela International Society for Knowledge Organization (ISKO, 2021). Além disso, também foram incluídas publicações do Selo Editorial Nyota e da Editora IBICT.

Após o processo de recuperação dos materiais, os dados foram registrados em uma planilha eletrônica com diferentes intervalos de tempo, compreendidos entre 1994 e 2022, sujeitos à análise e submetidos a procedimentos de deduplicação.

Este estudo foi realizado em duas etapas distintas. Na primeira etapa, as publicações foram categorizadas de acordo com as abordagens definidas por Garcez e Sales (2021, 2022), que englobam: a) Discussões sobre opressões, sub-representações e relações de poder e dominação enfrentadas por populações marginalizadas, como populações africanas, ameríndias, mulheres, LGBTQIAPN+, entre outras; b) Discussões sobre produções de conhecimentos de populações geograficamente privilegiadas (norte global), mas que estão à margem das sociedades que pertencem; c) Reflexão crítica à colonialidade e proposta da decolonialidade como alternativa de enfrentamento; e d) Relação entre Interculturalidade, Interculturalidade Crítica e OC.

Na segunda etapa, após a classificação inicial e a identificação dos estudos considerados como decoloniais, procedemos à aplicação da Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), desenvolvida pelos autores desta pesquisa. A construção da EDEOC foi fundamentada nos estudos de Nadal (2014), Sue et al. (2007), Sue (2010), Garcez e Sales (2021, 2022) e Silva et al. (2023). Conceitualmente, a EDEOC foi concebida como uma ferramenta de análise teórico-aplicada que auxilia na avaliação e mensuração da representatividade epistêmica presente em estudos e recursos informacionais, a utilização de instrumentos e conceitos, a adoção de abordagens críticas em estudos decoloniais, pós-coloniais e anticoloniais, bem como a promoção da inclusão da diversidade epistêmica, cultural e linguística em pesquisas consideradas decoloniais no campo da Organização do Conhecimento.

3 RESULTADOS PRELIMINARES

Conforme mencionado previamente, este estudo consiste em uma tese de doutorado em fase final de elaboração. Em virtude disso, visando preservar a originalidade dos resultados, serão apresentados apenas os achados preliminares. No total, foram identificadas 1768 publicações relevantes para a pesquisa. Destas, 722 foram recuperadas nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 653 foram encontradas nos volumes do periódico Knowledge Organization, 263 foram localizadas na coletânea "Estudos Avançados em Organização do Conhecimento" da International Society for Knowledge Organization (ISKO BR), 52 foram publicadas pela editora Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 39 foram obtidas por meio de estratégias de busca na base de dados Web of Science, 24 foram identificadas pela utilização de termos na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), e 15 foram encontradas no acervo do Selo Editorial Nyota.

Além disso, foram coletados os dados referentes às pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, assim como aqueles vinculados a instituições brasileiras ou a países latino-americanos. Nesta fase, identificamos os países e instituições com maior produção, bem como a(o)s principais teóric(a)os a serem apresentados posteriormente. Assim, o conjunto de dados para a pesquisa foi estabelecido da seguinte maneira: 75 publicações provenientes do ENANCIB, 18 oriundas do Knowledge Organization, 18 da ISKO BR, 26 publicações da editora IBICT, 3 da Web of Science, 18 da BRAPCI e 9 do Selo Editorial Nyota.

Em relação aos resultados, inicialmente conduzimos uma análise criteriosa da conformidade de cada obra publicada, verificando se estavam alinhadas com pelo menos uma das quatro abordagens previamente definidas. Durante esse processo de classificação, identificamos que 167 publicações atenderam a esses critérios. No contexto das autorais e coautorais envolvidas na elaboração de pesquisas e no desenvolvimento de pensamentos epistemológicos direcionados a uma perspectiva crítica e decolonial na Organização do Conhecimento (OC), identificamos 184 pesquisadores que têm desempenhado um papel significativo na promoção da pluralidade de saberes e na resistência à histórica colonização do conhecimento.

Quando nos concentramos nas primeiras autorias, os dados revelam uma tendência peculiar durante a análise, na qual alguns pesquisadores, previamente identificados com um grande número de publicações, apresentaram uma redução significativa quando se trata das primeiras autorias. Os dados sugerem que essa disparidade pode estar relacionada ao processo de orientação de pesquisas e à participação desses pesquisadores na condução de seus orientandos e orientandas.

No que se refere à aplicação da EDEOC, a representatividade teórica foi o critério com a maior pontuação, destacando-se pelo uso de autorias latino-americanas em seus referenciais. Entretanto, ao analisar a crítica à decolonialidade, percebemos que, embora sejam estudos decoloniais, carecem de elementos críticos suficientes para alcançar a Decolonialidade Crítica. Focar em questões relacionadas à episteme, cultura e língua é crucial para valorizar a diversidade cultural e epistêmica, promover a conexão entre diferentes culturas e povos, enaltecer a cultura regional e adotar aspectos linguísticos e terminológicos de comunidades e povos subalternizados.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Com base nos resultados preliminares apresentados até o momento, este estudo de doutorado em fase final de elaboração revela insights sobre a produção acadêmica no campo da Organização do Conhecimento e sua relação com as questões decoloniais. Destacam-se 184 pesquisadores que têm desempenhado um papel fundamental na promoção da diversidade de saberes e na resistência à colonização do conhecimento, já no que compete as primeiras autorias, observamos a redução na participação de alguns pesquisadores, sugerindo uma possível influência do processo de orientação de pesquisas sobre seus orientandos. Este aspecto levanta reflexões pertinentes sobre o papel do mentor na produção científica e sua relação com a visibilidade e reconhecimento individuais na comunidade acadêmica.

Tocante à aplicação da Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), os resultados destacam a representatividade teórica como um critério proeminente, embasado principalmente no uso de autorias latino-americanas. Entretanto, observamos uma lacuna significativa na incorporação de elementos críticos para atingir a Decolonialidade Crítica, ressaltando a importância de abordar questões relacionadas à episteme, cultura e língua para promover uma visão mais inclusiva e diversificada da OC.

Em síntese, esses resultados preliminares fornecem uma base para futuras investigações e evidenciam a necessidade contínua de promover abordagens mais inclusivas e diversificadas na OC, visando enfrentar os legados da colonização e promover uma produção de conhecimento mais equitativa e representativa.

REFERÊNCIAS

ASANTE, M. K. A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, 4).

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Olhares decoloniais em organização do conhecimento: uma análise das publicações do periódico Knowledge Organization (2000-2020). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ, 2021.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Interculturalidade crítica na BCI e na organização do conhecimento: dialética entre Catherine Walsh e Natalia Duque Cardona. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRGS, 2022.

ISKO. **Knowledge Organization Journal**. 2021. Disponível em: <https://www.isko.org/ko.html>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

NADAL, Kevin L. A guide to responding to microaggressions. **Cuny Forum**, [s.l.], v. 2, p. 1, p. 71-76, 2014.

NEVES, F. M. A contextualização da verdade ou como a ciência torna-se periférica. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 14, n. 3 p. 556-574, 2014.

RUFINO, L. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SALES, R. Diferentes perspectivas nos contextos do gt2 da Ancib e da Isko-Brasil. In: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 18., 2017, Marília, SP. **Anais [...]** Marília: UNESP; ANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104133>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. In: SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; GARCEZ, Dirnele C.; VIEIRA, Gabriel de Melo; FEVRIER, Priscila R.; ROMEIRO, Nathália L.; ALVES, Ana Paula M. Microagressões raciais, poder e privilégio nas bibliotecas: uma análise dos discursos no The Microaggressions Project e Microaggressions in Librarianship. **Revista Folha de Rosto**, 2023.

SUE, Derald Wing; CAPODILUPO, Christina M.; TORINO, Gina C.; BUCCERI, Jennifer M.; HOLDER, Aisha M. B.; NADAL, Kevin L.; ESQUILIN, Marta. Racial microaggressions in everyday life. **American Psychologist**, [s.l.], v. 62, n. 4, p. 271-286, May-June 2007.

SUE, Derald Wing. (ed.). **Microaggressions and marginality: manifestation, dynamics, and impact**. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2010.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Diméle Carneiro Garcez

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: dimele.garcez@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9505-0614>

Mestra e Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSSELVI. Integrante do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes e é membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber - IBICT/UFRJ. Pesquisadora no Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação e membro do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC - UFSC) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI).



Rodrigo de Sales

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: rodrigo.sales.s@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3237-4168>

Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Pós-Doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Associado da International Society for Knowledge Organization (ISKO). Pesquisador do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC-UFSC) e do grupo de pesquisa Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes (IBICT/UFRJ).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 14

A DIMENSÃO POLÍTICA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE IDOSOS: MANIFESTAÇÕES IDENTIFICADAS A PARTIR DE PESQUISA DE CAMPO

Djuli Machado de Lucca
Elizete Vieira Vitorino



A DIMENSÃO POLÍTICA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE IDOSOS: MANIFESTAÇÕES IDENTIFICADAS A PARTIR DE PESQUISA DE CAMPO

Djuli Machado de Lucca
Elizete Vieira Vitorino

Resumo:

Investigação que compreende o desenvolvimento da dimensão política da competência em informação de idosos. Introdução: Objetiva estabelecer um conjunto de princípios para o desenvolvimento da competência em informação de idosos participantes de Grupos da Terceira Idade sob o foco da dimensão política (relações sociais). Metodologia/Principais descobertas: A pesquisa descritiva compreende pesquisa de campo situada epistemologicamente na teoria fenomenológica de Schutz e Luckmann (2000) e utiliza a técnica da entrevista para coleta de dados. Foram entrevistados 16 idosos e 6 mediadores de Grupos da Terceira Idade de todas as seis mesorregiões do estado de Santa Catarina. Resultados: Identifica que a dimensão política da competência em informação do idoso compreende: o uso da informação enquanto elemento para a participação política; a característica de as necessidades de informação serem relacionadas aos papéis na vida social, notadamente a saúde; confiança no próximo para a confirmação de Fake News; prudência e ética do idoso com relação ao compartilhamento de informações suspeitas; o coletivo enquanto fonte de informação para o idoso; o empoderamento pessoal por meio da informação; a busca do idoso, no coletivo, de empoderar-se para vencer a solidão e a exclusão social e a consciência política. Considerações finais: Elenca, nos princípios para o desenvolvimento da competência em informação do idoso, os bibliotecários enquanto profissionais protagonistas dessa missão e as bibliotecas enquanto ambientes propícios para o desenvolvimento de estratégias e iniciativas nesse âmbito.

Palavras-chave: competência em informação; dimensão política; idoso; grupos da terceira idade.

I INTRODUÇÃO

O conjunto habilidades, conhecimentos, atitudes, comportamentos e valores que possam nos permitir usufruir de forma consciente, criativa e benéfica dos recursos e fontes de informação é denominado competência em informação (Dudziak, 2003; Vitorino; Piantola, 2011) e é, principalmente para os grupos de pessoas que possam ter autonomia e qualidade de vida comprometidas, um instrumento que possibilita às pessoas participarem da sociedade, da economia, da política e da cultura humana em todas as suas manifestações (Anderson; Johnston, 2016), como meta para o desenvolvimento, prosperidade, autonomia, qualidade de vida e felicidade.

O grupo de idosos é considerado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) como um grupo em situação de vulnerabilidade. No Brasil, corresponde às pessoas que possuem 60 anos ou mais de idade, conforme estabelecido no Estatuto do Idoso (Brasil, 2003). É um grupo heterogêneo no que tange às características sociais e culturais, mas que compartilha similaridades: são pessoas imigrantes digitais; geralmente estão vivenciando um período de perda de papel social no modelo capitalista - em virtude de estarem aposentados - e, ainda, em processo de perda de capacidade funcional e autonomia, que são naturais do processo biológico do envelhecimento.

Das quatro dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política, essa última corresponde ao ser humano enquanto um ser social. Abrange aspectos relacionados à informação para a cidadania, para a justiça social, participação política, redução de desigualdades e responsabilidade social das pessoas. Para idosos, a dimensão política da competência em informação pode se revelar como uma estratégia para a inclusão social, participação política e alcance da cidadania.

Esse texto apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida a nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina concluída em 2019. Propõe apresentar os resultados da pesquisa de campo, que envolve a interrogação direta de idosos e mediadores participantes de Grupos da Terceira Idade vinculados à instituição prestadora de serviços de interesse público ligados ao bem estar social localizada em municípios que compreendem todas as mesorregiões do estado de Santa Catarina. O objetivo geral compreende estabelecer um conjunto de princípios para o desenvolvimento da competência em informação de idosos participantes de Grupos da Terceira Idade (GTI) sob o foco da dimensão política (relações sociais), enquanto os objetivos específicos vinculados à pesquisa de campo compreendem: a) Descrever, a partir das narrativas de idosos, as manifestações referentes à dimensão política da competência em informação de idosos participantes de

GTI; d) Descrever, a partir das falas de mediadores de GTI, elementos da competência em informação, bem como a dimensão política desta, de idosos; e) Delinear princípios da dimensão política competência em informação do idoso.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa com cunho qualitativo, sob o viés da abordagem do problema. Ainda, é caracterizada como uma investigação exploratório-descritiva de acordo com os objetivos, e, por fim, configura-se como uma pesquisa de campo, segundo os procedimentos de coleta de dados.

O desenvolvimento desse estudo com base em seu aspecto exploratório envolve a descoberta de facetas ou vieses em que se revela a competência em informação dessa população em específico, enquanto o aspecto descritivo deste estudo identifica e menciona as características que circundam a manifestação desse fenômeno especialmente no grupo de idosos.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista narrativa, que se trata de uma técnica de entrevista não-estruturada, ou seja, não há a seleção prévia de perguntas em relação ao objeto; há apenas o estímulo por parte do entrevistador para que o participante construa sua percepção do objeto a partir da contação de fatos passados (Muylaert et al., 2014). A técnica de análise de dados é a análise fenomenológica, que envolve a descrição, a apresentação das unidades de significação a partir da redução fenomenológica e a redução eidética, que possibilitam o “retorno às coisas mesmas” (Giddens, 1996), que é a essência da fenomenologia, a corrente teórico-epistemológica que deu sustentação à pesquisa.

São partes da pesquisa os idosos e seus mediadores que participam de GTI vinculados à instituição prestadora de serviços de interesse público ligados ao bem estar social localizada em municípios que compreendem todas as mesorregiões do estado de Santa Catarina. Foram selecionados para compor a investigação os grupos localizados nas cidades catarinenses de Chapecó (região Oeste), Joinville (região Norte), Lages (região Serrana), Brusque (Vale do Itajaí), Florianópolis (mesorregião da Grande Florianópolis) e Criciúma (Região Sul). A seleção foi composta por 16 (dezesesseis) idosos vinculados aos grupos e 6 (seis) mediadores de GTI, que são responsáveis pela mediação das atividades desenvolvidas nos grupos.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A construção da pesquisa identificou que a dimensão política da competência em informação, no idoso, está voltada:

- 1) à busca pela redução de desigualdades, na medida em que os idosos reconhecem que há, na estrutura da sociedade, elementos que denotam situação de vulnerabilidade desse grupo social e buscam, no coletivo, força social necessária para 'romper as amarras' do capitalismo informacional;
- 2) à busca da afetividade e da formação de vínculos, na medida em que os idosos reconhecem a situação de solidão como inadequada para seu bem viver, e inclusive, para sua competência em informação, e buscam, em um GTI, vencer a solidão e isolamento social a partir da formação de laços próximos aos familiares que são úteis também para sanar suas necessidades informacionais;
- 3) ao uso da informação para integrar-se na sociedade e desenvolver participação política, na medida em que o idoso reconhece que a falta de informação conduz ao isolamento social e à marginalização, à perda da voz e da vez no espaço social. Assim, utiliza a informação para exercer a dimensão política no seu mais elementar aspecto, que é comunicar-se e estar inserido nas discussões dos círculos sociais, bem como apodera-se de informação para participar da vida em sociedade;
- 4) ao desenvolvimento do empoderamento pessoal por meio da informação, que é um instrumento capaz de combater a situação de vulnerabilidade social, a exclusão social e a subserviência. Para tanto, esse sujeito compreende que é preciso estar integrado às tecnologias digitais, sendo esses dispositivos importantes mecanismos para a obtenção de informação para o dia a dia e para o atendimento às necessidades de informação.
- 5) ao pensamento crítico, uma vez que o idoso reconhece que o ambiente informacional do contexto atual possui características intrínsecas, como a desinformação, que faz emergir o cenário de Fake News. Assim, compreende que o ambiente digital é um ambiente em que deve imperar a dúvida e o questionamento.
- 6) à consciência política aflorada, na ocasião em que o idoso reconhece as estruturas e os desequilíbrios de poder que descortinam o machismo, o racismo, a discriminação e o preconceito reconhecendo a responsabilidade e o papel do estado perante essa condição.

Nas bibliotecas, podem ser promovidos encontros de idosos e também encontros intergeracionais, para propiciar o compartilhamento de experiências entre as diferentes gerações. Isso pode estimular, inclusive, na busca de soluções de situações que podem não ser familiares aos idosos, como as situações informacionais relacionadas à tecnologia, que podem ser mais familiares à geração dos nativos digitais (adolescentes e jovens adultos).

A busca da informação revelada pelos idosos envolve a utilização, além dos dispositivos digitais de comunicação e informação, de pessoas enquanto fontes de informação, seja os profissionais – médicos, bancários – ou as pessoas próximas da família. Emerge uma postura proativa no processo de busca da informação: uma postura de questionamento e de curiosidade, na medida em que esse sujeito utiliza-se de diferentes fontes de informação para obter a informação que necessita. Com relação aos recursos e fontes de informação para a busca e uso da informação, o idoso também reconhece, no ambiente da internet, a veiculação de informações falsas e tendenciosas. Revela-se, nas narrativas, a insegurança com relação ao uso das fontes de informação na internet em virtude do cenário de Fake News. Isso pode ocorrer por conta de tentativas de Phishing, que são comuns de serem realizadas por meio de informações falsas. A insegurança também se revela na postura passiva no processo de verificação da validade da informação, na medida em que o idoso espera que os próximos realizem o processo de validação das notícias. Esse sujeito pode desenvolver segurança na ocasião em que obtém familiaridade com os instrumentos para identificar Fake News, bem como os recursos de validação da informação.

A conscientização pode ser eficaz se desenvolvida por um processo de mediação da informação, estabelecida com um “indivíduo mais experiente”, segundo Varela (2007, p. 23), e pode ser capaz de promover, nos idosos, zonas mais amplas de desenvolvimento crítico e criativo, que, a partir de processos complexos de raciocínio, promovem a autonomia do pensamento. Sabemos que entre os idosos também é possível promover ‘bolsões’, ou *information grounds*, para o desenvolvimento da competência em informação: no entanto, nesse cenário, a mediação é oportuna para modificar, alterar e transformar os estímulos do mediador, “proporcionando-lhe uma postura ativa, crítica, reflexiva e independente frente à pesquisa de informações para a satisfação de necessidades informacionais” (Belluzzo; Santos; Almeida Júnior, 2014, p. 68). A postura ética com relação à informação também é característica do idoso que participa de GTI, que busca não comunicar a informação suspeita. É no coletivo que a ética se

fortalece, na medida em que esse sujeito pondera sobre as possíveis consequências de suas ações no âmbito da coletividade (Vitorino; Piantola, 2011). Essa vivência de afetividade, como uma família, designa o aspecto mais comum da competência em informação: “além de conhecer como um projeto de lei se torna uma lei, quando citar uma fonte, ou como identificar vieses políticos [em informações], o aprendizado profundo ocorre quando podemos caminhar nos sapatos dos outros” (Abilock, 2006, p. 9, tradução nossa).

É, pois, no coletivo, que a competência em informação se torna uma experiência bem-sucedida revestida de significado num mundo em que só legitimamos a nossa existência a partir do contato com o outro (Maffesoli, 2008). Nesse sentido, iniciativas de integração social, de contato e de desenvolvimento de afetividades são oportunas para desenvolvermos aquilo que é mais fundante à competência em informação: sua dimensão ética, revelada na vida em sociedade (Vitorino; Piantola, 2011). Essas iniciativas, ainda, podem ser desenvolvidas em bibliotecas e por bibliotecários, e podem fazer parte de programas de educação de usuários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desses elementos, pudemos, então, delinear princípios para o desenvolvimento da competência em informação do idoso. Nos princípios, elencamos o bibliotecário enquanto o profissional protagonista para desenvolver a competência em informação dos idosos, e as bibliotecas enquanto ambientes propícios para a consecução dessa missão, estabelecendo algumas ações que podem ser desenvolvidas nesse âmbito.

Consideramos as bibliotecas enquanto ambientes favoráveis ao desenvolvimento da competência em informação dos idosos, e os bibliotecários enquanto profissionais responsáveis pela promoção desse conjunto de capacidades. A construção empírica também nos possibilitou observar uma aproximação – embora tímida – dos GTI ao ambiente da biblioteca. No entanto, nossos princípios são úteis para que esses atores possam sair da posição de coadjuvantes e assumir, efetivamente, a posição de protagonistas: o desenvolvimento da competência em informação do idoso, bem como sua dimensão política, precisa passar pelas bibliotecas e precisa envolver a figura dos bibliotecários.

Desenvolver a competência em informação dos idosos, bem como sua dimensão política, é crucial para alcançarmos o ideal de uma sociedade orgânica e próspera, em que todos os sujeitos possam desfrutar de qualidade de vida, de liberdade e bem-estar.

A dimensão política da competência em informação dos idosos, a ser estimulada por meio dos princípios aqui delineados, pode contribuir, por exemplo, para os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas), no que tange principalmente a “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar de todos, em todas as idades”, a “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, e “proporcionar o acesso à justiça para todos” (ONU, 2019, p. 1). Desenvolver os princípios é, então, parte da responsabilidade social dos bibliotecários e das bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ABILOCK, D. So close and so small: six promising approaches to Civic Education, Equity and Social Justice. **Knowledge Quest**, v. 34, n. 5, p. 9-16, 2006. Disponível em: <https://digitalcommons.unomaha.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1032&context=slceeciveng>. Acesso em: 01 mar. 2024.

ANDERSON, A.; JOHNSTON, B. **From information literacy to social epistemology: insights from psychology**. New York: Elsevier, 2016.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995/pdf_21. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Seção 1, p. 1, 03 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 01 mar. 2024.

DUDZIAK, E. A. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15970.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

GIDDENS, A. Algumas escolas da teoria social e filosofia. In.: GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas**. Lisboa: Gradiva, 1996.

MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. **A genealogia do virtual**: comunicação, cultura e tecnologias do imaginários. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MUYLAERT, C. J. et al. Entrevistas Narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 2, p. 193-199, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**: 17 objetivos para transformar o nosso mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 01 mar. 2024.

SCHUTZ, A.; LUCKMANN; T. **The Structures of The-Life World**. Evanston: Northwestern University Press, 2000. v. 1.

VARELA, A. V. **Informação e autonomia**: a mediação segundo Feuerstein. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da Competência Informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40 n. 1, p.99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Djuli Machado de Lucca

Porto Velho, RO
Fundação Universidade Federal de Rondônia
E-mail: djuli.mdl@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9505-0614>

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Doutora em Ciência da Informação (2019) e Mestre em Ciência da Informação (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIn) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Elizete Vieira Vitorino

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3237-4168>

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Ciência da Informação (CIN/UFSC), nos Cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC). Bolsista Produtividade CNPq, Nível 2, Processo: 308821/2019-0, de 01/03/2020 a 28/02/2023 e de 01/03/2023 a 28/02/2026 - Processo: 308477/2022-7. Pós doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal, no período de jan. 2015 a jan. 2016 por meio da Agência de Fomento CAPES e do Programa Estágio Sênior no Exterior (Processo: BEX 2398/14-1). Pós doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) (período de 20/06/2022 a 19/12/2022).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 15

A INSERÇÃO DA TECNOLOGIA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA NO MERCOSUL

Edna Karina da Silva Lira
Elia Maria dos Santos Bahia



A inserção da tecnologia nos currículos dos cursos de formação em Biblioteconomia no Mercosul

Edna Karina da Silva Lira
Eliana Maria dos Santos Bahia

Resumo:

Este estudo discutiu as tendências tecnológicas para bibliotecas e analisou os currículos dos cursos de Biblioteconomia dos países membros do Mercosul, para verificar se os cursos estão dissertando a temática em sala de aula. A classificação da pesquisa, de acordo com os procedimentos técnicos a serem utilizados, é bibliográfica e documental. Para os aspectos de análise, foi usada a abordagem qualitativa. Quanto à natureza desta pesquisa, é considerada aplicada. Para a execução dos objetivos, foram buscados nos portais governamentais as universidades e depois os cursos foram pesquisados e organizados em uma planilha conforme a região. Os resultados mostraram que o Brasil contém 46 cursos de Biblioteconomia; a Argentina apresenta sete cursos de Biblioteconomia; o Paraguai e o Uruguai apresentam um curso. Região Nordeste: possui dez universidades oferta o curso de Biblioteconomia, a Região Centro-Oeste: 3 (três) cursos de Biblioteconomia, Região Sudeste: sete cursos, Região Sul: seis universidades ofertam o curso de Biblioteconomia. Quanto aos conteúdos de disciplinas que dissertam sobre Inteligência Artificial, Blockchain, Internet das Coisas, Drones e audiolivros, somente o curso de Biblioteconomia da Universidade de Buenos Aires apresenta uma disciplina com conteúdo sobre aplicação da Inteligência Artificial na biblioteca. Observou-se que há um caminho a ser percorrido pela Biblioteconomia no Mercosul com as tecnologias para os currículos

Palavras-chave: Biblioteconomia no Mercosul - Grade curricular; tecnologia da informação; tendências de serviços de bibliotecas.

I INTRODUÇÃO

Transformações tecnológicas e sociais são recorrentes na sociedade. Matos e Bahia (2021) consideram que as transfigurações tecnológicas e econômicas ocorridas no século XX viabilizaram o aprimoramento de um grupo cujos profissionais são denominados “Profissionais da Informação”. Nesse grupo, enquanto membros encontram-se: bibliotecários, arquivistas, museólogos e cientistas da informação (Mattos; Bahia, 2021).

Spudeit (2021) relata que a transição do século XX para o século XXI foi percebida pelas mudanças ocorridas na sociedade, nas organizações, nas tecnologias, das tecnologias de comunicação e de informação, no mercado e nas políticas oriundas do desenvolvimento do capitalismo e da globalização. Ao longo desse tempo profissões como da Biblioteconomia foram sendo ajustadas para responder às demandas da sociedade.

A pesquisa interpõe-se pela necessidade de investigar se os cursos de Biblioteconomia do grupo de membros Mercosul estão atualizando os currículos para abordarem conteúdos como: Inteligência Artificial (IA), a Internet das Coisas (IoT), os Drones, as Assistentes Virtuais e o Blockchain, compreendendo que esses serviços foram propostos pela American Library Association (ALA) no documento denominado Library of the Future.

Na investigação realizada por Ascoli e Galindo (2021) há ênfase nas mudanças do cenário da Biblioteconomia, apontando tendências que surgiram no mercado de trabalho dos profissionais da área.

Hussain (2020) discute que, por mais que existam as preocupações com a possibilidade da mão de obra humana ser substituída pela máquina, resultando em desemprego, na área da Biblioteconomia ocorrerá o contrário, porque quanto mais equipados com tecnologia e conhecimento a respeito delas, maior a possibilidade de emprego e valorização.

A afirmação de Hussain (2020) corrobora com o pensamento sociológico de Freidson (1998), quando ele discorre sobre a sociologia das profissões. O autor afirma que o crescimento tecnológico e cultural a partir do século XX caracteriza o crescimento das profissões, atendendo as demandas da sociedade.

O objetivo central foi analisar como ocorre a inserção da tecnologia nos currículos dos cursos de formação em Biblioteconomia no Mercosul. Com a finalidade de atingir ao objetivo geral, dividiu-se em objetivos específicos, a saber: a) Mapear os cursos de Biblioteconomia dos países membros do Mercosul; b) Identificar disciplinas relacionadas à Competência Tecnológica nos Projetos Pedagógico de Curso; c) Relatar se existem disciplinas relacionadas à Competência Tecnológica para novos serviços.

2 TECNOLOGIAS EMERGENTES E APLICAÇÕES EM BIBLIOTECAS

Anglada (2019) menciona que a qualidade de prestação de serviços e o produto em unidade de informação estão relacionados ao desenvolvimento de ferramentas para auxiliar o usuário.

Bibliotecas que inovam nos serviços conquistam a atenção do usuário. O estudo de Anglada (2019) aponta que as mudanças, as certezas e as incertezas em torno das bibliotecas se tornam motivos de estudos, visto que a sociedade se encontra em constante mudança. O autor explica que os profissionais terão mais adesão nas tecnologias ou “modas” tecnológicas e que logo serão transformadas e substituídas, porque o momento é de adotar e perceber as tendências de serviços envolvendo a tecnologia que serão mantidas a longo prazo.

Essa recomendação direciona os bibliotecários e profissionais de informação à discussão sobre as mudanças, para só então incluí-las no currículo do curso. No cenário de publicações científicas relacionadas à temática deste estudo, foram identificados artigos que dissertam sobre as tendências de tecnologias a serem implementadas nas bibliotecas, trazendo recomendações sobre o profissional bibliotecário e averiguando a existência de disciplinas que dissertem ou expliquem aos graduandos da área.

A tendência à adoção de serviços tecnológicos é comprovada no estudo de Yu e Huang (2020), abordando os avanços tecnológicos e os amplos serviços desenvolvidos por conta das conexões de banda larga, além do rápido desenvolvimento econômico e de redes de informação que resultaram na evolução do conceito de biblioteca. Os autores ressaltam que as tecnologias mais modernas ampliaram os serviços de bibliotecas e fizeram com que a comunidade bibliotecária aprendesse a gestão da biblioteca.

No cenário da comunidade acadêmica, identificou-se os serviços por meio de revisões literárias, com o objetivo de analisar as características, habilidades, disciplinas e desafios que os bibliotecários poderiam enfrentar. Saliento que os profissionais bibliotecários e pesquisadores podem ter acesso e obter contribuições para aprimorar seus conhecimentos.

A sociedade passa por um cenário de desenvolvimentos tecnológicos e sociais, não apenas o bibliotecário, como outros profissionais passam por adaptações aos avanços. A validação das tendências se explica pelo constante desenvolvimento da internet e suas conexões.

O aperfeiçoamento na forma de comunicação e conexão do ser humano vem acontecendo desde sua existência. A modernidade atual apresentou o desenvolvimento tecnológico que é conhecido como tecnologia 5G.

As atualizações de conexão da internet têm um longo histórico. Os primeiros desenvolvimentos possibilitaram o surgimento das revoluções digitais como a Primeira Geração (1G), inaugurada no ano de 1973, consistiu em uma rede de celulares móveis, pesados e que não estavam acessíveis à sociedade. Nos anos 90, desenvolveu-se a Segunda Geração, que apresentou viabilidades como visualizar imagens coloridas, serviços de mensagens multimídias e internet. Esta geração apresentou a Segunda Geração e Meia (2, 5G) que contou com novidades como a velocidade no acesso à internet, o suporte de arquivos mp3, entre outros (Sierra-Castañer; Aller, 2021).

Na Terceira Geração protagonizou-se o acesso sem fio (como por exemplo Wi-fi e Bluetooth) e até vídeo chamadas. A Quarta Geração oportunizou uma rede integrada, fez com que a conexão que era realizada entre aparelhos móveis também fosse conectada a outros dispositivos sem fio (Silva, 2016). A Quinta Geração traz possibilidades de serviços para a sociedade e propicia a sociedade 5.0, introduzida pelos japoneses como a Era que une a tecnologia em favor do ser humano, criando assim uma sociedade superinteligente (Sierra-Castañer; Aller, 2021).

A Quinta Geração (5G), que passou a ser implementada no ano de 2020, assegura velocidade de rede acima do 4G e uma modernidade que é a utilização de um sistema integrado de subsistemas que possibilita a conexão e a comunicação entre eles (Silva, 2016).

O uso do 5G se divide em 3 grupos: a Internet das Coisas em massa, o controle da missão crítica e a banda larga melhorada, cada um desses grupos traz uma série de avanços tecnológicos. Um exemplo é o controle das máquinas, porque os sistemas adotarão os serviços robotizados (Sierra-Castañer; Aller, 2021).

Essa possibilidade dispõe a partir do uso da conexão completamente sem fio, pois serão utilizadas antenas transmissoras de sinal 5G (Bangerter; Talwar; Arefi; Stewart, 2014).

Nas modificações correntes no mundo, as bibliotecas e centros de documentação e informação passam por modificações e mais eficiência em seus serviços. Na China, por exemplo, a utilização de serviços em biblioteca com mais tecnologia e conexão, denominada de biblioteca inteligente dispõe de serviços que detectam a necessidade do usuário a qualquer momento e apresenta uma nova experiência de leitura, como a leitura de realidade virtual (Zhang, 2021).

Este estudo discute a tendência de serviços para as bibliotecas e indica contribuições para o currículo dos profissionais para atuar diante desse cenário e traz reflexões para o profissional que buscará atuar diante do cenário tecnológico.

A discussão sobre as tendências de serviços para bibliotecas foi tema abordado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) com a publicação intitulada: “8 Tendências para Bibliotecas no Futuro,” no site oficial e nas redes sociais como o LinkedIn. A análise da publicação do Conselho apresenta os serviços para Biblioteca no futuro e possíveis competências a serem desenvolvidas pelos profissionais bibliotecários. Nesse sentido, o uso das tecnologias e redes de comunicação nas atividades exercidas pelo bibliotecário são estudos válidos para a Ciência da Informação (CI), na perspectiva de serviços que utilizam inovações tecnológicas que são: Internet das Coisas, Drone, Assistente Virtual, Streaming, Coworking, Badging, Inteligência Artificial.

Essas tecnologias também moldam a estrutura e a mentalidade do profissional da informação para atuar na biblioteca diante das transformações tecnológicas. Salort, Bilhão e Lopes (2019) apresentam, nos resultados da pesquisa de dissertação, entrevistas com oito bibliotecárias, em que foram analisadas suas percepções, mostrando que a percepção delas ainda estão vinculadas aos fazer tradicional da Biblioteconomia. Mostrou que questões relacionadas à cibercultura em bibliotecas ainda caminha em passos lentos pois muitos conteúdos sobre o tema ainda não foram completamente abordados na formação em Biblioteconomia.

Wilders (2017) considera que até o ano de 2025, devido ao advento da digitalização, as prateleiras das bibliotecas terão uma nova função. O estudo aponta que existe uma grande probabilidade de que as monografias sejam ofertadas em formato eletrônico, os usuários poderão ter acesso mais fácil independente da localização de uma estante. O autor considera um novo papel das estantes, que poderão não armazenar uma obra física, mas um suporte digital para acesso às monografias.

No estudo de Yoon, Andrews e Ward (2021) sobre a Inteligência Artificial e as tecnologias relacionadas a ela que estão sendo utilizadas nas bibliotecas públicas e acadêmicas, os resultados apontaram que os bibliotecários se encontram favoráveis a capacitação para uso dessas tecnologias, visto que durante a formação não tiveram qualquer contato com a temática. A pesquisa mostrou a relevância em preparar os bibliotecários para trabalhar com a IA, visto que terá contribuição para o trabalho desses profissionais.

A preparação do profissional para atuar com esses recursos ocorre na sua formação, por isso é relevante que os currículos estejam atualizados conforme as mudanças que ocorrem. Um exemplo foi destacado por Lee (2021) quando apresenta a discussão sobre o apoio das bibliotecas, no início do movimento do Acesso Aberto, a inserção dos conteúdos sobre o tema nos cursos foi uma característica que mostrou o amparo ao ensino de pesquisas abertas e serviram de colaboração para cidades inteligentes por meio de serviços de pesquisa e dados.

A preparação do profissional para atuar com esses recursos ocorre na sua formação, por isso é relevante que os currículos estejam atualizados conforme as mudanças que ocorrem. Um exemplo foi destacado por Lee (2021) quando apresenta a discussão sobre o apoio das bibliotecas, no início do movimento do Acesso Aberto, a inserção dos conteúdos sobre o tema nos cursos foi uma característica que mostrou o amparo ao ensino de pesquisas abertas e serviram de colaboração para cidades inteligentes por meio de serviços de pesquisa e dados.

Contribuir na perspectiva do campo de trabalho informacional corrobora com a área da Ciência da Informação que, conforme Araújo (2009), é uma disciplina que direciona estudos acerca da produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação, processos envolvidos com a informação como as técnicas, aplicações e intervenções.

O uso das tecnologias e redes de comunicação nas atividades exercidas pelo bibliotecário são estudos válidos para a CI. Desenvolver estudos sobre a presença da competência tecnológica nos currículos dos cursos de biblioteconomia, na Ciência da Informação proporciona a construção de mecanismos que buscam desenvolvimento para os currículos e para profissionais da biblioteconomia.

3 METODOLOGIA

A classificação deste estudo, de acordo com os procedimentos técnicos que foram utilizados, se classifica como bibliográfico e documental. Relativamente aos aspectos de análise, utilizou-se a abordagem quantitativa.

O Quadro 1 foi elaborado com a finalidade de explicar os procedimentos metodológicos para coleta de dados.

Quadro 1 – Métodos utilizados para coleta de dados

Análise curricular da tecnologia no ensino de Ciência da Informação do Mercosul			
Objetivo Geral: Analisar como ocorre a inserção da tecnologia nos currículos dos cursos de formação em Biblioteconomia no Mercosul.			
Objetivos	Procedimentos Metodológicos	Dados coletados	Resultado
a) Mapear os cursos de Biblioteconomia dos países membros do Mercosul;	Pesquisa nos sítios governamentais (Ministérios da Educação) universidades com cursos de Biblioteconomia.	Lista de universidade do grupo Mercosul com curso de Biblioteconomia.	Lista de Cursos de Biblioteconomia.
		Nome das instituições.	
		Projeto político pedagógico do curso	
b) Identificar disciplinas relacionadas à Competência Tecnológica nos Projetos Pedagógico de Curso	Consulta nos sites de cada curso para localizar o projeto político pedagógico do curso.	Listar as disciplinas.	Listar as disciplinas a partir da ementa dos conteúdos
		Nome do Curso.	
		Ementa da disciplina.	
		Disciplinas que envolvam Competência tecnológica	
c) Relatar se existem disciplinas relacionadas à Competência Tecnológica para novos serviços.	Analisar o projeto político pedagógico do curso e as ementas.	Ver: Quadro 8 – Palavras-chave buscadas nos documentos	Análise dos conteúdos e síntese dos resultados.
		Uso do software Atlas TI para coleta.	

Fonte: autora (2023).

O universo de pesquisa são as universidades públicas e privadas dos países-membros do Mercosul. A amostra são os cursos de Biblioteconomia. Os dados dos cursos, no caso do Brasil, foram obtidos via Portal do Ministério da Educação (Portal e-MEC), no endereço eletrônico: <http://emec.gov.br>.

No Portal e-MEC, foram buscadas universidades ativas no Brasil, com curso de Biblioteconomia. A modalidade pesquisada foi presencial e a distância e o grau de curso selecionado foi de bacharelado.

Para encontrar as universidades argentinas, foi usado o endereço eletrônico: <https://guiadecarreras.siu.edu.ar/instituciones.php>. Na página web, está presente a lista de instituições de ensino superior da Argentina.

O portal de instituições argentinas contém somente os nomes das instituições de ensino. Foi consultado o *site* de cada universidade, para verificar a existência do curso de Biblioteconomia, bem como a modalidade.

No caso do Uruguai, o portal do Ministério da Educação do país, organiza as informações por curso de graduação. Por esse motivo, foram verificados os cursos de graduação para encontrar o de Biblioteconomia, que no país tem como denominação Bibliotecologia. Após encontrar o curso, buscou-se pelas informações sobre ele e a universidade.

O universo de pesquisa são as universidades públicas e privadas dos países-membros do Mercosul. A amostra são os cursos de Biblioteconomia. Os dados dos cursos, no caso do Brasil, foram obtidos via Portal do Ministério da Educação (Portal e-MEC), no endereço eletrônico: <http://emec.gov.br>.

No Portal e-MEC, foram buscadas universidades ativas no Brasil, com curso de Biblioteconomia. A modalidade pesquisada foi presencial e a distância e o grau de curso selecionado foi de bacharelado.

Para encontrar as universidades argentinas, foi usado o endereço eletrônico: <https://guiadecarreras.siu.edu.ar/instituciones.php>. Na página web, está presente a lista de instituições de ensino superior da Argentina.

O portal de instituições argentinas contém somente os nomes das instituições de ensino. Foi consultado o *site* de cada universidade, para verificar a existência do curso de Biblioteconomia, bem como a modalidade.

No caso do Uruguai, o portal do Ministério da Educação do país, organiza as informações por curso de graduação. Por esse motivo, foram verificados os cursos de graduação para encontrar o de Biblioteconomia, que no país tem como denominação Bibliotecología. Após encontrar o curso, buscou-se pelas informações sobre ele e a universidade.

No Paraguai, as informações sobre as universidades encontram-se no portal do governo, no Ministério da Educação, que fornece a lista de universidades existentes no país. Por meio dela, foi possível pesquisar em cada universidade o curso de Biblioteconomia.

Essa etapa consistiu na busca individual de cada uma das universidades e modalidades de cursos de graduação, que são o universo da pesquisa. Foram consultados, em cada portal governamental, os cursos, e estes foram transcritos para uma planilha no *Microsoft Excel* com as informações.

As planilhas com informações geradas no primeiro momento da coleta de dados funcionam como guias na etapa seguinte de amostragem, que foi a visita em cada página dos cursos listados, na procura por documentos relativos ao curso e disciplinas sobre tecnologia.

As disciplinas pesquisadas foram: Sistemas e Redes de Informação (Sistemas e Redes de Información); Ciência e Tecnologia: Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos; Marketing da Informação; Planejamento de Informatização; Tecnologia da Informação e Sociedade da Informação.

Posteriormente, foram buscadas palavras-chave dos documentos obtidos de universidades públicas, estaduais e privadas no Mercosul apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 – Palavras-chave buscadas nos documentos

Palavras-chave buscadas
<i>talking books / audiolivros / audiolibros</i>
Alfabetização em Tecnologia da Informação / Alfabetización en Tecnologías de la Información
Alfabetização Eletrônica / Alfabetización Electrónica / Educación Informática
Inteligência Artificial
Blockchain
Drone
Internet das Coisas / Internet de las Cosas

Fonte: elaborado pela autora (2023)

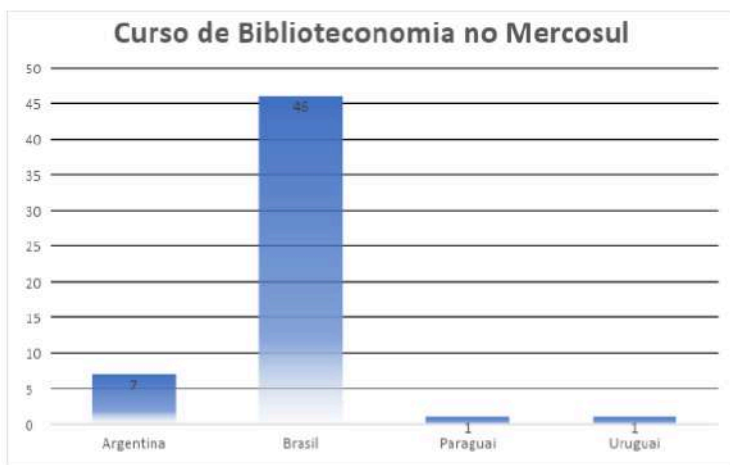
Em seguida, foi realizada a separação dos conteúdos das disciplinas para serem analisados via software Atlas.ti. O software é voltado para análise de dados qualitativos, desenvolvido por Thomas Muhr em 1989, na Alemanha (Silva Junior; Leão, 2018). O sistema pode ser utilizado na versão PR'D, quando é adquirido com uma licença anual, ou na versão TRIAL, adquirido com todas as funcionalidades, exceto a criação de conteúdo.

A versão 23.3.3, atualizada, foi a utilizada nesta pesquisa. A funcionalidade do sistema permite que sejam construídos estados da arte, análise multimídia de imagem, análise de áudios e vídeos, tratamento estatístico de dados e codificação de bases de dados (Silva Junior; Leão, 2018). Destaca-se que o sistema não realiza a análise por si, sendo necessário que o pesquisador faça inferências de categorização conforme a base teórica e os objetivos da pesquisa.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Conforme os dados coletados, verificou-se as universidades existentes nos países membros do Mercosul. A figura 1 ilustra o resultado.

Figura 1 – Cursos de Biblioteconomia no Mercosul



Fonte: dados da pesquisa (2023)

A ilustração reflete os países membros do Mercosul, em que o Brasil contém 46 cursos de Biblioteconomia; a Argentina apresenta sete cursos de Biblioteconomia; o Paraguai e o Uruguai apresentam um curso.

O total de cursos apresentados em universidades públicas federais, públicas estaduais e faculdades privadas é de 55 cursos distribuídos no Mercosul. Cada um dos cursos foi analisado separadamente a fim de encontrar nos projetos pedagógicos disciplinas que abordem conteúdos tecnológicos.

As modalidades de curso, categoria administrativa, organização acadêmica, bem como o nome das instituições foram listadas conforme cada país para que fossem analisadas individualmente.

Para melhor visualização dos resultados da pesquisa por universidade, na figura 2 foi possível mostrar as regiões com mais cursos.

Figura 2 - Universidades com curso de Biblioteconomia por região



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Região Norte: três universidades federais ofertam o curso de Biblioteconomia, representa 10% no gráfico de universidades com o curso em cada região e todas com ensino presencial.

Região Nordeste: possui dez universidades ofertando o curso de Biblioteconomia, essa quantidade representa 35% dos cursos no gráfico, dessas universidades nove são federais e uma estadual, todas com ensino presencial.

Região Centro-Oeste: três cursos de Biblioteconomia, mostrando 10% dos cursos por região.

Foi possível perceber que a região nordeste é a que possui mais cursos presenciais. Em segundo lugar, a região sudeste contém uma quantidade relativamente maior que as demais regiões. A região sul alcança então a terceira posição e a região norte e centro-oeste possuem a mesma quantidade de cursos.

Na região norte do Brasil, percebe-se que existem disciplinas tecnológicas, que buscam capacitar o profissional da informação. Entretanto, não se encontraram as palavras-chave propostas.

Os três cursos do norte do país trabalham Tecnologias da Informação e Comunicação, isso mostra que os cursos estão devidamente preocupados em proporcionar aos futuros profissionais uma formação atualizada.

Os cursos na região nordeste do Brasil, na sua maioria, apresentam a disciplina de Tecnologia da Informação e Marketing em Unidades de Informação. Isso mostra que os cursos estão preocupados em formar profissionais que tenham capacidade de avaliar e criar estratégias de serviços e uso de tecnologia da informação.

Na região centro-oeste, os cursos apresentam disciplinas de Informática Documentária. A existência da disciplina nos cursos mostra o interesse em formar profissionais que saibam gerenciar documentos no ambiente digital.

Na região sudeste, as disciplinas trazem disciplinas de Tecnologias de Comunicação e Informação, Automação e Redes eletrônicas. Destaca-se que há uma disciplina de Análise de Sistemas e Computação I, que se classifica com conteúdos mais avançados.

Na região sul, as disciplinas estão voltadas ao desenvolvimento de *software* ou portais de serviços. Apresentam-se disciplinas de Introdução à Computação, Algoritmos e Programação e Introdução à Programação, elas buscam desenvolver no profissional conhecimentos mais avançados.

Quanto ao Brasil, não foi recuperada nenhuma disciplina que mencione as palavras-chave propostas, nos cursos presenciais.

Foram identificadas 17 universidades que ofertam o ensino de Biblioteconomia na modalidade a distância. O alcance da oferta do curso torna-se mais visto numa mesma instituição onde tem a possibilidade de atender a mais regiões e não existe a necessidade dos estudantes se locomoverem todos os dias até uma unidade física de ensino, pois a estrutura e o ensino ocorrem via plataforma e são disponibilizados tutores para responder às necessidades de cada estudante.

Percebeu-se que entre as disciplinas ministradas nos cursos a distância, a disciplina de rede de computadores aparece em duas universidades. A disciplina de Marketing em Unidades de Informação, que é ministrada em dois cursos. As demais disciplinas apresentam-se em um ou dois cursos.

Na Argentina foram recuperadas sete universidades. Nas disciplinas da Universidade de Buenos Aires foram localizadas disciplinas com conteúdos a respeito. Na Universidade Nacional de Mar de La Plata, Universidad Nacional de Misiones, Universidad Católica de Santiago del Estero e na Universidad del Museo Social Argentino não foram localizados os projetos pedagógicos e disciplinas. Percebeu-se que no curso de Biblioteconomia da Argentina, na da Universidade de Buenos Aires, trabalha-se conteúdos relacionados ao uso de Inteligência Artificial, na disciplina de Marketing de Servicios y Productos de Información. O conteúdo encontrado na disciplina representa desenvolvimento para área da Biblioteconomia, mostra também que em pequenos passos a profissão vai se adaptando às necessidades contemporâneas. Nas demais universidades não foram encontrados conteúdos relacionados as palavras-chave propostas na metodologia deste estudo.

Na Universidade Nacional de Assunção, foi recuperado o curso de Ciência da Informação, na modalidade Bacharelado. As disciplinas que foram localizadas na Universidade de Assunção não puderam ser analisadas pelo software Atlas.ti devido à falta das ementas das mesmas. Foi enviado um e-mail para a coordenação do curso solicitando a ementa, entretanto não houve retorno do coordenador.

Na Universidade da República, foi encontrado um curso de Biblioteconomia na modalidade presencial. No Uruguai não foi recuperada nenhuma disciplina que mencione as palavras-chave propostas em nossa metodologia. O curso também contém disciplinas que tratam de educação tecnológica, por exemplo Alfabetización en Información: un marco conceptual para la Formación de usuarios que discute como trabalhar com os usuários diante dos contextos de transformações tecnológicas. Mas, não apresenta como assunto a Inteligência Artificial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção sobre as tendências (Inteligência Artificial, a Internet das coisas, os Drones, as Assistentes Virtuais e o Blockchain), que foram destacadas pela American Library Association e pelo CFB para serem implementadas pelos países membros do Mercosul até o ano de 2030, possui a necessidade de ter a sua total implementação discutida antecipadamente em sala de aula do ensino de Biblioteconomia.

Foi possível observar que dentre os currículos, ainda que o Brasil seja maior em território e universidades, somente na Argentina se tem discutido a Inteligência Artificial em sala de aula e com conteúdo na ementa da disciplina.

Vale ressaltar que os relatórios da American Library Association, bem como do CRB não apontam uma condição única para a implementação dessas tecnologias, significa que serão executadas a partir das necessidades criadas pela sociedade ou seja elas vão aparecendo na biblioteca conforme as necessidades de atualização dos serviços tecnológicos.

Os relatórios dessas instituições também não apontam a total substituição dos serviços físicos pelos serviços digitais (ou acesso digital), mas a junção dos recursos físicos e digitais que poderá oferecer um melhor serviço ao usuário.

Para que a eficiência desse planejamento seja bem recebida pela comunidade, necessariamente deve ser discutido e ensinado em sala de aula, visto que poderá ser um pré-requisito para o mercado de trabalho.

Diante dos resultados apresentados neste estudo, percebeu-se que os profissionais ainda não estão discutindo os temas em sala de aula. Nas transformações que passaram pela biblioteca, como por exemplo a automação dos acervos, disciplinas relacionadas passaram a compor a grade curricular dos cursos.

Conforme as pesquisas relacionadas ao assunto se desenvolvem a necessidade da reflexão nos cursos de Biblioteconomia sobre o impacto dessas tecnologias para as atividades cotidianas do profissional.

REFERÊNCIAS

American Library Association - ALA. **Library of the future**. American Library Association. Michigan, 2023. Disponível em: <https://www.ala.org/tools/future/trends>. Acesso em: 10 set. 2023.

ANGLADA, Luís M. Muchos cambios y algunas certezas para las bibliotecas de investigación, especializadas y centros de documentación. **EI profesional de la información**, Madrid, v. 28, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2019.ene.13>. Disponível em: Acesso em: 12 jul. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n.3, set./dez., p. 192-204, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ci/a/qhsrgPL7T6RbKKVbMwrPMNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2021.

ASCOLI, Arabelly; GALINDO, Marcos. A quarta revolução e a necessária reinvenção da biblioteconomia. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 26, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/75961> . Acesso em: 26 set. 2023.

BANGERTER, Boyd; TALWAR, Shilpa; AREFI, Reza; STEWART, Ken. Networks and Devices for the 5G Era. **IEEE Communications Magazine**, v. 52, n. 2, fev., p. 90-96, 2014. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/6736748>. Acesso em: 08 ago. 2021.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo**: Teoria, profecia e política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

HUSSAIN, Abid. Industrial revolution 4.0: implication to libraries and librarians. **Library Hi Tech**, Reino Unido, v. 1, pp. 1-5, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LHTN-05-2019-0033/full/html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LEE, Pei Chun. Technological innovation in libraries. **Library Hi Tech, Reino Unido**, v. 39, n. 2, pp. 574-601, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LHT-07-2020-0163/full/html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MATOS, José; BAHIA, Eliana Maria dos Santos. Abrigos no mercado de trabalho e as profissões da informação: um estudo dos editais de concurso para arquivista no Brasil. **Ágora**, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/996> . Acesso em: 26 dez. 2023.

SALORT, Shirlei Galarça; BILHÃO, Isabel Aparecida; LOPES, Daniel de Queiroz. Bibliotecários/as em tempos de cibercultura: reflexões sobre atuação profissional e práticas bibliotecárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v.24, n.3, p.73-95, jul./set. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123149>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SIERRA-CASTAÑER, Manuel; ALLER, Celia Fernández. **Análisis del impacto del 5G en la sociedad**. Madrid: Fundación Alternativas, 2021. Disponível em: https://www.fundacionalternativas.org/public/storage/publicaciones_archivos/e9c470dcd901d3f8e0a288f8e436b943.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

SILVA JUNIOR, Luiz Alberto; LEÃO, Marcelo Brito. O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 715-728, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1516-73132018000300715&script=sci_abstract. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILVA, Ítala Liz da Conceição Santana Silva. **Do 1G ao 5G**: evolução das redes de telefonia móvel. 90f. Monografia – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016. Disponível em: https://www2.ufrb.edu.br/bcet/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/tc/c/20190327163532_2015.2_-_TCC_Ítala_Liz_Do_1g_Ao_5g_Evolucao_Das_Redes_de_Telefonia_Movel.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira. **Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua**. 424f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://pgcin.ufsc.br/modelos-e-procedimentos/>. Acesso em: 12 maio 2022.

WILDERS, Coen. Predicting the Role of Library Bookshelves in 2025. **The Journal of Academic Librarianship**, Amsterdam, v. 43, pp. 384–391, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.acalib.2017.06.019>. Acesso em: 07 jul. 2022.

YOON, Jung Won; ANDREWS, James E.; WARD, Heather L. Perceptions on adopting artificial intelligence and related technologies in libraries: public and academic librarians in North America. **Library Hi Tech**, Reino Unido, pp. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LHT-07-2021-0229/full/html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

YU, Kaijun; HUANG, Gang. Exploring consumers' intent to use smart libraries with technology acceptance model. **The Electronic Library**, Reino Unido, v. 38, n. 3, pp. 447-461, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/EL-08-2019-0188/full/html>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ZHANG, Jinbai. Innovative Service Mode of Smart Library in 5G Era. **International Journal of Frontiers in Sociology**, China, v. 3, n. 1, p. 60-69, 2021. Disponível em: <https://francis-press.com/papers/3492>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Edna Karina da Silva Lira

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: liraa.karina@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3237-4168>

Bibliotecária na Coordenadoria Regional de Jaraguá do Sul (SC). Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina (2022-2024). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) com período sanduíche em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra, em Portugal (2021-2022). Pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Arquivos Contemporâneos - NUPEAC - Linha de pesquisa: Mercado de Trabalho em Ciência da Informação



Eliana Maria dos Santos Bahia

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: elianambahia@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4037-3189>

Doutora pela Universidad Carlos III de Madrid- Espanha (2016), Revalido/reconhecido no Brasil ao título de Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em História do Brasil Meridional pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), Especialização em Organização e Administração de Arquivos Públicos e Empresariais em Conservação e Preservação do Arquivo Permanente de José Arthur Boiteux 1865-1932, pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988). Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC (1980). Atua desde 1993 como professora titular da Universidade Federal Santa Catarina no Centro de Ciência da Educação no Departamento de Ciência da Informação, professora associada IV.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 16

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE DO PROGRAMA CIBERCIDADANIA

Edson Luiz Mendes
Marcelo Minghelli



A Extensão Universitária na Ciência da Informação: análise do programa Cibercidadania

Edson Luiz Mendes
Marcelo Minghelli

Resumo:

Introdução: A sociedade atual vem sendo identificada como Sociedade da Informação. Esse reconhecimento confirmou-se com o surgimento da tecnologia da informação tornando-se expressiva, diante de sua natureza digital, onde as questões relacionadas à informação e ao seu fluxo são cada vez mais instigadas à compreensão, efetivação e impacto social. A universidade tem o papel de contribuir na transformação, capacitação e conscientização social, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mesmo assim ainda tem presença pouco significativa, nas comunidades em situação de vulnerabilidade social. A pequena quantidade de publicação científica sobre essa temática na base de dados BRAPCI, nos provoca a interrogação sobre a relevância social do Programa de Extensão do CIN/UFSC. Objetivo: analisar a produção do conhecimento desenvolvida por meio do programa de extensão Cibercidadania. A Metodologia qualitativa com abordagem crítico interpretativo por meio de dois momentos distintos e conectados: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com análise documental e entrevistas a partir de questionários sistematizados por meio da pedagogia círculo epistemológico embasado em Paulo Freire. Os resultados levantam pontos de atenção às relevâncias sociais e confirmam o quanto a extensão universitária, por meio do Programa Cibercidadania, com uma proposta de mediação com a comunidade externa, provoca transformações na cultura da comunidade em relação aos estudos, aos saberes e ao mundo acadêmico, tanto para os estudantes de ensino médio quanto para a formação e atuação profissional dos universitários.

Palavras-chave: extensão universitária; gestão da informação; círculo epistemológico; ciência da Informação.

I INTRODUÇÃO

Contribuir na construção de resoluções para os mais graves problemas sociais das populações brasileiras, através de políticas públicas, formuladas democraticamente e que possibilitem o protagonismo e a emancipação das pessoas, perpassa pela função primária da universidade a partir da conexão entre seus três pilares: ensino, pesquisa e extensão. O mundo contemporâneo se desenvolve como Sociedade da Informação: digitalizada, conectada e virtual, caminhando na direção de um mundo cibernético, robotizado e artificialmente inteligente em simulação ao ser humano. No entanto, as comunidades em situação de vulnerabilidade social, estão sujeitas aos processos contraditórios nos quais se desenvolvem os mecanismos informacionais, em função de compromissos com o neoliberalismo.

A universidade tem papel institucional na construção, concentração e compartilhamento de conhecimentos através do ensino, pesquisa e extensão. As estratégias para operacionalização do seu papel variam de local para local tendo em vista a liberdade de execução do seu corpo docente, produzindo e sistematizando conhecimentos de maneira crítica, criativa e eficiente proporcionando impacto social; e prestando serviço à comunidade com caráter investigativo, formativo e pedagógico superando práticas assistencialistas. (BRASIL, 2018).

Mesmo com uma quantidade significativa de experiências em projetos de extensão universitária, o número de publicações sobre essa temática, na ciência da informação é reduzido. Entre as experiências está o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina - CIN/UFSC. O Programa Cibercidadania é desenvolvido desde 2017, em parceria com a Escola de Educação Básica, em cumprimento a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005 de 2014).

Com o objetivo de identificar os impactos sociais e analisar a produção do conhecimento desenvolvida pelo Programa, esse estudo analisa a extensão universitária em ciência da informação acerca da sua relevância social. Como referência teórica é estabelecido diálogo com a literatura a partir da concepção de Yuval Noah Harari, (2016; 2018); André Lemos & Pierre Lévy (2010) e Paulo Freire (2011; 2022).

2 METODOLOGIA

Na metodologia qualitativa, busca-se compreender e interpretar os fatos a partir do território com o qual acontecem as inter-relações com os sujeitos. (André; Gatti, 2008). “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção,” (Freire, 2011, p. 47), por meio de abordagem crítico interpretativo com procedimentos reflexivos e sistemático no levantamento de dados, encontra-se respostas à temática, por meio da pesquisa bibliográfica, do mapeamento da quantidade de artigos publicados, e da pesquisa de campo com análise dos documentos escolares e entrevistas com estudantes do ensino médio e graduação. O Quadro 1 esclarece os procedimentos realizados.

Quadro 1 - Coleta de Dados

ONDE	O QUE	COMO
Pesquisa Bibliográfica	Fichamento de leitura sobre a sociedade da informação para reflexão referente à extensão universitária e sua atuação.	Dialogando com: -Yuval Noah Harari -Pierre Lévy -Paulo Freire
Plataforma Brapci (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação)	Mapear a quantidade de publicações sobre a extensão universitária entre 2017 e 2021, considerando: <ul style="list-style-type: none"> • temáticas • áreas afins • local de realização. 	Usando os Descritores: <ol style="list-style-type: none"> a. extensão universitária b. projeto extensionista c. extensão universitária comunitária
Documentos Escolares no Marista Escola Social Lucia Mayvome	Diagnosticar dados quantitativos em relação a: <ol style="list-style-type: none"> a. estudantes concluintes b. estudantes inscritos em Enem e vestibulares c. estudantes com acesso ao ensino superior d. estudante com acesso a cursos técnicos e. manifestações de sonhos profissionais (2017/18) e (2020/21) 	Coletando informações em: <ol style="list-style-type: none"> a. Ata de conselho de classe b. Relatório pedagógico anual c. Relatório social anual d. Projeto político pedagógico e. Outros documentos oficiais utilizados pela Escola.
Entrevistas com Estudantes	Averiguar status real dos estudantes que participaram no Programa Cibercidadania: <ol style="list-style-type: none"> a. dez estudantes com acesso ao ensino superior; b. dez estudantes com acesso a cursos profissionalizantes e/ou ao mercado de trabalho 	Por meio de Círculo epistemológico em encontro único com três momentos distintos: <ol style="list-style-type: none"> a. grande roda b. pequenos grupos c. individual

Fonte: Mendes, 2023, p. 34.

Como informação complementar foram entrevistados graduandos, docentes e gestores. O Quadro 2 esclarece os procedimentos.

Quadro 2 - Coleta de Dados Complementares

Informações Complementares	O QUE	COMO
	Entrevista com envolvidos no Programa Cibercidadania a. Estudantes universitários monitores b. Coordenação do Programa Cibercidadania c. Direção do Marista Escola Social Lucia Mayvorne d. Docente do Marista Escola Social Lucia Mayvorne	Através de entrevista semiestruturada com agendamento presencial ou virtual.

Fonte: Mendes, 2023, p. 35.

A Pesquisa bibliográfica foi de onde partiu a reflexão teórica incluindo a quantidade de publicações na BRAPCI entre 2017/2021. A Pesquisa de campo, após a validação do Comitê de Ética - CEP-UFSC utilizou dois momentos distintos e conectados:

1. análise documental, do Projeto Político Pedagógico e relatórios pedagógicos anuais da escola.
2. entrevistas com estudantes egressos, por meio da metodologia do Círculo Epistemológico com questionário semiestruturado.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

PROGRAMA CIBERCIDADANIA: iniciou com ações pré-determinadas e sem conversa prévia com a comunidade, porém ao dialogar, redesenhou seu percurso em três focos de ação:

1. estimular os educandos a ingressarem no ensino superior;
2. disponibilizar conteúdos de vestibular para estudos por meio de uma plataforma virtual;
3. ultrapassar os limites dos muros da escola através da possibilidade de empreendedorismo.

O CIN/UFSC busca uma prática participativa onde de maneira interdisciplinar, o distanciamento entre mundo acadêmico e comunidade de periferia, entre conhecimento científico e popular, pode ser menor por meio do protagonismo voltado à emancipação. O Programa ganha suas linhas iniciais com o projeto TechDay, para elaborar exposição de produtos tecnológicos, no entanto, a comunidade aponta a necessidade de periodicidade e de interação prévia entre os sujeitos.

O segundo projeto, Plataforma Web, para criar um site que compila conteúdos e informações voltadas ao vestibular. Após avaliações e reformulações cria-se o “Território Digital”, que pode ser consultado no seguinte endereço : <http://territoriodigital.ufsc.br/#dropmenu>.

O terceiro projeto, oportunizou formação sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e formulou o curso “DPO-X” - auxiliar de proteção de dados.

A síntese dessa interação apontou duas direções para os projetos a serem desenvolvidos:

1. futuros projetos devem focar nas possibilidades de diversificação da formação extracurricular e da capacitação profissional e;
2. ampliar a atenção para as possibilidades de geração de renda.

O aprendizado adquirido ensejou a mudança do currículo da CIN/UFSC e as disciplinas de Interação Comunitária I e II, se transformaram no Laboratório de Empreendimentos Sociais.

MARISTA ESCOLA SOCIAL LUCIA MAYVORNE está localizada na comunidade Monte Serrat no Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC. A maioria dos estudantes atendidos são moradores do Monte Serrat e Alto da Caeira. Monte Serrat é uma das comunidades mais antigas da cidade, tendo seu processo de formação em 1920, no período de higienismo pelo projeto urbanístico municipal. O Alto da Caeira tem início em 1980, com migrantes do interior de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Há algumas famílias do nordeste brasileiro. (Tomás, 2012).

A unidade escolar é uma instituição privada com atendimento gratuito. Trata-se de parceria entre Grupo Marista e Governo Estadual. (Pereira; Mendes 2021).

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: O problema abordado na temática da extensão perpassa pelo quanto o conhecimento científico e tecnológico da informação pode impactar por meio da extensão universitária, nas mudanças culturais das periferias. Em *Paulo Freire* considera-se a experiência, enquanto ação social de cunho político participativa construída mediante escuta e intervenção dos sujeitos, durante o processo da vivência, com reflexão sobre si e sobre o mundo. Com *Yuval Noah Harari*, o Programa pode fomentar outras ações transformadoras em relação às novas profissões. Em *Pierre Lévy* percebe-se que a sociedade atual vem sendo identificada como “sociedade da informação”.

ARTIGOS PUBLICADOS NA BRAPCI: Entre os artigos publicados (2017/2021), 16% foram realizados em comunidades externas à universidade e 84% no seu interno, confirmando o limite teórico-prático de produção e envolvimento da Ciência da Informação.

PESQUISA DE CAMPO: foram matriculados no ensino médio 477 estudantes, com idade entre 15 e 48 anos. Entre esses 57,86% participaram do programa; nesse período 95 estudantes concluíram, tendo 23,15% de aprovação em vestibulares, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Avanço cronológico de acessos à UFSC

Nº	Inscrição		Ausentes	Aprovação	Curso
017	66,66%	10 de 15	02	0	00
018	68,96%	20 de 29	12	1	Ciência Social
019	92,30%	12 de 13	03	2	Serviço Social / Farmácia
020	57,14%	08 de 14	00	3	Matemática / Enfermagem Educação Física
021	63,15%	12 de 19	00	5	Ciência Biológica / Pedagogia Secretariado Executivo / Serviço Social / Serviço Social
Total	67,39%	62	17	1	08

Fonte: Mendes, 2023, p. 53.

Maior nível de proficiência acadêmica: Inicialmente o objetivo dos estudantes era a aquisição da certificação para um emprego melhor. Realizavam as atividades mecanicamente sem estudar, e assim, o nível de proficiência acadêmica era inferior ao necessário para provas de vestibulares/ENEM, conforme a tabela 2.

Tabela 2 – Proficiência acadêmica Ensino Médio

NO	Aprovação direta	Reprovaç ão	Evasão	
017	77,08%	22,91%	19,79%	Esta coluna faz parte dos resultados de reprovação
018	65,34%	34,65%	17,82%	
019	58,13%	41,86%	32,55%	
020	89,24%	10,75%	10,75%	
021	72,27%	27,72%	21,78%	

Fonte: Mendes, 2023, p. 55.

A tabela 3 mostra o desenvolvimento da proficiência acadêmica a partir do exame nacional do ensino médio.

Tabela 3 – Proficiência Enem

Ano	Média	Nível de Proficiência
2017	414	1 (00 a 450)
2018	477	2 (451 a 550)
2019	468	2 (451 a 550)
2020	648	3 (551 a 650)
2021	500	2 (451 a 550)

Fonte: Mendes, 2023, p. 57.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados identificam a relevância social do Programa Cibercidadania e a produção de conhecimentos. A tabela 4 aponta as competências abordadas nos três projetos.

Tabela 4- Competências Desenvolvidas no Programa Cibercidadania

Horizonte Digital	Território Digital (Plataforma Web)	DPO-X
Carreira profissional	Vestibular: o que é, como fazer, o que estudar.	ASSUNTOS JURÍDICOS: -LGD -Direito de Proteção de Dados -Agência Nacional de Proteção de dados
Cursos UFSC	Conteúdos a estudar para vestibular/Enem	TECNOLOGIA INFORMACIONAL: -Banco de Dados -Redes -Machine Learning -Linguagem
Novas Profissões	Conteúdos desenvolvidos na escola	BOAS PRÁTICAS CORPORATIVAS: -Deontologia nas Empresas - -Relações Humanas -Cultura Organizacional -Comunicação e Resolução de Conflitos
Planejamento Futuro	Agenda online	
Plano de Estudo	Dicas dos Professores da escola	
Acesso e Permanência a UFSC	vídeos para estudo aos conteúdos	

Fonte: Mendes, 2023, p. 61.

A tabela 5 aponta as competências abordadas pela escola.

Tabela 5- Competências Desenvolvidas no Componente Curricular Projeto de Vida

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Autoconhecimento	Organização pessoal	Organização pessoal
Organização pessoal	Organização acadêmica	Organização acadêmica
Hábitos de estudos	Vida profissional	Propósitos e Escolhas acadêmicas
Foco e atenção	Sentidos do trabalho	Outras lógicas de vida
Organização acadêmica	Conquistas, mérito e poder	Orientação profissional
Pensamento criativo	Consumo e finanças pessoais	Consumo e finanças pessoais
Expressão simbólica	Comunicação Não Violenta	Pensamento criativo
Relações pessoais	Famílias	Memórias, ciclos da vida
Famílias e Comunidades	Comunidades	Cidadania e participação
Sonhos e projetos	Sonhos e Projetos	Projeto de Vida

Fonte: Mendes, 2023, p. 62.

A figura 1 apresenta as características que servem para a identificação da relevância social do Programa, a partir das mudanças atitudinais e percepção conceitual dos estudantes em relação à cultura de estudos.

Figura 1 – Atitudes que identificam a relevância social do Programa



Fonte: Mendes, 2023, p. 59.

Ao considerarmos o diferencial dessa experiência é observado algumas características cotidianas, que se somam às levantadas na Figura 2.

Figura 2 - Relevância Social do Programa Cibercidadania



Fonte: Mendes, 2023, p. 63.

As características apresentadas na Figura 2 se apresentaram nas ações do Programa como alicerces que direcionam as atividades, assim, conclui-se que o Programa de extensão Cibercidadania tem relevância social para a comunidade externa. O contato para troca de saberes, entre estudantes de ensino médio universitários, diminui a distância entre mundo acadêmico e comunidade de periferia.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernadete A. **Métodos qualitativos de pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução**. Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.ufes.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/repositorio-de-arquivos/arquivos-do-programa-de-formacao/modulo-vii-pesquisa-qualitativa-parte-ii/@@download/file>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, Brasília, 2018. 4 p. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/%20content/id/55877808. Acesso em: 29 abr. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022a.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. Tradução de Paulo Geiger. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LEMOS, André.; LÉVY Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

MENDES, Edson Luiz. **A extensão universitária na Ciência da Informação: análise do programa Cibercidadania**. 2023. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PCIN0315-D.pdf>. Acesso em: 4 maio 2023.

PEREIRA, Vanessa Souza; MENDES, Edson Luiz. **O componente curricular projeto de vida no ensino médio como estratégia de enfrentamento das desigualdades**. Anais eletrônicos do IV Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação. , Criciúma, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/congressoeducacao/article/view/7023/5933>. Acesso em: 29 jan. 2023.

TOMÁS, Elaine Dorighello. **Antigos e Novos Olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz: de Não Território a Território do PAC-Florianópolis**. 2012. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2012.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Edson Luiz Mendes

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: mendesedlu@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4740-2712>

Doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestrado em Ciência da Informação no mesmo programa (PGCIN/UFSC) (2023). Pós-Graduação "lato sensu" em nível de Especialização na área de Educação Física Escolar, pelo Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, (2001); Pós-Graduação "lato sensu" em nível de Especialização em Pedagogia Gestora com ênfase em Administração, Orientação e Supervisão Escolar, pela Faculdade de Joinville, da Associação Catarinense de Ensino, (2007); e Pós-Graduação "lato sensu" em Doutrina Social da Igreja, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Católica de Santa Catarina, (2016). Graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999). Faz parte do núcleo de pesquisa: Dados, Inteligência e Informação, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente está na Coordenação Pedagógica de Ensino Médio na Rede Marista de Educação Básica - Escolas Sociais.



Marcelo Minghelli

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: marcelo.minghelli@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5964-2441>

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2009). Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2004). Graduação em Direito pela Universidade de Passo Fundo (1999). Possui experiência de gestão, tendo atuado na SETEC do Ministério da Educação, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre como Reitor e na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Acre como Secretário de Estado. Foi membro do Grupo Técnico de consultores da Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados na Elaboração da Lei 13.243/2016 (Novo Marco Legal de CTI). Atualmente é professor adjunto do magistério superior no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (CIN/UFSC). É fundador e líder do Grupo de Pesquisa "Informação, Estado e Sociedade", cadastrado no CNPq e certificado pela UFSC desde o ano de 2022.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 17

INDICADORES DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA PESSOAS COM FIBROSE CÍSTICA

Eliane Rodrigues Mota Orelo
Elizete Vieira Vitorino



Indicadores de Competência em Informação para pessoas com Fibrose Cística

Eliane Rodrigues Mota Orelo
Elizete Vieira Vitorino

Resumo:

Esta pesquisa apresenta indicadores de Competência em Informação para pessoas com Fibrose Cística. Esta é uma doença genética autossômica recessiva que se caracteriza por uma disfunção do gene CFTR. É uma enfermidade congênita, considerada grave e rara. Trata-se de uma doença multissistêmica e que, devido a essa alteração genética provoca disfunções nas glândulas exócrinas dos pacientes, que resultam, principalmente, em problemas no pâncreas e nos pulmões devido ao aumento da produção e viscosidade dos mucos. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, situada epistemologicamente na fenomenologia. Para a coleta de dados foi utilizada a ferramenta da entrevista semiestruturada, realizadas exclusivamente de forma on-line via Google Meet. A apresentação e análise dos dados é feita a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Como resultados, apresenta-se, num primeiro momento, Diretrizes para o desenvolvimento da Competência em Informação para pessoas com Fibrose Cística, organizadas em quatro componentes: acesso, avaliação, uso e comunicação. Num segundo momento, apresenta-se os Indicadores de Competência em Informação para pessoas com Fibrose Cística, agrupados em quatro categorias: acesso; avaliação; uso e comunicação, cada uma com seus respectivos indicadores. Conclui-se que o desenvolvimento da Competência em Informação nas pessoas com Fibrose Cística pode contribuir para melhoria da qualidade de vida, maior adesão ao tratamento, inclusão e redução de iniquidades. As diretrizes apresentadas dão o Norte, indicam possíveis caminhos para o desenvolvimento da Competência em Informação para o grupo em foco. Já os indicadores, permitem monitorar e avaliar um programa de Competência em Informação. Ambos, por sua vez, podem servir aos gestores públicos, facilitando a implementação de programas e ações voltadas a uma agenda para a Competência em Informação.

Palavras-chave: Competência em Informação; Fibrose Cística; Vulnerabilidade Social; Indicadores Sociais.

I INTRODUÇÃO

A informação em nossa sociedade permeia praticamente todas as atividades desenvolvidas, é considerada um elemento essencial para transformação social. No entendimento de Pérez-Salmerón (2019, p. i) a informação “é facilitadora, matéria-prima, fonte de inovação e criatividade. Dar a todos o acesso à informação é garantir que todos tenham a oportunidade de aprender, crescer e tomar melhores decisões para si e para os que estão ao redor”, a autora complementa que os indivíduos que não têm acesso à informação, ficam para trás, impedidos de melhorar sua condição, excluídos de uma vida cultural, econômica, social e cívica.

Nesse sentido, entendemos que a Competência em Informação está na contramão da exclusão, permitindo que se desenvolva ferramentas que capacitem as pessoas para inclusão no universo informacional ao qual estamos inseridos. Partindo da compreensão da relevância da informação na sociedade, entendemos que no contexto de saúde, ela assume protagonismo, proporcionado aos indivíduos mais autonomia nos cuidados da própria saúde e, mais qualidade de vida.

Nesta pesquisa nos dedicamos ao estudo da Competência em Informação, direcionada a um grupo vulnerável específico: as pessoas com Fibrose Cística (FC), no intuito de apresentar Indicadores de Competência em Informação para esse grupo. Desta forma, nossa pesquisa, que está inserida na Ciência da Informação (CI), uma ciência interdisciplinar, relaciona temas distintos como: Competência em Informação; Vulnerabilidade; Indicadores Sociais e Fibrose Cística.

A Competência em Informação, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é entendida como um direito humano básico, como algo “indispensável para a busca de objetivos pessoais, sociais, profissionais e educacionais. Representa as habilidades necessárias para praticar efetivamente a aprendizagem ao longo da vida e contribuir para as sociedades do conhecimento” (Organização Das Nações..., 2008, p. 9). Para esta organização, no desenvolvimento da Competência em Informação é pertinente considerar o contexto amplo em que os sujeitos estão inseridos, abrangendo as condições sociais, profissionais, civis, de saúde e de vida e, advoga que a Competência em Informação é crucial para a melhoria das condições de saúde e de vida das pessoas. (Organização das Nações..., 2008, p. 10). Isto posto, fica evidente a relevância da Competência em Informação para pessoas em situação de vulnerabilidade.

A “Fibrose Cística é uma doença genética autossômica recessiva caracterizada pela disfunção do gene cystic fibrosis transmembrane conductance regulator (CFTR), que codifica uma proteína reguladora de condutância transmembrana de cloro” (Athanzio et al., 2017, p. 219). Essa alteração genética provoca disfunções nas glândulas exócrinas dos pacientes, que resultam, principalmente, em problemas no pâncreas e nos pulmões devido ao aumento da produção e viscosidade dos mucos. É uma enfermidade congênita, considerada rara e grave, com alta taxa de mortalidade. Ela é ainda multissistêmica, segundo o Ministério da Saúde, “causa danos no sistema respiratório e digestivo, por isso exige uma rotina de cuidados e tratamento de diversas especialidades, como nutrição, gastro e pneumologia” (Brasil, 2019).

A vulnerabilidade, por sua vez, está relacionada à ausência, à carência de algo necessário ao ser. Para Adger (2006), é à suscetibilidade dos sujeitos a riscos e argumenta que é ainda o grau de incapacidade de determinado sistema (ou pessoas) de lidar com as adversidades e de se adaptar às mudanças. Desta forma, a vulnerabilidade pode ser entendida como uma fragilidade, ou situações em que determinada pessoa ou grupos de pessoas encontram-se em condições menos favorecidas ou desprotegidas. Pode estar relacionada à questão social, ambiental, de saúde, financeiras, são diversas as possibilidades que representam a condição de vulnerabilidade.

Considerando que a FC é uma doença grave e ainda sem cura, entendemos que as pessoas com FC são vulneráveis dada sua condição de saúde, podendo ainda estarem sujeitos a outras situações de vulnerabilidade, descritas acima.

Nossa pesquisa apresenta Indicadores de Competência em Informação para pessoas com FC. Para tanto, seus objetivos específicos consistem em: (a) caracterizar a Competência em Informação, respectivas dimensões e elementos de conexão com a área da saúde, de acordo com a literatura da área da Ciência da Informação; (b) descrever a Fibrose Cística, enquanto doença grave e suas características, segundo a literatura em saúde, bem como a sua condição de vulnerabilidade social; (c) propor indicadores de Competência em Informação para pessoas com Fibrose Cística.

Os Indicadores Sociais são instrumentos de gestão, que suprem os governos – em todas as esferas – com informações necessárias à construção de políticas públicas, bem como, ao estabelecimento de prioridades, no intuito de redução das desigualdades e iniquidades sociais e resultem em melhoria na condição de vida dos cidadãos (Simões; Alkmim; Santos, 2017; Jannuzzi, 2017; Minayo, 2009). Em consonância, Vitorino e Pinho Neto, (2023, p. 2), entendem que os indicadores sociais “podem traduzir, em termos operacionais, dimensões sociais, com base em escolhas teóricas ou com base em políticas já implementadas, melhorando a vida em sociedade”.

A pesquisa se justifica considerando a perspectiva científica, pela carência, na área da CI, de indicadores de Competência em Informação, especialmente em se tratando de algo voltado às pessoas com doenças graves, mais especificamente, às pessoas com FC.

Já as pesquisas que envolvem a perspectiva social são aquelas que se debruçam a estudar questões relevantes para a sociedade e são uma constante nas universidades brasileiras. Ao abordar a Competência em Informação para grupos em condição de vulnerabilidade, entendemos que esta pesquisa pode trazer contribuições para área social, na medida que busca refletir sobre as diversas situações em que se pode atribuir, ou classificar, determinados grupos sociais como vulneráveis.

Na perspectiva pessoal, esta pesquisa se justifica pela proximidade que esta pesquisadora tem com a temática, pois além de pesquisar sobre Competência em Informação, é também uma pessoa com FC.

Além disso, esta pesquisa se vincula a Linha de Pesquisa 02 – Informação, Comunicação Científica e Competência – do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desta forma, este estudo se justifica também quanto a sua aderência aos estudos desenvolvidos no PGCIN.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é desenvolvida no âmbito da CI, que por sua vez, está ancorada na área das Ciências Sociais Aplicadas, que tornam legítimas as investigações de cunho social produzidas na CI. Na concepção de Groulx (2014, p. 95), pesquisa social é aquela que se debruça sobre os problemas sociais, bem como, das práticas profissionais e institucionais para resolvê-los. Para o autor, a pesquisa social tem o propósito de reconhecer os problemas sociais, as suas causas e de propor estratégias para solucioná-los.

Minayo (2010, p. 14), advoga que o objeto das Ciências Sociais se constitui na realidade social em si e, por isso, ele é “essencialmente qualitativo”. A autora argumenta que “a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados” que dela transborda. Considerando os objetivos desse estudo, podemos inferir que esse se caracteriza em seus aspectos metodológicos como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental e de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, situada epistemologicamente na fenomenologia.

Para a coleta de dados foi utilizada a ferramenta da entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada consiste numa conversa, focada em determinado assunto (objeto da pesquisa), tem a vantagem de ser flexível e adaptável, podendo ser ajustada às circunstâncias inesperadas (Richardson, 2017). Dada a recomendação para que pessoas com FC evitem o contato físico entre si, para evitar o risco de infecção cruzada e, considerando o contexto pandêmico, em que há orientação rígida para o isolamento destes pacientes, as entrevistas foram realizadas exclusivamente de forma on-line via Google Meet.

A apresentação e análise dos dados foi feita a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre e Lefèvre (2005). O DSC possibilita o resgate das opiniões e expressões individuais contidas nas representações sociais e apresentá-las agrupando as ideias semelhantes em categorias semânticas gerais (Lefèvre; Lefèvre, 2014). O universo é composto por pessoas com FC, maiores de 18 anos, residentes em SC, em tratamento e vinculados à Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico (ACAM).

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Nossa pesquisa alcançou seus objetivos, construímos, além dos indicadores, Diretrizes para o desenvolvimento da Competência em Informação para pessoas com FC, organizadas em quatro componentes: acesso, avaliação, uso e comunicação. Cada componente incorpora um grupo de atividades necessárias ao desenvolvimento da Competência em Informação. Em cada componente emana características das dimensões: técnica, estética, ética e política, apresentadas na ilustração 01.

DIRETRIZES COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA PESSOAS COM FIBROSE CÍSTICA



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

A partir dessas diretrizes, dos indicadores de Competência em Informação e Midiática e dos DSC, construímos, os Indicadores de Competência em Informação para pessoas com FC. Estes estão agrupados em quatro categorias: acesso; avaliação; uso e comunicação. Cada categoria é composta por indicadores e, para cada indicador são listados os atributos, que permitem verificar a aderência da Competência em Informação nas pessoas. Na ilustração 02, apresentamos as quatro categorias e seus respectivos indicadores.

Ilustração 02 – Indicadores de Competência em Informação para pessoas com FC

Indicadores de Competência em Informação para pessoas com Fibrose Cística



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Competência em Informação é um importante instrumento de inclusão e de melhoria da qualidade de vida das pessoas. Quando proposta a grupos vulneráveis, seus efeitos resultam em melhorias mais significativas. Ao olharmos para o grupo em situação de vulnerabilidade de pessoas com FC, podemos vislumbrar o quanto ter acesso às informações faz a diferença, aumenta a qualidade de vida e a adesão ao tratamento.

As diretrizes apresentadas dão o norte, indicam possíveis caminhos para o desenvolvimento da Competência em Informação para o grupo em foco, um caminho rumo à inclusão das pessoas com FC no universo informacional em que nos situamos. Já os indicadores, são instrumentos que permitem monitorar e avaliar um programa de desenvolvimento Competência em Informação.

Ambos, por sua vez, podem servir aos gestores públicos, facilitando a implementação de programas, de ações voltadas a uma agenda que contemple a Competência em Informação às pessoas com FC.

REFERÊNCIAS

ADGER, W. Neil. Vulnerability. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 268-281, 2006. Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378006000422>. Acesso em: 22 maio 2019.

ATHANAZIO, Rodrigo Abensur et al. Diretrizes brasileiras de diagnóstico e tratamento da fibrose cística. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*. [S.l.], v. 43, n. 3, p. 219-245, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/jbpneu/v43n3/pt_1806-3713-jbpneu-43-03-00219.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fibrose cística é genética e mais comum na infância. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2019/dezembro/fibrose-cistica-e-genetica-e-mais-comum-na-infancia>. Acesso em: 19 fev. 2024.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 95-126.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 6. ed. Campinas, SP: Alínea, 2017.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 23, n. 2, 502-507, abr./jun. 2014 (Relato de Experiência). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/wMKm98rhDgn7zsfvxnCqRvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. *Revista Brasileira de Educação Médica*. v. 33 (supl. 1), p. 83-91, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/36mvLQPqTjRTp8kLXbs3b5Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. *Vers des indicateurs de la maîtrise de l'information*. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000158723_fre. Acesso em: 19 fev. 2024.

PÉREZ-SALMERÓN, Glória. Prefácio. In: IFLA; TASCHA. *Desenvolvimento e acesso à informação 2019: educação de qualidade, trabalho digno e crescimento econômico, redução das desigualdades, ações relativas ao clima, paz, justiça e instituições fortes*. IFLA: 2019. Disponível em: <https://da2i.ifla.org/wp-content/uploads/da2i-2019-full-report-pt.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SIMÕES, André; ALKMIM, Antônio Carlos; SANTOS, Caroline. Passado, presente e futuro da produção e análise dos indicadores sociais no IBGE. In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO et al. *Indicadores sociais: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Documentos para disseminação. Memória institucional; 21). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101153.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

VITORINO, E. V.; PINHO NETO, J. A. S. de. Indicadores sociais e de vulnerabilidade social: características e possíveis usos na avaliação da competência em informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S.l.], v. 28, n. Fluxo Contínuo, p. e–42513, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/42513>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Eliane Rodrigues Mota Orelo

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: elianeorelo@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2225-0302>

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PGCIN, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2023). Mestre em Ciência da Informação pelo PGCIN - UFSC (2013). Especialista em Docência no Ensino Superior - SENAC-SP em 2017. Bacharel em Biblioteconomia com Habilitação em Gestão da Informação, pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2009). Atuou como Bibliotecária na Biblioteca Universitária da UFSC de 09/2017 à 09/2019. Foi chefa na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação - CED (10/2017 à 02/2019) e, do setor de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação (DECTI) da BU/UFSC. Foi Bibliotecária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC de 05/2013 à 09/2017. Coordenou o Sistema Integrado de Bibliotecas do IFC - SIBI-IFC entre 04/2017 à 09/2017.



Elizete Vieira Vitorino

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2462-6553>

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Produtividade CNPq, Nível 2, Processo: 308821/2019-0, de 01/03/2020 a 28/02/2023 e de 01/03/2023 a 28/02/2026 - Processo: 308477/2022-7. Pós doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal, no período de jan. 2015 a jan. 2016 por meio da Agência de Fomento CAPES e do Programa Estágio Sênior no Exterior (Processo: BEX 2398/14-1). Pós doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UEPB) (período de 20/06/2022 a 19/12/2022).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 18

RELAÇÕES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ARQUIVO E CULTURA NO SUBSISTEMA POLÍTICO
ARQUIVÍSTICO AMPLO BRASILEIRO: O CASO DO
COLEGIADO SETORIAL DE ARQUIVOS DO
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

Evelin Melo Mintegui
Cezar Karpinski



Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico amplo brasileiro: o caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais

Evelin Melo Mintegui
Cezar Karpinski

Resumo:

O objetivo geral do trabalho foi o de compreender como se deu a relação entre as políticas públicas de arquivo e de cultura na atuação do Colegiado Setorial de Arquivos. O estudo justificou-se como parte do esforço de desenvolvimento de pesquisas que possam aproveitar as contribuições da Ciência da Informação no sentido de uma ciência social, tendo como objeto os arquivos. A metodologia teve abordagem qualitativa, exploratória quanto aos objetivos, com procedimentos de pesquisa documental e de levantamento, com análise de políticas públicas no framework COQ3 e análise de conteúdo. Concluiu que o fenômeno de políticas públicas observado faz parte de um contexto interativo entre políticas culturais e de arquivos.

Palavras-chave: políticas arquivísticas; políticas culturais; políticas de informação; análise de políticas públicas; Colegiado Setorial de Arquivos.

I INTRODUÇÃO

Políticas públicas arquivísticas e políticas culturais não costumam ocorrer de forma coordenada, apesar de suas conceituações teóricas permitirem considerá-las como próximas ou complementares. O propósito da pesquisa foi o de analisar um momento em que elas tiveram oportunidade de aproximação: durante a atuação do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

O Conselho Nacional de Políticas Culturais tem a finalidade de propor a formulação de políticas públicas, objetivando promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no país.

Embora tenha suas origens nas primeiras elaborações de políticas culturais nos anos 1930 (Conselho Nacional de Cultura), a instância teve diversas conformações e representantes, culminando, nos anos 2010 em uma divisão de colegiados representativos dos diversos âmbitos culturais no país.

As Áreas Técnico-Artísticas eram representadas pelos colegiados de artes visuais; música popular; música erudita; teatro; dança; circo; audiovisual; literatura, livro e leitura; artes digitais; arquitetura e urbanismo; design; artesanato; moda; e cultura hip hop. As Áreas de Patrimônio Cultural eram representadas pelos colegiados de culturas afro-brasileiras; culturas dos povos indígenas; culturas populares; arquivos; museus; patrimônio material; patrimônio imaterial; expressões artísticas culturais; capoeira; cultura alimentar; culturas quilombolas; e culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana (Brasil, 2005; Brasil, 2009; Brasil, 2015).

O objetivo geral foi o de compreender como se deu a relação entre as políticas públicas de arquivo e de cultura na atuação do Colegiado Setorial de Arquivos (CSA). Os objetivos específicos foram: analisar o processo de criação e atuação do colegiado e identificar a compreensão de seus membros sobre os arquivos no universo da cultura.

O estudo justificou-se como parte do esforço de desenvolvimento de pesquisas que possam aproveitar as contribuições da Ciência da Informação no sentido de uma ciência social (Araújo, 2014) ou relacionado a um paradigma social dentro dela (Capurro, 2003), tendo como objeto os arquivos. Ademais, estudos de análise de políticas públicas na Ciência da Informação são escassos, e contribuem para compreender os arquivos como componente das estruturas socioculturais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve abordagem qualitativa, exploratória quanto aos objetivos, com procedimentos de pesquisa documental e de levantamento. Para registro, organização, codificação e gestão dos dados da pesquisa foi utilizado o software Atlas Ti, uma ferramenta especialmente voltada para a análise qualitativa, estejam os dados em formato de texto, áudio ou vídeo.

A coleta de dados constituiu-se de levantamento documental e entrevistas. Para atingir o primeiro objetivo específico foi proposta análise de políticas públicas, por meio de um arranjo denominado COQ3 (Secchi, 2008), que incluiu categorias de análise associadas aos elementos básicos para descrição de um fenômeno de políticas públicas: como, onde, que, quem e quando. Para atingir o segundo objetivo específico foi realizada análise de conteúdo de 11 entrevistas gravadas com ex-integrantes do Colegiado Setorial de Arquivos sobre os seguintes temas: arquivo, cultura, patrimônio, participação política, democracia e expectativas de futuro.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

O Colegiado Setorial de Arquivos, enquanto instância dedicada às pautas relacionadas aos arquivos, foi responsável pela construção de um Plano Setorial de Arquivos, entre os anos de 2012 e 2017 (Brasil, 2016). O protagonismo no Colegiado foi exercido pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que esteve envolvida desde 2010 na organização da Pré-Conferência de Cultura do Setor de Arquivos, e permaneceu na coordenação do Colegiado durante todo o período de sua atuação.

O Colegiado foi extinto com a reorganização do Conselho, ocorrida em 2019, que extinguiu também os demais colegiados (Brasil, 2019). Entende-se extinção dos órgãos como um retrocesso para todos os setores. Especificamente no setor de arquivos, a ausência de colegiado próprio no conselho federal dedicado às políticas públicas de cultura pode refletir na organização dos demais sistemas de estados e municípios, que tinham o CNPC como referência para seu funcionamento. Ainda assim, a participação de representação dos arquivos nesses espaços consultivos nos estados e municípios é fundamental para que as entidades e instituições arquivísticas possam colocar-se como equipamento cultural relevante na sociedade, bem como, eventualmente, usufruir de verbas públicas destinadas à cultura.

As análises de dados da pesquisa partiram do pressuposto de que o Colegiado Setorial de Arquivos fez parte de um fenômeno de políticas públicas, dentro do subsistema político arquivístico amplo, no policy domain da cultura. Tal fenômeno pôde ser caracterizado como uma punctuation (Como), dentro das opções do modelo de equilíbrio interrompido com possibilidades de incrementalismo, uma vez que o Sistema Nacional de Cultura, mais um elemento do fenômeno, foi institucionalizado.

O contexto (Onde) é explicado pelo modelo de estado neodesenvolvimentista que ocorria no período dos governos petistas no Executivo Federal do Brasil, que por meio de certo equilíbrio entre sistema de governo e sistema econômico permitiu maior participação da sociedade. A política envolvida foi de tipo regulatório, cujos instrumentos (Plano Nacional de Cultura e Plano Setorial de Arquivos) foram classificados como embasados em acordos (Que). Entre os atores políticos representantes do governo, destacou-se a Fundação Casa de Rui Barbosa. O perfil do grupo de participantes da sociedade civil demonstra que a maioria era graduada em Arquivologia ou História (Quem).

Em relação ao ciclo de políticas públicas (Quando), foi observado o papel de captação de demandas e formulação, acompanhamento, incentivo, divulgação de iniciativas e avaliação de políticas públicas. A análise de conteúdo realizada nas transcrições das entrevistas evidenciou compreensões sobre arquivos enquanto aparelhos culturais, estruturas próprias de gestão, arquivos como patrimônio cultural e arquivos enquanto fonte de informação científica, além de perspectivas integradoras que entendiam a atuação do Colegiado Setorial como naturalmente complementar ao suporte oferecido pelas estruturas de políticas públicas arquivísticas específicas. Foi ainda constatado o empoderamento individual, grupal e político nas falas dos entrevistados.

O trabalho concluiu que o fenômeno de políticas públicas observado faz parte de um contexto interativo entre políticas culturais e de arquivos, e considera que a diversidade de concepções sobre os arquivos, muitas vezes na mesma entrevista, não constitui contradição, refletindo a transversalidade dos arquivos como objetos e instituições multidimensionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da tese permanece sendo explorado no âmbito de minhas atividades de ensino e pesquisa, enquanto professora e pesquisadora vinculada à Universidade Federal do Rio Grande e como colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Entre outros projetos, destaco “Arquivos públicos e Sistema Nacional de Cultura: Sensibilização para promoção de ações culturais em arquivos no Estado do Rio Grande do Sul”. Ele explora o universo de relações entre políticas culturais e arquivísticas, além de propor alguma intervenção política que permita que aproximar esses domínios políticos, e é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Programa Auxílio Recém-Doutor.

A importância da pesquisa pode ser considerada tanto por sua elaboração teórica em relação às definições e metodologias de análise de políticas públicas, quanto por explorar as questões arquivísticas e culturais enquanto objetos de políticas públicas, ressaltando a necessidade de reconhecê-las como complementares.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.

BRASIL. **Decreto n. 5.520, de 24 de agosto de 2005**. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6973, 07 out. 2009**. Altera o Decreto no 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura. Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2009/decreto/d6973.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 8.611, 21 dez. 2015**. Altera o Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8611.htm. Acesso em 06 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)**. Colegiado Setorial de Arquivos. Plano Setorial de Arquivos (2016-2026). Brasília, 2016. Disponível em:

<https://arquivos.cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2016/05/Vers%C3%A3o-Final-Aprovada-do-Plano-Setorial-de-Arquivos-maio-de-2016-1.pdf>. Acesso em 06 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em 06 mar. 2024.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SECCHI, L. COQ3: um framework de análise de políticas públicas. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 32., 2008, Caxambu, Papers por GT. Caxambu: Anpocs, 2008. p. 1 - 7. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt32-5/2614-leonardosecchi-coq/file>. Acesso em 06 mar. 2024.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Evelin Melo Mintegui

Rio Grande, RS
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
E-mail: eminteguimail@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1346-132X>

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrado em Ciências Sociais, Graduação em Arquivologia e em Ciências Sociais e Especialização em Gestão de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Professora no Curso de Graduação em Arquivologia e na Especialização em Arquivos Permanentes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), além de atuar como Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



Cezar Karpinski

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: cezarcarpinski@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2446-0653>

Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina onde atua nos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, e no curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Bacharel em Filosofia, mestre e doutor em História. Atuação e pesquisa na área de Ciência da Informação, nas interfaces: Informação, Memória e Patrimônio; Conservação e restauração de documentos bibliográficos e arquivísticos. Coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Conservação e Restauração de documentos em suporte de papel (UFSC) e do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (UFSC).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 19

A IDENTIDADE COMO NARRATIVA:
HISTÓRIAS DE CONTADORES DE HISTÓRIAS EM
SANTA CATARINA

Felícia de Oliveira Fleck
Miriam Figueiredo Vieira da Cunha



A identidade como narrativa: Histórias de contadores de histórias em Santa Catarina

Felícia de Oliveira Fleck
Miriam Figueiredo Vieira da Cunha

Resumo:

Este estudo, resultante de pesquisa de doutorado, objetivou apreender as relações entre a história de vida e a constituição da identidade profissional do contador de histórias atuante em bibliotecas catarinenses. Para isso, buscou-se conhecer as histórias que esses contadores narram a respeito de si mesmos; reconhecer as motivações que os levaram a se tornar contadores de histórias; perceber se as histórias escolhidas por eles em seu repertório os auxiliam na construção da sua identidade profissional; assim como entender suas percepções sobre a prática de contar no espaço da biblioteca. A pesquisa, do tipo qualitativa, tem como aporte teórico as concepções da sociologia das profissões e do interacionismo simbólico, na perspectiva do sociólogo francês Claude Dubar, que leva em conta a trajetória, a individualidade e a subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo do trabalho. A metodologia empregada foi a história oral, por meio de entrevistas de história de vida. Foram entrevistados seis contadores de histórias profissionais, um de cada mesorregião de Santa Catarina, que atuam em bibliotecas públicas ou comunitárias. As categorias de análise utilizadas para tratar os depoimentos dos entrevistados foram: memória, lembranças de histórias e da relação com a leitura no contexto familiar e escolar; escolha profissional, a maneira como cada um se tornou contador de histórias, a influência familiar nas suas escolhas e na inserção ao mundo do trabalho; ser contador, que engloba a identidade para si e a identidade para o outro; e contar na biblioteca, a vivência de contar histórias no espaço da biblioteca, suas características e particularidades. O que sobressaiu em seus discursos é como cada história, como cada trajetória é única e se constitui de maneira subjetiva. Os caminhos profissionais foram se apresentando aos poucos; as experiências na família, na escola e as formações específicas em cursos e oficinas são percebidas por eles como significativas em sua constituição como contadores de histórias.

Palavras-chave: Contadores de histórias; Identidade profissional; Mediação de leitura; Bibliotecas - Santa Catarina.

I INTRODUÇÃO

Contar histórias, prática ancestral realizada desde tempos imemoriais em diferentes culturas e épocas, diz respeito, essencialmente, à necessidade humana de comunicação. Além de comunicar, as histórias também se referem à outra necessidade humana: o contato com a estética, a arte, a literatura e a fabulação.

O universo da contação de histórias é bastante amplo, adequando-se a muitos espaços e a fins diversos. Percebe-se, entretanto, uma demanda crescente dessa prática nas instituições escolares e culturais, com o estabelecimento de horários próprios para a atividade, além da contratação de profissionais especialmente dedicados a esta tarefa.

A biblioteca, entendida como equipamento cultural, democrático e plural, se configura como espaço legítimo para abrigar o ato de contar histórias. Sendo uma das possibilidades de atuação do contador de histórias, apresenta particularidades em relação ao uso e apropriação de seu espaço físico e simbólico.

Este estudo objetivou apreender as relações entre a história de vida e a constituição da identidade profissional do contador de histórias atuante em bibliotecas catarinenses. Para isso, buscou-se conhecer as histórias que esses contadores narram a respeito de si mesmos; reconhecer as motivações que os levaram a se tornar contadores de histórias; perceber se as histórias escolhidas por eles em seu repertório os auxiliam na construção da sua identidade profissional; assim como entender suas percepções sobre a prática de contar no espaço da biblioteca.

2 METODOLOGIA

A pesquisa, do tipo qualitativa, tem como aporte teórico as concepções da sociologia das profissões e do interacionismo simbólico, na perspectiva do sociólogo francês Claude Dubar (1997, 2001, 2005, 2009, 2011, 2012), que leva em conta a trajetória, a individualidade e a subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo do trabalho.

A metodologia empregada foi a história oral, por meio de entrevistas de história de vida. Foram entrevistados seis contadores de histórias profissionais, um de cada mesorregião de Santa Catarina, que atuam em bibliotecas públicas ou comunitárias.

Considera-se contador de histórias profissional aquele que desenvolve esse trabalho de forma contínua e que recebe remuneração para tal. Não é necessário que viva exclusivamente dessa atividade, mas que ela ocupe papel significativo em sua prática profissional.

As categorias de análise utilizadas para tratar os depoimentos dos entrevistados foram: memória, lembranças de histórias e da relação com a leitura no contexto familiar e escolar; escolha profissional, a maneira como cada um se tornou contador de histórias, a influência familiar nas suas escolhas e na inserção ao mundo do trabalho; ser contador, que engloba a identidade para si e a identidade para o outro; e contar na biblioteca, a vivência de contar histórias no espaço da biblioteca, suas características e particularidades.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Memória

As memórias afetivas familiares foram muito significativas nos depoimentos dos entrevistados, as histórias contadas durante a infância lhes remetem a situações de partilha, a presença e a cumplicidade familiar. A leitura de histórias também foi relevante e se estendeu ao espaço escolar. As lembranças fortalecem, para os próprios contadores, a importância do contar histórias.

Escolha Profissional

Quando pequeno nenhum entrevistado projetava que viria a se tornar um contador de histórias, até por ser uma prática profissional bastante recente. Os caminhos foram se apresentando aos poucos, em todos os casos, no entrelaçamento com outros caminhos profissionais já iniciados.

Alguns deles iniciaram esse percurso na área da educação. Como Severino, que atribui o desejo de ser professor à curta experiência da mãe como professora, na valorização atribuída por ela à profissão, e pelos ex-alunos que a reconheciam como “professora”. Ou Maria, que projetava a sua identidade moldada pelo reconhecimento do que não queria ser: não queria trabalhar na roça como o pai, não queria ser professora, já que via a mãe sobrecarregada. Relutou, tentou outra formação e por fim, acabou se rendendo à educação e se reconhecendo nessa escolha.

Outros começaram a sua trajetória nas artes cênicas. Mariana desejava ser atriz desde pequena, brincava de representar e era muito extrovertida. Saci teve seu primeiro contato com oficinas de teatro na escola e, a partir daí, iniciou a sua jornada como atriz e, posteriormente, como contadora.

Ser contador de histórias

Parece haver um consenso de que o contador é alguém que sente “prazer em contar” (Severino); alguém que “gosta da história que está narrando” (Maria); que põe a “sua natureza no seu contar” (Mariana), fazendo com que a história “faça parte da pessoa” e o contar seja “um processo natural” (Chapeuzinho Amarelo). O contador expressa a sua “verdade” e está “inteiro com a história, inteiro em si mesmo e ele inteiro na história” (Saci).

A relação com o público se constrói na espontaneidade e no momento presente, é uma relação de cumplicidade e entrega, de fazer junto, de sensibilidade. Embora todos os entrevistados afirmem que não exista um “modelo ideal” de contador de histórias, há algumas prerrogativas manifestas em seus depoimentos.

Contar na biblioteca

No caso específico do contador que trabalha na biblioteca, Severino pontua: “não é só chegar lá e contar histórias”. A atuação envolve percepção e sensibilidade em relação ao espaço e modos de funcionamento da escola, dosar a interação e o envolvimento com as crianças e com os funcionários e conhecer as regras implícitas e explícitas a serem seguidas para uma boa prática. Há um “tempo de instigar e um tempo de parar”, o contador precisa dosar a sua performance, preparar o ambiente e o público para a experiência.

As diferentes vivências dos sujeitos da pesquisa proporcionam uma riqueza de olhares e percepções sobre o contar neste ambiente, trazendo por um lado a imersão do fazer cotidiano e por outro o distanciamento de quem atua circulando em espaços variados.

O tempo de atuação na biblioteca com frequência contínua e ininterrupta diverge bastante entre eles, variando de seis meses a doze anos. De qualquer maneira, os relatos apontam que todos os entrevistados têm uma relação e uma reflexão sobre o contar neste espaço.

Alguns deles acreditam que a biblioteca é o ambiente mais propício para contar histórias e, embora identifiquem que a prática seja a mesma do contar em outros lugares, a relação com o espaço da biblioteca promove uma interação diferente com as pessoas. Talvez isso se dê em função da frequência com que a experiência se repete, o que possibilita uma construção conjunta de proximidade e afeto, acolhimento e confiança.

Mesmo que o incentivo à leitura não seja o único ou o principal objetivo ao contar, a biblioteca é percebida como espaço de leitura e os contadores salientam a preocupação em referenciar o livro / história que contaram.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese trata-se de um registro atual das memórias e reflexões de seis sujeitos que representam um movimento artístico em pleno processo de construção e fortalecimento. O que sobressai em seus discursos é como cada história, como cada trajetória é única e se constitui de maneira subjetiva.

Em seus relatos, os cursos de formação tiveram grande importância no se tornar contador. Em alguns casos, foi a partir deles que os entrevistados tiveram o primeiro contato com a arte de contar; em outros, foi possível vislumbrar a possibilidade de incorporar essa atividade nas práticas profissionais que já desempenhavam e de a assumirem posteriormente como seu ofício.

Tendo em vista que todos os entrevistados já exerciam alguma atividade profissional anterior e possuíam formação universitária prévia ou em andamento, a possibilidade de ser/tornar-se contador profissional foi resultado de uma escolha. Talvez no primeiro momento, não uma escolha consciente, mas a partir do conjunto de experiências trilhadas e das oportunidades de trabalho que foram surgindo com o passar do tempo, se tornou uma eleição assumida pessoalmente.

Embora nem todos identifiquem as experiências de leitura como mola propulsora para tornar-se contador, ela se manifesta como linha que perpassa o desenrolar de suas narrativas pessoais, tanto em suas memórias de infância quanto no processo de se constituir narrador.

A atividade do contar no espaço da biblioteca reforça essas memórias, assim como o vínculo da leitura com a narração. O contador, neste contexto, pode ser também um mediador. Não se trata de utilizar a narração para se chegar à leitura, mas de uma prática que, nos moldes contemporâneos, conjuga naturalmente oralidade e escrita.

As bibliotecas se constituem, dessa forma, como espaços singulares para a contação de histórias. Tendo isso em vista, pensamos no quanto o desenvolvimento dessa prática poderia se estender à formação do bibliotecário, no sentido de construir mecanismos de escuta, interação e dialogismo. Apesar dos bibliotecários costumarem ser bastante entusiastas

da atividade, a divulgação de suas práticas são ainda bastante tímidas, como apontou Bortolin (2010). Temos a convicção de que, assim como todo professor, todo bibliotecário também pode ser um contador de histórias.

Para além das pesquisas relacionadas à essa temática, como a mediação de leitura, a biblioterapia e o storytelling, é importante também a ampliação da discussão na área da Ciência da Informação, tanto no que concerne ao debate sobre oralidade e escrita, quanto à dimensão da subjetividade e da sensibilidade atreladas às identidades profissionais.

REFERÊNCIAS

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral da literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 234 f. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2010.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, maio/ago. 2012.

_____. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.18.1, pp.175-184, 2011.

_____. Formação, trabalho e identidades profissionais. In: CANÁRIO, Rui. **Formação e situações de trabalho**. Porto: Porto Editora, 1997.

_____. Identidade profissional em tempos de bricolage: Entrevista. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 9. p. 152-156, 1º sem. 2001.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Felícia de Oliveira Fleck

Florianópolis, SC
Profissional autônoma
E-mail: historias@feliciafleck.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7939-2550>

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2018), com período sanduíche na Universidad de Barcelona/Espanha. Mestrado em Ciência da Informação (UFSC, 2009) e Graduação em Biblioteconomia (UFSC, 2005). Atua profissionalmente como contadora de histórias, desenvolvendo projetos, apresentando espetáculos de narração oral e ministrando formações para educadores, de forma autônoma. Atualmente é professora colaboradora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).



Miriam Figueiredo Vieira da Cunha

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Professora aposentada
E-mail: vieiradacunha.miriam@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9689-8403>

Trabalhou na UFSC como professora de Graduação e Pós-graduação em Ciência da Informação, de 1991 a 2018. Na Biblioteca da UNESCO, em Paris, como indexadora de documentos, de 1980 a 1981. Na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Mocambique, como professora visitante em 1983.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 20

DIGA "XIS": O RECONHECIMENTO FACIAL
IDENTIFICADO NA LITERATURA CIENTÍFICA EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Gabriela Chiritte Granemann
Enrique Muriel-Torrado



Diga "xis": o reconhecimento facial identificado na literatura científica em Ciência da Informação

Gabriela Chiritte Granemann
Enrique Muriel-Torrado

Resumo:

A pesquisa aborda o avanço dos algoritmos de reconhecimento facial (RF) e sua aplicação em diversos setores, incluindo segurança pública, marketing, saúde e bibliotecas. No entanto, há preocupações sobre a vigilância, privacidade e vieses raciais e de gênero. A pesquisa em ciência da informação (CI) visa compreender os efeitos sociais do reconhecimento facial, foram definidos objetivos para identificar os estudos sobre o tema, caracterizar seus efeitos sociais e categorizar suas aplicações. A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica e a categorização de Bardin para analisar os 37 artigos coletados em cinco categorias: vigilância e privacidade, bibliotecas e arquivos, gênero e raça, saúde e software. Embora promissor na área da saúde, o uso do reconhecimento facial em outras categorias é visto como um "benefício limitado", e requer responsabilidade e ética. O estudo destaca a necessidade de políticas para proteger os direitos humanos, especialmente nas bibliotecas e em questões que abordem a vigilância. O estudo visa contribuir para a comunicação científica sobre reconhecimento facial e como o tema é abordado pela ciência da informação.

Palavras-chave: ciência da Informação; raça; vigilância; comunicação científica; reconhecimento facial.

I INTRODUÇÃO

Com o advento da inteligência artificial (IA) e da Internet das Coisas (IoT), o mundo digital se tornou um "meio informacional", conectando o físico ao digital e permitindo a ascensão das mídias sociais (Rozsa et al., 2017). No entanto, essa liberdade aparente nas redes sociais pode ser uma ilusão, pois algoritmos de recomendação limitam as escolhas dos usuários, levando à polarização e ao empobrecimento do debate público.

O uso crescente do big data, alimentado pela coleta de dados pessoais, levanta preocupações sobre a privacidade e a segurança dos usuários, além de alimentar o que Shoshana Zuboff chama de "Capitalismo de Vigilância". Esse modelo de acumulação de dados pessoais para lucro tem sido amplamente utilizado por empresas e até mesmo pelo Estado, o que levanta questões éticas e de direitos humanos (Zuboff, 2015).

Os algoritmos, presentes em diversos aspectos de nossas vidas, podem levar a consequências sociais negativas, incluindo a manipulação política e a ampliação da desigualdade social. O uso de tecnologias como o reconhecimento facial também levanta preocupações sobre discriminação e injustiça, como evidenciado por casos de prisões injustas e viés contra grupos minoritários. Embora a IA e o big data tenham o potencial de trazer avanços significativos para a sociedade, também levantam questões importantes sobre ética, privacidade, discriminação e direitos humanos que precisam ser abordadas de forma crítica e responsável.

Esta pesquisa foi motivada pelo aumento de denúncias e suspeitas de algoritmos que podem conter viés racial, de gênero e transfobia. Com o desenvolvimento da IA, surgiu o questionamento de como os algoritmos de reconhecimento facial têm interferido e quais os seus efeitos na sociedade, a partir dos dados que os alimentam? Para responder esta pergunta o objetivo principal é analisar como a literatura acadêmica em ciência da informação aborda os efeitos sociais resultantes da aplicação de reconhecimento facial. Para isso, foram estabelecidos três objetivos específicos:

a) Identificar as pesquisas sobre reconhecimento facial na CI no Brasil e no âmbito internacional.

b) Caracterizar os efeitos sociais identificados na literatura científica derivados das aplicações de reconhecimento facial.

c) Categorizar o reconhecimento facial identificado no levantamento, agrupado por especificidade ou correlação.

2 METODOLOGIA

Este estudo examina a importância dos algoritmos no cenário político atual do país, desde as eleições presidenciais de 2018 até recentes denúncias de suspeitas de erros cometidos por algoritmos de reconhecimento facial, buscando compreender sua influência na organização da vida em sociedade. Utiliza uma abordagem metodológica de pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, com busca de artigos em bases de dados específicas e seleção criteriosa dos materiais encontrados.

A busca de artigos e comunicações foi realizada nas bases de dados Web of Science, Dimensions Analytics, DOAJ e LENS, escolhidas pela opção de refinamento de busca por campo de estudo/área de concentração em Library and Information Science (LIS). Os termos de busca, como "facial recognition" e "face recognition", foram selecionados para evitar artigos em áreas distantes, concentrado no reconhecimento facial e ciência da informação.

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica que utiliza análise de conteúdo para categorizar os efeitos identificados nos artigos. Autores como Aranalde (2009) e Bardin (2010) são referências, destaca-se a importância da categorização na análise de dados. A categorização é um processo de agrupamento baseado em similaridades, seguindo orientações como exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Foram analisados e categorizados 37 artigos para entender a relação entre o reconhecimento facial e a ciência da informação, explorando temas como a coleta, o uso de dados e seus impactos. Diversas perspectivas dos pesquisadores foram consideradas, oferecendo insights para aprimorar a segurança dos algoritmos. Nove artigos foram excluídos da análise: quatro por não estarem diretamente relacionados à ciência da informação, dois por serem apenas resumos e três por estarem disponíveis apenas em revistas pagas.

A categoria 1 - Vigilância e Privacidade (14 artigos) aborda a prática de observar e monitorar ativamente pessoas, grupos ou ambientes para obter informações ou prevenir atividades suspeitas. Isso pode envolver diversos agentes, como governos, empresas e instituições de segurança. A preocupação com a privacidade está diretamente ligada a essas práticas. Alguns estudos discutem o uso do reconhecimento facial para monitorar a presença de estudantes, destacando sua eficiência e benefícios, mas

também levantando preocupações éticas e de privacidade. Outros exploram questões relacionadas à regulamentação e proteção dos direitos, enfatizando a importância de abordagens baseadas em direitos humanos. No geral, os estudos ressaltam a necessidade de equilibrar a vigilância, privacidade e segurança para garantir o uso responsável e ético do reconhecimento facial (Mary et al., 2022; Isasi-Andrieu et al., 2012; Liu; Yan; Hu, 2021)

A Categoria 2 - Bibliotecas e Arquivos (11 artigos) destaca o reconhecimento facial como uma ferramenta eficaz para garantir segurança e melhorar serviços nesses ambientes. Em uma instância, o reconhecimento facial foi utilizado para identificar um vândalo em uma biblioteca, evidenciando seu papel na preservação do espaço. Outro estudo revela desafios de privacidade móvel enfrentados pelas bibliotecas devido a aplicativos que capturam informações pessoais sem consentimento. O reconhecimento facial e de voz são apontados como ferramentas promissoras para indexação temática e onomástica em arquivos, embora ainda enfrentem desafios técnicos. A implementação de soluções de Internet das Coisas (Internet of Things - IoT) nas bibliotecas, como o reconhecimento facial para autenticação de usuários, é sugerida para melhorar eficiência, mas questões de privacidade devem ser consideradas. Estudos também destacam a importância da segurança em bibliotecas, propondo sistemas de reconhecimento facial como medidas eficazes. Além disso, são mencionadas iniciativas para desenvolver sistemas de registro de presença baseados em reconhecimento facial, visando simplificar a gestão de bibliotecas e melhorar a experiência do usuário. Por fim, há uma chamada para maior envolvimento das bibliotecas na regulamentação da inteligência artificial, destacando sua importância na definição de políticas éticas e transparentes para o uso dessa tecnologia (Brown-Syed; Owens, 2011; Caldera-Serrano; Zapico-Alonso, 2009; Banerjee; Anderson, 2013).

A Categoria 3 - Gênero e Raça (6 artigos) destaca a importância desses aspectos na sociedade e sua interseção com o reconhecimento facial. Gênero é compreendido como uma construção social que abrange várias identidades, enquanto raça é uma categoria social usada para classificar pessoas com base em características físicas distintas. Estudos revelam preocupações sobre viés racial embutido em tecnologias de reconhecimento facial, levando a disparidades no tratamento de minorias étnicas. Além disso, a vigilância no local de trabalho, incluindo o uso de reconhecimento facial, pode ampliar desigualdades sociais existentes, especialmente em relação às mulheres. Outros estudos apontam para questões éticas

relacionadas ao reconhecimento facial, como a falta de precisão e a perpetuação de preconceitos sociais. Evidências também destacam viés racial em plataformas digitais, impactando interações online. Os estudos ressaltam a necessidade de políticas mais inclusivas, transparência e supervisão para garantir o uso justo e ético do reconhecimento facial, promovendo a equidade de gênero e combatendo o viés racial na sociedade (Burgerss et al., 2022; Stark; Stanhaus; Anthony, 2020; Johnson et al., 2022).

A Categoria 4 – Saúde (3 artigos) destaca a aplicação do reconhecimento facial em diversas áreas da saúde. Pesquisas mostram seu potencial para auxiliar pessoas com deficiências nas mãos, como uma alternativa aos sistemas biométricos tradicionais. Outros estudos analisam o uso do reconhecimento facial para identificar síndromes como Down e Williams, alcançando altos níveis de precisão. Além disso, propõe-se o uso do reconhecimento facial no controle de vacinação durante a pandemia de Covid-19, visando automatizar o processo de verificação do status de imunização de alunos e funcionários em instituições e empresas. Essas pesquisas indicam o potencial do reconhecimento facial para melhorar diagnósticos, monitoramento de saúde pública e qualidade de vida de pacientes (Mazlan; Harun; Suliman, 2017; Setyati et al., 2021).

A Categoria 5 – Software (3 artigos) trata do reconhecimento facial e sua aplicação na ciência da informação, especialmente em relação ao desempenho do software. Um estudo destaca os desafios enfrentados na identificação precisa de indivíduos devido à diversidade de características faciais e condições variáveis, ressaltando sua ampla aplicação em segurança e marketing. Outro estudo apresenta uma solução inovadora para verificação de identidade em plataformas digitais de serviços financeiros, usando reconhecimento facial em conjunto com APIs bancárias abertas para garantir confiabilidade, segurança e anonimato. Um terceiro estudo investiga os fatores que afetam a detecção robusta de rostos em diferentes ambientes, oferecendo recomendações para otimização das imagens e melhoria da taxa de detecção facial. Essas pesquisas destacam o potencial do reconhecimento facial na otimização de software e na melhoria da eficiência em diversos setores (Dospinescu; Popa, 2016; Jafek et al., 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convergência da inteligência artificial e da Internet marcou uma nova era tecnológica, em que algoritmos podem coletar e analisar extensos conjuntos de dados, criando um "meio informacional" capaz de influenciar decisões. Nas plataformas de mídia social, as recomendações personalizadas restringem as escolhas dos usuários, contribuindo para a polarização e empobrecimento do debate público. O surgimento do capitalismo de vigilância transformou dados pessoais, incluindo informações biométricas, em commodities valiosas para corporações, que os exploram visando lucro e tomada de decisões sobre indivíduos, como discutido por Dantas (2022) ao abordar a informação como mercadoria.

O propósito da pesquisa foi examinar como a literatura acadêmica em ciência da informação aborda os efeitos sociais resultantes da implementação do reconhecimento facial. Identificamos comunicações científicas sobre RF na CI, tanto no Brasil quanto internacionalmente, resultando na seleção de 37 artigos categorizados em cinco grupos principais. Esses grupos abordam temas como vigilância e privacidade, biblioteca e arquivo, raça e gênero, saúde e software.

As categorias revelaram preocupações e avanços relacionados ao RF em diversos contextos, como vigilância, segurança, ética, privacidade, serviços de informação (bibliotecas e arquivos), inclusão e desempenho de software. Os artigos enfatizam a necessidade de regulamentação adequada, considerações éticas e uma abordagem baseada em direitos humanos para garantir o uso responsável e ético do RF.

Espera-se que o estudo contribua para o debate sobre algoritmos de RF e a promover a conscientização sobre suas implicações éticas na sociedade, sem esquecer do papel dos bibliotecários e das bibliotecas na formulação de políticas relacionadas.

REFERÊNCIAS

ARANALDE, Michel Maya. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 1, 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1257/1435>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edição 70, 2010.

BROWN-SYED, Christopher; OWENS, Brian M. Roundup. **Library & Archival Security**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 119-128, jul. 2011. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01960075.2011.606092>. Acesso em: 10 de jul de 2023.

BANERJEE, Kyle; ANDERSON, Maija. Batch metadata assignment to archival photograph collections using facial recognition software. **The Code4Lib Journal**. [s.l.], p. 1-1. jul. 2013. Disponível em: <https://journal.code4lib.org/articles/8486> Acesso em: 09 de jul de 2023.

BURGESS, Ben et al. Watching the watchers: bias and vulnerability in remote proctoring software. **Arxiv**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-19, 06 maio 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.48550/ARXIV.2205.03009>. Acesso em: 10 de jul de 2023.

CALDERA-SERRANO, Jorge; ZAPICO-ALONSO, Felipe. Identificación facial biométrica. **El Profesional de La Información**, [s.l.], v. 18, n. 4, p. 427, 8 ago. 2009. Ediciones Profesionales de la Informacion. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2009.jul.11> Acesso em 3 de jun de 2023.

DOSPINESCU, Octavian; POPA, Iulian. Face Detection and Face Recognition in Android Mobile Applications. **Informatica Economica**, [s.l.], v. 20, n. 1/2016, p. 20-28, 30 mar. 2016. Bucharest University of Economic Studies. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12948/issn14531305/20.1.2016.02>. Acesso em 09 de jul de 2023.

ISASI-ANDRIEU, A., LOPEZ-CARRERA, A., RUIZ- IBANEZ. Gazela: social networks digital advisor for teenagers. **Profesional de la Informacion**, Vol. 21, No. 5, Sept.-Oct. 2012. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2012.sep.1>. Acesso em 9 de jun de 2023.

JAFEK, Benjamin; HENDERSHOTT, John; EICHOLTZ, Matthew; SANTOS VILLALOBOS, Hector J.; JOHNSON, Christi; BOLME, David. Factor analysis in automated face detection: gender, occlusion, eyewear, brightness, contrast, and focus measure. **Disruptive Technologies In Information Sciences**, [s.l.], p. 1-13, 9 maio 2018. SPIE. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1117/12.2311281>. Acesso em 10 de jul de 2023.

JOHNSON, Thaddeus L. et al. Facial recognition systems in policing and racial disparities in arrests. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 39, n. 4, p. 101753, out. 2022. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2022.101753>. Acesso em: 09 jul. 2023.

LIU, Yu-Li; YAN, Wenjia; HU, Bo. Resistance to facial recognition payment in China: the influence of privacy-related factors. **Telecommunications Policy**, [s.l.], v. 45, n. 5, p. 102155, jun. 2021. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.telpol.2021.102155>. Acesso em: 10 de jul de 2023.

MARY, I. Mettildha et al. Detecting Hostellers Using Face Recognition. 2022 International Conference On Data Science, Agents & Artificial Intelligence (Icdsaai), [s.l.], p. 1-5, 8 dez. 2022. IEEE. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1109/icdsaai55433.2022.10028786>. Acesso em 10 de jul de 2023.

MAZLAN, Faddy; HARUN, Afdallyna; SULIMAN, Saiful Izwan. Facial Recognition in Multimodal Biometrics System for Finger Disabled Applicants. **Indonesian Journal Of Electrical Engineering And Computer Science**, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 638, 1 jun. 2017. Institute of Advanced Engineering and Science. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11591/ijeecs.v6.i3.pp638-645>. Acesso em 09 de jul de 2023.

ROZSA, Vitor; DUTRA, Moisés Lima; PINTO, Adilson Luiz; MURIEL-TORRADO, Enrique. O paradigma tecnológico da internet das coisas e sua relação com a ciência da informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 27, n. 3, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/90985>. Acesso em: 26 ago. 2021.

STARK, Luke; STANHAUS Amanda; ANTHONY, Denise L.. "I Don't Want Someone to Watch Me While I'm Working": Gendered Views of Facial Recognition Technology in Workplace Surveillance. *Journal Association for Information Science and Technology*. 2020. 71: 1074–1088. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.24342>. Acesso em: 09 jul. 2023.

SETYATI, Endang et al. CNN based Face Recognition System for Patients with Down and William Syndrome. **Knowledge Engineering And Data Science**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 138, 19 dez. 2021. State University of Malang (UM). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17977/um018v4i22021p138-144>. Acesso em: 10 de jul de 2023.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. **Journal of Information Technology**, v.30, p.75–89, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1057/jit.2015.5>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Gabriela Chirite Granemann

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: gabrielaгранemann@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4401-3383>

Bacharel em Biblioteconomia e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é Educadora Social no Centro de Educação Popular (CEDEP/Florianópolis), integrante do grupo de pesquisa HIT: Humanos, Tecnologia, Informação e 1ª Secretária da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB).



Enrique Muriel-Torrado

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: enrique.muriel@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0969-9500>

Graduado em Biblioteconomia e Documentação e licenciado em Documentação pela Universidade de Extremadura (2005, 2007). Possui mestrado em Documentação Digital pela Universitat Pompeu Fabra (2008) e mestrado e doutorado em Informação Científica pela Universidad de Granada (2008, 2012). Atualmente, é professor adjunto no Departamento de Ciência da Informação (CIN) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É líder do grupo de pesquisa HIT: Humanos, Tecnologia, Informação. Atua principalmente nos temas de direitos autorais, desinformação, sociedade da informação e usos da informação. Também é editor de seção da Revista Encontros Bibli e mantém um blog pessoal (www.enriquemuriel.com).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 21

A GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE DOS
TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS:
ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A
SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL

Genilson Geraldo
Marli Dias de Souza Pinto



A gestão de sustentabilidade dos Tribunais Regionais Federais: alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Sustentabilidade Informacional

**Genilson Geraldo
Mari Dias de Souza Pinto**

Resumo:

O estudo aborda a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU no planejamento estratégico mundial, focalizando nos Tribunais Regionais Federais. Nesta perspectiva, levando em consideração que o Poder Judiciário brasileiro é o primeiro órgão judiciário no mundo a incluir em seu planejamento estratégico os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Nações Unidas, o objetivo geral desta pesquisa foi o de averiguar a gestão de sustentabilidade dos Tribunais Regionais Federais e seu alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e à Sustentabilidade Informacional, na perspectiva dos bibliotecários servidores. A pesquisa, bibliográfica e documental, utiliza métodos exploratórios e descritivos, analisando a gestão de sustentabilidade dos Tribunais Regionais Federais, a percepção dos bibliotecários sobre a mesma e compilando informações alinhadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dos 27 Tribunais analisados, 26 possuem Plano de Logística Sustentável e relatórios de sustentabilidade, exceto a SJPE. As instituições seguem padrões do Conselho Nacional de Justiça, destacando ações ambientais e econômicas. Embora não haja evidências da participação de bibliotecários nas comissões de sustentabilidade, a pesquisa destaca o interesse desses profissionais na integração dos Tribunais à Agenda 2030. Conclui-se que há potencial para alinhamento, evidenciando a necessidade de envolvimento dos bibliotecários na gestão sustentável e na promoção da Sustentabilidade Informacional no Poder Judiciário.

Palavras-chave: Relatórios de sustentabilidade; Objetivos de desenvolvimento sustentável; Agenda 2030; Sustentabilidade Informacional; Poder judiciário; Tribunais Regionais Federais.

I INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Sustentável é um conceito central em discussão no século XXI, marcado por debates em prol do meio ambiente, sendo uma maneira de compreender as urgências socioeconômicas ambientais do mundo e de resolver os problemas globais, nacionais, regionais e locais. Tendo o uso e o acesso à informação como cruciais nesse contexto, sendo reconhecido pelas Nações Unidas como um mecanismo fundamental.

Desde a “Primeira Década do Desenvolvimento das Nações Unidas” (1960-1970), a ONU já utilizava informações para compreender processos de países subdesenvolvidos. Em 1972, na Conferência de Estocolmo, a necessidade de planejar o Desenvolvimento Sustentável foi enfatizada, priorizando a sustentabilidade diante do crescimento econômico.

A definição de Desenvolvimento Sustentável pela Comissão Brundtland (1987) destaca atender às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. Diante deste propósito, a ONU desenvolveu estratégias como a Agenda 21 (RIO+92) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (em 2000), e atualmente em vigor, a Agenda 2030, criada em 2015, delinea 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para serem alcançados até o ano de 2023, tendo destaque o uso e acesso à informação para sua implementação e concretização.

Neste cenário, em que se evidencia a relevância da informação para enfrentar desafios globais, destaca-se a Ciência da Informação, com potencial para contribuir para Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável, ao evidenciá-la como uma ciência que investiga o comportamento, o fluxo e os meios de processamento da informação (Borko, 1968); dedicada a questões científicas e à prática profissional da efetiva comunicação do conhecimento (Saracevic, 1996); desenvolvida dentro de uma perspectiva de responsabilidade social (Wersig; Neveling, 1975); de uso de recursos informacionais em benefício e crescimento da humanidade (Shera, 1980); pós-moderna (Wersig, 1993); e um campo de criatividade, agilidade e diálogo com as mais distintas áreas disciplinares (Araújo, 2014).

Desta forma, o presente estudo foca na gestão sustentável da informação jurídica nos Tribunais Regionais Federais do Brasil, alinhada aos ODS da Agenda 2030 e à Sustentabilidade Informacional. Reconhecendo a Ciência Jurídica como fonte significativa de informações, a pesquisa visa compreender e correlacionar esses conhecimentos com as missões da Sustentabilidade Informacional.

Em síntese, o desenvolvimento sustentável destaca a informação como catalisadora de ações globais. Desta forma, a pesquisa reflete a necessidade de integrar a Ciência da Informação em setores-chave para alcançar objetivos sustentáveis, evidenciando a relevância contínua da informação no cenário mundial.

Quanto aos objetivos, o estudo busca averiguar a gestão de sustentabilidade dos Tribunais Regionais Federais alinhada aos ODS da Agenda 2030 e à Sustentabilidade Informacional, na perspectiva dos bibliotecários servidores. Objetivos específicos incluem identificar a gestão de sustentabilidade, analisar a percepção dos servidores bibliotecários e compilar a gestão de sustentabilidade informacional dos Tribunais com alinhamento aos ODS.

Neste contexto, a justificativa científica do estudo, destaca a informação como subsídio crucial para políticas, tomada de decisões e parcerias, essencial para o desenvolvimento sustentável. No qual, enfatiza-se a relevância da conscientização e engajamento público, reconhecendo a informação como ferramenta fundamental para o exercício da cidadania.

Em relação à justificativa social, aborda-se o desenvolvimento sustentável como compreensão da interação entre pessoa e meio ambiente, buscando bem-estar em diversas dimensões. Destaca-se a preocupação com desigualdades sociais e concentração de renda, ressaltando a importância da sustentabilidade em uma perspectiva ética e consciente.

Sobre a justificativa pessoal do autor, revela-se seu interesse na pesquisa devido à crença na necessidade de buscar mecanismos informacionais para apoiar Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável. Destaca-se seu envolvimento em projetos e iniciativas sobre sustentabilidade na Ciência da Informação nos últimos anos, e a escolha de investigar a sustentabilidade informacional na gestão jurídica motivada por sua experiência profissional e científica na área.

Em relação a justificativa para o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC), busca contribuir para o crescimento científico do programa, integrando pesquisas aos ODS da Agenda 2030. No qual, espera-se que o estudo incentive a criação de novas linhas de pesquisa alinhadas aos interesses humanitários e sustentáveis, promovendo inovações na gestão da informação e fortalecendo o alinhamento com agendas globais.

2 METODOLOGIA

O presente estudo adota procedimentos metodológicos que combinam pesquisa bibliográfica, documental e a aplicação de questionários semiestruturados, caracterizando-se como pesquisa exploratória e descritiva.

O instrumento de coleta de dados e informações, foi a aplicação de um questionário semiestruturado, composto por perguntas fechadas, abertas e mistas, incluindo itens em escala Likert. O questionário buscou informações sobre aspectos comportamentais, conhecimentos especializados e necessidades dos profissionais de profissionais da área da Biblioteconomia, atuantes nos Tribunais Regionais Federais (TRFs). Desta forma, o universo da pesquisa abrange 31 bibliotecários servidores nos TRFs, com distribuição nas cinco regiões brasileiras.

Além da coleta de dados por meio de questionário, o estudo realizou uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) em quatro bases de dados, por meio de critérios de seleção e exclusão, métodos de busca, palavras-chave, entre outros. E dos 426 artigos recuperados, 28 são selecionados como contribuições relevantes para a pesquisa.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa no tratamento dos dados documentais, utilizando abordagens como estudo de caso, pesquisa documental e etnografia. E para a análise dos dados do questionário foi abordada de forma quantitativa, realizado por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (1996). Sendo que a análise foi organizada em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A sustentabilidade emerge como um tema central, mobilizando indivíduos globalmente e despertando discussões sobre a relação do ser humano com o meio ambiente nas últimas décadas. Este fenômeno global encontra terreno fértil no Brasil, um país detentor de vasto patrimônio ambiental e, conseqüentemente, uma responsabilidade significativa socioeconômica ambiental. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reconhecendo a importância da defesa do meio ambiente e de questões sociais e econômicas, instituiu a Resolução nº 201, de 3 de março de 2015, que visa estabelecer diretrizes para a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário.

A pesquisa em questão propôs investigar se a gestão de sustentabilidade dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), na perspectiva dos bibliotecários servidores, está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e com a Sustentabilidade Informacional.

No tocante à gestão de sustentabilidade nos TRFs, a pesquisa explorou documentos oficiais, PLSs e relatórios de sustentabilidade, destacando o papel pioneiro do CNJ, que desde 2018 busca expandir as ações do Poder Judiciário alinhadas aos ODS da Agenda 2030. No qual, o estudo ressalta a criação do Laboratório de Ações Sustentáveis (LAS) do CNJ, um espaço administrativo horizontal que promove o diálogo e a articulação de políticas públicas para alcançar paz, justiça e eficiência institucional, diretamente relacionado ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Os resultados apontam que o Poder Judiciário brasileiro é o primeiro no mundo a alinhar os ODS no planejamento estratégico, intensificando suas ações estratégicas. Além disso, destaca-se a criação do LAS, que une conhecimento institucional, inovação e cooperação. A pesquisa revela que o TRF1, por meio da Seção Judiciária do Estado da Bahia (SJBA), por exemplo, vai além das dimensões ambiental e econômica, englobando ações de saúde, acessibilidade, coleta seletiva e uso de energia solar.

Analisando os PLSs, relatórios de sustentabilidade e documentos correlatos das 27 Seções Judiciárias dos TRFs, constata-se que 26 instituições seguem o padrão metodológico do CNJ, com ações estratégicas nas dimensões ambiental e econômica do Desenvolvimento Sustentável. Observa-se uma mudança nos padrões de compra e consumo, gestão de resíduos, contratações sustentáveis, entre outras iniciativas. No entanto, a Seção Judiciária do Estado de Pernambuco (SJPE), até a finalização da investigação, não disponibilizou publicamente os documentos sobre sua gestão de sustentabilidade.

Quanto à percepção dos bibliotecários servidores, a pesquisa revela uma incipiência no envolvimento e conhecimento sobre a gestão de sustentabilidade dos TRFs e a Agenda 2030. Embora alguns demonstrem interesse e consciência da importância do alinhamento das ações com os ODS, muitos não se sentem aptos a participar efetivamente.

Neste contexto, sugere-se a inclusão dos bibliotecários nas comissões especiais do Poder Judiciário para planejar, executar e monitorar ações de sustentabilidade, reconhecendo o potencial desses profissionais na gestão da informação. Desta forma, a pesquisa destaca a necessidade de engajamento dos bibliotecários em movimentos associativos da categoria, visando a participação em ações promovidas pelas associações que os representam.

No que tange à gestão de sustentabilidade informacional, as Seções Judiciárias dos TRFs demonstram potencial para alinhar suas ações aos 17 ODS, com foco predominante nas dimensões ambiental e econômica. Algumas começam a apresentar ações na dimensão social, como diversidade, igualdade de gênero e acessibilidade. Contudo, há a recomendação de reavaliação dos PLSS para ampliar a abrangência, incluindo ODS ausentes.

A pesquisa conclui destacando o potencial dos TRFs para se alinharem aos ODS da Agenda 2030, ressaltando a importância da padronização nos relatórios de sustentabilidade e plataformas informacionais. Aponta-se a necessidade de criar uma metodologia padrão para os PLSS e relatórios, seguindo os melhores exemplos já implementados por algumas Seções Judiciárias.

A pesquisa, ao abordar detalhadamente a gestão de sustentabilidade nos TRFs, desde a atuação do CNJ até as iniciativas específicas de cada Seção, oferece uma visão abrangente do estado atual e do potencial de alinhamento com os ODS. Além disso, destaca o papel relevante dos bibliotecários servidores do TRFs, na gestão da informação e sugere ações para fortalecer esse engajamento. Assim, a pesquisa não apenas apresenta resultados, mas também aponta caminhos para o aprimoramento das práticas de sustentabilidade nos Tribunais Regionais Federais, promovendo uma reflexão sobre a interseção entre gestão de sustentabilidade, informação e responsabilidade social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar a gestão da sustentabilidade nos Tribunais Regionais Federais (TRFs) e sua interseção com a Agenda 2030 das Nações Unidas, apresenta-se uma narrativa complexa e multifacetada. A temática, intrinsecamente ligada à responsabilidade ambiental, econômica e social, revela um cenário de desafios e potencialidades que merecem reflexão e ação contínua.

A trajetória delineada na pesquisa evidencia que o Brasil, detentor de vasta biodiversidade e ecossistemas únicos, se encontra no epicentro de um debate global sobre como equilibrar o desenvolvimento humano com a preservação ambiental. Nesse contexto, os TRFs assumem um papel relevante ao alinharem suas práticas de gestão de sustentabilidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecendo um marco inovador no cenário internacional.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao instituir o Plano de Logística Sustentável (PLS) em conformidade com a Resolução nº 201/2015, demonstra uma visão estratégica ao integrar os ODS no planejamento estratégico do Poder Judiciário brasileiro. O pioneirismo do CNJ, visível na criação do Laboratório de Ações Sustentáveis (LAS), representa uma abordagem holística que transcende as fronteiras institucionais, promovendo diálogo e cooperação entre Poder Judiciário, entes federativos e sociedade civil.

A análise das ações dos TRFs revela uma heterogeneidade de iniciativas, com destaque para aquelas que ultrapassam as dimensões ambiental e econômica. O reconhecimento de ações na dimensão social, como diversidade, igualdade de gênero e acessibilidade, sinaliza uma tendência positiva. No entanto, há desafios a serem superados, incluindo a necessidade de reavaliação dos Planos de Logística Sustentável (PLS) para abranger ODS ausentes, como erradicação da pobreza, fome zero, educação de qualidade e redução das desigualdades.

Um ponto de destaque na pesquisa é a percepção dos bibliotecários servidores, que revela uma lacuna no envolvimento e conhecimento sobre a gestão de sustentabilidade nos TRFs. A necessidade de inclusão desses profissionais nas comissões especiais é ressaltada, reconhecendo o potencial estratégico que detêm na gestão da informação. A consciência da importância do alinhamento com a Agenda 2030 é evidente, mas a incipiência demonstrada aponta para uma demanda por maior engajamento e capacitação.

A gestão de sustentabilidade informacional, embora apresente potencial nas Seções Judiciárias dos TRFs, destaca a importância da padronização nos relatórios e plataformas informacionais. No qual, a pesquisa sublinha a necessidade de criar uma metodologia padrão para os PLSs e relatórios, consolidando as melhores práticas já implementadas por algumas Seções Judiciárias.

Em última análise, a pesquisa não se limita a um diagnóstico estático, mas serve como um chamado à ação e aprimoramento contínuo. Os TRFs, ao alinharem suas práticas com os ODS da Agenda 2030, não apenas promovem a sustentabilidade ambiental e social, mas também posicionam o Brasil como um protagonista na construção de um futuro mais equitativo e sustentável. O papel dos bibliotecários servidores na gestão da informação é destacado como uma oportunidade estratégica a ser explorada, fomentando a integração efetiva desses profissionais nas iniciativas de sustentabilidade.

Assim, conclui-se que a jornada pela sustentabilidade nos TRFs não é apenas um compromisso institucional, mas uma narrativa dinâmica que se desdobra diante de desafios e oportunidades. O Brasil, por meio de seus Tribunais Regionais Federais, tem a oportunidade não apenas de responder aos desafios ambientais e sociais contemporâneos, mas também de liderar pelo exemplo, inspirando práticas sustentáveis em nível nacional e global. A busca pela sustentabilidade não é apenas uma responsabilidade, mas uma jornada coletiva em direção a um futuro mais justo, inclusivo e equilibrado.

Por fim, convida-se aos leitores, ao interessarem pela presente pesquisa em sua íntegra, para acessar a Dissertação de Mestrado em seu todo, em que apresenta de forma detalhada todos os dados e informações relatadas no presente resumo expandido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 01, 1 dez. 2013. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p01>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/15958/14205/73972>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edição 70, 2016.

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, 1968. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRUNDTLAND, G. H. (org.). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

GERALDO, Genilson. **A gestão de sustentabilidade dos tribunais regionais federais**: alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e a sustentabilidade informacional. 2021. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/221343>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41- 62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing and Management: An International Journal*, v. 29, n. 2, p. 229-239, mar./abr. 1993. DOI [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(93\)90006-Y](https://doi.org/10.1016/0306-4573(93)90006-Y). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/030645739390006Y>. Acesso em: 20 fev. 2024.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975. Disponível em: <https://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Genilson Geraldo

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: genilsongeraldo.biblio@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2433-0410>

Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Bolsista de doutorado CNPq; Especialização em Gestão de Documentos Jurídicos; Membro do Advisory Committee on Freedom of Access to Information and Freedom of Expression da IFLA (2023-2025). Membro representante da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) na 58ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável Social das Nações Unidas; Editor da Revista científica Encontros Bibli.



Marli Dias de Souza Pinto

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: marli.dias@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0483-3988>

Professora Associada do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação e dos Cursos de graduação do DPTCIn/UFSC. Doutora em Engenharia de Produção; Mestre em Administração e graduada em Biblioteconomia. Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão da Sustentabilidade (GPSCIN/Biblioteconomia) com o projeto de pesquisa Perspectivas Científicas da Ciência da Informação na pauta do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Orienta mestrado, doutorado e supervisiona pós doutorado. Ministra disciplinas no pós e na graduação sobre as temáticas: Desenvolvimento Sustentável; 17 Objetivos do Desenvolvimento de Sustentabilidade da Agenda 2030 na perspectiva IFLA/FEBAB. Sustentabilidade Informacional. Marketing da Informação. Estudos de Usuários. Gestão do Conhecimento. Sustentabilidade em Unidades de Informação, Formação e Desenvolvimento de Coleções. Gestão de Pessoas.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 22

REALIDADE AUMENTADA MÓVEL NOS MUSEUS:
PROPOSTA DE INSTRUMENTO PARA
PLANEJAMENTO DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

Graciela Sardo Menezes
Marcio Matias



Realidade Aumentada Móvel nos Museus: Proposta de Instrumento para Planejamento da Experiência do Usuário

Graciela Sardo Menezes
Marcio Matias

Resumo:

As tecnologias em Realidade Aumentada Móvel (RAM) têm ganhado espaço nos ambientes de exibição do Patrimônio Cultural. A principal característica dessas ferramentas está em permitir interações que sobrepõem informações digitais ao ambiente físico, em tempo real. Essa possibilidade pode ser explorada pelos museus em suas exposições como forma de oferecer aos visitantes experiências diferenciadas e memoráveis. No entanto, o simples uso da tecnologia não é suficiente para garantir Experiências do Usuário satisfatórias. É preciso um planejamento embasado nas necessidades tanto das instituições como dos usuários que, para o museu, é também o visitante da exibição. Nesse cenário, as teorias da Experiência do Usuário são abordadas de uma perspectiva holística, com o olhar direcionado para os aspectos subjetivos e hedônicos da experiência com RAM em museus. Apresentamos como referencial teórico os temas Experiência do Usuário, museus, tecnologia RAM, Modelos de Experiência, Design de Experiência e Ferramentas de Projeto. Por meio de análise de conteúdo demonstramos as convergências entre as áreas e utilizamos os dados coletados para determinar os principais elementos envolvidos nas fases iniciais do planejamento da experiência com aplicativo RAM em museus. Organizamos esses elementos com o objetivo de oferecer um instrumento destinado a auxiliar os profissionais dos museus nas etapas de mapeamento de contexto e ideação. Para determinar a necessidade do instrumento, foram feitas entrevistas com profissionais e pesquisadores das áreas envolvidas. Para validar a base teórica utilizada na estrutura do instrumento, submetemos uma versão preliminar para análise de especialista das áreas envolvidas. Para avaliar a usabilidade da primeira versão do instrumento, foram feitos testes com usuários. Os profissionais/pesquisadores consultados se concentram nas áreas de Experiência do Usuário, desenvolvimento e informação. O framework apresentado pretende ser um indicativo de atividades, com etapas do processo e pontos de atenção necessários nas fases iniciais do planejamento, quando as decisões ainda podem ser repensadas. Concluimos que a tese apresenta uma contribuição teórico-prática robusta sobre os temas abordados.

Palavras-chave: Experiência em Museus; Realidade Aumentada; Experiência dos Usuários.

I INTRODUÇÃO

As Tecnologias em Realidade Aumentada Móvel (RAM) estão sendo rapidamente disseminadas em todas as atividades humanas. Considerada um subconjunto da Realidade Mistura (Mixed Reality), a tecnologia RAM tem como principal característica a interação em tempo real entre elementos virtuais e o ambiente físico no qual o usuário se encontra. Com isso surgem inúmeros serviços e produtos capazes de proporcionar experiências em que recursos digitais são inseridos no mundo real, aumentando as possibilidades interativas desses ambientes.

Nos museus, esse recurso está sendo utilizado há bastante tempo, nos áudios guia e aplicações que fornecem informações sobre as exposições de forma dinâmica e personalizada. As tecnologias pervasivas são exploradas no campo da arte, cultura e turismo cultural como forma de enriquecer a comunicação com o público, ampliar o potencial educativo e estimular a interação com as exposições. Ferramentas RAM podem estreitar o contato entre o visitante e o Objeto Cultural por meio de manipulação virtual, acesso a informações adicionais e interações combinadas ao ambiente real, por exemplo.

Conforme novas tecnologias são disponibilizadas, torna-se necessário criar estratégias de oferta desses recursos para o usuário final, no caso de nossa pesquisa, o público do museu. É fundamental contextualizar o uso da tecnologia no ambiente expositivo e direcionar corretamente ao perfil do visitante da exposição. É importante compreender os benefícios do uso da ferramenta e a forma como é incorporado às atividades do museu sem prejuízo de tempo, conforto (físico ou cognitivo) e bem-estar de seus públicos.

Para garantir a qualidade dos aplicativos RAM no contexto dos museus, certos aspectos devem ser observados desde as fases iniciais, na busca de minimizar o risco de falhas no produto final. Uma boa preparação antes de iniciar as etapas mais adiantadas do projeto de software possibilita escolhas mais realísticas e implementáveis. É necessário mapear o contexto para que seja possível atuar conhecendo bem as possibilidades e restrições de cada ambiente.

Quando os projetos chegam nas etapas de produção, é importante que os desenvolvedores entendam o porquê e o que está envolvido em cada decisão (BUXTON, 2010). Uma visão holística dos componentes da experiência facilita a estratégia de metas e resultados possíveis dessas interações. O papel dos profissionais dos museus na fase de planejamento é fundamental para o bom alinhamento das necessidades das instituições às possibilidades de produção.

A boa comunicação nas equipes multidisciplinares de projeto RAM para museus prescinde que os membros compartilhem de certo repertório com relação ao domínio em que atuam. O Design de UX se apresenta como campo auxiliar nesse processo, com recomendações para o planejamento de sistemas digitais interativos de forma simples e estruturada. Com isso contribui para que profissionais que não dominam as técnicas de desenvolvimento de software possam planejar experiências significativas para seus ambientes com certa autonomia.

Pensando nisso, nossa pesquisa de doutorado se debruçou em buscar compreender quais os principais aspectos, tanto do ponto de vista expositivo como da UX, devem ser considerados pelos profissionais do patrimônio no momento do planejamento da oferta de experiências com tecnologias RAM. Investigamos os temas relacionados a Experiência do Usuário, Design de Interação, Realidade Aumentada, Experiência em Museus, Mediação Cultural e modelos relacionados.

Como Objetivo Geral buscamos propor etapas e informações básicas para as fases iniciais do planejamento da inserção da tecnologia RAM na mediação de exposições de Museus, sob a perspectiva do Design de Experiência.

Os objetivos específicos são:

- a) Investigar o universo envolvido no planejamento da UX com AppsRAM em museus sob a perspectiva dos processos de design;
- b) Elencar as necessidades informacionais envolvidas em projetos dessa natureza, para propor requisitos básicos para as atividades iniciais de planejamento;
- c) Propor um instrumento que auxilie os profissionais do Patrimônio no planejamento dessas experiências e na comunicação com os desenvolvedores.

O eixo principal da pesquisa se encontra no design de sistemas informacionais centrados nos usuários. Abordagem comum em diversas práticas da CI, do Design e da Museologia.

As ferramentas de Design orientam alguns processos UX e principais indagações que devem ser feitas logo no início das atividades de projeto: Para quem? Por que? O que? Como? Onde? Quando? e Por quem? Essas questões devem tangenciar todas as etapas do planejamento e, sempre que necessário, deve-se buscar novos dados para preencher possíveis lacunas. Ter essas perguntas em mente a cada ideia e/ou tomada de decisão, orienta para um processo consciente e centrado nos propósitos da equipe.

A oferta da experiência no museu envolve todas as interações que ocorrem entre o visitante e as diversas dimensões dessas unidades de informação, antes, durante e depois das visitas. Esses eventos ocorrem em um lugar, em um tempo e são interpretados de acordo com as particularidades de cada indivíduo. Esses elementos, entrelaçados, geram o resultado da experiência, ou repostas à experiência.

2 METODOLOGIA

Foi utilizado o método misto, no qual o pesquisador recolhe, analisa e relaciona dados quantitativos e qualitativos em um único estudo ou em diversas etapas da investigação (Ferreira, 2015). A pesquisa inicia com a revisão e análise da literatura, e uma fase de pesquisa de campo para mapeamento da demanda. Para elaborar a arquitetura de nosso instrumento, analisamos os diversos modelos como referência em trabalhos relacionados.

O problema inicial foi identificado na análise do conteúdo (Bardin, 2016) e confirmado nas entrevistas com pesquisadores e profissionais da área: existe uma lacuna no diálogo entre os campos as ciências das informações (CI, Museologia e Design) e os desenvolvedores e idealizadores de software. Essa etapa de pesquisa de campo buscou compreender o cenário em que se encontram as equipes de projetos de Apps RAM para educação e/ou museus na prática.

Delimitamos três grupos de análise baseados nos atores principais dos processos: a unidade de informação (responsáveis por determinar a mensagem que será comunicada, o que – pesquisa, curadoria, educativo, gestão, ou seja, o museu; o Design de UX (como comunicar efetivamente para atingir os objetivos de UX – designers de UX) e o desenvolvimento (quem produz o sistema suporte da interação - programação, design gráfico, engenharia).

As entrevistas semi estruturadas ocorreram na modalidade online com algumas perguntas basilares elaboradas e compartilhadas com os entrevistados antes dos encontros. Os dados obtidos nas entrevistas reforçam a ideia de que a comunicação e falta de entendimento entre as áreas são um ponto fraco na produção de sistemas informacionais de sucesso.

Com o foco em facilitar a comunicação entre as equipes, foi desenvolvida uma primeira versão do instrumento. Essa versão preliminar foi desenvolvida com base no tratamento dos dados e estruturação das informações tabuladas. Essa versão preliminar pretendia ser um instrumento para auxiliar em reuniões com equipes de projeto completas, com representantes dos museus, designers e desenvolvedores, em todas as fases do processo. Nessa etapa, o instrumento foi submetido à avaliação de especialistas das três áreas selecionadas: informação, design de experiência e desenvolvimento de software.

Essa avaliação consistiu em um questionário online (Google Forms) para ser preenchido com base no material enviado para análise por e-mail. Nessa etapa, buscamos verificar 4 questões basilares: a estrutura e arquitetura básica do versão preliminar; os elementos e termos utilizados; a compreensão teórica do instrumento e a utilidade percebida. Dessa forma buscamos validar nosso referencial teórico, identificar elementos importantes ausentes ou elementos deslocados de sua função. Também queríamos entender onde e como a ferramenta poderia ser aplicada.

A primeira versão do instrumento foi considerada confusa, com excesso de informações e pouco claro. Quanto aos elementos representados e termos utilizados, as principais considerações foram em relação ao título. Quanto à compreensão da forma de representação, os questionados se mostraram divididos, sendo que pouco mais da metade conseguiu visualizar os principais elementos e ligações com facilidade. Os demais tiveram algum grau de dificuldade. Assim, percebemos a necessidade de alterações significativas na abordagem inicial.

Essa etapa foi fundamental para o redirecionamento do público alvo do instrumento e para a compreensão de que uma curadoria informacional era fundamental. Assumimos, então, que os usuários de nosso instrumento deveriam ser os indivíduos que não dominam processos de UX ou desenvolvimento de *software* e tecnologia RAM. Também foi definido que o instrumento deveria ser destinado às fases iniciais do planejamento da experiência. Com base nessa decisão, uma segunda versão do instrumento foi elaborada e submetida a testes com o usuário: pessoas que atuam na área de informação e museus.

Nas etapas de avaliação do uso do instrumento foram realizados dois experimentos com as turmas das disciplinas de Inovação e Informação e Arquitetura da Informação e Usabilidade, do curso de graduação em Ciência das Informação da UFSC. As atividades foram planejadas na forma de

Workshop em 4 etapas: apresentação, atividade sem o instrumento, atividade com o instrumento e avaliação. Para estimular a etapa de prototipação e utilização do instrumento, sugerimos materiais de apoio como parte componente da proposta.

A análise desses experimentos demonstrou certa evolução da atividade sem o instrumento para a com o instrumento. De modo geral, os participantes passaram a se preocupar mais com questões específicas da tecnologia RAM, como ergonomia e uso do aparelho em certas posições, deslocamento pelo terreno e condições de iluminação e preocupação em inserir a tecnologia no contexto da exposição. De modo geral, houve uma maior preocupação com questões específicas de integração entre o ambiente real e virtual, e menos com o design de interface. Das observações desses experimentos, surgiu a necessidade de fazer mais algumas alterações no instrumento.

O instrumento foi desenvolvido após diversos ciclos de análise e síntese de conteúdo, auxiliados por atividades de tabulação e classificação dos dados, determinamos um conjunto de elementos, simulação, avaliação por pares, refação e aplicação prática em experimentos presenciais. Buscamos indicar as fases para compor o instrumento com base nos métodos ágeis e *Design Thinking* (Brown, 2010), que são ferramentas de Design acessíveis e profissionais de diversas áreas.

Nesse processo, utilizamos o corpo teórico, e os Modelos de Experiências com RAM em Museus utilizados como referência, cuja maioria se estrutura na lógica: características do produto > impressões do usuário > respostas à interação.

Inicialmente determinamos os principais elementos do instrumento proposto: **Ambientes interativos** {social, museu, ambiente expositivo, ambiente aumentado, ambiente digital}; **Características do Produto** {e todos os elementos subjacentes como Objeto Cultural, espaço para interação, interferências no local}; **Função** {qual o papel da tecnologia nesses ambientes}; **Qualidades da Experiência** {o “tom” geral da experiência, a imagem que o usuário faz do que vivencia}; e os **Resultados da Experiência** (intencionado, aparente) {as respostas dos usuários e o como isso retorna à instituição} e o Usuário {e características}. As principais etapas de planejamento descritas são o **Mapeamento de Contexto** (associado aos *Briefings*), **Ideação** (Brainstorm) e **Prototipação Rápida** (Estudo da Jornada do Usuário).

Conforme recomendação do design de UX, antes de iniciar um projeto, é importante responder às principais questões de planejamento: para quem, por que, o quê, como, onde, por quem e quando. Por se tratar de experiências híbridas - que ocorre tanto na dimensão da materialidade como da virtualidade – os ambientes onde a interação RAM ocorre são de extrema importância. O usuário/visitante interage tanto com o dispositivo e o artefato cultural, como com toda a exibição e ambientes do museu.

Como o ambiente físico é parte do contexto imediato da interação e é elemento inseparável da experiência, o planejamento de uma experiência em RAM trata de compreender e organizar os espaços (físicos e digitais) para que a interação possa ocorrer conforme as demandas de projeto. Trata-se também de uma gestão dos espaços simbólicos e como ocorrem essas trocas entre o museu e seus públicos. Por isso, delimitamos algumas “camadas” de ‘Ambientes’, utilizando a lógica de hierarquia macro para micro. Apresentamos os conceitos mais abstratos - que envolvem a cultura na qual o usuário e a instituição estão inseridos, as necessidades da instituição e de seus visitantes – até elementos mais “palpáveis” do produto/experiência, como os ambientes aumentados, os DM e interfaces gráficas que suportam a interação.

Dividimos em cinco (5) ambientes: 1) o ambiente Social (referente à região do globo onde a interação ocorre e tudo que está associado a essa cultura); 2) o ambiente Institucional (o Museu - local de Patrimônio (físico e simbólico) que sedia a exibição e a experiência e demais ofertas de experiência); 3) o ambiente expositivo - local onde os artefatos estão expostos (sala, galeria, circuito, ponto turístico, etc.) e que sedia a interação aumentada e as demais atividades expositivas do museu; 4) o ambiente Aumentado - espaço delimitado para a interação com o AppRAM, a combinação entre o ambiente real e virtual, está associado aos Ponto de Interesse (POI) do sistema; 5) o ambiente digital ou o sistema aumentado (o sistema que dá suporte às ações). É o software disponibilizado ao usuário por meio do DM que suporta a aplicação.

O conteúdo está vinculado ao Objeto Cultural (o artefato) e subordinando ao ‘lugar’ e ao POI. A dimensão do Visitante/Usuário, indica que ele é tanto o indivíduo que desloca seu corpo pelo ambiente expositivo. É o sujeito que interage com o espaço, a aplicação e os objetos materiais, e é também a mente abstrata que percebe e atribui significado ao que vê, conforme suas subjetividades e repertório. Esse indivíduo é apresentado na equação tanto como um usuário da tecnologia como um visitante da exibição.

O instrumento proposto foi planejado com base nos seguintes pressupostos:

a) A Experiência em uma exibição é um fenômeno comunicacional que ocorre entre o museu e o visitante por meio de suportes e ferramentas de mediação;

b) O uso de tecnologia nesse processo comunicacional deve ser contextualizado e integrado à linguagem e necessidades da instituição e do público;

c) A idealização e oferta de Experiência com AppRAM para exposições de Objetos Culturais deve considerar a experiência Total de Visitação ao local;

d) Um instrumento para auxiliar o planejamento dessas experiências deve fornecer uma visão clara e abrangente das principais necessidades informacionais que envolvem esse tipo de experiência;

e) O instrumento proposto deve descrever as possibilidades de interação com a AppRAM nos ambientes de Museus;

f) O instrumento deve orientar o fluxo de atividades de forma simples, direcionada à profissionais com pouco conhecimento na área de desenvolvimento de tecnologias interativas;

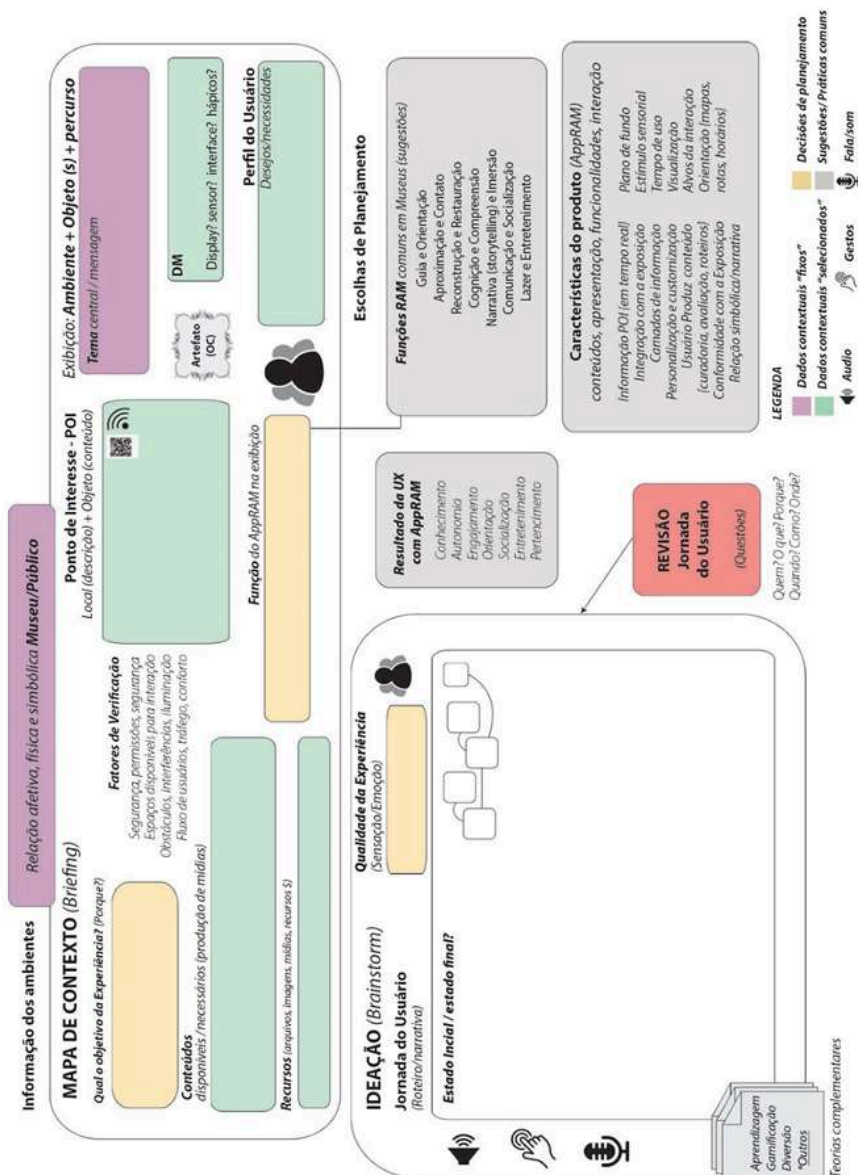
g) O instrumento pretende ser adaptável a diversas situações, demandas e “Teorias complementares”;

h) O instrumento é endereçado às fases iniciais do planejamento das experiências.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

O instrumento sugerido é apresentado como um Framework de planejamento da Experiência (Figura 1). Indica as principais fases de processos de design, associados às principais necessidades informacionais de cada etapa. Elenca também algumas recomendações de design sugeridos na literatura de UX com AppRAM em Museus. O Framework foi planejado para que os usuários utilizem durante as atividades de mapeamento de contexto e ideação, preenchendo as caixas de texto conforme as decisões são tomadas durante o uso.

Figura 1 - Framework de Planejamento da Experiência do Usuário com AppRAM em Museus.



Fonte: a autora

Trata-se de um guia com as informações e processos básicos necessários nas etapas iniciais de projetos dessa natureza. Os campos indicam os principais pontos a serem observados para o entendimento do que se deseja alcançar com a proposta da experiência, soluções possíveis e alternativas para viabilizar o desenvolvimento.

As cores dos campos foram utilizadas para categorizar os dados do planejamento. Consideramos que algumas informações são “fixas” (rosa), ou seja, o planejamento não tem autonomia para alterar. São questões previamente estabelecidas, como o tema da exposição, acervo, o local no qual o museu se encontra e as instalações que abrigam a exibição.

Os campos em verde (conteúdo, recursos, POI, DM, Perfil Usuário) indicam dados “mistos”, ou seja, parte depende da situação dada e parte é uma decisão do projetista. Portanto, envolve parte da etapa de mapeamento de contexto, que investiga necessidades, demandas e recursos, e parte da etapa de ideação que, com base nos dados coletados, idealiza as possibilidades.

As informações em amarelo são as decisões que devem ser tomadas no momento do planejamento e ideação. Devem estar claras e pautadas em escolhas robustas o suficiente para que não precisem ser alteradas após as etapas iniciais. São as decisões primárias (objetivos, funções, atributos), que orientam todos os outros processos. Os campos em cinza representam as sugestões, fruto da análise de conteúdo e estão disponíveis no instrumento para consulta e estímulo à imaginação.

O Mapeamento de Contexto visa esclarecer e alinhar as expectativas e possibilidades antes do planejamento. Nesse setor, destacamos os campos: Objetivos do Projeto (parte uma necessidade prévia do museu, parte uma decisão da equipe de planejamento), Conteúdo (disponíveis, necessários) Exibição, Recursos Disponíveis, Ponto de Interesse; Dispositivo Móvel (DM) (tecnologia de base, Função (do App na exibição) e Perfil do Usuário.

O campo de **Ideação** indica as decisões criativas sugeridas como solução do problema determinado na etapa de mapeamento de contexto. É a etapa de idealização das interações e determinação da qualidade da experiência, ou o “tom” que a narrativa irá adotar. Esse campo busca estimular a imaginação e questionamentos importantes sobre a dinâmica das interações propostas. É a base para as atividades práticas de prototipação rápida e avaliação das decisões de projeto e deve explorar amplamente as possibilidades de oferta de experiência. Após essa etapa, a equipe deve ser capaz de apresentar um resumo da experiência, ou um roteiro definindo os principais requisitos e parâmetros de projeto.

Essa etapa serve para idealizar as interações do usuário, a forma de apresentação do conteúdo, a narrativa e as funcionalidades do App. O primeiro passo é criar uma história (storytelling) identificando essa jornada e possíveis caminhos de interação. É importante visualizar a experiência desde o estado inicial até o estado final. Durante todo o processo de ideação, o(s) designer(s) deve(m) explorar as possibilidades, sempre buscando descrever um fluxo coerente com as demandas e recursos estabelecidos.

As ferramentas como esboço e storyboard são bastante utilizadas nessa etapa e são fundamentais para amadurecer as ideias. Com a história definida, é possível estabelecer as especificações funcionais e requisito de projeto. É nessa etapa que os projetistas devem determinar a principal função e algumas funcionalidades do aplicativo, qual seu papel na experiência de mediação e na experiência total do visitante e a UX do ponto de vista do usuário/visitante. Uma boa etapa de ideação permite prever as ações e comportamentos dos usuários, suas interações, interferências e respostas prováveis.

A fase de prototipagem rápida deve destacar a revisão da Jornada do Usuário, que deve ser constantemente avaliada durante o planejamento. Para ressaltar a importância da fase de revisão da jornada do usuário, destacamos as perguntas base da UX (o que, onde, como, quando, para quem, porque). Sugerimos que sejam utilizados os materiais complementares para processos de esboço e prototipagem, como folhas em branco, transparências, post-its e outros materiais de papeleria.

Cada dimensão pode ser trabalhada com maior ou menor detalhamento, conforme o escopo do projeto. Dessa forma, é possível visualizar as necessidades informacionais da cadeia de relações, atribuir conceitos e direcionar ações contextualizadas para cada ambiente. O instrumento sugere algumas alternativas para os itens “mistos” e alguns dados complementares para determinar os elementos contextuais, como “características do produto”. Assim, elencamos uma lista de sugestões com base em todo referencial teórico, principalmente, os trabalhos relacionados, para auxiliar as fases do planejamento.

Ao longo da pesquisa, tabulamos alguns elementos como **Funções** assumidas pela tecnologia na mediação do patrimônio cultural. A função está diretamente relacionada aos objetivos da oferta da experiência. É importante manter em mente que, uma das funções primárias de uma exibição museológica é a comunicação do patrimônio cultural. O uso da RAM nestes locais visa proporcionar alguma vantagem informacional, estética e/ou simbólica às exposições.

As funções identificadas como possibilidades e vantagens que AppsRAM podem agregar aos museus são: Guia e Orientação (informação personalizada); Aproximação e Contato (informação manipulável); Reconstrução e Restauração (informação recuperada); Cognição e Compreensão (informação detalhada); Narrativa (storytelling) e Imersão (informação experienciada); Comunicação e Socialização (informação compartilhada); Lazer e Entretenimento (informação prazerosa).

Muitos modelos de referência descrevem as principais características dessas experiências, alguns estão orientados ao contexto específico da experiência no Patrimônio Cultural, outros indicam características genéricas que devem ser observadas no planejamento de qualquer oferta de experiência com Apps Mobile. Associadas às características, há diversas variáveis que podem ser intrínsecas ao produto - como tipos de mídias e dispositivos que dão suporte aos sistemas interativos - ou específicas para atender alguns requisitos de projeto - como informações sobre locais do entorno para aplicativos voltados para o turismo do patrimônio, por exemplo.

Nosso instrumento é sugerido para experiência com smartphones de propriedade dos usuários. Portanto, algumas características do produto já estão previamente definidas, como tipo de tela e interação por touch. Para determinar as características do produto, utilizamos os dados listados nesta categoria ao longo do referencial teórico. Como nosso tema é específico para RAM em museus, os locais de interação possuem elementos que, ao serem combinados, compõem as características do produto.

Como Características RAM em museus, sugerimos algumas possibilidades: Informação POI {em tempo real}; Integração com a exposição; {Percurso Expositivo {acervo, mensagem, significado, narrativa}; Camadas de informação {equilíbrio atencional}; {informação associadas ao artefato, ambientes}; Informações personalizadas e customizada {conteúdo direcionado de acordo com o perfil do usuário, locais de interesse, horários, opções e rotas de transporte}; Conteúdo gerado/alterado pelo usuário {curadoria, feedback, avaliação/classificação, roteiros, notas, comentários}; {imagens, vídeos, animações, áudios}; Orientação {locais de interesse no entorno, rotas recomendadas, consulta de destinos; mapas}; Planos de Fundo, Estímulo sensorial, Tempo de Uso, Visualização, Alvos da Interação, Orientação (mapas, rotas, horários).

Resultado da Experiência são os efeitos percebidos pelos indivíduos que participam de uma dada tarefa, a forma como ela ocorre e é percebida e os resultados conquistados. A resposta dos usuários à interação pode se manifestar na forma de comportamentos, ações, interpretações e atribuição de valor à experiência. Tendo em mente que os principais objetivos de

qualquer atividade de recepção em museus são: Preservação/disseminação do Patrimônio; Educação Informal; Diálogo com a comunidade; Locais de Lazer, determinamos alguns possíveis resultados esperados de experiências RAM em museus: conhecimento, autonomia, engajamento, orientação, socialização, entretenimento e pertencimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta pretendeu ser uma contribuição teórica e prática no planejamento da inserção da tecnologia RAM nos ambientes de museu. Com base nas ferramentas de Design, buscamos relacionar as teorias apresentadas e oferecer uma solução para ampliar o entendimento do contexto e das possibilidades permitidas pelo uso de AppRAM como ferramenta de mediação de exposições do Patrimônio Cultural. Para tanto, buscamos rastrear as necessidades informacionais mínimas para um planejamento inicial bem embasado e oferecer opções de decisões de projetos direcionadas especificamente para situações de museus.

O instrumento proposto pretende auxiliar profissionais de instituições culturais nos processos de mapeamento de contexto e idealização da Experiência do Usuário com o AppRAM. Mas, principalmente, oferece a esses profissionais, uma visão geral dos processos e possibilidades de interação. Acreditamos que essa abordagem pode melhorar o diálogo entre os setores, em especial quando ocorre a terceirização do desenvolvimento desses sistemas interativos.

Uma outra contribuição de nosso projeto está na demonstração das convergências teóricas e práticas existentes entre os campos de estudo abordados. Indicamos que é possível atingir um nível de entendimento comum entre as áreas e que o diálogo entre esses profissionais é fundamental para experiências de sucesso. Acreditamos que conseguimos inserir o Design de UX nas teorias das Ciências da Informação e Museologia de forma orgânica.

Consideramos que essa pesquisa pode ser um ponto de partida interessante para discussões mais fundamentadas, com equipes multidisciplinares. Como trabalhos futuros vislumbramos diversas possibilidades a partir deste estudo:

1) Novas aplicações e testes para refinamento e validação do instrumento proposto;

2) Verificação das relações “características do produto” > “resultados da experiência” (combinadas ou não às Teorias complementares);

3) Validação das listas apresentadas indicando as Funções e Atributos de AppRAM em Museus;

4) Estudo e validação de ícones representativos das funcionalidades RAM;

5) Estudo da possibilidade de transformar as informações do Mapa de Contexto em uma ferramenta informatizada para automatização de levantamento de requisitos para o escopo de projetos, com campos para as variáveis incontroláveis e decisões de projetos;

6) Utilização do modelo no planejamento de projeto de AppRAM para o Catálogo Artes UFSC; Acreditamos ter contribuído de forma robusta na formação de um referencial teórico sobre os temas abordados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BROWN, Tim. Design thinking. **Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias**.(tradução: Cristina Yamagami). Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.

BUXTON, Bill. **Sketching user experiences: getting the design right and the right design**. Morgan kaufmann, 2010.

FERREIRA, Joana Casteleiro Alves Pitrez. **Design para realidade aumentada: um estudo em contexto educativo**. 2015. Tese de doutoramento, Belas-Artes (Design de Comunicação), Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Graciela Sardo Menezes

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: graegra@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3095-5727>

Graduação em Design Gráfico (Design UFSC), Mestrado em Design de Hipermídia (Design UFSC), Doutorado em Ciência da Informação (PGCIN UFSC). Experiência em design gráfico e de UX.



Marcio Matias

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: matias97@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4728-3592>

Professor de Graduação e de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Ergonomia, com graduação em Ciência da Computação. Atualmente é professor adjunto, Subcoordenador do Curso de Graduação em Ciência da Informação da UFSC e membro do grupo de pesquisa ITI-RG (Inteligência, Tecnologia e Informação), atuando nos temas: Tecnologias da Informação e da Comunicação, Gestão da Informação, Arquitetura da Informação, Usabilidade, User Experience (UX), Visualização da Informação, Realidade Aumentada, Webometria, Cibernetria, Inovação.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 23

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO
PARA APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DE DADOS PESSOAIS (LGPD): DESENVOLVIMENTO
DE TAXONOMIAS PARA INSTITUIÇÕES
HOSPITALARES

Herbert Alcântara Ferreira
Rodrigo de Sales



Sistema de organização do conhecimento para aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): desenvolvimento de taxonomias para instituições hospitalares

Herbert Alcântara Ferreira
Rodrigo de Sales

Resumo:

Este trabalho consiste em um estudo instrumental aplicado, pautado em uma metodologia exploratória, em que se busca aproximar a temática da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e o campo da organização do conhecimento (OC), a fim de propor um modelo de sistema de organização do conhecimento capaz de apoiar instituições hospitalares na implantação da aludida lei. Para tanto, toma-se o Hospital Universitário Clemente de Faria (HUCF), localizado em Montes Claros/MG, como marco empírico desta proposta. A partir da investigação dos diversos SOCs existentes e posterior comparação entre eles, elege-se a taxonomia corporativa aplicada em ambientes digitais como tipo de SOC adequado para a intenção deste trabalho. A taxonomia proposta utiliza da categorização multifacetada para ordenar diversos tipos de dados pessoais em fluxo naquela instituição, de modo a apoiar o mapeamento informacional no HUCF e facilitar o diagnóstico de medidas de segurança e privacidade.

Palavras-chave: sistemas de organização do conhecimento; taxonomias; proteção de dados pessoais; instituições hospitalares.

I INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, têm surgido diversas normas de proteção de dados pessoais ao redor do mundo. No Brasil, foi promulgada a Lei nº 13.709/2018, popularmente conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (ou LGPD). Trata-se de uma norma federal que delimita regras básicas para o tratamento de dados pessoais, discriminando direitos dos cidadãos e deveres dos agentes de tratamento de dados (instituições públicas ou privadas) (Brasil, 2018). Com o advento da aludida norma, surge a preocupação sobre como essa lei deve ser implantada nas instituições que realizam tratamento de dados pessoais.

Diante da necessidade de que hospitais também se adequem à mencionada norma, o presente trabalho recorre ao campo da organização do conhecimento (OC), especialmente à sua dimensão instrumental, para propor um modelo capaz de apoiar instituições hospitalares na implantação da LGPD. Para tanto, utiliza-se o Hospital Universitário Clemente de Faria (HUCF), localizado na cidade de Montes Claros/MG, como marco empírico da presente pesquisa.

Assim, este trabalho é pautado pela seguinte indagação: como desenvolver um sistema de organização do conhecimento (SOC) capaz de apoiar o HUCF na adequação às exigências da LGPD? O objetivo geral do trabalho é propor um método de construção de SOC que sirva de suporte para as atividades de adequação do HUCF às exigências da aludida lei. São objetivos da presente pesquisa: a) analisar sistemas de organização do conhecimento, dentre os principais citados pela literatura, a fim de verificar qual se mostra mais apropriado a suportar o HUCF na implantação da LGPD; b) analisar métodos existentes para a elaboração de um sistema de organização do conhecimento autoral que se mostre proveitoso para a aplicação da LGPD na instituição hospitalar em questão; c) definir o método de construção do SOC para o HUCF contemplando as exigências da LGPD.

Acredita-se que a presente produção científica inova ao fornecer subsídios pragmáticos para a temática da proteção de dados, especialmente no âmbito de instituições hospitalares. Além disso, o caráter interdisciplinar desta proposta fomenta o diálogo entre o Direito e a Ciência da Informação, especialmente no campo instrumental da OC.

2 METODOLOGIA

No tocante à fundamentação histórica, teórica, conceitual e institucional sobre a LGPD, a OC e o HUCF, recorre-se às técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Em relação aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória, em que se pretende aproximar a LGPD e a OC, de modo a conceder subsídios práticos para a consecução do objetivo geral já mencionado. Com fulcro nesses objetivos, o presente trabalho se desenvolve como estudo instrumental aplicado, em que se “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos” (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010, p. 26).

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Pode-se compreender os sistemas de organização do conhecimento SOCs como o conjunto de ferramentas voltadas à organização e representação do conhecimento com finalidade de recuperação da informação (Mazzochi, 2017). Este estudo comparou oito tipos de SOCs, a fim de eleger aquele mais habilitado a apoiar o HUCF na tarefa de implantar a LGPD. Dentre eles, foi escolhida a taxonomia, especificamente na sua modalidade corporativa. Taxonomias são sistemas que organizam informações (chamadas de “termos”) em estrutura hierárquica, a fim de proporcionar uma navegação classificada, intuitiva e precisa entre elas. Uma taxonomia pode se organizar de forma multifacetada e, geralmente, é aplicada em ambientes digitais, como é o caso da presente proposta.

Após, foram comparadas onze metodologias de construção de taxonomias corporativas, as quais serviram como base para o desenvolvimento de um método autoral de elaboração desse SOC, voltado ao mapeamento de dados pessoais. Quando realizado através de estrutura taxonômica que categorize diferentes tipos de dados pessoais, o mapeamento permite navegar pelas informações em fluxo (no formato de termos), de modo a facilitar a observação do contexto de tratamento de dados na instituição e as possíveis necessidades para garantia da privacidade e segurança informacional.

Em síntese, tal proposta metodológica foi dividida em onze etapas: i) análise da instituição e planejamento da implantação da taxonomia; ii) coleta de termos; iii) análise e controle dos termos coletados; iv) definição de categorias gerais (facetas) e específicas; v) ordenação e padronização gramatical das categorias; vi) definição de relacionamentos semânticos entre os termos; ii) validação da taxonomia; viii) definição da forma de

apresentação da taxonomia e da tecnologia de suporte; ix) publicação da taxonomia; x) determinação de ações de gerenciamento da taxonomia; xi) manutenção do sistema taxonômico. Chegou-se à seguinte estrutura facetada e categorial, em que diversos tipos de dados pessoais são hospedados:

- Conteúdo
 - Informação cadastral
 - Informação médica
 - Informação profissional
 - Outros
- Titular
 - Acompanhante
 - Colaborador
 - Doador
 - Paciente
 - Outros
- Base legal
 - Execução de contrato
 - Legítimo interesse
 - Obrigação legal ou regulatória
 - Tutela da saúde
- Natureza jurídica
 - Não-sensível
 - Sensível
- Formato
 - Audiovisual
 - Imagem
 - Texto
- Sistema de informação
 - DATASUS
 - Sistema integrado
 - Sistema MV
 - Outros

O sistema sugerido propõe-se a servir como suporte para o mapeamento de dados pessoais na medida em que se estrutura como um mapa de dados interativo e multifacetado. Por exemplo, o termo “tipo sanguíneo” (que equivale a um tipo de dado pessoal) encontra-se na categoria “informação

médica” dentro da faceta “conteúdo”, na categoria “sensível” dentro da faceta “natureza jurídica”, na categoria “texto” dentro da faceta “formato”, e assim por diante. Os termos, funcionando como links no ambiente digital do SOC proposto, podem levar a páginas que permitem registro de ações de segurança e privacidade realizadas e/ou pretendidas em relação a cada tipo de dado organizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o objetivo desta pesquisa é propor um SOC e não, efetivamente, aplicá-lo, focou-se em estabelecer a estrutura taxonômica, a sua finalidade e o ambiente digital de aplicação. A taxonomia proposta teria dois principais usos: a) organizar tipos de dados pessoais em categorias multifacetadas, o que facilita o mapeamento desses registros informacionais para inferir melhores práticas de segurança e privacidade; b) transformar termos (equivalentes aos tipos de dados) em links que levam a páginas onde usuários da taxonomia possam registrar ações de segurança e privacidade adotadas ou mesmo planejá-las. Conclui-se que o modelo proposto é útil como apoio às atividades de implantação da LGPD não apenas no HUCF, mas também em instituições hospitalares diversas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).] Brasília: Presidência da República, 2018.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa:** um guia prático. Itabuna (BA): Via Litteratum Editora, 2010.

MAZZOCHI, Fulvio. Knowledge organization system (KOS). Encyclopedia of Knowledge Organization, 2017.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Herbert Alcântara Ferreira

Montes Claros, MG Universidade Estadual de Montes Claros
(Unimontes)

herbert.ferreira@unimontes.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6605-1922>

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor da Unimontes. Advogado.



Rodrigo de Sales

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: rodrigo.sales@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8695-9807>

Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Pós-Doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Associado da International Society for Knowledge Organization (ISKO). Pesquisador do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC-UFSC) e do grupo de pesquisa Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes (IBICT/UFRJ).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 24

DADOS RACISTAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UM ESTUDO ENSAÍSTICO

Jean Fernandes Brito
José Eduardo Santarem Segundo



Dados racistas e Inteligência Artificial: um estudo ensaístico

Jean Fernandes Brito
José Eduardo Santarem Segundo

Resumo:

Neste estudo ensaístico, apresenta-se a interseção complexa entre dados racistas e Inteligência Artificial, examinando os desafios e propondo possíveis soluções para mitigar o viés racial nesses sistemas. A presença de dados racistas na Inteligência Artificial pode resultar em resultados discriminatórios em várias áreas, como reconhecimento facial, processamento de linguagem natural e tomada de decisão automatizada. Esses dados refletem preconceitos sociais e históricos, perpetuando e ampliando injustiças e desigualdades já existentes na sociedade. Assim, torna-se categórico examinar criticamente como os dados são coletados, rotulados e utilizados nos processos de treinamento dos modelos de Inteligência Artificial. Uma abordagem fundamental para lidar com esse problema é a transparência e responsabilidade na coleta e uso de dados. Apresentamos como reflexão teórica e ensaística que desenvolvedores de IA devem estar cientes do viés presente nos conjuntos de dados e adotar medidas para mitigá-lo, garantindo que os sistemas resultantes sejam justos e imparciais. Além disso, a diversidade e inclusão nas equipes de desenvolvimento de IA são cruciais para promover uma perspectiva mais ampla e evitar a replicação de preconceitos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Dados Racistas; Informação e Tecnologia.

I INTRODUÇÃO

Baseando nos autores Russel e Norvig (2016) a Inteligência Artificial (IA) tem avançado de forma exponencial revolucionando diversas áreas da Sociedade da Informação, desde a saúde até a indústria, e prometendo melhorar a eficiência, a precisão e a automatização de processos informacionais. No entanto, à medida que esses sistemas de informação se tornam cada vez mais integrados em nosso cotidiano surgem preocupações sobre o potencial uso de dados racistas na construção e operação desses dados.

O uso de dados para treinar modelos de IA é fundamental para o seu funcionamento. Esses dados alimentam algoritmos de aprendizado de máquina, permitindo que eles reconheçam padrões e façam previsões com base nos exemplos fornecidos. No entanto, se os dados utilizados para treinar esses modelos forem tendenciosos ou refletirem preconceitos sociais existentes, os sistemas de IA podem reproduzir e amplificar esses preconceitos, resultando em resultados discriminatórios (Silva, 2022).

É nesse sentido que surge o problema dos dados racistas. Nessa pesquisa: entendemos os dados racistas como um conjunto de dados que refletem preconceitos raciais ou que contém viés sistêmicos contra as pessoas negras. Esses dados podem ser coletados de várias fontes, incluindo registros históricos, mídias sociais, bancos de dados do governo, reconhecimento fácil e entre outros.

Diante do exposto, o objetivo dessa pesquisa é discutir teoricamente, por meio de um estudo ensaístico, os desafios enfrentados e as soluções propostas para lidar com dados racistas no âmbito da Inteligência Artificial.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa de cunho teórico e foi desenvolvida com base nas reflexões de um estudo ensaístico. Um estudo ensaístico é uma abordagem metodológica que se concentra na reflexão crítica e na análise teórica de um determinado tema, problema ou questão (Meneghetti, 2011). O estudo ensaístico também comumente chamado apenas de ensaio, baseia-se principalmente em uma revisão da literatura existente, discutindo teorias e conceitos relevantes ao tema proposto na investigação. No caso desta pesquisa, a reflexão teórica foi permeada por meio da questão dos dados racistas no bojo da Inteligência Artificial.

Para o desenvolvimento desse ensaio, nos baseamos nas considerações apresentadas por Meneghetti (2011) e estruturamos a discussão dos resultados por meio dos seguintes passos:

- a) Identificação do Tema;
- b) Aspectos conceituais da revisão da Literatura;
- c) Análise crítica;
- d) Desenvolvimento de argumentos;
- e) Escrita e apresentação do texto;
- f) Apresentação e considerações finais;

A abordagem metodológica do estudo ensaístico envolveu uma análise crítica e reflexiva da literatura existente sobre os dados racistas no âmbito da IA visando contribuir para o avanço do conhecimento na área da Ciência da Informação. Os resultados do ensaio são apresentados na próxima seção.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

À medida que a IA se torna cada vez mais integrada em diversas esferas da sociedade, desde a tomada de decisões automatizada até o reconhecimento facial, a presença de viés racial nos dados utilizados para treinar esses sistemas se torna uma preocupação urgente. Este estudo ensaístico aborda os desafios enfrentados e as soluções propostas para lidar com dados racistas na IA.

Na visão dos pesquisadores Coneglian, Santarém-Segundo e Sant'ana, (2017) dos principais desafios é a identificação do viés racial nos conjuntos de dados utilizados para treinar modelos de IA. Muitas vezes, esses conjuntos de dados refletem preconceitos sociais existentes, resultando em resultados discriminatórios e injustos. Para enfrentar esse desafio, é crucial implementar técnicas avançadas de processamento de linguagem natural e mineração de texto para identificar e remover viés racial nos dados.

Além disso, a transparência e a responsabilidade são fundamentais para lidar com dados racistas na IA. Os desenvolvedores e pesquisadores devem ser transparentes sobre os conjuntos de dados e algoritmos utilizados em sistemas de IA permitindo uma avaliação adequada do viés racial presente. A responsabilidade pela qualidade ética dos sistemas de IA deve ser compartilhada por todos os envolvidos no processo de desenvolvimento e implementação (Silva, 2022).

Outro desafio importante é a promoção da equidade e inclusão na IA. Isso envolve não apenas garantir que os sistemas de IA sejam imparciais em relação a grupos étnicos e raciais, mas também trabalhar ativamente para eliminar preconceitos e discriminações subjacentes que possam estar presentes nos dados. Isso pode incluir a adoção de abordagens centradas no usuário e a diversificação das equipes de desenvolvimento de IA.

Pesquisas recentes têm destacado várias maneiras pelas quais os dados racistas podem afetar a IA.

Quadro 1: Maneiras pelos quais os dados racistas afetam a sociedade

Reconhecimento Facial: Algoritmos de reconhecimento facial treinados em conjuntos de dados desbalanceados podem ter desempenho significativamente pior para determinados grupos étnicos, levando a erros de identificação e potencialmente resultando em acusações falsas ou injustas (Fialho, 2023).
Processamento de Linguagem Natural: Modelos de processamento de linguagem natural treinados em textos racistas podem reproduzir e amplificar estereótipos raciais, influenciando a forma como são geradas respostas automáticas, análises de sentimentos e outras tarefas relacionadas ao processamento de texto (Coneglian; Santarém-Segundo; Sant'ana, 2017)
Tomada de Decisão Automatizada: Sistemas de IA usados em processos de tomada de decisão automatizada, como avaliação de crédito, contratação e sentenciamento judicial, podem produzir resultados discriminatórios se os dados de treinamento refletirem preconceitos sociais existentes.

Fonte: Elaboração própria, 2024

Pensar em Inteligência Artificial deve se pensar na forma como racismo evidenciado na sociedade pode ser combatido nas esferas tecnológicas. As pesquisas de Silva (2022), discute de forma evidenciada como esses dados presentes nos algoritmos podem ser eliminados.

Para superar o racismo presente nas abordagens e nos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), são necessárias soluções abrangentes e colaborativas. Isso inclui uma abordagem interdisciplinar que envolva não apenas especialistas em ciência da informação e ciência da computação, mas também éticos, juristas, sociólogos e representantes de comunidades afetadas pelo viés racial na IA.

Enfrentar desafios relacionados a dados racistas na inteligência artificial requer um esforço conjunto e contínuo de diversos atores. Somente, por meio, da transparência, responsabilidade, equidade e colaboração podemos criar sistemas de IA que reflitam os valores de uma sociedade justa e inclusiva. Como doutor em ciência da informação, você está em uma posição única para liderar esses esforços e contribuir para um futuro mais ético e equitativo para a IA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ensaístico sobre dados racistas e inteligência artificial proporcionou uma análise aprofundada e crítica sobre um tema de grande relevância ética e social. Ao longo desta pesquisa, exploramos as complexas interações entre viés racial nos dados e o desenvolvimento de sistemas de IA destacando os desafios e possíveis soluções para promover uma utilização mais ética e equitativa dessa tecnologia emergente.

Uma das principais conclusões deste estudo é a necessidade urgente de transparência e responsabilidade na coleta e uso de dados para treinamento de modelos de IA. É fundamental que os desenvolvedores e pesquisadores estejam cientes do viés presente nos conjuntos de dados e adotem medidas para mitigá-lo, garantindo que os sistemas resultantes sejam justos e imparciais.

Além disso, enfatizamos a importância da diversidade e inclusão nas equipes de desenvolvimento de IA. A perspectiva de pessoas de diferentes origens é essencial para identificar e mitigar preconceitos e discriminações presentes nos dados, bem como para promover uma abordagem mais ampla e inclusiva no desenvolvimento de sistemas de IA.

Por fim, ressaltamos que enfrentar o problema dos dados racistas na inteligência artificial requer uma abordagem colaborativa e multifacetada. É necessário o envolvimento de diversos atores, em especial, pessoas negras incluindo especialistas em ciência da computação, ciência da informação, ética, direitos civis e representantes de comunidades afetadas pelo viés racial na IA.

Assim, este estudo ensaístico contribui para a compreensão e conscientização sobre os desafios relacionados a dados racistas na inteligência artificial, oferecendo pontos importantes para a promoção de práticas mais éticas e temas para novos estudos.

REFERÊNCIAS

CONEGLIAN, C. S.; SANTARÉM SEGUNDO, J. E.; SANT'ANA, R. C. G. Big data: fatores potencialmente discriminatórios em análise de dados. **Em Questão**, v. 23, n. 1, p. 62-86, 2017.

FIALHO, A. C. M. Reconhecimento Facial: Entenda o impacto da Inteligência Artificial na vida da população negra. **Exame Online - ESG** [online], 2022. Disponível em: <https://exame.com/esg/reconhecimento-facial-entenda-o-impacto-da-inteligencia-artificial-na-vida-da-populacao-negra/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 320-332, abr. 2011a. DOI: 10.1590/S1415-65552011000200010.

RUSSELL, S. J.; NORVIG, P. **Artificial intelligence: a modern approach**. Kuala Lumpur: Pearson Education Limited, 2016.

SILVA, T. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2000. DOI: 10.18225/ci.inf.v29i2.889. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Jean Fernandes Brito

São Paulo, SP
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
jeanfemandes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9258-8205>

Doutor em Ciência da Informação - Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre em Ciência da Informação - Área de concentração: Gestão da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2019). Bacharel em Biblioteconomia pela Unesp (2015). Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Intervale - Formação pedagógica (2022). Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa pela WR Educacional (2016). É Membro dos Grupos de Pesquisas Novas Tecnologias em Informação (GPNTI - Unesp), do grupo de pesquisa Diplomática e Arquivística (UFF/Unesp), e do grupo de pesquisa - Núcleo de Estudos em Web Semântica e Dados Abertos (NEWSDA-BR) da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto. É membro associado da Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Ciência da Informação (ANCIB).



José Eduardo Santarem Segundo

Ribeirão Preto - SP
Universidade de São Paulo (USP)
santarem@usp.br
ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-3360-7872>

Livre Docente em Informação e Tecnologia pela Universidade de São Paulo (USP), 2020. Pós-Doutorado pela Faculdade de Engenharia da Computação da Western University/Canadá, 2018. Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP-Marília/SP; Professor Doutor no Departamento de Educação, Informação e Comunicação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (USP)



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 25

PROPOSTAS PARA ENFRENTAR E COMBATER A
DESINFORMAÇÃO A PARTIR DA LITERATURA
CIENTÍFICA DA WEB OF SCIENCE (WOS)

Jônatas Edison da Silva
Enrique Muriel-Torrado



Propostas para enfrentar e combater a desinformação a partir da literatura científica da Web of Science (WoS)

Jônatas Edison da Silva
Enrique Muriel-Torrado

Resumo:

O estudo parte da problemática da desinformação, com a proliferação de informações falsas, num contexto de pós-verdade em uma sociedade da desinformação. O objetivo geral da pesquisa consistiu em exibir as possíveis saídas para o enfrentamento e para o combate à desinformação por meio da literatura científica da Web of Science (WoS). Sendo os objetivos específicos: a) identificar na literatura científica internacional da WoS propostas de soluções para o combate e para o enfrentamento à desinformação; b) analisar o conteúdo dos artigos na literatura científica, observando e categorizando as formas identificadas e analisadas, por semelhanças, especificidades e tipo de abordagem e c) averiguar, pelo número de pesquisas selecionadas, a produtividade por ano, o idioma, a autoria, o periódico científico e a área de pesquisa. O estudo é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica; exploratória; uma abordagem qualitativa e quantitativa, bem como a utilização da análise de conteúdo. Quanto aos resultados, identificaram-se 340 soluções, sendo que foram recuperados 42 artigos com mais de um tipo de solução. Elaboraram-se seis categorias para agrupar as soluções: a) ciência e comunidade científica; b) estados e governos; c) mídias e comunicações; d) plataformas e algoritmos; e) usuários e educação e f) outras. O termo das categorias representa o objetivo, ou seja, grupos de usuários, autoridades, comunidade científica, programadores e profissionais de mídia. Com isso, evidencia-se que não existem soluções mais eficazes ou piores, mas um conjunto de ideias e propostas que trabalhadas podem levar a uma sociedade com mais responsabilidade da informação.

Palavras-chave: Informação; Pós-verdade; Desinformação; Fake news; Comunicação científica.

I INTRODUÇÃO

Informação é ciência, poder, estratégia e sobrevivência. Observa-se que a informação é um dos elementos essenciais para viver na sociedade contemporânea. No entanto, a sociedade contemporânea vive um cenário com a proliferação de informações falsas, configurando assim uma sociedade cada vez mais desinformada. Isso acontece em decorrência dos avanços tecnológicos, as informações falsas possuem mais facilidade em desenvolver no cotidiano das pessoas. A desinformação é um problema global, que tem influenciado o meio político, social, econômico e de bem-estar. Diante desse cenário, a problemática da pesquisa é: quais as possíveis respostas na literatura científica para o enfrentamento e combate a desinformação?

De acordo com a Comissão Europeia (2018) a desinformação é compreendida como uma informação que é comprovadamente mentirosa, no qual é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para manipular o público de forma intencional com o objetivo de enganar. As consequências da desinformação abrangem a ameaça aos processos de elaboração de políticas, bem como à proteção da saúde dos cidadãos, ao meio ambiente e à segurança. Percebe-se que a desinformação é uma realidade paralela que se é criada para tentar enganar o público, ou seja, está fora dos padrões da realidade (Martins; Almeida Júnior, 2021).

O objetivo geral é apresentar as propostas de soluções para o enfrentamento e para o combate à desinformação por meio da literatura científica da WoS. Quantos aos objetivos específicos, são a) identificar na literatura científica internacional da WoS propostas de soluções para o combate e para o enfrentamento à desinformação; b) analisar o conteúdo dos artigos na literatura científica, observando e categorizando as soluções identificadas e analisadas, por semelhanças, especificidades e tipo de abordagem; c) averiguar pelo número de pesquisas selecionadas, a produtividade por ano, idioma, autoria, periódico científico e área de pesquisa.

A justificativa ocorre, porque o contexto informacional do século 21 está crítico, com uma desinformação em massa e as consequências e os efeitos negativos desse ambiente informacional têm colocado em risco o bem-estar e a reputação dos cidadãos. Por exemplo, o caso de linchamento de Fabiane Maria de Jesus, ocorrido no ano de 2014, em Guarujá, São Paulo. Tal situação se espalhou na rede social, Facebook, um boato de que uma mulher sequestrava crianças com intuito de realizar rituais de “magia negra”, logo após, foi divulgado um retrato da suposta suspeita, não

precisou de muito tempo para o bairro associar a imagem do retrato falado à vítima Fabiane, foi então que moradores se juntaram para espancá-la, não resistindo aos ferimentos indo a óbito, uma consequência gravíssima pela falta de informação verdadeira (Carpane, 2018). Esse é um dos exemplos de como a disseminação da desinformação pode prejudicar a vida das pessoas e por isso é preciso encontrar maneiras de combater e enfrentar a desinformação.

A área de Ciência da Informação (CI) possui artifícios e argumentos para estudar maneiras de combater a desinformação. Shera e Cleveland (1977) descreve que a CI é a ciência que está buscando pesquisas sobre as propriedades e o comportamento da informação, em seu processamento e o fluxo da informação, logo a desinformação é uma preocupação da CI. Saracevic (1996) discorre que a CI é interdisciplinar, relaciona-se com a tecnologia e possui uma dimensão social e humana, acrescentando que a CI trabalha em conjunto com diversas funcionalidades.

2 METODOLOGIA

A metodologia que conduzirá o estudo é uma pesquisa bibliográfica; exploratória; com uma abordagem qualitativa e quantitativa com a utilização da análise de conteúdo.

Buscou-se na WoS pelas palavras-chaves “disinformation” “post-truth” e “fake news”, primeira utilizou-se “fake news”, logo após, “disinformation” not “Fake news” e por último, “Post-Truth” not “fake news” not “disinformation”, pois o intuito era possuir uma abrangência maior de artigos que mencionassem uma das palavras-chaves. Os critérios de inclusão são artigos científicos indexados em periódicos científicos, apresentar alguma solução para combater o enfrentamento da desinformação e abranger até o ano de 2019. Os resultados recuperados na base de dados foram de 1419 artigos científicos.

Para trabalhar com os dados, utilizou-se um editor de planilhas para colocar as informações. Os filtros utilizados na base de dados foram referentes ao período e tipo de documento, sendo até o ano de 2019 e apenas artigos científicos. Realizou-se uma leitura, no qual Bardin (2016) determina como pré-análise.

Inicialmente foram recuperados 1419 documentos científicos, com a pré-análise, foram excluídos 1081 documentos, resultando em 338 artigos científicos com solução. No entanto, observou-se a necessidade de mais uma leitura criteriosa e completa com a análise de conteúdo. Dessa forma,

dos 338 documentos, foram excluídos mais 49 artigos, ficando então na amostra final 289 artigos que contém alguma solução para o combate e para o enfrentamento à desinformação e descartados 1130 artigos. A partir disso, foi realizada a categorização.

Optou-se então pela construção das categorias seguindo uma construção ad-hoc. Quanto ao critério de escolha foram fundamentadas, nos critérios de Bardin (2016), optando pelas categorias léxico. Foram construídas seis categorias, são elas soluções para: 1. Usuários e Educação; 2. Plataformas e Algoritmos; 3. Estados e Governos; 4. Mídias e comunicações; 5. Ciência e Comunidade científica; e 6. Outras. A escolha das categorias pelo fato de elas representarem o tipo de abordagem que a solução almeja e para quem ela deseja auxiliar no enfrentamento e no combate à desinformação.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Dos 289 artigos selecionados, 53% são de 2019; 30% de 2018; 13% são de 2017; 2% são de 2016. Por fim, há os de 2001, 2008, 2013, 2014 e 2015, representando 1%. É notório que, entre 1945 e 2019, apenas em 2001, um artigo identificou uma solução para a desinformação.

A produtividade dos artigos em função do idioma revela uma grande diferença entre a linguagem utilizada nas pesquisas. identificaram-se sete tipos de idiomas, sendo que 88% se referem ao inglês; 8% ao espanhol; 2% ao russo; e, por fim, 1% ou menos, há o português, italiano, polonês, e o indonésio.

Dessa forma, é perceptível que a língua inglesa é a primeira mais utilizada para a produção de artigos de combate à desinformação. Em termos de produtividade, foram contabilizados 695 autores, sendo que 25 autores se destacaram com maior incidência. Os resultados demonstram que 22 autores produziram dois artigos, enquanto três autores produziram três artigos, totalizando 53 artigos com autores produtivos.

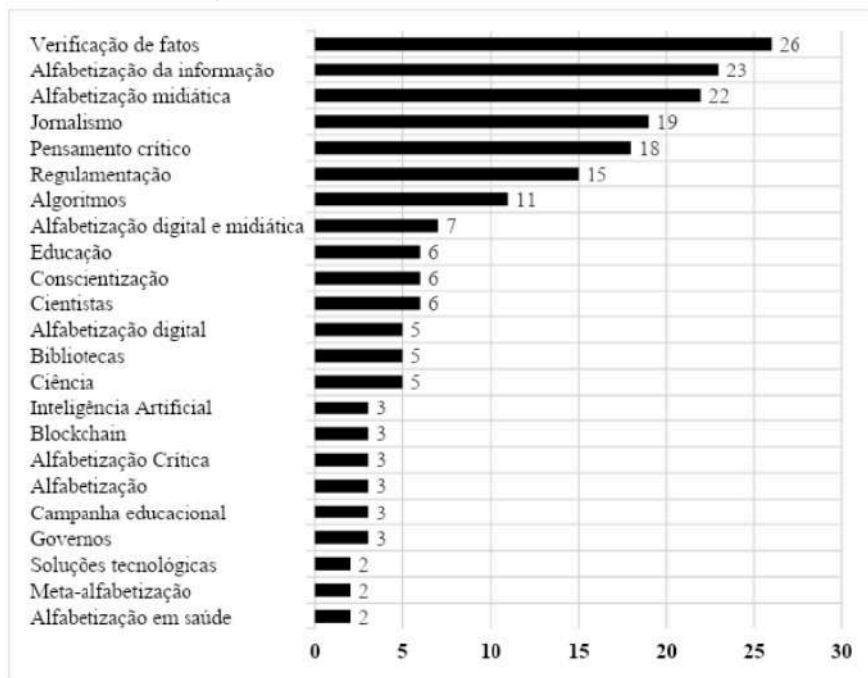
Foram identificadas 201 revistas nas quais foram avaliadas soluções, no qual, 159 periódicos científicos, apenas um artigo foi identificado. Há 130 artigos que apresentam a maior produtividade de soluções, que foram indexados em 42 revistas, o que corresponde a dois ou mais artigos que apresentam uma solução para a desinformação. Estes periódicos científicos com 10% estão *Professional de la Información* (10 artigos); 5% *Cultura y Educacion* (6 artigos); representando 4% cada estão *Brazilian Journalism*

Research, Journal Of Documentation, Journalism Practice e Medijske Studije-Media Studies (5 artigos cada uma); correspondendo a 3% cada estão Communication & Society-Spain, Digital Journalism, Historia y Comunicacion Social, International Journal of Communication, Journalism Studies e Security and Human Rights (4 artigos cada uma).

Os periódicos em que são identificados os artigos científicos da WoS são classificados em Artes e humanidades; Ciências da vida e biomedicina; Ciências físicas; Ciências sociais e Tecnologia e dentro dessas categorias estão as áreas de pesquisa. Os resultados em relação à área de pesquisa indicam a existência de 44 tipos distintos de área de pesquisa. Desmembrando as áreas de pesquisa, foi identificado um total de 374 áreas de pesquisas. No entanto, existem 32 áreas de pesquisa que mais tiveram incidência na análise, correspondendo a uma variação de 362 áreas. Dessa forma, verificou-se que, dos 289 artigos da amostra, 72 estão em diferentes áreas de estudo e 217 estão em uma única área. As áreas com o maior número de periódicos indexados foram com 22% Communication; 12% cada uma Information Science & Library Science e Computer Science; com 10% está Education & Educational Research; 8% Government & Law; 4% cada estão Science & Technology - Other Topics e Psychology; 3% Engineering; correspondendo a 2% cada estão International Relations; Social Sciences - Other Topics; History e Sociology.

Em relação aos resultados, 23 tipos de soluções apareceram mais de uma vez durante a análise de conteúdo realizada, totalizando assim uma amostra de 198 soluções com mais frequência para o combate à desinformação. Quanto às principais soluções, 13% estão as organizações de verificação de fatos; 12% acreditam que a alfabetização da informação é a saída para combater a desinformação; a alfabetização midiática aparece com 11%; com 10% estão as propriedade do jornalismo para enfrentar a desinformação; o pensamento crítico aparece com 9%; 8% corresponde a regulamentação do ambiente digital; o uso de algoritmos para identificar informações falsas refere-se a 6%; o desenvolvimento da alfabetização digital e midiática são representadas por 4%; com 3% está a educação, a conscientização, os cientistas, a alfabetização digital, as bibliotecas e a ciência; 2% representam a IA, blockchain, governos, alfabetização crítica, alfabetização e campanha educacional e por fim com 1% são soluções tecnológicas, meta-alfabetização e alfabetização em saúde. O gráfico 1 foi elaborado para visualizar a frequência e a quantidade de soluções que foram encontradas acima de duas variações.

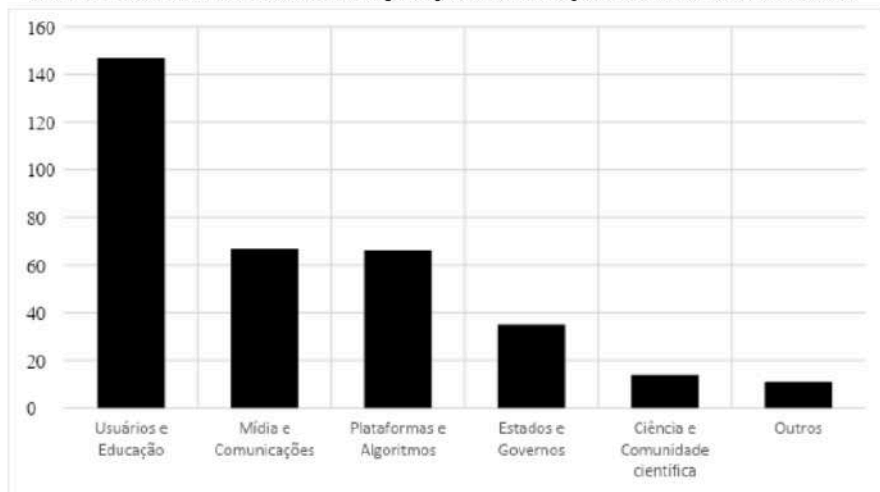
Gráfico 1 - Soluções identificadas com mais ocorrência na literatura científica da WoS



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Em relação aos resultados das seis categorias, é possível observar que 43% das soluções estão na categoria de usuários e educação; 20% são encontradas na categoria de mídias e comunicações; a categoria de plataformas e algoritmos são representadas por 19%; Estados e governos possuem 10% das soluções; enquanto ciência e comunidade científica estão com 4% e pôr fim a categoria outras tem 3%. Existe uma diferença de 24% entre as soluções mais identificadas, que são as de usuários e educação e mídias e comunicações. Isso fica evidente que as soluções envolvendo a educação dos usuários parecem ser uma alternativa favorável para o combate à desinformação. No entanto, entre a categoria de mídias e de comunicações, plataformas e algoritmos a diferença é de 1% apenas, confirmando que ambas estão produzindo maneiras de enfrentar a desinformação em quantidades proporcionais. A diferença entre estados e governos; ciência e comunidade científica é de 6%. Observa-se, então, que a categoria que envolve a ciência requer mais oportunidade de produzir maneiras de combater a desinformação. Tanto que a diferença entre a última categoria de outras é de apenas de 1%. Dessa maneira, foi possível construir o gráfico 2, que apresenta as ocorrências das soluções nas seis categorias.

Gráfico 2 - Ocorrências das soluções nas categorias para o combate e para enfrentamento à desinformação



Fonte: dados da pesquisa (2022)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável que a desinformação não é um problema do século 21, ao longo da história foram observados episódios de desinformação. A manipulação da informação e do discurso por parte de líderes políticos e religiosos era uma estratégia eficaz para manter os seguidores afastados dos fatos. Em conflitos, era usada para enganar ou ter vantagem sobre o adversário. No contemporâneo, para criar conteúdo de desinformação é preciso ter um smart phone com conexão a internet e possuir perfil em alguma rede social. Nos últimos anos, informações falsas ganharam notoriedade devido a acontecimentos políticos, por isso que a sociedade e a comunidade científica colocaram na agenda como um importante tópico de pesquisas.

A importância desta pesquisa reside em abordar o problema atual da desinformação na sociedade, propondo soluções por meio de uma análise da literatura científica. Ao identificar diversas propostas, categorizando-as em áreas como ciência, governo, mídia e educação, a pesquisa destaca a necessidade de abordagens multifacetadas. Com ênfase especial na educação dos usuários, a pesquisa contribui para o debate sobre como enfrentar e combater a desinformação, oferecendo perspectivas variadas para promover uma sociedade mais informada e responsável.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARPANEZ, Juliana. Veja o passo a passo da notícia falsa que acabou em tragédia em Guarujá. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/veja-o-passo-a-passo-da-noticia-falsa-que-acabou-em-tragedia-em-guaruja.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia**. Bruxelas, 2018. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0236>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MARTINS, Regis; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Desinformação, fake news e pós-verdade: suas distinções e como evitá-las. In: III Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação, São Paulo: Unesp, 2021. p. 1-09.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SHERA, Jesse Hauk; CLEVELAND, Donald B. History, and foundations of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 12, p.248-275, 1977.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Jônatas Edison da Silva

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
jonatasedison97@gmail.com
ORCID - <https://orcid.org/0000-0001-5892-6736>.

Professor Substituto do Departamento de Ciência da Informação (CIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorando (2022 - presente) e Mestre (2020 - 2022) em Ciência da Informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016 - 2019). Atualmente, é Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com experiências em instituições públicas e privadas, na organização de documentos, processos administrativos, elaboração de instrumentos de gestão documental. Experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Informação; Desinformação; Fake News; Pós-verdade; Redes Sociais; e Ciência da Informação. E Editor da Revista científica Encontros Bibli.



Enrique Muriel-Torrado

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
enrique.muriel@ufsc.br
ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-0969-9500>.

Graduado em Biblioteconomia e Documentação e licenciado em Documentação pela Universidade de Extremadura (2005, 2007). Possui mestrado em Documentação Digital pela Universitat Pompeu Fabra (2008) e mestrado e doutorado em Informação Científica pela Universidad de Granada (2008, 2012). Atualmente, é professor adjunto no Departamento de Ciência da Informação (CIN) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É líder do grupo de pesquisa HIT: Humanos, Tecnologia, Informação. Atua principalmente nos temas de direitos autorais, desinformação, sociedade da informação e usos da informação. Também é editor de seção da Revista Encontros Bibli e mantém um blog pessoal (www.enriquemuriel.com).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 26

COMPETÊNCIA DO ARQUIVISTA PARA ATUAR NA INTELIGÊNCIA PENAL E SOCIOEDUCATIVA

Larissa Duarte Neves

Eliana Maria dos Santos Bahia



Competência do Arquivista para atuar na Inteligência Penal e Socioeducativa

Larissa Duarte Neves
Eliana Maria dos Santos Bahia

Resumo:

Capacitado para agir com postura crítica ante as demandas informacionais surgidas e às necessidades que permeiam a Sociedade da Informação, o Arquivista alcança maior visibilidade e reconhecimento da relevância da sua profissão para a população e organizações de trabalho. Com o crescimento exponencial dos dados procedentes da modernização, este profissional enfrenta os atuais desafios para garantir a gestão informacional sustentável em meio à intensificação da desinformação. Consequente, além de desempenhar suas atribuições em unidades de informação, depara-se com a oportunidade de atuar em novos ambientes de trabalho que ponderam os dados, a informação e o conhecimento como componentes cruciais para o poder decisório e métodos de inovação institucional. Este resumo ampliado apresenta preponderantes discussões e resultados da dissertação de Mestrado da pesquisadora, que explora a atuação do Arquivista no serviço de Inteligência do Sistema Penal e Socioeducativo, através das práticas de tratamento e de gestão das informações estratégicas para o combate ao Crime Organizado e para garantir a segurança pública e governamental. Objetiva a identificação da competência que o Arquivista necessita para ingressar e contribuir no âmbito da Inteligência Penal e Socioeducativa. Caracteriza-se pesquisa de natureza aplicada, abordagem qualitativa, descritiva e exploratória no que condiz aos objetivos e bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos. Resulta que manter o seu perfil profissional aprimorado e atualizado em conformidade aos progressos do mundo moderno; exercer sua função com eficácia e eficiência; e seguir na formação continuada para estimular a sua competência, o Arquivista torna-se qualificado para ingressar em diversas ramificações do hodierno mercado de trabalho.

Palavras-chave: Arquivista; Competência profissional; Inteligência Socioeducativa; Inteligência Penal; Sistema Prisional.

I INTRODUÇÃO

Modificações, progressos e inovações provenientes do mundo moderno agem em fomento à hodierna revolução silenciosa, ponderosa e irreversível vivenciada no âmbito global. Originam impactos sistemáticos às inúmeras formas de manifestações humanas e aos aspectos da organização laboral que, por conseguinte, direcionam o mercado de trabalho a um processo de metamorfose, flexível e mutável, alicerçado à competência. Campos de atuação postergam perfis convencionais e priorizam traços inovadores, à medida que gestores almejam profissionais tensionados ao constante aprimoramento para acompanhar o desenvolvimento mundial.

Diante da inundação de dados disponíveis e disseminados nas mídias sociais, em reflexo à globalização, evidencia-se a colossal e a célere ansiedade e histeria de usuários por informações, contexto que acarreta em novas demandas informacionais e favorece a proliferação da desinformação. É gradativa a extensão das instituições, públicas ou privadas, que passam a ponderar a informação como o fator estratégico para a gestão e propulsora dos domínios dos saberes, comunicação e transmissão de dados. Estes contextos simultâneos, somados às necessidades da Sociedade da Informação que se manifestam continuamente, oportunizam a atuação do Arquivista em ambientes de trabalho multidisciplinares.

Reflete-se a inserção da Arquivologia na Inteligência Penal e Socioeducativa, como área e profissão que por intermédio das práticas de tratamento e da gestão da informação, com base nos modelos de formação em competência, disponibilizará os conhecimentos estratégicos para potencializar a tomada de decisão no combate às Organizações Criminosas e na salvaguarda da sociedade e do Governo. Emerge-se a questão do estudo: quais abrangências da competência do Arquivista oportunizam o diálogo multidisciplinar entre a arquivística e a Inteligência? Com foco em explanar este problema de pesquisa, proeminente do tema explorado, sentenciamos o objetivo geral de identificar a competência necessária do Arquivista para atuar no serviço de Inteligência do Sistema Penal e Socioeducativo, enquanto arquitetamos os objetivos específicos: a) Investigar as dimensões da competência deste profissional conforme à ótica da Arquivologia e Ciência da Informação; b) Caracterizar a Inteligência Penal e Socioeducativa nacional e o Sistema Penitenciário Federal; c) Investigar, na esfera da Administração Prisional e Socioeducativa do Estado de Santa Catarina, a vigente atuação de Arquivistas nos estabelecimentos penais e nas unidades socioeducativas que se situam na região metropolitana da Grande Florianópolis/SC.

Em viés nacional, o serviço de Inteligência Penal e Socioeducativa conceitua-se como exercício permanente e sistemático de ações para identificar, acompanhar e avaliar as ameaças potenciais e reais no âmbito prisional, que visam a produção e salvaguarda das informações essenciais para o planejamento e poder decisório, na finalidade de precaver, evidenciar, bloquear e anular as ações adversas e ilegais, de qualquer natureza, que ameacem a segurança e a ordem pública. Determina-se com base na Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (DNIPEN) e atua de acordo com os princípios de eficiência, impessoalidade, moralidade e legalidade, de valores éticos, morais, de direitos individuais e sociais (Brasil, 2024).

Em Santa Catarina, o Sistema Prisional é regido pela Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), fundada pela Lei Complementar n.º 534, de 20 de abril de 2011. Em sua estrutura organizacional, compõe-se por dois setores primordiais: Departamento de Polícia Penal (DPP), encarregado de custodiar presos conforme a aplicação de políticas penais, além de se responsabilizar por 54 estabelecimentos penais, que situam dentre as oito regiões do território catarinense; e o Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE), que rege 20 unidades socioeducativas situadas dentre cinco regiões do Estado, responsável por menores de idade em conflito com a lei, com a missão de promover ações de ressocialização.

A justificativa científica de produção da pesquisa refere-se à possibilidade de produzir material informativo e teórico que contribua com o fomento dos estudos desenvolvidos na Arquivologia e na Ciência da Informação, além da motivação ao intercâmbio de conhecimentos entre profissionais, áreas de atuação e usuários. Em virtude da justificativa social, almeja-se o fomento da relevância do Arquivista em cenários de trabalho multidisciplinares, no presente caso, na administração penal e socioeducativa catarinense. Na vertente pessoal destaca-se a afinidade particular da pesquisadora diante das temáticas que correlacionam a Arquivologia na Segurança Pública. Durante a graduação em Arquivologia, exploraram-se as ações arquivistas neste contexto e, posteriormente, o estudo expandiu-se para o mestrado em Ciência da Informação, com tema explanado neste resumo ampliado.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Denota-se que a caracterização do estudo se trata de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, objetivos de viés descritivo e exploratório, e bibliográfico pertinente aos procedimentos técnicos. Identifica-se a afinidade com estudo de caso, à vista de que focaliza a investigação em uma organização determinada. Pondera-se o Arquivista como universo de pesquisa e a SAP como amostra, contendo a região metropolitana de Florianópolis/SC como delimitação geográfica.

Quanto aos procedimentos metodológicos do presente estudo constituíram-se por meio de Revisão Sistemática de Literatura (RSL), com o intuito de reunir material científico análogo ao tema explorado. Para a coleta dos dados realizaram-se buscas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em estipulados periódicos da Arquivologia, Ciência da Informação e da esfera Penal nacional, com a aplicação de palavras-chave, descritores e operadores. Após a análise e tratamento de dados, as publicações resultantes das buscas foram classificadas a partir da similaridade do título, resumo e das palavras-chave com a presente temática do estudo.

3 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese aos resultados obtidos com a concretização da dissertação, nota-se que para ingressar e permanecer no mercado de trabalho moderno, o Arquivista necessita de formação continuada para potencializar e atualizar sua competência em seguimento aos avanços globais; capacidade de aprender; adaptar-se às mudanças; agir com perspectivas de inovação; possuir domínio digital; disponibilidade às novas tecnologias; facilidade de trabalhar equipe; atitude para tomada de decisão eficiente; e formação sólida cultural, para tratar os dados de distintas delimitações temporais e geográficas com senso crítico.

Ao atuar nos ambientes ocupacionais e com equipes multidisciplinares, este profissional necessita: exercer seus serviços conforme as funções arquivísticas e os princípios da Arquivologia, com embasamento na Lei de Acesso à Informação (LAI) e Lei de Arquivos; usufruir dos recursos e instrumentos da profissão para atender às demandas informacionais da organização e dos usuários; usufruir da ética; acatar às diretrizes e

normativas institucionais; e apresentar perfil pessoal-profissional com orientação aos progressos da sociedade, das ciências, computação e tecnologias da informação e comunicação.

Dos requisitos da seleção do Arquivista em ambientes ocupacionais desta era moderna, evidenciam-se os aspectos de: organização; disciplina; ética; dinamismo; comprometimento; assiduidade; comunicação; oratória; iniciativa; presteza; logística; proatividade; adaptabilidade; bom relacionamento interpessoal; conhecimento básico em informática, pacote Office, legislação arquivística; experiência com digitalização de documentos, gestão e recuperação da informação (Oda; Bahia, 2019).

Destaca-se a relevância da competência digital. O futuro da arquivística visa à exploração de novas tecnologias que afetam a Sociedade da Informação, marcada pela progressão tecnológico-científica e por ponderar a informação e conhecimento como recursos estratégicos para a vivência no trabalho e sociedade (Souza, Bahia e Vitorino, 2020).

Na Inteligência Penal e Socioeducativa, o Arquivista necessita dos seguintes aspectos para atuar com eficácia e eficiência, suprir as necessidades informacionais, colaborar com o Sistema Prisional e promover o diálogo multidisciplinar entre ambas às áreas:

Quadro 1 - Competência do Arquivista na atividade de Inteligência

Abertura às mudanças	Adaptabilidade	Atenção
Aperfeiçoamento constante	Atualização	Comunicação
Atitude para tomada de decisão	Comprometimento	Criatividade
Capacidade de pesquisa	Concentração	Detalhismo
Capacidade de interpretação	Confiabilidade	Dinamismo
Capacidade de produzir conhecimentos	Conhecimento	Disciplina
Compreensão oral e escrita	Controle emocional	Discrição
Conhecimento em redação	Controle psicológico	Disponibilidade
Atuar conforme a LGPD	Atuar conforme a LAI	Domínio digital
Atuar conforme a Lei de Arquivos	Formação continuada	Ética
Integridade moral e ética	Observação	Iniciativa
Resolução de problemas	Proatividade	Inovação
Responsabilidade	Objetividade	Lealdade
Experiência com recuperação da informação		
Facilidade de criar e manter relacionamentos interpessoais		
Facilidade de criar e manter relacionamentos interpessoais		
Facilidade de trabalhar com equipe multidisciplinar		
Inexistência de processos criminais civis ou administrativos		

Fonte: Adaptado a Autora (2021; 2024).

Ao compor seu perfil profissional com as características elencadas no Quadro 1, o Arquivista torna-se competente para atuar na atividade de Inteligência. Ademais, oportunizam: a busca, obtenção e análise informacional diante das potenciais e reais ameaças à sociedade e poder público; conceder ou restringir o acesso à informação com classificação de grau de sigilo, conforme determinado na LAI; gerenciar dados para a produção de conhecimentos que forneçam subsídios ao poder decisório e ao setor administrativo e operacional da Inteligência; contribuir com eficácia e eficiência na recuperação informacional; suprir demandas informacionais com base na Lei de Arquivos e na LAI; realizar as técnicas e métodos de preservação e de conservação documental; produzir documentação de valor administrativo, informativo e jurídico; efetuar o tratamento e gestão sustentável de dados; projetar e implantar práticas de inovação; colaborar com a vantagem competitiva e com o planejamento estratégico da organização; fomentar a interação e o diálogo multidisciplinar entre o Arquivista e o profissional de Inteligência; aplicar a LGPD; instituir políticas públicas arquivísticas em alicerce às políticas penais; e aperfeiçoar seu perfil profissional com a cognição de que competência não se relaciona apenas ao processo de formação do indivíduo, mas à otimização ininterrupta das suas habilidades, capacitações, saberes, aptidões e aspectos que variam conforme suas particularidades pessoais.

Na região metropolitana de Florianópolis/SC, situam-se o total de 15 unidades que constituem o Sistema Penal e Socioeducativo do Estado, subordinadas à SAP. Atualmente, o desempenho do serviço de Inteligência ramifica-se em cinco unidades da região, enquanto que no ano de 2021, com a conclusão da dissertação, abrangia o total de 13. Ainda que esta conjuntura permaneça congênera no momento atual, a investigação da presença do Arquivista efetuada na referida época, nas 13 unidades regionais, identificou a inexistência da profissão no âmbito prisional catarinense. Ao transpor o olhar ao cargo de Policial Penal e Agente de Segurança Socioeducativo, admitidos através de concurso público estadual, evidenciou-se que a formação dos mesmos difere-se da Arquivologia. Destarte, além da profissão, inexistem indivíduos com formação arquivística neste ambiente. A título de interesse pessoal optou-se em ampliar o objetivo e investigar a inserção de demais profissionais da Informação nas unidades e constatou-se a inexistência da profissão, todavia, verificou-se a formação em Biblioteconomia, História e Museologia em Policiais Penais que, pelo caráter do Sistema e da função de admissão, não exercem suas atribuições

de formação. Com a circunstância de que apenas os cargos efetivos possuem a concessão para atuar na Inteligência, descartou-se a hipótese de servidores temporários, terceirizados, de colaboradores ou estagiários com formação em Arquivologia.

Em conformidade com a conclusão desta pesquisa, compreende-se que o Arquivista necessita aprimorar o seu perfil profissional sistematicamente, com a consciência de que o valor e a contribuição social sob o exercício da sua profissão nos cenários de atuação impactados pela modernização dependem da competência.

REFERÊNCIAS

BAHIA, E. M. dos S. **Competências arquivísticas no mercado de trabalho**. 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. Institucional. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br>. Acesso em: 22 fev. 2024.

HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 314p.

NEVES, L. D.; BAHIA, E. M. dos S. Archival Policies and the Archivist's Competence in the Penal and Socioeducational System. **Journal Of Humanities And Social Science (JHSS)**, International Organization of Scientific Research (IOSR), v. 29, n. 4, p. 51-57, jan. 2024. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.29-Issue1/Ser-4/G2901045157.pdf>. Acesso em 22 jan. 2023.

NEVES, L. D.; BAHIA, E. M. dos S. O Arquivista no Sistema Penitenciário e Socioeducativo: novos cenários de atuação. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 36, n. 02, p. 261-280, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12763/9996>. Acesso em 08 ago. 2023.

NEVES, L. D. **Competência do Arquivista na atividade de Inteligência do Sistema Penitenciário e Socioeducativo**. Orientadora: Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2021. 92 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229159/PCIN0274-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em 08 ago. 2023.

ODA, R.; BAHIA, E. M. dos S.; Mercado de trabalho de Arquivologia no Brasil: análise de anúncios de emprego na Web. **PontodeAcesso**, Salvador, BA, v.13, n.1, p. 102-122, abr. 87 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/27351>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar Nº 534, de 20 de abril de 2011**. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências. 2011. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2011/534_2011_Lei_complementar.html. Acesso em: 13 jul. 2020.

SOUZA, A. C. de; BAHIA, E. M. dos S.; VITORINO, E. V. Dimensões da competência em informação sob a perspectiva de Zarifian. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 56-76, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24118>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Larissa Duarte Neves

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
me.dddneves@gmail.com
ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-3358-9013>.

Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrado em Ciência da Informação pelo PGCIN/UFSC (2021). Graduação em Arquivologia pela UFSC (2018). Atua profissionalmente na Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) do Governo de Santa Catarina desde 2018.



Eliana Maria dos Santos Bahia

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
eliana.maria@ufsc.br
ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-4037-3189>.

Doutora pela Universidad Carlos III de Madrid- Espanha (2016), Revalido/reconhecido no Brasil ao título de Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em História do Brasil Meridional pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), Especialização em Organização e Administração de Arquivos Públicos e Empresariais em Conservação e Preservação do Arquivo Permanente de José Arthur Boiteux 1865-1932, pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988). Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC (1980). Atua desde 1993 como professora titular da Universidade Federal Santa Catarina no Centro de Ciência da Educação no Departamento de Ciência da Informação, professora associada IV.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 27

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL E O
ECOSSISTEMA DA CIÊNCIA ABERTA:
MECANISMOS DE FUNCIONAMENTO

Luciana Mara Silva
Vinícius Medina Kern



Repositório Institucional e o ecossistema da Ciência Aberta: mecanismos de funcionamento

**Luciana Mara Silva
Vinícius Medina Kern**

Resumo:

Repositórios Institucionais (RIs) surgiram como estratégia do Movimento de Acesso Aberto à informação científica, mas mecanismos simples como os mandatos de autoarquivamento obrigatórios não são suficientes para manter o RI em funcionamento. As novas demandas do ecossistema da Ciência Aberta, que preconizam a transparência e colaboração no processo de investigação científica, desafiam os repositórios. Esta pesquisa elabora um modelo de sistema de composição-ambiente-estrutura-mecanismo (CESM) dos Repositórios Institucionais. É uma pesquisa descritiva e exploratória, coleta dados da literatura, entrevistas com peritos e questionários aplicados à pesquisadores. A descrição da composição, do ambiente e da estrutura, são os aspectos detectáveis no sistema dos repositórios, permite investigar processos que impulsionam ou impedem o seu desenvolvimento em apoio à Ciência Aberta. Os mecanismos conjecturados e diagramados são hipoteses de funcionamento, com relações de causa e efeito verificáveis empiricamente.

Palavras-chave: Repositório Institucional; Ciência Aberta; Ecossistema da Ciência; Sistemismo; Modelo CESM de sistema.

I INTRODUÇÃO

Qual o valor da informação? Há consenso que a informação passou a ser um capital valioso na sociedade pós era industrial, denominada como sociedade da informação. Inseridos no Movimento Mundial do Acesso Aberto à Informação Científica, a literatura aponta que os Repositórios Institucionais podem servir a diferentes propósitos em uma instituição de pesquisa:

quer seja como resposta à escalada nos custos das assinaturas de periódicos científicos; como novo “serviço de informação”; como um elemento adicional no sistema de comunicação científica; como estratégia para conferir visibilidade institucional, os RIs podem ser a resposta! (Guimarães; Silva; Noronha, 2009, p. 263, grifo nosso).

O Repositório Institucional (Doravante RI) passa a ser um serviço de informação para a gestão da produção intelectual de uma instituição de pesquisa. Aumentando a visibilidade, tanto da instituição quanto dos autores e de suas produções, os Repositórios Institucionais tornam-se facilitadores de acesso à produção intelectual de uma universidade, assumindo também o papel de gestão e memória dessa produção.

Nesse cenário, emerge a questão de pesquisa: Quais os mecanismos de funcionamento dos Repositórios Institucionais que promovem ou dificultam a sua atuação em apoio ao ecossistema da Ciência Aberta?

O objetivo geral é descrever os mecanismos de funcionamento dos Repositórios Institucionais que promovem ou dificultam a sua atuação em apoio ao ecossistema da Ciência Aberta. Os objetivos específicos: a) caracterizar os elementos componentes, do ambiente e as ligações estruturantes dos RIs no contexto da Ciência Aberta; b) identificar as “funções específicas” e sustentáveis do RI em sintonia com as tendências da Ciência Aberta na visão de usuários pesquisadores, gestores de RI e agências de fomento; c) formular as relações de causa e efeito nos mecanismos de funcionamento dos RIs.

A pesquisa contribui em constructo teórico ao apresentar na Ciência da Informação a abordagem teórico-metodológica da pesquisa de Mário Bunge para análise de sistemas complexos. Uma contribuição efetiva para o desenvolvimento da área, a partir da busca por causas e efeitos dos sistemas, explicados a partir de seus mecanismos de funcionamento.

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa com base na filosofia sistemista de Mario Bunge. Bunge (1997, 2003) afirma que um sistema concreto pode ser descrito por meio do modelo Composition, Environment, Structure, Mechanism (CESM) segundo sua Composição, Entorno ou Ambiente, Estrutura e Mecanismo. O CESM é um modelo utilizado para representar a redução sistemista da realidade, redução ao sistema, e não ao indivíduo ou ao todo.

É uma pesquisa descritiva e exploratória. Quanto aos procedimentos utilizados para coleta de dados: pesquisa bibliográfica, levantamento de dados (questionários e entrevistas) e a modelagem CESM, conforme estrutura do quadro 1.

Quadro 01 - Objetivos, procedimentos, técnicas, fontes e resultados

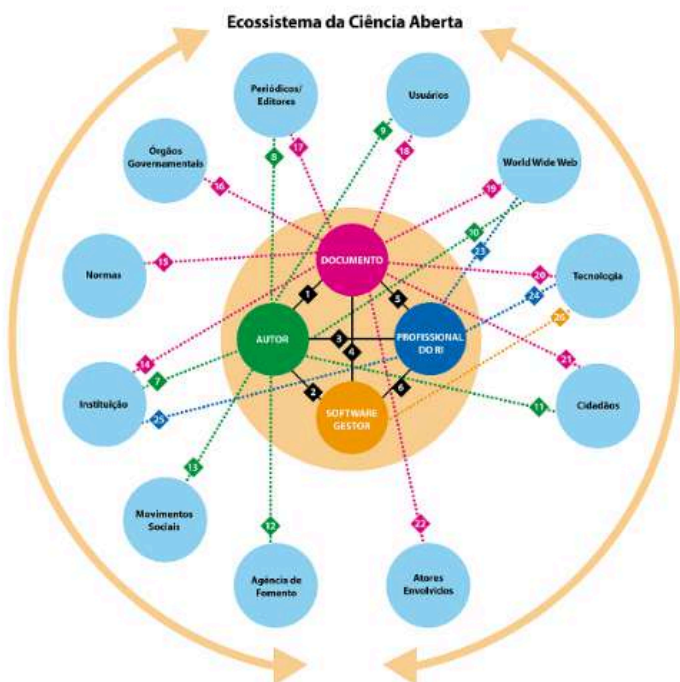
OBJETIVOS	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	TÉCNICA	FONTE	RESULTADOS
a) Caracterizar os elementos componentes, do ambiente e as ligações estruturantes dos RIs no contexto da Ciência Aberta.	Pesquisa bibliográfica	Levantamento bibliográfico e análise de conteúdo [abstração de dados do material-fonte e [categorização]	Textos fontes selecionados.	Modelagem do sistema complexo RI à luz da Ciência Aberta.
b) Identificar as “funções específicas” do RI em sintonia com as tendências da Ciência Aberta na visão de usuários pesquisadores, gestores de RI e agências de fomento.	Levantamento de dados	Entrevista/ Questionário Análise de conteúdo.	Gestores, pesquisadores e agências de fomento.	Síntese de funções específicas que contribuem para o bom funcionamento ou decadência dos RIs.
c) Formular as relações de causa e efeito nos mecanismos de funcionamento dos RIs.	Modelagem CESM	Técnica de diagramas de Boudon-Coleman [conjectura pela abstração de dados estabelecidos no objetivo específico a e b]	Modelagem do sistema complexo RI à luz da Ciência Aberta e Síntese de funções específicas que contribuem para o bom funcionamento ou decadência dos RIs.	Representação dos mecanismos por meio dos diagramas de Boudon-Coleman.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Buscou-se caracterizar os componentes, itens do ambiente e as ligações estruturantes do sistema RI à luz da Ciência Aberta, o que deu origem à modelagem da parte detectável do sistema CISM: composição (C), itens do ambiente (E) e ligações estruturantes (S) que está ilustrada na Figura 1.

Figura 01 - Modelagem do RI à luz da Ciência Aberta



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Legenda: A legenda da figura 1 encontra-se na tese disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219442/PCIN0243-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

Identificou-se as “funções específicas” do RI em sintonia com as tendências da Ciência Aberta na visão de usuários pesquisadores, gestores de RI e agências de fomento. Bunge (2003) enfatiza que uma maneira de conjecturar mecanismos é identificar as funções específicas do sistema e processos peculiares.

Formulou-se as relações de causa e efeito nos processos de funcionamento dos RIs, ou seja, dos mecanismos que apoiam ou bloqueiam a ação no âmbito dos RIs em suporte à Ciência Aberta.

Os mecanismos foram conjecturados e graficados por meio do diagrama de Budon-Coleman que representam cadeias de eventos em mais de um nível do sistema: inicia pelo macronível (M), que é o sistema em foco, e micronível (m), representando os indivíduos do sistema, retornando, então, para o macronível (Bunge, 2003). O Quadro 02 evidencia a diferença na análise de abordagem sistêmica utilizada na tese e as análises das abordagens holística e individualista, o que denota a visão do todo, sem fragmentos por meio do sistemismo de Bunge.

Quadro 02 - Abordagem e relações verificadas

ABORDAGEM	EXPLICAÇÃO
Abordagem sistêmica	Inclui verificar relações M-m, m-m, m-M e M-M
Abordagens holística	Inclui verificar relações M-M e M-m
Abordagem individualista	Inclui verificar relações m-m e m-M

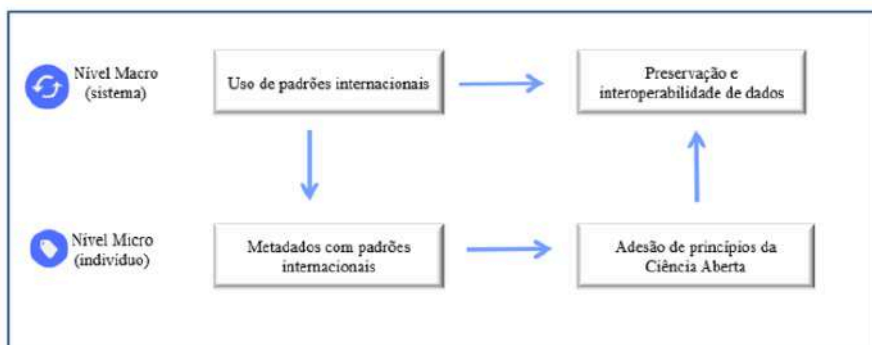
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Essa explicação sistêmica, que inclui verificar relações M-m, m-m, m-M e M-M, difere da abordagem holística, que só examinam relações M-M e M-m e individualistas, que buscam explicações apenas em relações m-m e m-M (Bunge, 2003).

No diagrama de Boudon-Coleman, cada seta apresentada é uma possível relação causal, para a qual se pode gerar um ou mais experimentos de verificação. O nível macro representa o sistema – no caso o Repositório Institucional. O nível micro corresponde a um indivíduo do sistema. “Esses diagramas relacionam eventos no nível do sistema com suas causas e efeitos no nível do indivíduo componente do sistema [...]” (Silva, Vianna, Kern, 2016, p. 156). Por meio dessa representação é possível verificar cada relação causal em um ou mais projetos de pesquisa, que serão mencionados como possíveis novos estudos nas considerações finais, como uma das contribuições desta tese.

Esta pesquisa viabilizou a conjectura de 11 mecanismos (identificados e diagramados). Exemplifica-se nesse trabalho o mecanismo de interoperabilidade e preservação, sendo importante evidenciar que a relação M-M (nível macro) é uma conjectura que precisa ser verificada em cada seta M-m (Macro-micro), m-m (micro-micro) e m-M (micro-Macro) a partir de novos estudos, que poderá derrubar a hipótese da pesquisa ou, mais plausivelmente, elucidar o quanto e como cada relação se verifica.

Figura 02 - Mecanismo de interoperabilidade e preservação



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Uma das funções específicas identificadas pelos gestores de RI é a interoperabilidade e preservação em decorrência da adoção de padrões internacionais de metadados. A exemplo, o uso dos Princípios FAIR. É importante certificar-se que o RI está funcionando alinhado a padrões internacionais para garantir a interoperabilidade de dados, que infere diretamente na encontrabilidade da pesquisa, assim como a adoção de formatos recomendáveis para manter a preservação dos dados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição da pesquisa é o modelo abrangente CESM do Repositório Institucional à luz do ecossistema da Ciência Aberta a partir da modelagem dos aspectos detectáveis do sistema CESM, das entrevistas e questionários aplicados para estabelecer as funções específicas de um RI que devem ser desempenhadas pelos mecanismos conjecturados.

Uma segunda contribuição da pesquisa é a articulação teórico-conceitual-metodológica da temática, segundo o sistemismo de Bunge, para análise de sistemas de informação complexos. Essa é a primeira pesquisa com a abordagem sistêmica de Bunge defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC. Essa pesquisa proporciona ainda um roteiro metodológico para que as regras da pesquisa sistemista, possam ser aplicadas a qualquer tipo de sistema, sendo aplicável em todas as áreas do conhecimento.

A temática de RI sobre aspectos de metadados, políticas de funcionamento, arquitetura da informação, mandatos e preservação da

memória institucional, a exemplo, já estão consolidadas na literatura. Entretanto, precisamos impulsionar estudos que tratem o RI como componente integrante de uma nova estrutura e cultura da IES (Instituição do Ensino Superior), com olhar para a conectividade, a pluralidade, a transversalidade entre áreas de conhecimento, com colaboração e transparência no processo aberto de investigação e criação de novos conhecimentos. Espera-se que esta pesquisa contribua para qualificar e cocriar ações exitosas, inovadoras e sustentáveis nos RIs que estão implantados, assim como nos repositórios que serão implementados, em sintonia com o ecossistema da Ciência Aberta.

REFERÊNCIAS

BUNGE, M. A. Mechanism and explanation. **Philosophy of the social sciences**, v. 27, n. 4, p. 410-465, 1997.

BUNGE, M. A. **Emergence and convergence**: qualitative novelty and the unity of knowledge. Toronto: University of Toronto, 2003.

GUIMARÃES, M. C. S.; SILVA, C. H.; NORONHA, I. H. RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de repositório institucional. In: SAYÃO, L. F. et al. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 261-281.

SILVA, L. M.; VIANNA, W. B.; KERN, V. M. O sistemismo de Bunge como base teórica metodológica para pesquisa em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 140-164, maio/ago. 2016. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/download/58347/37135. Acesso em: 20 abr. 2018.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Luciana Mara Silva

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
lucianamaragbe@gmail.com

ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-3513-2375>

Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Ciência da Informação, 2020). Atuou como coordenadora das bibliotecas do Campus Universitário Pedra Branca, Florianópolis e Unisul Digital da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Foi coordenadora do Repositório Institucional da Unisul (Riuni) e do Repositório Universitário da Ânima Educação. Experiência docente na Unisul Digital, Fapom e na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Atualmente é bibliotecária da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e coordenadora dos estágios do Curso de Biblioteconomia EAD da Udesc.



Vinícius Medina Kern

In memoriam

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
vmkern@gmail.com,

<https://orcid.org/0000-0001-9240-304X>

Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Engenharia de Produção, 1997), com estágios de pesquisa na Virginia Polytechnic Institute and State University (Virginia Tech, Blacksburg-VA, Estados Unidos, 1994-1996) e no National Institute of Standards and Technology (NIST, Gaithersburg-MD, Estados Unidos, 1996) com bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e NIST. Tem estágios seniores de pesquisa (pós-doutorado) no Instituto de Filosofia do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC, Madrid, Espanha, 2015-2016, bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES) e no Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre-RS, 2023-2024). Atualmente é Professor de graduação e pós-graduação no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como do Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEGCC/UFSC). Bolsista de produtividade em pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CAPÍTULO 28

AMBIENTE DE INOVAÇÃO NA ÁREA DE
COMUNICAÇÕES EM MISSÃO CRÍTICA EM UM
ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA: DA PROPOSTA
AOS PRIMEIROS PASSOS

Luciano Castilho Assumpção
Marcelo Minguelli



Ambiente de inovação na área de comunicações em missão crítica em um órgão de segurança pública: da proposta aos primeiros passos

Luciano Castilho Assumpção
Marcelo Minguelli

Resumo:

O uso adequado de equipamentos de telecomunicações nas operações de segurança pública é considerado como ferramenta estratégica. Na sociedade da informação, a indústria destes equipamentos desenvolveu um mercado denominado Missão Crítica, visando atender requisitos de domínio da informação e segurança de operadores de órgãos oficiais de segurança pública, em um processo que envolve a Indústria, o Estado e a Academia, propondo um processo de Inovação no Modelo Tríplice Hélice. Se o objetivo da pesquisa de Mestrado, foi propor a construção de um ambiente de inovação para a de telecomunicações em missão crítica de um órgão de segurança pública, o presente demonstra os primeiros resultados como Simpósios e a oficialização da Academia de Polícia como fomentador de inovação científica, habilitando a organização Estatal na Tríplice Hélice.

Palavras-chave: Informação; Inovação; Comunicação; Segurança Pública; Missão Crítica.

I INTRODUÇÃO

O papel das telecomunicações em uma operação policial é tão importante e decisivo quanto o armamento e viaturas utilizadas (SILVA,2006). O bom uso dos recursos de comunicações nas atividades de Segurança Pública pode representar para o Estado, o melhor controle da informação e assim, na visão de Braman (2006) reforçar o papel do Estado na manutenção do poder informacional contribuindo para a sociedade no combate ao crime.

Na fase ostensiva de uma operação policial, segundo Schweizer (1984), o domínio das informações e a difusão considerando sua cadeia de comando e controle de modo seguro, utilizando equipamentos apropriados com recursos que remetam a segurança da informação, onde deve ser desejável a fim de evitar a quebra do sigilo de informações, oferecendo possíveis vulnerabilidades ao oponente e que informações estratégicas das ações em campo, ou obtidas quando da investigação, efetivamente cheguem a todos os envolvidos na ação de modo rápido e de forma clara e por meio de recursos de comunicação em missão crítica.

Para Etzkowitz e Zhou (2017), na sociedade do conhecimento, o conceito de que somente as empresas privadas seriam capazes de desenvolver empreendedorismo mostrou-se ultrapassada, uma vez que universidades e governo também se mostram capazes de empreender.

Braman (2006) cita que o apoio do Estado ao sistema universitário dos Estados Unidos da América proporcionou a garantia de recursos humanos suficientes para atividades de pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia. Este fator tem sido considerado essencial para o desenvolvimento e sustentação de uma capacidade nacional de pesquisa (MAZZUCATO, 2014).

Ao envolver a indústria, em um processo de inovação aberta em que são necessários pesquisa e desenvolvimento incentivados pelo Estado (MAZZUCATO, 2014), e apoiados pela Academia, que tem modelo de cooperação que envolve estes três atores em torno de um objetivo específico, chamado de Tríplice Hélice (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017). Os autores definem a Tripla Hélice como “ um modelo de inovação em que as universidades, as empresas e o Estado, como esferas institucionais primárias que interagem para promover o desenvolvimento por meio da inovação e do empreendedorismo”.

Os órgãos oficiais de segurança pública enquanto organizações e os recursos humanos são fatores que colaboram em um processo em que a tecnologia é empregada de forma segura. Assim, propostas de melhorias nos processos de telecomunicações por suas experiências de uso na forma de informações estruturadas podem ser consideradas como inovação.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa de Mestrado apresentada em 2020 (ASSUMPÇÃO; MINGHELLI, 2020), foi propor a construção de um ambiente de inovação para a área de telecomunicações em missão crítica de um órgão de segurança pública, enquanto o do presente trabalho demonstra os primeiros resultados rumo a construção de um ambiente de inovação, como Simpósios, envolvendo a indústria fornecedora de equipamentos de comunicação crítica, o Estado representado pelo próprio órgão e a presença da Agência reguladoras da área e a pesquisa acadêmica, inclusive por meio da oficialização da Academia de Polícia como fomentador de inovação científica.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória em uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas de Estudo de Caso por meio de levantamentos de informações em campo e pesquisa bibliográfica, estabelecendo um paralelo entre a proposta contida na defesa de Mestrado (ASSUMPÇÃO; MINGHELLI, 2020), e os fatos seguintes que apontam para a formação de um ambiente de inovação na área de comunicações críticas. Para Gil (2002), uma pesquisa exploratória, tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, ou a constituir proposições, no caso da viabilidade de um ambiente de inovação na organização nas formas previstas que permitam que o administrador público interaja com o setor privado e com as unidades de pesquisa e inovação. A pesquisa qualitativa pode ocorrer em um cenário natural, onde o pesquisador se insere no cenário da pesquisa, proporcionando um elevado nível de detalhamento, uma vez que pode se envolver nas experiências reais dos participantes da pesquisa (CRESWELL, 2007).

Considerando o objetivo exploratório, a perspectiva construtivista e a abordagem qualitativa, uma estratégia de pesquisa bastante usada é o Estudo de Caso.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Em se tratando de um órgão da administração pública federal, a formalização das interações necessárias, pode ser viabilizada pela construção de um ambiente de inovação entre os agentes do modelo em tríplice hélice: a interação entre os agentes formadores do sistema em tríplice hélice devem compor um sistema que por meio da construção de um ambiente de inovação possam apresentar as soluções para as demandas surgidas, considerando os termos previstos em lei, quando envolve um órgão da administração pública, no caso na área de telecomunicações em missão crítica da Polícia Federal. (ASSUMPCÃO; MINGHELLI, 2020).

O Estado, no caso, representado pela própria organização demandante, especificamente a área responsável por comunicações em missão crítica, como eixo motor do tríplice hélice, a Polícia Federal e toda a sua infraestrutura técnica e burocrática necessária, bem como a responsável em obter os recursos financeiros necessários para a viabilidade das soluções junto aos parceiros do tríplice hélice que compõe o ambiente de inovação. Para compor um ambiente de inovação, a organização deve comprovar por meio de um levantamento de dados preliminares, elementos necessários para estruturação de um ambiente de Inovação para a área de telecomunicações em missão crítica no órgão de segurança pública em questão.

Para Minghelli (2018), estes elementos estão relacionados a recursos humanos, infraestrutura e fomento. Quanto a recursos humanos, trata-se de avaliar o quantitativo de pessoal habilitado a desempenhar atividades de pesquisa e desenvolvimento na corporação e as áreas do conhecimento em que atuam, no caso, seus profissionais na área operacional de telecomunicações.

A infraestrutura, enquanto elemento descrito por Minghelli (2018) , se relaciona à capacidade laboratorial instalada no órgão ou disponível por meio de associados como a academia, ou empresa. Neste sentido, várias provas de conceito foram realizadas em campo(FONSECA,CANDIDO, 2022), tais como avaliações tecnológicas (FREIRE, CANDIDO, 2020), e testes de propostas de compartilhamento de infraestruturas (GARICA, 2020).

A divisão de telecomunicações possui um laboratório para análises da estrutura de telecomunicações em Missão Crítica instalada, e pode ainda contar com outros laboratórios da área de polícia técnica e científica. O terceiro elemento da estrutura do órgão a ser analisado segundo Minghelli (2018) é o fomento, que vem sendo planejado anualmente dentro da mesma diretoria.

A partir dos levantamentos e mediante comprovação dos elementos preliminares de infraestrutura, recursos humanos e fomento, a Polícia Federal poderia estar habilitada a compor um Ambiente de Inovação para a área de Telecomunicações em Missão Crítica liderado pela Diretoria de Tecnologia da Informação. (ASSUMPÇÃO; MINGHELLI, 2020).

Neste sentido, os processos iniciais foram disparados dentro da própria organização para que como parte do Estado, realize os processos necessários para acolher um ambiente de inovação. A então Diretoria de Tecnologia da Informação passou a se chamar Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação. Dentro da Diretoria, o então Serviço de Telecomunicações, passou a ser chamado de Serviço de Telecomunicações e Comunicações Críticas.

Considerando um pensamento sistêmico, propõe-se a solução a partir do estabelecimento de um ambiente de inovação a partir de modelos conceituais de tríplice hélice, onde podemos relacionar as questões envolvendo pesquisa e desenvolvimento de soluções na dimensão tecnológica e humana de um sistema de telecomunicações em missão crítica, por meio da interação da indústria, fabricante da solução de telecomunicações em missão crítica, a academia, responsável pela formação, capacitação, pesquisa na área e o Estado, representado pela própria organização, com seus processos burocráticos e papel de fomento para a movimentação de um sistema tríplice hélice, a fim de comporem respostas para as áreas operacionais que iniciaram o fluxo de informação.

Assim começaram a ser propostos em 2021 os Simpósios de Comunicação e Missão Crítica da Polícia Federal, fomentando as interações com a Indústria de Telecomunicações em missão crítica na Tríplice Hélice. Embora o Estado seja o motor da inovação e no caso desta pesquisa, ele é o demandante das ações que requerem pesquisa e desenvolvimento para o exercício do poder informacional em redes de telecomunicações em missão crítica como ferramentas de combate ao crime.

À época da proposta do Mestrado (ASSUMPÇÃO; MINGHELLI, 2020), a tecnologia de telecomunicações crítica empregada pela Polícia Federal era TETRAPOL, em um padrão aberto, produzido na Europa pela EADS (SOUZA, 2011). O sistema ocupa uma determinada faixa de frequência no espectro eletromagnético. A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), órgão que realiza a gestão dos recursos eletromagnéticos, tem solicitado que a organização migre seu sistema PMR para outra frequência padrão com outros órgãos de segurança pública, na faixa de 380 MHz. A atual faixa deve ser usada em outro serviço, do PNBL (Plano Nacional de Banda Larga).

A iminente transição de faixa de frequência deve implicar em ajustes de equipamentos e terminais, o que carece de avaliação interna quanto aos custos, questões que também têm sido alvo de discussões e estudos na comissão interna formada. (ASSUMPÇÃO; MINGUELLI, 2020), Diante dessas incertezas, é possível que o fornecedor atual não continue no projeto, abrindo a oportunidade para que através de uma avaliação tecnológica e analisando seus pré-requisitos, possa admitir outros parceiros em um possível arranjo institucional, o que tem despertado o interesse da indústria e de fornecedores nos Simpósios que vem sendo realizados anualmente desde então.

Quando da defesa da proposta contida no Mestrado (ASSUMPÇÃO; MINGHELLI, 2020), foi apontada a Academia Nacional de Polícia como “player” do tríplice hélice. Embora faça parte da organização de segurança pública em questão, considerando que a Academia Nacional de Polícia (ANP) possui estruturas e recursos próprios independentes, segregados das demais áreas, inclusive da Diretoria de Tecnologia da Informação, área responsável pelos recursos de telecomunicações em missão crítica gestora da aliança por parte do Estado, se habilita a formar a estrutura inovadora juntamente com os demais atores.

Os Seminários propostos pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação, por meio do Serviço de Telecomunicações e Comunicações Críticas, são parceiras envolve treinamento de pessoas, configuradas por meio da infraestrutura de ensino da Academia Nacional de Polícia, da mesma forma que foi proposta no Mestrado (ASSUMPÇÃO; MINGUELLI, 2020). Além do mais, em 2022, dois anos depois da proposta, a ANP foi reconhecida como ICT: Instituição de Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2022), habilitando-se como um ator no modelo em tríplice hélice proposto. Além de formar, a ANP se propõe a especializar profissionais de segurança pública, focando em pesquisa e desenvolvimento da ciência policial, bem como, disseminar informações para toda a sociedade, através do portal EAD ANP Cidadã, perfazendo o papel de uma instituição que oferece Ensino, Pesquisa e Extensão, para as bases da Academia na Tríplice Hélice. Nas demandas humanas, relacionadas ao capital intelectual formado pela aprendizagem de uso, deve compor a formação, capacitação, ou mesmo pesquisas, para isso deve acionar a parceria mantida com a Academia Nacional de Polícia, ou mesmo com a outra ICTs, conforme a necessidade e especificidade da ação necessária. (ASSUMPÇÃO; MINGHELLI, 2020),

Além da promoção do ensino superior no âmbito da Academia Nacional de Polícia, pode estimular pesquisas acadêmicas de interesse do órgão, que através da participação em eventos científicos e edição de publicações científicas. Neste sentido, na área de comunicações crítica é uma das destacadas dentro no da parceira ANP com o PGCIN-UFSC (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina), apresentando até aqui 3 trabalhos de Mestrado, se encaminhando para a qualificação de 1 de Doutorado, agregando o conhecimento acadêmico produzido em suas ações educacionais, formando seu capital intelectual, por meio de um conjunto de conhecimento acumulado pelo pessoal da organização aplicados em projetos de pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a academia é um parceiro no ambiente colaborativo de inovação, na medida em que a pesquisa e o apoio ao desenvolvimento tecnológico buscam resultados úteis para a pesquisa, oferece uma dinâmica típica de uma Academia Empreendedora (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

Embora para tanto é necessário que o Estado esteja à frente do processo de inovação. Mas, pesquisa e desenvolvimento não são objetivos institucionais da Polícia Federal. Cabe ao órgão formar um ambiente colaborativo para inovação, compondo como membro do Estado, um sistema em tríplice hélice, visando dar vazão às demandas apresentadas pelos usuários para a área de telecomunicações em missão crítica do órgão compondo com a indústria fornecedora dos equipamentos e Academia de Polícia, como responsável por intermediar ações de ensino pesquisa e extensão como possíveis atores de um sistema, como foi a proposta de Mestrado (ASSUMPÇÃO; MINGHELLI, 2020), que se desenha dos passos dados pelo órgão descritos na da presente pesquisa, como Seminários e incentivo a difusão do conhecimento na área, bem como as transformações das unidades internas.

Ressalta-se que todas as pesquisas realizadas no PGCIN, iniciativas, eventos contribuem para o ambiente de inovação. Neste documento ressalta-se apenas um recorte envolvendo os atores da tríplice hélice e que apontam para a formação de um ambiente de inovação sólido, na organização em estudo.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, L.C. MINGHELLI, M. **Proposta para ambiente de inovação e manutenção do poder informacional na área de telecomunicações em missão crítica na Polícia Federal**. Dissertação- UFSC Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2020.

BRAMAN, S. Change of State. **Cha Information, Policy, and Power**. Ca The MIT Press. Cambridge Mand London, 2006.

BRASIL. Diário Oficial da União. Publicado em 24/02/2022. Edição 39 Seção 1. Página 92. Portaria MJSP n. 22, de 23 de fevereiro de 2022. Reconhece a Academia Nacional de Polícia (ANP/DGP/PF) como Instituição de Científica, Tecnológica e de Inovação.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. (Ed.). Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 90, p. 23-48, maio 2017. Fap UNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>.

FREIRE D.; CANDIDO, A. **Proposta de metodologia de avaliação tecnológica para comunicações críticas**: aplicação prática como subsídio para a tomada de decisão. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2020.

FONSECA, R.N; CANDIDO, A. **Proposta de fluxograma como subsídio à tomada de decisão para os sistemas de comunicação em missão crítica**: estudo aplicado em um órgão de segurança pública. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2022.

GARCIA, A. S. **Proposição, aplicação e validação de um framework de avaliação de riscos, aplicado ao compartilhamento de sistemas de radiocomunicações de um órgão de segurança pública**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Gestão e Estratégia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAZUCATTO, M. **O estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2014.

MINGHELLI, M. Estado, Direito e Inovação: interfaces para a construção de ambientes de inovação. (Notas de Aula). Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina: 2018.

SCHWEIZER, E. G. Toward a General Theory of C3 Processes. San Diego, Jan. 84. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a216154.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SILVA, E. N. da. **Manual de Radiocomunicação**. Brasília: ANP, 2006.

SOUZA, J. L. P. de. **Rede Brasileira de Radiodifusão Segura**: uma opção nacional. 2011. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) — Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



LUCIANO CASTILHO

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E mail: professorlucianoc@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8277-5832>

Mestre em Ciência da Informação pela (2020). Especialista em Gestão da Segurança da Informação e Comunicações pela UnB (2014) e em Telecomunicações pela ESAB-ES (2008), pesquisando temáticas relacionadas a comunicação em missão crítica para operações de segurança pública. Agente de Telecomunicações da Polícia Federal, Professor Universitário, de formação policial, atuando principalmente nos seguintes temas: redes de telecomunicações em missão crítica, técnicas operacionais, tecnologia e segurança da informação. Publicou vários artigos dentro desta temática e os livros: Segurança da Informação: Estudos de Casos Multimodais e QSA 5: Comunicação em Missão Crítica na Era da Informação e do Caos



MARCELO MINGHELLI

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), E-
E-mail: marcelo.minghelli@ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0002-5964-2441>

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2009). Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2004). Graduação em Direito pela Universidade de Passo Fundo (1999). Possui experiência de gestão, tendo atuado na SETEC do Ministério da Educação, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre como Reitor e na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Acre como Secretário de Estado. Foi membro do Grupo Técnico de consultores da Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados na Elaboração da Lei 13.243/2016 (Novo Marco Legal de CTI). Atualmente é professor adjunto do magistério superior no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (CIN/UFSC). É fundador e líder do Grupo de Pesquisa "Informação, Estado e Sociedade", cadastrado no CNPq e certificado pela UFSC desde o ano de 2022.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 29

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E ANSIEDADE DE INFORMAÇÃO: CONEXÕES POSSÍVEIS

Marcela Reinhardt de Souza
Elizete Vieira Vitorino



Competência em informação e ansiedade de informação: conexões possíveis

Marcela Reinhardt de Souza
Elizete Vieira Vitorino

Resumo:

Apresenta em resumo a dissertação intitulada “Competência em informação e ansiedade de informação: conexões possíveis” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina e defendida em 2019. A dissertação objetivou analisar as convergências entre a competência em informação e a ansiedade de informação e seus objetivos específicos foram: caracterizar a competência em informação, o excesso de informação, a sobrecarga de informação e a ansiedade por excesso de informação; identificar nos estudos sobre a ansiedade de informação uma conexão com a competência em informação e apresentar elementos para modelos de competência em informação com proposição de redução da ansiedade de informação. A pesquisa foi qualitativa, exploratória e utilizou dois procedimentos, a pesquisa bibliográfica para encontrar livros, capítulos de livros e artigos científicos e a análise de conteúdo para as matérias publicadas na internet. Foram selecionados 16 artigos e 13 matérias, dos quais foi possível extrair propostas para reduzir a ansiedade de informação que vão ao encontro do que a competência em informação pretende desenvolver. Por fim, identificou-se 11 elementos necessários para um modelo de competência em informação auxiliar a reduzir a ansiedade de informação.

Palavras-chave: Sociedade da informação; Competência em Informação; Sobrecarga de Informação; Ansiedade de Informação.

I INTRODUÇÃO

Este resumo expandido apresenta a dissertação intitulada “Competência em informação e ansiedade de informação: conexões possíveis”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação, sob orientação da Prof. (a) Dr.^a Elizete Vieira Vitorino e defendida no ano de 2019.

As reflexões para o trabalho partiram da ideia de que a sociedade da informação pode nos deixar com a sensação de que vivemos sobrecarregados de informação. Entre diversos efeitos negativos advindos dessa sensação, cito a ansiedade de informação e questiono que convergências em termos de possibilidades de investigações há entre a competência em informação e os estudos sobre a ansiedade de informação?

Em resposta à questão, o objetivo geral da dissertação foi analisar as convergências entre a competência em informação e a ansiedade de informação. Para atendê-lo, os objetivos específicos foram: caracterizar a competência em informação, o excesso de informação, a sobrecarga de informação e a ansiedade por excesso de informação; identificar nos estudos sobre a ansiedade de informação uma conexão com a competência em informação e apresentar elementos para modelos de competência em informação com proposição de redução da ansiedade de informação.

Quando a pesquisa foi desenvolvida, as relações entre competência em informação e ansiedade de informação eram pouco estudadas, por este motivo e em busca de construir uma base conceitual sobre o tema a dissertação apresentou uma pesquisa bibliográfica.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se caracterizou como qualitativa, exploratória e foram utilizados dois procedimentos. Para a pesquisa bibliográfica foram utilizados livros, capítulos de livros – apresentados na fundamentação teórico-conceitual do trabalho – e artigos científicos e a análise de conteúdo foi realizada em matérias publicadas na internet.

A busca pelos artigos científicos foi realizada em abril de 2019, nas bases de dados LISA, ISTA, Scopus, Web of Science, BRAPCI, Scielo, MEDLINE, PubMed e PsycNET, incluídos publicações entre 2009 e 2019 em língua portuguesa, inglesa ou espanhola.

Nas estratégias de busca foram utilizados descritores a partir do vocabulários controlados e termos livres em português, inglês e espanhol, são eles: Ciência da Informação, Information Science, Ciencia de la Información, competência em informação, information literacy, alfabetización informacional, ansiedad, anxiety, ansiedad, ansiedad de información, information anxiety, ansiedad de la información, exceso de información, sobrecarga de información, information overload, exceso de información, sobrecarga de información, hiperinformación e hyperinformation

Na primeira etapa da seleção dos estudos foram analisados os títulos e resumos de 486 artigos e na segunda foi realizada a leitura completa dos 19 artigos selecionados, dos quais 16 abordaram a temática da pesquisa.

A análise de conteúdo teve três processos: critérios de avaliação de fontes de informação digital (Tomaél, Alcará; Silva, 2016); análise de frequência de palavras (de Bardin, 2011) e categorização (Bardin, 2011; Franco, 2012). O levantamento das matérias sobre ansiedad de información foi realizado em abril de 2019, no buscador Google com o termo “ansiedad de información”, em língua portuguesa e “ao pé da letra” e trouxe 129 resultados, dos quais após leitura dos títulos restaram 13 que abordavam o tema da pesquisa.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Dos 16 artigos selecionados (Quadro 1), sete foram publicados entre 2009 e 2015 e nove entre 2016 e 2017. Os principais temas abordados são: competência em informação (12 artigos), ansiedad de información (9 artigos), ansiedad na busca de información (4 artigos) e exceso/sobrecarga de información (3 artigos).

Dois tendências observadas foram a utilização de métodos estatísticos em cinco artigos, com pesquisas quantitativas em busca de confirmações para hipóteses iniciais, e seis artigos analisaram diferenças entre gênero e idade no comportamento informacional. Há também revisões bibliográficas e pesquisas com pessoas, desenvolvidas em países como Canadá, Malásia, Estados Unidos, Paquistão, Nigéria e Irã.


Quadro 1 – Artigos científicos objetos de análise

Artigo	Temas abordados		Usa métodos estatísticos	Aborda diferenças entre gênero ou idade
	Competência em informação	Ansiedade de informação, ansiedade na busca de informação ou sobrecarga de informação		
Bawden; Robinson, 2009	sim	sim	não	não
Durigan; Moreno, 2013	de forma implícita	sim	não	não
Eklof, 2013	sim	sim	não	não
Blundell; Lambert, 2014	sim	sim	sim	sim
Tate, 2014	não	sim	não	não
Erfanmanesh; Abrizah; Karim, 2014	sim	sim	sim	sim
Alves; Bezerra; Sampaio, 2015	de forma implícita	sim	não	não
Halpern, 2016	sim	sim	não	não
Naveed, 2016	sim	sim	não	não
Ojo, 2016	não	sim	sim	sim
Benselin; Ragsdell, 2016	sim	sim	não	sim
Durodolu, 2016	sim	sim	não	não
Naveed; Ameen, 2017	sim	sim	sim	sim
Aghaei; Soleymani; Rizj, 2017	sim	sim	sim	sim
Naveed, 2017	sim	sim	não	não
Koltay, 2017	sim	sim	não	não

Fonte: adaptado de Souza (2019).

A partir da leitura dos artigos selecionados, identificou-se que os estudos sobre ansiedade de informação permitem uma conexão com a competência em informação, indicando que a segunda pode reduzir os efeitos da primeira.

Figura 1 – Propostas para reduzir a ansiedade de informação de acordo com os artigos científicos objetos de análise



Limitar a busca (Eklof, 2013)
Conhecer as etapas de pesquisa (Eklof, 2013)
Reconhecer a ansiedade de informação (Eklof, 2013)
Sistematizar a análise das necessidades de informação (Durigan; Moreno, 2013)
Modelos e programas de competência em informação (Naveed, 2016; Benselin; Ragsdell, 2016; Durodolu, 2016; Naveed; Ameen, 2017; Aghaei; Soleymani; Rizi, 2017; Naveed, 2017; Koltay, 2017)
Considerar a complexidade do comportamento informacional (Bawden; Robinson, 2009)
Compreender os gatilhos da ansiedade de informação (Blundell; Lambert, 2014)
Saber como usar as fontes de informação (Alves; Bezerra; Sampaio, 2015)
Aprimorar a arquitetura da informação (Tate, 2014; Koltay, 2017)
Diminuir a sensação de impotência (Bawden; Robinson, 2009)

Fonte: adaptado de Souza (2019, p. 80).

As 13 matérias da internet que abordaram a ansiedade de informação estão no Quadro 2, com a análises a partir de Tomáel, Alcará e Silva (2016), no qual identificamos que a maior parte dos textos são precisos, claros, objetivos, consistentes, relevantes e íntegros; dois não se adequaram nos quesitos consistência, relevância, integridade e seis atendem aos critérios de credibilidade. Esses dados podem colocar em dúvida a confiança que podemos ter nas fontes de informação na internet.

Quadro 2 – Matérias da internet objetos de análise

Indicadores	Crítérios	Di m en st el n, 20 01	For mas , 20 03	Ar ru da , 20 03	Sa ib a, 20 03	Hu ec k, 20 08	Font ai nh a: M aci el, 20 14	Ba st o, 20 16	Lu na , 20 16	Fr an co , 20 17	Ha sh l m o t o, 20 18	Bu tti, 20 19	Int er ne t, 20 19	Ch ier ig hi ni, [2 01 -]
Aspectos intrinsecos	Precisão	S	S	S	N	S	N	S	S	N	N	N	N	S
	Facilidade de compreensão - clareza	S	S	S	N	S	N	S	S	S	N	N	N	S
	Objetividade	S	S	S	N	S	S	S	N	N	N	N	N	S
	Consistência e relevância	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S
	Integridade	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S
Credibilidade	Autoridade/ Confiabilidade	S	N	N	N	N	N	S	N	S	S	S	N	S
	Responsabilidade	S	N	N	N	N	N	S	S	S	S	S	N	S

Fonte: adaptado de Souza (2019).

A segunda análise realizada nas matérias, foi a frequência de palavras. As combinações entre as três palavras mais utilizadas nos textos foram: excesso de informação, aparecendo em 61,5% dos textos, e ansiedade de informação que aparece em 84,6%. O que nos auxiliou na decisão de incluí-los na Figura 2.

A última etapa foi a categorização de acordo com Bardin (2011), que resultou em oito categorias finais: ansiedade de informação, informações externas (fontes de informação, fake news), excesso de informação, ansiedade, sentimentos, reflexão para o leitor, competência em informação e sobrecarga de informação.

A leitura dos textos e as análises acima descritas, permitiu identificar que a ansiedade de informação é apresentada como um problema atual procedente do excesso de informação.

Figura 2 – Propostas para reduzir a ansiedade de informação de acordo com as matérias da internet objetos de análise



Permitir-se não saber (Dimenstein, 2001)
Administrar o tempo (Basto, 2016; Franco, 2017; Butti, 2019)
Diversificar as suas fontes de informação (Hashimoto, 2018)
Mudar o estilo de vida e praticar exercícios físicos (Fontainha; Maciel, 2014; Basto, 2016)
Desenvolver sua opinião, interpretar dados para transformar em informação proveitosa (Hashimoto, 2018; Butti, 2019)
Filtrar as informações (Chierighini, [201-]; Hueck, 2008; Fontainha; Maciel, 2014; Basto, 2016; Franco, 2017; Butti, 2019)
Estabelecer prioridades (Chierighini, [201-]; Arruda, 2003; Basto, 2016)
Avaliar as coisas, pessoas e oportunidades deixadas passar por falta de tempo (Franco, 2017)
Ter momentos de lazer e silenciar a mente (Saiba [...], 2003; Franco, 2017)
Concluir as tarefas começadas (Saiba [...], 2003)

Fonte: adaptado de Souza (2019, p. 91).

Após as análises descritas, considera-se que, para um modelo de competência em informação ser efetivo para reduzir a ansiedade de informação deve contemplar os 11 elementos (Figura 3). Porém, até a finalização da pesquisa não foram encontrados modelos com esses elementos.

Figura 3 – Elementos para um modelo de competência em informação auxiliar a reduzir a ansiedade de informação



Fonte: adaptado de Souza (2019, p. 96).

Entre as soluções propostas para reduzir a ansiedade de informação nos artigos e materiais analisados, identificou-se convergências com a competência em informação, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Convergências entre as soluções propostas pelos autores para a ansiedade de informação e a competência em informação

Soluções propostas para reduzir a ansiedade de informação	Competência em informação
Saber filtrar e selecionar, organizar e classificar as informações e limitar a quantidade necessária (Hueck, 2008; Eklof, 2013; Basto, 2016; Butti, 2019).	Ter a habilidade de avaliar a informação (ALA, 1989); Ser capaz de identificar e manusear fontes potenciais de informação de forma efetiva e eficaz e avaliar criticamente a informação (Dudziak, 2003); Saber como avaliar a informação face à sua pertinência e relevância e como organizá-la (Belluzzo, 2004); Ter habilidades pessoais para a construção da estratégia de busca, seguindo para a seleção das fontes disponíveis e dos dados e informações coletadas (Dudziak, 2011).
Racionalizar os motivos da leitura, desenvolver sua opinião, interpretar dados para transformar em informação proveitosa - leitura crítica (Hashimoto, 2018; Butti, 2019).	Avaliar criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos (Dudziak, 2003); O uso competente da informação reflete no desenvolvimento do espírito crítico, permitindo autonomia investigativa (Cavalcante, 2006); Saber selecionar as fontes disponíveis e dos dados e informações coletados, analisando-os com base em reflexões e análises críticas (Dudziak, 2011); Descoberta reflexiva da informação (ACRL, 2016).
Admitir que não há necessidade de saber tudo (Dimenstein, 2001) e saber sistematizar a análise das necessidades de informação (Durigan; Moreno, 2013).	Reconhecer quando uma informação é necessária (ALA, 1989); Saber determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação como suporte a um processo inteligente de decisão (Dudziak, 2003);

Fonte: adaptado de Souza (2019, p. 105-106).

Com isso, foi possível perceber a existência de muitas possibilidades em busca da redução dos efeitos negativos do excesso de informação, como a ansiedade de informação, a partir dos elementos característicos da competência em informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa, identificou-se o quanto é necessário aprendermos a lidar com a informação de maneira saudável, mesmo que não seja fácil assimilar seus processos de produção, compartilhamento, interpretação e organização, mas essa compreensão pode ajudar a filtrar aquilo que tomará o nosso tempo para estabelecer uma relação positiva diante da informação.

Foram encontradas convergências entre a competência em informação e a ansiedade de informação a partir dessa pesquisa bibliográfica. A partir da análise dos 16 artigos e das 11 matérias foram encontradas em seus conteúdos propostas para reduzir a ansiedade de informação que vão ao encontro do que a competência em informação pretende desenvolver. Com isso, identificou-se 11 elementos necessários para um modelo de competência em informação auxiliar a reduzir a ansiedade de informação.

Para o futuro, sugere-se estudos aprofundados de ordem prática, utilizando escalas específicas criadas para medir níveis de ansiedade de informação, e por meio de modelos formulados ponderando essa questão, verificar se são de fato proposições possíveis para reduzir a ansiedade de informação, considerando a participação de bibliotecários e psicólogos no processo.

REFERÊNCIAS

ACRL. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 20 fev. 2024.

AGHAEI, Fereshteh; SOLEYMANI, Mohammad Reza; RIZI, Hassan Ashrafi. Information seeking anxiety among M.A. students of Isfahan University of Medical Sciences. **Journal of Education and Health Promotion**, [s. l.], v. 6, p. 14, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5433649/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ALA. **Report of the presidential committee on information literacy**: final report. Washington, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ALVES, Ermeson Nathan Pereira; BEZERRA, Sarah Freire; SAMPAIO, Débora Adriano. Ansiedade de informação e normose: as síndromes da sociedade da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 130-139, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/17168>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ARRUDA, Antonio. Informação demais e mal-administrada faz mal à saúde. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 2003. Equilíbrio e Saúde. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u2566.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTO, Fabrício. Excesso de informação x ansiedade: o mal do século. **AnalistaTI**, [s.l.], 29 out. 2016. Disponível em: <https://analistati.com/excesso-de-informacao-x-ansiedade-o-mal-do-seculo/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BAWDEN, David; ROBINSON, Lyn. The dark side of information: overload, anxiety and other paradoxes and pathologies. **Journal of Information Science**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 180-191, 2009. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0165551508095781>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista Belluzzo. Formação contínua de professores do ensino fundamental sob a ótica do desenvolvimento da information literacy, competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento. **Transinformação**, v. 16, n. 1, p. 17-32, jan./abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862004000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2024.

BENSELIN, Jennifer C.; RAGSDELL, Gillian. Information overload: the differences that age makes. **Journal of Librarianship & Information Science**, [s. l.], v. 48, n. 3, p. 284–297, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0961000614566341>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BLUNDELL, Shelley; LAMBERT, Frank. Information anxiety from the undergraduate student perspective: a pilot study of second-semester freshmen. **Journal of Education for Library & Information Science**, [s. l.], v. 55, n. 4, p. 261–273, 2014. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1074306.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BUTTI, Irene. Ansiedade de informação. **Administradores.com**, [s.l.], abr. 2019. Negócios. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/ansiedade-de-informacao>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 47-62, dez. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/17>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CHIERIGHINI, Gustavo. **Ansiedade por informação**. Vila Mulher, [s.l.], [201-]. Dinheiro. Carreira. Disponível em: <https://vilamulher.com.br/dinheiro/carreira/ansiedade-por-informacao-5-1-37-500.html>. Acesso em: 14 ago. 2019.

DIMENSTEIN, Gilberto. Mal do século: síndrome do excesso de informação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, set. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/semana/gd020901a090901.htm>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Em busca da pedagogia da emancipação na educação para a competência em informação sustentável. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 166-183, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1925>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, maio 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DURIGAN, Gisele Mara; MORENO, Nádina Aparecida. O fluxo e a demanda de informação: a busca pelo ponto de equilíbrio na sociedade da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 89-106, ago. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4680>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DURODOLU, Oluwole Olumide. Technology acceptance model as a predictor of using information system' to acquire information literacy skills. **Library Philosophy and Practice**, [s. l.], p. 01-27, Nov. 2016. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1450/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

EKLOF, Ashley. Understanding information anxiety and how academic librarians can minimize its effects. **Public Services Quarterly**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 246-258, jul. 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15228959.2013.815529?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ERFANMANESH, Mohammadamin; ABRIZAH, A.; KARIM, Noor Harun Abdul. The prevalence and correlates of information seeking anxiety in postgraduate students. **Malaysian Journal of Library & Information Science**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 69-82, 2014. Disponível em: <https://jjice.um.edu.my/index.php/MJLIS/article/view/1791>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FONTAINHA, Fabiana; MACIEL, Leticia. Transtorno de ansiedade por excesso de informação. **Viva Saúde**, [s.l.], 25 jun. 2014. Clínica Geral. Disponível em: <https://vivasaude.digisa.com.br/clinica-geral/transtorno-de-ansiedade-por-excesso-de-informacao/172/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

FORMAS de ansiedade de informação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq0307200311.htm>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FRANCO, Giovane. O perigo do excesso de informação e a perda de identidade. O **Empoderamento**. [s.l.], 09 mar. 2017. Disponível em: <http://oempoderamento.com.br/o-perigo-do-excesso-de-informacao-e-a-perda-de-identidade/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

HALPERN, Rebecca. Active learning works! Until it doesn't: measuring the effectiveness of activity-based learning exercises on information anxiety. **Journal of Library & Information Services in Distance Learning**, [s.l.], v. 10, n. 3-4, p. 242-253, Ago. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1533290X.2016.1219201>. Acesso em: 20 fev. 2024.

HASHIMOTO, Marcos. Excesso de informação. **Polifonia**, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://www.polifonia.com.br/blogpoli/2018/4/12/excesso-informacao>. Acesso em: 14 ago. 2019.

HUECK, Karin. Sobre a ansiedade. Superinteressante, [s.l.], 31 out. 2008. Saúde. Disponível em: <https://super.abril.com.br/saude/sobre-a-ansiedade/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

INTERNET, excesso de informação: ansiedade na certa! Sim é possível. [s.l.], 28 mar. 2019. Disponível em: <http://www.simepossivel.com.br/internet-excesso-de-informacao-ansiedade-na-certa/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

KOLTAY, Tibor. The bright side of information: ways of mitigating information overload. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 73, n. 4, p. 767–775, 2017. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JD-09-2016-0107/full/html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LUNA, Fernando. Flow ou slow? Seguir o fluxo cada vez mais acelerado do dia a dia ou resistir e tentar diminuir o ritmo? **Revista Tpm**. [s.l.], 24 nov. 2016. Editorial. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/fernando-luna-editorial-da-revista-tpm-informacao-richard-wurman-ansiedade-da-informacao-revolucao-digital-turbilhao>. Acesso em: 20 fev. 2024.

NAVEED, Muhammad Asif. Exploring information seeking anxiety among research students in Pakistan. **Libri**, [s.l.], v. 66, n. 1, p. 73-82, 2016. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/libri-2015-0047/html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

NAVEED, Muhammad Asif. Information seeking anxiety: background, research and implications. **International Information & Library Review**, [s.l.], v. 49, n. 4, p. 266-273, Jun. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10572317.2017.1319713>. Acesso em: 20 fev. 2024.

NAVEED, Muhammad Asif; AMEEN, Kanwal. Determining the prevalence and correlates of information seeking anxiety among postgraduates in Pakistan. **Libri**, [s.l.], v. 67, n. 3, p. 205-214, Jan. 2017. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/libri-2016-0017/html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

OJO, Olufemi J. Information anxiety and information overload of undergraduates in two universities in south-west Nigeria. **Library Philosophy and Practice**, [s. l.], p. 01-26, Jan. 2016. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1368/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SAIBA como se proteger da ansiedade de informação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 2003. Equilíbrio e Saúde. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u2570.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SOUZA, Marcela Reinhardt de. **Competência em informação e ansiedade de informação: conexões possíveis**. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214624>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TATE, Tyler. Information Wayfinding. **Online Searcher**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 16-21, 2014.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elizabeth. Fontes de informação digital: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2016. cap. 1. p. 13-44.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Marcela Reinhardt de Souza

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
e-mail: marcelareinhardt@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4870-5563>

Bacharela em Biblioteconomia UFSC (2016), Mestra em Ciência da Informação UFSC (2019), Bibliotecária na Universidade do Estado de Santa Catarina.



Elizete Vieira Vitorino

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br
ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-2462-6553>

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Produtividade CNPq, Nível 2, Processo: 308821/2019-0, de 01/03/2020 a 28/02/2023 e de 01/03/2023 a 28/02/2026 - Processo: 308477/2022-7. Pós doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal, no período de jan. 2015 a jan. 2016 por meio da Agência de Fomento CAPES e do Programa Estágio Sênior no Exterior (Processo: BEX 2398/14-1). Pós doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) (período de 20/06/2022 a 19/12/2022).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 30

BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS NOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Márcio José Sembay
Rosângela Schwarz Rodrigues



Bibliotecas e Bibliotecários nos Polos de Apoio Presencial da Educação a Distância

Márcio José Sembay
Rosângela Schwarz Rodrigues

Resumo:

O estudo em questão apresenta um breve resumo sobre uma dissertação de mestrado realizada em 2009 no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, que aborda as mudanças na sociedade, destacando a importância da informação e da educação, com foco nos cursos de graduação e pós-graduação a distância nos Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil. O estudo foi pautado de métodos exploratórios e descritivos, de natureza quanti-qualitativa em estudo de campo com análise de conteúdo. Desta forma, o estudo destaca a presença de bibliotecas nos Polos de Apoio Presencial, observando que algumas enfrentam desafios na integração com as bibliotecas das universidades. Quanto à atuação dos bibliotecários, a pesquisa revela uma falta significativa desses profissionais nos Polos de Apoio Presencial, impactando a qualidade do serviço. Além disso, o estudo aborda a atuação dos bibliotecários nos núcleos de produção de material em Educação a Distância, destacando a importância desses profissionais na organização, classificação, catalogação e padronização dos materiais produzidos. No entanto, a presença ativa dos bibliotecários nesses núcleos é limitada. As considerações finais ressaltam a necessidade de mais atenção à integração com recursos digitais nos Polos de Apoio Presencial, a importância da presença dos bibliotecários para oferecer suporte de qualidade e a promissora atuação desses profissionais na produção de materiais na Educação a Distância.

Palavras-chave: Bibliotecas; Bibliotecários; Polos de Apoio Presencial; Educação a Distância.

I INTRODUÇÃO

Mudanças contínuas no cenário da sociedade com destaque para os aspectos de tratamento da informação e para a relevância da educação, tendo como atores centrais, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil. A informação nesse cenário é um elemento crucial para a construção dos alicerces da sociedade da informação, a qual transforma as próprias ações à medida que cada ator envolvido busca atualizar-se permanentemente para construir e manter seu capital intelectual. Desta forma, no Brasil e no mundo torna-se um desafio para os sistemas educacionais a crescente demanda por educação superior (Sembay; Rodrigues, 2014).

A modalidade de Educação a Distância (EAD) paralelamente à educação presencial nas IFES brasileiras é conhecida como um sistema bimodal, e sua adoção interfere na estrutura do sistema educacional das instituições (Belloni, 2003; Moore; Kearsley, 2007; Bernheim; Chauí, 2003; Bastos et al., 2013).

A EAD pode ser conceituada como o aprendizado planejado que ocorre, normalmente, em um lugar diferente do local do ensino do estudante. Para essa modalidade de ensino exigem-se técnicas especiais de criação de cursos e oportunidades de interação, realizadas por meios de comunicação e tecnologias variadas (Mcisaac; Gunawardena, 1996; Aoki; Pogroszewski, 1998; Mason, 2001; Bernheim; Chauí, 2003; Rodrigues, 2004).

Nesse sentido, pode-se ressaltar o papel da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que surge na iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC) visando à inclusão social e educacional por meio da oferta de educação superior a distância, ampliando as vagas nas IFES brasileiras (Belloni, 2003; Moore; Kearsley, 2007; Bernheim; Chauí, 2003; Bastos et al., 2013).

Destaca-se também nos cenários de EAD os Polos de Apoio Presencial, os quais são estruturas para a execução descentralizada das funções didático-administrativas dos cursos à distância, consórcio, rede ou sistemas de EAD, organizados geralmente com outras instituições ou apoio de regimes políticos municipais ou estaduais. Esses polos também são conhecidos como centros de atendimento, possuindo infraestrutura técnica com todos os recursos de bibliotecas e programas que oferecem apoio ao aluno a distância, assim como oferecer o Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVEA) diminuindo a distância dos alunos com a sede de universidade (Noah; Braun, 2002; Moore; Kearsley, 2007; Mota, 2009; Litto, 2009; BRASIL, MEC, UAB, 2009; Silva; Souza, 2012; Bastos et al., 2013).

Desta forma, este estudo baseou-se na pesquisa de dissertação de mestrado de Sembay (2009), intitulada “Educação a Distância: bibliotecas de polos de apoio presencial e bibliotecários” realizada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Importante destacar que essa dissertação teve uma perspectiva educacional, justificando essa pesquisa pela importante relevância que o bibliotecário assume nas IFES brasileiras no contexto dos processos de EAD (Sembay, 2009).

Nesse sentido, esse estudo resume brevemente a dissertação de Sembay (2009) no que compete aos principais resultados encontrados no contexto do estudo de campo realizado com os Coordenadores de Polos de Apoio Presencial e Coordenadores de Produção de Materiais de EAD, levando em consideração a problemática relacionada a existência de bibliotecas e bibliotecários nos Polos de Apoio Presencial dos cursos à distância da UAB/MEC, sendo que optou-se em centrar o foco na UFSC.

Destacando os objetivos da dissertação de Sembay (2009), o objetivo geral foi analisar a atuação dos bibliotecários na EAD dos cursos de graduação e pós-graduação a distância nos Polos de Apoio Presencial da UAB/UFSC. Para tal, delimitamos os objetivos específicos: a) levantar na literatura os papéis exercidos pelos bibliotecários nos sistemas de EAD; b) descrever a situação das bibliotecas na EAD dos Polos de Apoio Presencial da UAB/UFSC; c) identificar a atuação dos bibliotecários nos Polos de Apoio Presencial da UAB/UFSC na modalidade de EAD; e, d) relatar a atuação dos bibliotecários nos núcleos de produção de material de EAD da UAB/UFSC.

Portanto, com a realização deste estudo, o resumo dos principais resultados e discussões da dissertação de Sembay (2009) são apresentados no intuito de permitir e ampliar a compreensão da importância do tema para a sociedade e oportunizar iniciativas para novos estudos.

2 METODOLOGIA

Nesta seção, descreve-se a metodologia utilizada na dissertação de Sembay (2009) que nortearam a pesquisa em todo o processo de investigação e validação dos resultados obtidos na coleta, análise e interpretação dos dados.

Desta forma, o estudo foi pautado por métodos exploratórios e descritivos. A pesquisa exploratória é toda a pesquisa que busca explorar, investigar um fato, fenômeno ou novo conhecimento sobre o qual ainda se tem pouca informação, como é a situação das bibliotecas nos sistemas de EAD (Tobar; Romano Yalour, 2001). Já na pesquisa descritiva, segundo Salomon (2001 p.160): “a pesquisa descritiva compreende: descrição, registro, análise e interpretação da natureza atual ou processos dos fenômenos”, que neste caso é voltada a descrever a situação dos bibliotecários, ou seja, mapear a atuação desses profissionais dentro dos sistemas de EAD.

Quanto à natureza da pesquisa do ponto de vista de seus objetivos, a abordagem é quanti-qualitativa. Nesse sentido, na busca por se conhecer a atuação do bibliotecário na EAD, optou-se pela investigação quanti-qualitativa em relação a atuação do bibliotecário a partir de informações obtidas junto aos Coordenadores de Polos de Apoio Presencial e Coordenadores de Produção de Material para EAD da UAB/UFSC. A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, ou seja, a tradução em números de opiniões e informações, para classificá-las e analisá-las (Silva; Menezes, 2005). Minayo et al (2005, p. 71) relata que o método qualitativo pode “compreender as relações, as visões e o julgamento dos diferentes atores sobre a intervenção da qual participam, entendendo que suas vivências e reações fazem parte da construção da intervenção e de seus resultados”.

Em relação ao método da pesquisa, ela está classificada em estudo de campo que, segundo Gil (2002), é um estudo focalizado a uma comunidade que não é necessariamente geográfica, seja ela uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana.

Desta forma, para responder os objetivos do estudo foram escolhidos dois grupos de atores envolvidos na EAD da UAB/UFSC, que integram o universo dessa pesquisa: os Coordenadores de Polos de Apoio Presencial e Coordenadores de Produção de Materiais de EAD. No primeiro grupo, a população é de 77 Coordenadores de Polos de Apoio Presencial da UAB/UFSC. O questionário impresso entregue aos Coordenadores de Polo de Apoio Presencial, foi realizado no evento “Seminário de Gestão e Docência em EAD”, ocorrido no período de 6 a 7 de abril de 2009, em Florianópolis–SC. Participaram do evento 77 Coordenadores de Polo de Apoio Presencial e 12 Coordenadores de Curso de Educação a Distância da UAB/UFSC, totalizando 89 pessoas no evento. Os atores respondentes do

objeto de estudo, possível de quantificar e identificar totalizaram em 30 sujeitos pelos questionários devolvidos ao pesquisador. Nesse sentido, os 30 Coordenadores de Polo de Apoio Presencial respondentes, se tornaram nessa pesquisa, o 100% da população estudada, e o restante foi desconsiderado por motivos de questionários incompletos e não respondidos (entregues em branco). No segundo grupo de atores, a população consistiu em 3 Coordenadores de Produção de Materiais de EAD. As entrevistas foram realizadas com os Coordenadores de Produção de Material de EAD nas dependências da UFSC, e os 3 participantes responderam os questionários, representando 100% da população estudada.

Logo após, as questões fechadas foram analisadas com estatística simples e as abertas com análise de conteúdo. Esta análise é definida por Bardin (2004, p. 37) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

O objetivo geral da dissertação de mestrado de Sembay (2009) foi alcançado por meio da revisão de literatura e no alicerce dos objetivos específicos delineados. Assim, em resposta ao objetivo específico “a”, a pesquisa de Sembay (2009) apontou que os bibliotecários desempenham um papel ainda muito superficial nos sistemas de EAD e com pouca sistematização da importância desses profissionais nas bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial e na atuação das equipes multidisciplinares de produção de materiais de EAD.

Já em resposta aos objetivos específicos “b” e “c”, o quadro 1 aponta o resumo dos principais resultados do primeiro grupo de atores respondentes da pesquisa, os Coordenadores de Polos de Apoio Presencial. As respostas são direcionadas à situação das bibliotecas e à atuação dos bibliotecários nos Polos de Apoio Presencial.

Quadro 1 – Resumo dos resultados da pesquisa com Coordenadores de Polos de Apoio Presencial

Situação das bibliotecas nos Polos de Apoio Presencial
<p>- Dos 30 Coordenadores de Polos de Apoio Presencial (30 polos) pesquisados, a biblioteca estava presente em pelo menos 23 desses polos, uma vantagem em relação à amostra de alguns polos que não possuem acervo suficiente para suprir as necessidades informacionais dos alunos, tutores e professores dos cursos à distância. A maioria dos polos (21) possui suas bibliotecas instaladas no próprio local, dois desses polos usam outras bibliotecas (Escolas Estaduais) e sete polos não possuem bibliotecas. A biblioteca é requisito para credenciamento de instituição na modalidade a distância e para o credenciamento de Polo de Apoio Presencial, ou seja, são normas do MEC que ainda não foram implantadas e observadas nos 7 polos que não possuem biblioteca. Ressalta-se que os Polos de Apoio Presencial pesquisados são no Brasil todo em conexão com os cursos da UAB/UFSC, porém, vale destacar que os polos com mais estrutura estão localizados no sul do Brasil (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná) que possuem maior quantidade de cursos, instituições, acervo e média de livros por aluno, e o estado do Mato Grosso do Sul possui a maior quantidade de alunos. Já em relação à integração da biblioteca do polo com a biblioteca da universidade, sendo um dos principais pontos de observação, 16 Coordenadores de Polos de Apoio Presencial desconhecem essa integração.</p>
Atuação dos bibliotecários nos Polos de Apoio Presencial
<p>- Dos 30 Coordenadores de Polos de Apoio Presencial (30 polos), 26 responderam à pesquisa informando que não existe bibliotecário formado nos Polos de Apoio Presencial, restando apenas 4 polos onde esse profissional atua em tempo parcial. Isso mostra a falta de bibliotecários dentro das bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial para oferecer aos alunos e professores um serviço de qualidade, organização e tratamento da informação de forma apropriada. Já em relação aos comentários sobre a pesquisa com os Coordenadores de Polos de Apoio Presencial sobre o papel ideal do bibliotecário nos polos de EAD, fez-se a análise do conteúdo das respostas onde foram identificados cinco papéis importantes desses profissionais ao contexto estudado: bibliotecário formado, organizado, motivador e prestativo no atendimento. Esses papéis foram agrupados nas características das respostas com maior incidência.</p>

Fonte: Sembay (2009)

Já em resposta ao objetivo específico “d”, o quadro 2 aponta o resumo dos principais resultados do segundo grupo de atores respondentes da pesquisa, os Coordenadores de Produção de Materiais de EAD. As respostas são direcionadas a atuação dos bibliotecários nos núcleos de produção de material de EAD da UAB/UFSC.

Quadro 2 – Resumo dos resultados da pesquisa com Coordenadores de Produção de Material em EAD

Atuação dos bibliotecários nos núcleos de produção de material de EAD
<p>- Dos 3 Coordenadores de Produção de Materiais de EAD que responderam as entrevistas (3 núcleos de produção de material de EAD), deixam claro que em apenas um núcleo tem um bibliotecário formado que trabalha em tempo parcial. Das funções importantes que o bibliotecário pode desempenhar nas equipes de produção de material de EAD, as respostas são positivas em sua grande maioria no que compete a: organização, classificação, catalogação, armazenamento e recuperação. Já em relação à padronização da descrição dos materiais produzidos para os AVEA com o objetivo de garantir a recuperação da informação, os respondentes apontam positivamente que os bibliotecários são fundamentais nesse processo. Sobre os principais padrões que os materiais dos cursos atendem, destacaram-se: ABNT (para material impresso e vídeos), MEC (para vídeos, aulas online no AVEA, videoconferências, atividades pedagógicas no AVEA e atividades pedagógicas presenciais) sendo que apenas um dos respondentes desta pesquisa concorda com o uso pleno desses padrões. Já em relação aos tipos de identificações que os materiais didáticos de EAD assíncronos recebem, destacam-se: ficha catalográfica, ISBN, resumo e palavras-chave com vocabulário controlado. Por fim, em relação as melhorias no processo de organização da informação, as respostas dos 3 Coordenadores de Produção de Materiais de EAD evidenciam a necessidade de infraestrutura tecnológica em conjunto com o principal ator, o bibliotecário.</p>

Fonte: Sembay (2009)

Portanto, com base nos resumos dos principais resultados apresentados nos quadros 1 e 2 encontrados na dissertação de Sembay (2009), foi possível considerar alguns pontos de importância sobre a situação das bibliotecas e da atuação dos bibliotecários nos Polos de Apoio Presencial, assim como, da atuação dos bibliotecários nos núcleos de produção de material de EAD conforme apresentados na próxima seção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o resumo dos principais resultados apresentados no quadro 1, em relação a situação das bibliotecas nos Polos de Apoio Presencial, evidencia-se que pode variar amplamente, ou seja, a busca na integração com recursos digitais, suporte efetivo aos estudantes e adaptação às demandas locais ainda caminha a passos lentos e necessita de mais atenção nesse cenário. Já em relação ao resumo dos principais resultados sobre a atuação dos bibliotecários nos Polos de Apoio Presencial, a não existência desse profissional formado nesses polos é lastimável, uma vez que as melhores práticas incluem a presença de bibliotecários que pode realizar um trabalho integrado de melhor qualidade, sendo motivador, organizado e oferecendo um atendimento adequado aos alunos, tutores e professores.

Já no que compete ao resumo dos resultados apresentados no quadro 2, em relação a atuação dos bibliotecários nos núcleos de produção de material de EAD, o bibliotecário não tem participação ativa nesses núcleos, deixando os principais serviços relacionados a padronização e recuperação da informação defasados e sem a devida qualidade. Parte-se do princípio, de que a atuação dos bibliotecários nesse cenário vai além da simples gestão de livros e materiais físicos, pois esse profissional pode contribuir significativamente para a eficácia e a excelência dos materiais educacionais em ambientes de EAD.

Portanto, a existência da biblioteca e do bibliotecário nos Polos de Apoio Presencial ainda enfrentam o desafio de demonstrar sua importância nos processos de EAD. Já no que compete a produção de material de EAD que exige organização e tratamento da informação em ambientes para o ensino na modalidade à distância, um campo vasto de atuação para o bibliotecário, apresenta-se como promissor para esse profissional.

REFERÊNCIAS

AOKI, K.; POGROSZEWSKI, D. Virtual university reference model: a guide to delivering education and support services to the distance learner. **Online Journal of Distance Learning Administration**, Georgia, v. 1, n. 3, 1998. Disponível em: <http://www.westga.edu/~distance/aoki13.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BASTOS, A. T. et al. Polos de apoio presencial: requisitos e desafios da gestão. In: ESUD 2013 – X CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 10., 2013, Belém/PA. **Anais eletrônicos...** Belém:Unired, 2013. p. 01 - 12. Disponível em: www.aedi.ufpa.br/esud/trabalhos/poster/AT1/114304.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2003.

BERNHEIM, T; CHAUÌ, M. S. **Challenges of the university in the knowledge society: five years after the World Conference on Higher Education**, 2003. Disponível em: <http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=10165&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade Aberta do Brasil**. Pólo UAB, 2009. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=103&Itemid=29> . Acesso em: 23 jan. 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
LITTO, F. M. Recursos educacionais abertos. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009. cap. 42, p. 304-309.

MASON, R. Institutional models for virtual universities. In: TSCHCANG, F. T.; DELLA SENTA, T. **Access to knowledge: new information technologies and the emergence of the virtual university**. Oxford: Elsevier/pergamon, 2001. p. 267-287.

MCISAAC, M.; GUNAWARDENA, C. Distance Education. In: JONASSEN, D. **Handbook of research for educational communications and technology: a project of the Association for Educational Communications and Technology**. Nova York: Simon & Schuster Macmillan, 1996. Disponível em: <<http://seamonkey.ed.asu.edu/~mcisaac/dechapter/index.html>>. Acesso em 16 jan. 2024.

MINAYO, M. C. S. et al. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais**. Rio de Janeiro: Ed. da Fiocruz, 2005. p. 71-103.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thompson, 2007.

MOTA, R. A. Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009. cap. 41, p. 297-303.

RODRIGUES, R. S. **Modelo de planejamento para cursos de pós-graduação a distância em cooperação universidade-empresa**. 2004. 81 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: M. Fontes, 2001.

SEMBAY, M. J. **Educação a distância**: bibliotecas de polos de apoio presencial e bibliotecários. 2009. 173p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2009. Disponível em:
<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92872>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SEMBAY, M. J.; RODRIGUES, R. S. Bibliotecas de Polos de Apoio Presencial: análise do acervo e serviços Libraries face poles support: analysis of assets and services. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 19, n. 2, p. 174-187, 2014. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4873140>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SILVA, G. M; SOUZA, M. T. O papel dos polos de apoio presencial da Rede e-Tec Brasil no estado de Tocantins. In: VII CONNEP -CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 12., 2012, Palmas/to. Anais eletrônicos... Palmas/TO, 212. p. 01 - 07. Disponível em: www.propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/4454/2767>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, E. L; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <
<http://www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

TOBAR, F.; ROMANO YALOUR, M. **Como fazer teses em saúde pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Márcio José Sembay

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
e-mail: marcio.sembay@posgrad.ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7648-8861>

Pos-doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorado (2023) e Mestrado (2009), ambos em Ciência Informação pela UFSC; Especialização em Desenvolvimento e Criação de Negócios na Internet (2005) e Graduação em Ciência da Computação (2004), ambos pelo Centro Universitário UNIFACVEST; Licenciatura plena em Ciência da Computação em Programa Especial de Formação Pedagógica em Computação pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR) Curitiba - PR (2015). Atualmente é Coordenador do Curso de Ciência da Computação e coordenador do Núcleo Estruturante Docente de Ciência da Computação (NDE CC) do Centro Universitário UNIFACVEST. Tem experiência na área de Ciência da Computação, Ciência da Informação, Educação a Distância e tutoria em cursos a distância. Atualmente em estudo na área de Ciência da Informação em Saúde, especificamente em Proveniência de Dados e Sistemas de Informação em Saúde.



Rosângela Schwarz Rodrigues

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
E-mail: rosangela.rodriguesufsc@gmail.com
ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-9639-6390>

Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora titular e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou estágio pós-doutoral em biblioteconomia e documentação na Universitat de Barcelona em 2013-2014 e em 2019-2020. Participou do conselho editorial do Portal de Periódicos da UFSC de 2012 a 2022 Avalia regularmente projetos para agências de fomento e artigos para periódicos nacionais e internacionais. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: acesso aberto, periódicos científicos, comunicação científica e publicação científica.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 31

A CONSTRUÇÃO DA PROVENIÊNCIA EM
ARQUIVOLOGIA: UMA ANÁLISE DE DOMÍNIO NA
LITERATURA CIENTÍFICA INDEXADA NA SCOPUS
E WEB OF SCIENCE

Marieta Marks Löw
Thiago Henrique Bragato Barros



A construção da proveniência em Arquivologia: uma análise de domínio na literatura científica indexada na Scopus e Web of Science

Marieta Marks Löw
Thiago Henrique Bragato Barros

Resumo:

Este resumo expandido apresenta projeto de pesquisa de doutorado em andamento que tem por objetivo analisar os usos do conceito de Proveniência Arquivística pela comunidade discursiva da Arquivologia através de uma análise de domínio com artigos publicados em revistas indexadas. Considerando que os artigos indexados nas bases de dados Scopus e Web of Science compõe um corpus documental capaz de representar uma produção científica de excelência, a pesquisa utiliza tais artigos a partir de uma abordagem qualitativa, para analisar o referido conceito quanto a aspectos semânticos e conceituais, quanto aos usos dados ao conceito e quanto à terminologia associada. Utilizando a análise de domínio como metodologia principal, e técnicas bibliométricas de forma complementar, a pesquisa busca, ainda, caracterizar a comunidade discursiva a partir das redes de citação e coautoria entre os autores. O presente projeto apresenta o contexto e os objetivos da pesquisa, discute a metodologia utilizada e apresenta um histórico da construção do conceito de proveniência arquivística.

Palavras-chave: Proveniência Arquivística; Organização do Conhecimento; Análise de Domínio.

I INTRODUÇÃO

Considerado como um arcabouço teórico fundamental para a Arquivologia, o princípio da proveniência estabelece um método para ordenação e classificação específico para a documentação de arquivo (Cook, 1997; Duchain, 1983; Millar, 2002; Tognoli; Guimarães, 2019). Diferentemente de outras classificações baseadas em categorias diversas, como assunto, data, local etc., a proveniência arquivística estabelece um critério pelo qual as categorias de classificação e arranjo se originam na própria documentação e na sua relação com o produtor e o contexto de criação.

Apesar da importância do princípio da proveniência enquanto marco teórico da Arquivologia, estudos epistemológicos acerca da proveniência arquivística e de como o princípio é interpretado e utilizado pela comunidade ainda são relativamente poucos na literatura científica da área. Em relação ao delineamento metodológico, é usual vermos na literatura da área abordagens com análise histórica a partir da revisão de literatura, ou ainda, estudos de caso, como mencionado anteriormente. Essa tendência é percebida tanto em autores considerados clássicos, como Schellenberg, em sua obra de 1956, como por autores contemporâneos. Uma outra abordagem possível e que não foi muito explorada, e que, acreditamos, poderá trazer bons resultados, é o uso da Análise de Domínio, na perspectiva descrita por Hjørland (2002) e Guimarães e Tognoli (2015). Não localizamos na literatura nenhuma tese de doutorado sobre proveniência arquivística a partir da abordagem da Análise de Domínio, tanto no Brasil como na literatura internacional de língua inglesa, o que confere um aspecto de ineditismo à esta pesquisa.

Desse modo, surge o questionamento que norteou o desenvolvimento do presente projeto, formulado aqui como pergunta de investigação:

- Como o conceito de Proveniência Arquivística vem sendo utilizado nos artigos científicos de periódicos indexados nas bases de dados referenciais Scopus e Web of Science da comunidade acadêmica da Arquivologia?

A partir desse questionamento, formulamos os objetivos da pesquisa. O **objetivo geral** foi formulado como segue:

- Compreender o uso do conceito de Proveniência Arquivística na comunidade discursiva da Arquivologia através de artigos científicos publicados em periódicos indexados nas bases de dados Scopus e Web of Science.

Como objetivos específicos, derivados do objetivo geral, elencamos os seguintes:

- Compreender a evolução histórica do conceito de proveniência na literatura arquivística.
- Caracterizar a comunidade discursiva através de análises métricas de artigos indexados que utilizam o conceito de proveniência.
- Compreender como o conceito de proveniência é utilizado pela comunidade discursiva da Arquivologia através de análise semântico-discursiva da produção científica indexada.

Assim, essa pesquisa busca aprofundar a compreensão acerca das diferentes interpretações e usos do conhecimento científico desenvolvido acerca da proveniência arquivística, em uma perspectiva semântico-discursiva, na literatura científica da área. Como resultados esperados temos uma revisão teórica e conceitual sobre o princípio de respeito aos fundos e seus usos pela Arquivologia, aqui delimitada pela comunidade de pesquisadores com artigos publicados em revistas indexadas nas bases de dados referenciais Scopus e Web of Science.

2 METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos da pesquisa delineiam uma abordagem teórica, descritiva e qualitativa, centrada na literatura científica especializada em Arquivologia. A escolha desta metodologia se baseia nos objetivos específicos e na questão norteadora do estudo, destacando-se como uma pesquisa bibliográfica e documental. A análise dos dados será realizada a partir de informações disponíveis em fontes bibliográficas, o que destaca o caráter documental e bibliográfico da pesquisa.

A pesquisa se concentra na compreensão do conceito de Proveniência Arquivística, explorando a literatura científica indexada em bases de dados internacionais. Nesse contexto, a metodologia adotada é a Análise de Domínio, com uma perspectiva social fundamentada nos estudos de B. Hjørland e H. Albrechtsen (1995), B. Hjørland (2002) e R. Smiraglia (2015). A escolha dessa abordagem metodológica visa proporcionar uma compreensão mais aprofundada e crítica sobre o tema em questão.

A Análise de Domínio é originalmente formulada como uma ferramenta para desenvolvimento de sistemas de informação na Ciência da Computação (Guimarães, 2014), entretanto Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2002) redefinem o conceito a partir de uma visão mais abrangente para os estudos informacionais. A Análise de Domínio, conforme proposta pelos autores, oferece uma estrutura metodológica que permite investigar a natureza social e contextual dos conceitos. Com suas onze abordagens, os autores estabeleceram um arcabouço teórico próprio para a área da Ciência da Informação (Smiraglia, 2022, 2015).

A coleta de dados foi feita nos dias 22 e 23/05/2023 em duas bases de dados referenciais internacionais: a Scopus e a Web of Science. Foram utilizados os termos: archival provenance, archival fonds e respect des fonds, limitando a consulta aos campos título, palavras-chave e resumo em ambas as bases. Após a coleta, os dados foram reunidos em uma única planilha, onde foram compatibilizados os metadados de ambas as bases, para possibilitar um tratamento preliminar dos resultados obtidos com a coleta.

Em um segundo momento os dados foram analisados a partir de critérios para seleção do corpus da pesquisa. Um primeiro critério utilizado para inclusão na amostra foi a língua original do documento. Foram incluídos apenas documentos cujo texto original estava em língua inglesa. Um segundo critério aplicado na seleção da amostra foi a inclusão apenas de artigos científicos publicados em periódicos especializados. Após essa seleção inicial, passou-se à leitura dos títulos e resumos, para verificar se os termos estavam relacionados a artigos na área da arquivologia. Assim, a pesquisa tem um corpus documental composto por 177 textos de artigos em inglês, no domínio da arquivologia, onde os termos archival provenance, archival fonds ou respect des fonds aparecem no título, resumo ou palavra-chave.

3 RESULTADOS INICIAIS DA PESQUISA

Neste momento inicial de contato com os textos que compõem a pesquisa, algumas informações já podem ser destacadas acerca do conjunto. Inicialmente é importante destacar a polissemia do termo proveniência, e sua disseminação em diferentes áreas do conhecimento. Pela leitura dos títulos e resumos dois sentidos do termo são mais frequentes: proveniência enquanto local ou contexto de produção ou origem; e proveniência enquanto registro de movimentação do documento, item ou informação. O primeiro sentido está mais próximo do uso tradicional da arquivologia, e é bastante frequente para documentos de acervos culturais, como itens de arquivo, biblioteca ou museu. Já o segundo sentido parece estar mais associado às questões de preservação digital, repositório de dados e relacionados às questões tecnológicas de autenticidade e segurança à informação.

Um segundo aspecto a ser destacado é a dispersão do termo em diferentes periódicos. Os 177 artigos estão distribuídos em 116 títulos diferentes, sendo que 92 deles têm apenas 1 ou 2 artigos em todo o período que compõem a amostra. Temporalmente a amostra está distribuída entre os anos de 1965 e 2023 com curva exponencial ascendente no período.

Entre as revistas com mais artigos na amostra destacam-se três, todas dedicadas à Arquivologia: *American Archivist*, com 27 artigos, *American Science* e *Archivaria*, com 24 artigos cada. Juntas elas representam 42% da amostra. Outras revistas dedicadas a temas da Arquivologia também aparecem na amostra, como *Archives and Manuscript*, com 9 artigos, *Records Management Journal*, com 8 artigos, *Journal of Archival Organization*, também com 8 artigos, *Journal of the Society of Archivists*, com 5 e *Archives and Records*, com 4. Também aparecem revistas dedicadas à catalogação e organização do conhecimento, como *Knowledge Organization*, com 7 artigos, e *Cataloging and Classification Quarterly*, com 4. A Figura 3, abaixo, traz a lista das principais revistas da amostra e os quantitativos em número de artigos para cada uma delas.

Uma análise dos índices de citação na CiteScore das três principais revistas da amostra suscita questões interessantes sobre a produção acadêmica na Arquivologia. As três revistas possuem linhas com movimentos distintos no gráfico, conforme Figura 4, abaixo. A revista *Archival Science* possui o melhor índice de citação das três atualmente, com 2.8 no CiteScore 2022, com um percentil de 97 e a posição n. 33/1599 na categoria History. Quando analisamos a categoria Library and Information Science (LIS), seu percentil fica em 72, com uma posição n. 73/266. Seu gráfico mostra movimentos de melhoria e decréscimo do índice nos últimos anos. Já a revista *Archivaria*, que também tem um gráfico com vários picos, tem um movimento descendente na linha temporal, ao contrário da revista anterior. Seu índice está em 1, (CiteScore 2022), e tem um percentil 43, com a posição 150/266 na categoria LIS. A *American Archivist* apresenta uma linha mais estável, sem picos, mas seu índice é o menor dos três, com valor 0.8 (CiteScore 2022), também com movimento descendente, percentil 39 e posição 160/266 na categoria LIS. Na categoria Arts and Humanities seu percentil é 49, e a posição é 222/440. A partir dos textos originais será possível desenvolver outras análises, mais aprofundadas, na continuação da pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um primeiro aspecto da pesquisa a ser destacado é a importância do conceito de Proveniência Arquivística para o desenvolvimento da área. Tal conceito é resultado de uma construção histórica que acompanha o desenvolvimento da área.

Uma história dos arquivos poderia ser contada a partir do início das civilizações mais antigas, pois, conforme destacado por Silva e outros, (1999), há evidências arqueológicas que atestam a prática de armazenar documentos administrativos e governamentais em diferentes épocas e sociedades. No entanto, é apenas no período contemporâneo que os arquivos adquirem sua atual configuração, tornando-se uma peça essencial do aparelho estatal e um instrumento intrínseco à cidadania. Este desenvolvimento pode ser contextualizado em um processo mais amplo de modernização dos governos nacionais, mais especificamente a partir de constituição do Estado-Nação na Europa.

A instituição dos arquivos como parte integrante do aparelho estatal contemporâneo é inseparável do contexto histórico que deu origem ao chamado Estado-Nação. De acordo com Hobsbawm (1991), o Estado-Nação é uma forma específica de organização política que ganhou proeminência durante os séculos XIX e XX, na Europa ocidental. Este fenômeno surge intrinsecamente ligado aos movimentos nacionalistas e fortalecimento da identidade nacional, e é consolidado com a ampliação do aparato governamental e criação de estruturas burocráticas de apoio ao estado. Nesse processo, com as dinâmicas na centralidade do poder, as relações entre os indivíduos e o governo estatal passam a ser redefinidas, surgindo a figura do cidadão, o que traz consequências às formas de organização do estado. A memória e a história administrativa das nações passam a ter uma nova importância na manutenção do próprio Estado. Todo esse processo acaba por influenciar diretamente a organização e função das instituições que preservam a documentação e, por conseguinte, a memória e a cultura nacional, como é o caso dos arquivos.

No século XX, a importância dos arquivos e do princípio da Proveniência é destacado por autores como Schellenberg (1956), e outros, e o princípio é incluído em importantes manuais. Após a Segunda Guerra, há uma crescente expansão na produção documental, e uma necessidade de melhoria na gestão da documentação administrativa. Influenciadas pela modernização e profissionalização do aparato estatal e a automatização na produção de documentos, com o desenvolvimento de máquinas de escrever e outros equipamentos. Neste período há uma maior profissionalização dos arquivos, o desenvolvimento de cursos de formação, e a consolidação da Arquivologia, enquanto uma área de conhecimento consolidado na práxis do Arquivo. Essa etapa de maior maturidade profissional pode ser exemplificada na constituição do Conselho Internacional de Arquivos, entidade profissional internacional que foi criada em 1948.

Ao final do século XX, o desenvolvimento das tecnologias de informação leva a questionamentos sobre a validade dos princípios teóricos que embasavam a Arquivologia. As questões emergentes e o novo cenário de produção, preservação e uso dos documentos, mediados pela tecnologia, levaram a um repensar sobre o que é documento, qual o papel dos arquivos, e, logo, sobre a importância da proveniência neste novo contexto.

Percebe-se que, nesse momento de revisão e debate sobre os fundamentos da arquivologia e do princípio da proveniência, para além de uma discussão sobre atividades práticas de descrição ou gestão de arquivos, a literatura está tratando sobre questões conceituais e epistemológicas. Há um visível amadurecimento teórico na área, e uma maior solidez na pesquisa.

Assim como outras áreas de conhecimento das ciências sociais, a Arquivologia é uma área de conhecimento cuja cientificidade é sempre um tema de discussão e debate entre os autores. A própria inserção como um campo dentro da CI é um tema de disputa entre os pesquisadores da área. Com um conhecimento de origem eminentemente prática, a Arquivologia consolidou uma série de conceitos e entendimentos teóricos ao longo do século XX e nas últimas décadas. Neste capítulo, buscamos delinear um histórico sobre a construção do princípio da proveniência, desde os momentos em que ele é instituído, ainda como orientações sobre a práxis em arquivos, até sua inserção em manuais, também voltados para uma prática profissional, até sua “redescoberta” como princípio teórico, ao final do século XX. Em todas estas etapas é a aceitação do princípio pela comunidade discursiva do domínio que permitiu sua manutenção e perenidade ao longo do tempo. Com as análises que serão concluídas na continuidade desta pesquisa tais questões poderão ser mais bem esclarecidas.

REFERÊNCIAS

COOK, T. What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. **Archivaria**, [s. l.], v. 43, p. 17–63, 1997.

DUCHEIN, M. Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science. **Archivaria**, [s. l.], v. 16, p. 64–82, 1983.

Disponível em:

<https://www.archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12648>.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 43, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415>. Acesso em: 29 ago. 2023.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches - Traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 58, n. 4, p. 422–462, 2002.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 46, n. 6, p. 400–425, 1995. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

HOBSBAWN, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MILLAR, L. The death of the fonds and the resurrection of provenance: Archival context in space and time. **Archivaria**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 1–15, 2002. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84884376496&partnerID=40&md5=368612d59502445bfd8f4abe1bd65843>.

SCHELLENBERG, T. R. **Modern Archives: Principles and Techniques**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

SILVA, A. M. da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SMIRAGLIA, R. P. **Domain Analysis for Knowledge Organization: Tools for Ontology Extraction**. Kidlington: Elsevier, 2015. Disponível em: Acesso em: 29 ago. 2023.

SMIRAGLIA, R. The Domain Analysis Clinic: A Singular Advance in Domain Analysis for Knowledge Organization. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [s. l.], v. 16, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12659>. Acesso em: 29 ago. 2023.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. Provenance as a knowledge organization principle. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 46, n. 7, p. 558–568, 2019.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Marieta Marks Löw

Florianópolis, Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PGCIN) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
e-mail: marietalow@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4442-9365>

Aluna de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Linha de Pesquisa Memória, Mediação e Organização do Conhecimento sob orientação do Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros. Mestrado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021). Bacharel em Arquivologia (2010) e Bacharel em História (2000), ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista FAPESC no PGCIN/UFSC desde 2022. Pesquisa nas áreas de Organização do Conhecimento e Representação da Informação, Análise de Domínio, Ontologias, Sistemas de Organização do Conhecimento e Arquivologia.



Thiago Henrique Bragato Barros

Porto Alegre, RS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: bragato.barros@ufrgs.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7439-5779>

Professor Adjunto no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFRGS e UFSC. Pós Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2018-2019). Pesquisador em grupos de pesquisa da UFSC, UFSCAR e UFRGS. Presidente da International Society for Knowledge Organization (2022-2026). Editor Chefe da revista em Questão (E-ISSN 1808-5245) Editor Managing Editor da revista Knowledge Organization. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN UFRGS(2020-2024). Membro do Scientific and Technical Advisory Council da (STAC) da ISKO. Membro Associado da Association for Information Science and Technology. Membro do Conselho Internacional de Arquivos. Representante da área da Informação no Comitê de Assessoramento na FAPERGS (2022-2024). Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Organização do Conhecimento, Análise de Domínio, Sistemas de Organização do Conhecimento e Arquivologia.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 32

ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS :
PRONTUÁRIO DO PACIENTE COMO FONTE DE
INFORMAÇÃO PRIMÁRIA

Nelma Camêlo de Araujo
Ursula Blattmann



Ética em pesquisa com seres humanos : prontuário do paciente como fonte de informação primária

Nelma Camêlo de Araujo
Ursula Blattmann

Resumo:

Na área da Ciência da Informação, a discussão sobre Ética aborda estudos sobre a Ética da Informação direcionada às discussões voltadas para a biblioteca e o uso das tecnologias da informação e comunicação. No Brasil, o tema “Ética” foi difundido com características deontológicas, voltadas para a prática do profissional bibliotecário. O objetivo da tese foi compreender a apreciação dos membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Instituições de Ensino Superior de Alagoas em relação aos protocolos de pesquisas que têm como fonte de informação o Prontuário do Paciente e suas implicações éticas. A pesquisa é aplicada, qualitativa, exploratória, e o método utilizado foi o estudo de caso. O instrumento usado para coleta de dados foi o questionário, dividido em três blocos, totalizando 17 (dezesete) questões semiabertas e abertas. Os resultados da pesquisa apontam que 85% dos membros participantes da pesquisa dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Instituições de Ensino Superior de Alagoas, aceitaram as justificativas dos pesquisadores de declínio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, quando da utilização do Prontuário do Paciente, por entenderem que se trata de dado secundário e as questões éticas imbricadas nessa análise estão relacionadas às boas práticas de pesquisa, quais sejam, a preservação do direito do participante da pesquisa em permitir que se acesse suas informações contidas nos Prontuários. Conclui-se que os membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de Alagoas deixaram de imprimir em profundidade seus conhecimentos sobre “dados” e “fonte de informações”, mas se identifica por meio dessas mesmas impressões que os mesmos entendem que o Prontuário do Paciente é um “dado secundário”, sendo justificado a não aplicação do TCLE aos donos do Prontuário do Paciente quando da realização de pesquisas com essa fonte de informação.

Palavras-chave: Ética da Informação. Fonte de Informação. Prontuário do Paciente. Comitê de Ética em Pesquisa.

I INTRODUÇÃO

Os Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPs), além de analisarem protocolos de pesquisas, atuam também na capacitação dos pesquisadores membros do próprio Comitê, como também de toda a comunidade de pesquisa onde estiver inserida. Seus membros são incentivados a participarem de eventos sobre as questões éticas em pesquisas, bem como na avaliação de cada Comitê.

Pesquisas cadastradas na Plataforma Brasil, dão origem a um protocolo de pesquisa. Esses são analisados pelos respectivos CEPs das instituições nas quais essas pesquisas estão sendo desenvolvidas ou daquelas a que estão relacionadas. A Plataforma Brasil surgiu da necessidade do sistema CONEP/CEP de dar agilidade à análise dos protocolos de pesquisas que necessitam da autorização de seu respectivo CEP para serem desenvolvidas (MINISTÉRIO DA SAÚDE/PLATAFORMA BRASIL).

A Resolução CNS n. 466 de 2012 reforça a necessidade do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, que permite ao pesquisador realizar sua pesquisa com a autorização do indivíduo participante ou de seu representante legal. Mesmo na proposta de uma Resolução específica para a área das Ciências Humanas e Sociais, a exigência desse continua, pois existem várias pesquisas de diversas áreas do conhecimento que envolve Seres Humanos, e também quanto ao que na Resolução é destacado como “indivíduos vulneráveis”, sendo necessário o Termo de Assentimento do responsável legal do indivíduo pesquisado.

Na área da saúde, é necessário que se tenha a aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) na realização da pesquisa proposta pelo pesquisador e seus desdobramentos. Somente com essa aprovação, o pesquisador poderá publicar os resultados de seu trabalho em publicações da sua área, principalmente em nível internacional, mas, nas demais áreas do conhecimento que desenvolvem pesquisas com seres humanos, também se faz necessária a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Algumas áreas resistem a enviarem seus projetos para serem avaliados pelos seus respectivos Comitês de Ética em Pesquisa, por entenderem que o envio dos seus projetos de pesquisa dificulta a realização de seus trabalhos (burocratização do processo, tempo para aprovação e inclusive se os membros dos Comitês de Ética em Pesquisa entendem o assunto apresentado), outro argumento diferente da área da saúde, que exige o aceite do Comitê de Ética em Pesquisa para a publicação dos resultados de suas pesquisas em periódicos da área, o mesmo não ocorrendo com tanta incidência na área das Ciências Humanas e Sociais (Francisco; Santana, 2014).

Os Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPs são orientados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP a analisar os protocolos de pesquisa à luz da Resolução n. 466 de 2012, específica para a área da Saúde, e a Resolução n. 510 de 2016, para a área das Ciências Humanas e Sociais.

Porém, quando essas Resoluções não conseguem abranger todas as especificidades de um protocolo de pesquisa, a CONEP emite normas específicas. No caso de pesquisas realizadas com Prontuário do Pacientes, a Comissão orienta observar várias legislações, dentre elas a própria Constituição Federal, Resoluções do Conselho Federal de Medicina e também o Código do Consumidor, pois a relação médico-paciente faz parte de um contrato de prestação de serviços.

Assim, o problema da tese é: implicações éticas na apreciação de protocolo de pesquisa que tenham como fonte de informação o Prontuário do Paciente. As perguntas de pesquisa são: Como os membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de Instituições de Ensino Superior de Alagoas consideram os protocolos de pesquisas que utilizam prontuários dos pacientes como fonte de informação?; e: qual fonte de informação e 'dado' que caracteriza o Prontuário do Paciente influenciam a apreciação dos protocolos de pesquisas pelos membros dos Comitês de Ética?

Elaboraram-se os objetivos da tese com vistas a responder aos problemas elencados.

Objetivo Geral

Compreender a apreciação dos membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Instituições de Ensino Superior de Alagoas em relação aos protocolos de pesquisas que têm como fonte de informação o Prontuário do Paciente, e suas implicações éticas.

Objetivos Específicos

1. Mapear as Instituições de Ensino Superior em Alagoas que mantêm um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos em seu escopo;
2. Identificar as áreas que estão representadas por meio dos pesquisadores nos respectivos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos;
3. Demonstrar como os membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos analisam os protocolos de pesquisas que envolvam Prontuário do Pacientes;

4. Demonstrar o papel da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa nos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos em relação a protocolos de pesquisas que usam o Prontuário dos Pacientes.

Na área da Ciência da Informação, a tese visa contribuir com os conceitos específicos sobre fonte primária de informação, relacionando esses conceitos ao Prontuário do Paciente, contendo dados primários, e seguindo a determinação da Resolução nº 466/12 voltada para os princípios éticos, sendo necessário o Consentimento Informado do paciente, principalmente quando as pesquisas se dão direcionadas a questões específicas no tratamento e acompanhamento do paciente.

2 METODOLOGIA

A tese é de natureza aplicada, uma vez que irá trabalhar com atividades concretas e grupos específicos, procurando perceber como esses grupos atuam frente à problemática do trabalho, registrando a percepção dos atores envolvidos na pesquisa (membros dos Comitês de Ética em Pesquisa) de Instituições de Ensino Superior de Alagoas.

A população selecionada para realização da pesquisa foram os membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Instituições de Ensino Superior de Alagoas. No mapeamento das Instituições de Ensino Superior no Estado de Alagoas, foram identificados cinco Comitês, dois de instituições públicas e três de instituições privadas, todos na Capital, Maceió.

Foi realizado contato, a partir de 31 de maio de 2016, com os coordenadores desses Comitês, por e-mail, contato telefônico e pessoal, nos quais quatro coordenadores autorizaram a realização da aplicação da pesquisa. Ressalta-se que a ordem dos anexos não representa a categorização dos respectivos CEPs para fins de coleta e análise de dados, bem como de seus respectivos membros.

Essas autorizações foram necessárias para compor a documentação exigida pela Plataforma Brasil, que permitiu a aplicação do instrumento de pesquisa, questionário e também do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, nos respectivos Comitês.

A entrada de toda a documentação na Plataforma Brasil, gerando o Protocolo de Pesquisa, para análise dos membros do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, se deu no dia 18 de julho de 2016. A aprovação para a realização da pesquisa pelo CEP/UFSC se deu em 26 de agosto de 2016.

Optou-se por aplicar como instrumento de pesquisa o questionário, em meio físico, papel, entregue aos respectivos coordenadores dos CEPs, dada a dificuldade de agendar com os pesquisadores, horários para a realização de entrevistas individuais. Para realização da pesquisa, o importante era que eles respondessem individualmente o instrumento e também que os mesmos assinassem o TCLE, tomando conhecimento dos procedimentos da pesquisa, objetivo, riscos, benefícios e divulgação dos resultados, de acordo com a Resolução 510/2016, uma vez que o trabalho se dá no campo da área das Ciências Humanas e Sociais.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A tese partiu da premissa de que a análise dos protocolos de pesquisa que utilizam Prontuários do Paciente como fonte de informação, pelos membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, quando da solicitação do declínio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido pelos pesquisadores, por entenderem que essa fonte são “dados secundários”, impacta diretamente no resultado ético da pesquisa.

Assim, com base no objetivo geral de compreender a atuação dos membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Instituições de Ensino Superior de Alagoas em relação aos protocolos de pesquisas que têm como instrumento os Prontuários de Pacientes, e as implicações éticas de sua avaliação, delimitaram-se os procedimentos metodológicos e o método da pesquisa, utilizando-se como instrumento para coleta de dados um questionário, dividido em três blocos, e também o Termo de Consentimento Livre Esclarecido para os membros de três Comitês de Ética de instituições de ensino superior de Alagoas.

No Estado existem cinco Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Destes, um não se manifestou em participar da pesquisa e outro, por motivos próprios, entregou os questionários em branco.

Esses Comitês estão dispostos em duas Instituições de Ensino Superior Públicas e três em Instituições de Ensino Superior Privadas. Essas instituições estão localizadas na cidade de Maceió, capital de Alagoas.

Dessas instituições, uma oferece cursos apenas na área da saúde, sendo a mesma, uma referência em nível regional.

A área da Ciência da Saúde foi representada por 12 participantes, a segunda área mais representativa foi das Ciências Humanas e Sociais com 8, e as demais foram representadas por um membro, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Biológicas.

Os membros dos CEPs que participaram efetivamente da pesquisa demonstraram que agiam diferente quando da análise dos protocolos de pesquisa que utilizam o Prontuário do Paciente, mesmo quando citaram a Resolução 466/2012. Poucos demonstraram conhecer efetivamente toda a Resolução, bem como os demais documentos disponibilizados pela CONEP.

Citando a Resolução n. 466 de 2012, os membros justificaram que ela lhes permite o declínio do TCLE quando do uso de Prontuário do Paciente, sendo os mesmos respaldados legalmente.

Poucos (apenas três) citaram outras fontes de informação, isto é, a Carta Circular da CONEP e o Manual de orientação da CONEP aos CEPs que justificassem suas análises nos protocolos de pesquisa, independente do uso de Prontuário do Paciente.

Sobre o entendimento dos membros dos CEPs em relação aos dados primários e secundários relativos ao Prontuário do Paciente, percebeu-se que não houve consenso entre os representantes dos próprios CEPs, sobre o assunto.

Mas, quanto aos conceitos sobre dado primário e dado secundário, os membros dos CEPs relacionaram os dados primários àqueles sem tratamento, citando inclusive a coleta de informações direta aos participantes de pesquisa, e como dado secundário aquele que está disponível para uso, relacionando imediatamente ao Prontuário do Paciente.

Quanto à análise dos protocolos de pesquisa que utilizaram o Prontuário do Paciente como fonte de informação, e a solicitação de declínio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, 85% responderam que aceitaram as justificativas dos pesquisadores, as quais foram que, o Prontuário do Paciente é um “dado secundário” e que o número de prontuários a serem investigados representava uma quantidade expressiva, e também o tempo para a realização da investigação (pesquisa retrospectiva), tendo uma probabilidade de os donos dos prontuários já terem falecido, por isso o aceite do declínio para aplicação do TCLE.

Em relação à quantidade expressiva de Prontuários a serem investigados, representa uma justificativa pertinente à solicitação de declínio do TCLE, pois em alguns casos as pesquisas realizadas com um volume alto de documentos procuram investigar informações em nível estatístico, principalmente aquelas que representam dados epidemiológicos, sem a necessidade de identificação do paciente ou de seu tratamento ou qualquer outro processo.

Os membros provenientes da área da Saúde foram aqueles que mais aceitaram a solicitação de declínio do TCLE. Os membros da área das Ciências Humanas e Sociais foram ponderados no aceite da solicitação de declínio do TCLE quando do uso de Prontuário do Paciente como fonte de informação, justificando melhor suas ações.

Sobre o conhecimento do que sejam dados primários e secundários, por parte dos membros dos CEPs pesquisados, poucos esclareceram seus conhecimentos sobre o tema, sendo os mesmos bem sucintos em responder à pergunta sobre esse tópico.

As implicações éticas sobre o comportamento dos membros dos CEPs em analisarem esses protocolos de pesquisa com pouca informação, orientação e treinamento por parte da CONEP e também pelos próprios membros dos seus respectivos CEPs, que estão há mais tempo na gestão e que foram treinados pela CONEP, são várias. Dentre elas, a possibilidade de descrédito por parte dos pesquisadores da instituição, e também a manipulação de informações por parte de pesquisas financiadas por organismos internacionais que usam das informações contidas nos Prontuários do Paciente para desenvolverem medicamentos ou tratamentos abusivos.

Ao longo do trabalho, analisando a literatura sobre Prontuário do Paciente e também sobre “dados secundários” na área da Ciência da Informação, percebeu-se que existe um consenso sobre a importância do Prontuário do Paciente como fonte de informação, porém não há consenso sobre se é uma fonte primária ou secundária de informação, tampouco contém dados primários ou secundários.

Diante das evidências apontadas na pesquisa, ressalta-se a necessidade de que a área da Ciência da Informação possibilite uma discussão sobre o que representa o Prontuário do Paciente como fonte de informação e quais os dados contidos no Prontuário do Paciente.

Propõe-se que os pesquisadores da área da Ciência da Informação participem efetivamente dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de suas instituições, contribuindo com os demais pesquisadores sobre assuntos relacionados à informação, gestão e tecnologias, mantendo a interdisciplinaridade da área e, de acordo com a tese na área da saúde, sendo uma área de interlocução com a sociedade, em nível nacional e internacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de Alagoas deixaram de imprimir em profundidade seus conhecimentos sobre “dados” e “fonte de informações”, mas se identifica por meio dessas mesmas impressões que os mesmos entendem que o Prontuário do Paciente é um “dato secundário”, sendo justificado a não aplicação do TCLE aos donos do Prontuário do Paciente quando da realização de pesquisas com essa fonte de informação.

Conclui-se também que as implicações éticas desse comportamento dos membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Instituições de Ensino Superior de Alagoas na análise dos protocolos de pesquisas que utilizam como fonte de informação, o Prontuário do Paciente, estão relacionadas principalmente a essência do ser humano, qual seja, a ética das relações entre os indivíduos, em nome da ciência o ser humano é desconsiderado e os pesquisadores utilizam de suas informações sem o devido Consentimento Esclarecido por parte do participante da pesquisa, o paciente.

Propõe-se a continuidade de pesquisas sobre o uso do Prontuário do Paciente, organização, tratamento e uso do mesmo como fonte de informação na área da Ciência da Informação, mas que sejam pesquisas interdisciplinares, considerando a área da saúde e aquelas relacionadas à Ética da Informação.

REFERÊNCIAS

FRANCISCO, Deise Juliana; SANTANA, Luciana (Orgs.). **Problematizações éticas em pesquisa**. Maceió: Edufal, 2014. p.13-42.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plataforma Brasil. 2016. Disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 199 de 25 fevereiro de 2014**. Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio. Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde, Brasília. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0199_30_01_2014.html. Acesso em: 07 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde, Brasília. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 10 jul. 2014.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Nelma Camêlo de Araujo

Maceió/AL

Universidade Federal de Alagoas,

E-mail: nelma.araujo@ichca.ufal.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4892-7484>

Pós Doutora, Doutora e Mestre pelo PPGCIIn/UFSC, Bacharel (Biblioteconomia) e Especialista (Gestão Estratégica da Informação Tecnológica para Indústria) pela UFMG, Profa. Associada da Universidade Federal de Alagoas, Vice Coordenadora do PPGCI/UFAL, membro suplente da CONEP.



Ursula Blattmann

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: ublattmann@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8834-0987>

Pós Doutora pela PPGCI/UFPE, Doutora pelo PPGGC/UFSC, Mestre pela PUC/Campinas, Profa. Aposentada no Departamento de Biblioteconomia/Arquivologia da UFSC



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 33

MÉTODO PARA O GERENCIAMENTO DE DADOS DE
PROVENIÊNCIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
EM SAÚDE

Márcio José Sembay
Douglas Dyllon Jeronimo de Macedo
Alexandre Augusto Gimenes Marquez
Filho



Método para o gerenciamento de dados de proveniência em sistemas de informação em saúde

Márcio José Sembay
Douglas Dyllon Jeronimo de Macedo
Alexandre Augusto Gimenes Marquez Filho

Resumo:

A proveniência de dados desempenha um papel fundamental na promoção da confiabilidade, transparência e integridade das informações, sendo uma prática essencial em Sistemas de Informação em Saúde para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados utilizados nas tomadas de decisão. Assim, este estudo apresenta um breve resumo sobre uma tese de doutorado realizada em 2023 no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, que trata sobre um método de gerenciamento de dados de proveniência em Sistemas de Informação em Saúde. Para alcançar os objetivos definidos no resumo da tese aqui apresentada, a metodologia de pesquisa foi de natureza aplicada em um estudo de caso, caracterizada como experimental e exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa. Já em relação aos procedimentos técnicos no desenvolvimento e validação do método, foram realizados experimentos em um cenário de saúde real com dados reais, os quais possibilitaram identificar além de benefícios, desafios e ameaças durante sua experimentação. O método foi avaliado via formulário eletrônico enviado a especialistas da área possibilitando mapear pontos importantes para reflexão na estrutura do método. Por fim, nas considerações finais, o método proposto mostrou-se significativo ao atingir seus objetivos, sendo possível adaptá-lo a qualquer cenário de saúde.

Palavras-chave: proveniência de dados; gerenciamento de dados de proveniência; sistemas de informação em saúde; interoperabilidade de dados; W3C PROV.

I INTRODUÇÃO

Os Sistemas de Informação em Saúde (SIS) são definidos por Haux (2006, p. 270) como: “sistemas de processamento de dados, informação e conhecimento em ambientes de cuidados de saúde”. Um exemplo de estrutura que utiliza os SIS de forma integrada, é a telemedicina, a qual utiliza uma gama de diferentes sistemas médicos integrados que possibilitam gerar diagnósticos e tratamentos independente da distância geográfica. A Telemedicina é composta por redes de comunicação ao redor do mundo em conjunto com todo aparato de tecnologia aplicada em equipamentos médico hospitalares possibilitando acesso aos cuidados de saúde (Håkansson; Gavelin, 2000; Macedo, 2014). Para Sembay e Macedo (2022) os SIS estão integrados em diferentes setores de saúde, desde a administração aos sistemas de apoio às decisões clínicas, gerando grandes volumes de dados em contextos descentralizados.

Importante ressaltar, que os SIS geram e armazenam grandes volumes de dados que necessitam ser gerenciados em suas fontes originais para possíveis tomadas de decisão. Desta forma, a proveniência de dados em SIS é um instrumento tecnológico que pode contribuir na gestão dos dados de saúde nesses sistemas (Sembay; Macedo; Marquez Filho, 2023). Conforme o estudo de Freund, Sembay e Macedo (2019), a proveniência de dados pode ser considerada um requisito importante para estabelecer confiabilidade e prover segurança em Sistemas de Informação (SI). Nesse sentido, a proveniência de dados centra-se na origem dos dados e possibilita identificar transformações pelas quais os dados inseridos nos SI passaram ao longo do tempo (Davidson; Freire, 2008; Sembay; Macedo; Dutra, 2020a; Sembay; Macedo; Dutra, 2020b). Assim, para Sembay, Macedo e Dutra (2020a), destaca que a principal problemática nos cenários de saúde é a falta de métodos que sejam capazes de gerenciar o grande volume de dados gerados e armazenados no contexto dos SIS para tomadas de decisão em diferentes cenários de saúde (Sembay, 2023).

Nesse sentido, a proveniência de dados e a interoperabilidade são requisitos fundamentais para que os SIS possam garantir não apenas o intercâmbio efetivo e eficiente dos dados de saúde, mas também, para definir fontes de dados confiáveis. Assim, protocolos internacionais de interoperabilidade entre SIS, como é o caso do Health Level 7 e Fast Healthcare Interoperability Resources (HL7 FHIR) baseado no modelo de proveniência da World Wide Web Consortium (W3C) mais conhecido como W3C PROV, são essenciais (Sembay; Macedo; Marquez Filho, 2022a; Sembay; Macedo; Marquez Filho, 2022b).

Desta forma, este estudo baseou-se na pesquisa de tese de doutorado de Sembay (2023), intitulada de “PROV-Health: método para gerenciamento de dados de proveniência em sistemas de informação em saúde” realizada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Importante ressaltar que essa tese teve seu ineditismo confirmado e suas premissas de pesquisa justificadas na Revisão Sistemática de Literatura (RSL) no estudo realizado por Sembay et al. (2023), o que caracterizou em um estudo inovador no campo da Ciência da Informação nos aspectos interdisciplinares com a Ciência da Computação, oportunizando um entrelaçamento científico, social e tecnológico dessas duas grandes ciências no contexto de saúde.

Nesse sentido, esse estudo resume a tese de Sembay (2023) nos principais pontos de observação, principalmente no que compete ao estudo de caso e experimentações realizadas, levando em consideração a problemática do grande volume de dados gerados nos SIS que integram o cenário real do Sistema Integrado de Telemedicina e Telessaúde de Santa Catarina (STT/SC) da Rede Catarinense de Telemedicina (RCTM) da UFSC. A experimentação do PROV-Health foi realizada no contexto de telediagnóstico por imagens médicas no âmbito da Telerradiologia do STT/RCTM nas dependências da UFSC.

Destacando os objetivos da tese de Sembay (2023), o objetivo geral foi propor um método de gerenciamento de dados de proveniência em SIS para contribuir nos processos de rastreamento e interoperabilidade de dados de saúde em fontes descentralizadas. Para tal, foram delimitados os objetivos específicos: a) apresentar os principais pressupostos necessários para o gerenciamento de dados de proveniência em SIS; b) identificar métodos, técnicas, modelos ou metodologias computacionais que apoiam o gerenciamento dos dados de proveniência em SIS; c) elaborar um método para gerenciamento de dados de proveniência em SIS com base no instanciamento do modelo W3C PROV; d) aplicar o método em um cenário de saúde real para o estudo de caso; e, e) validar o método com especialistas em gerenciamento de dados em SIS.

Portanto, com a realização deste estudo, o resumo dos principais resultados, análises e avaliações da experimentação do PROV-Health no STT/RCTM da tese de Sembay (2023) são apresentados no intuito de permitir e ampliar a compreensão da importância do tema para a sociedade e na percepção de iniciativas para futuras pesquisas no âmbito desta temática.

2 METODOLOGIA

Nesta seção, descreve-se a metodologia utilizada na tese de Sembay (2023) que nortearam a pesquisa em todo o processo de investigação e validação dos resultados obtidos na coleta, análise e interpretação dos dados.

Desta forma, o estudo foi pautado em uma pesquisa de natureza aplicada, que de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), “tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”. Assim, o teor de aplicação se refere à proposta do método experimentado no STT/RCTM por meio de estratégias computacionais.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como experimental, sendo observadas as variáveis do estudo de caso experimentado no STT/RCTM. Segundo Gil (2007), a pesquisa experimental consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis e observar os seus efeitos.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é exploratória, sendo justificada no estudo da RSL de Sembay et al. (2023). Pesquisas exploratórias são todas as que buscam explorar, investigar fatos, fenômenos ou novos conhecimentos sobre o qual ainda se tem pouca informação (Tobar; Romano Yalour, 2001).

Já em relação à abordagem, o estudo classifica-se como quantitativo e qualitativo. A pesquisa quantitativa, segundo Knechtel (2014) é baseada no teste de uma teoria composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico. Neste caso, a quantidade de dados de proveniência que o método proposto coletou e gerenciou, justifica o quantitativo. Já em relação à pesquisa qualitativa, considera que a análise dos dados seja realizada de forma indutiva, em que o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados (Reneker, 1993). Nesse sentido, é importante ressaltar, que a própria proveniência de dados qualifica os dados na pesquisa da tese realizada.

Por sua vez, em relação ao estudo de caso, segundo Yin (2001) é o método que visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. O estudo de caso foi aplicado no STT/RCTM no que compete ao telediagnóstico por imagens médicas no âmbito da Telerradiologia em relação aos dados de proveniência gerados nos SIS descentralizados.

O universo da pesquisa da tese voltou-se ao STT/RCTM, no qual foram realizados os experimentos do método. Dessa forma, a população selecionada segue duas vertentes: computacional (dados digitais e manuais inseridos nos SIS integrados no STT/RCTM) e humano (cinco profissionais/especialistas selecionados que atuam no gerenciamento dos dados na rede do STT/RCTM). Em relação à amostra, também seguem os mesmos quesitos da população.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa, a coleta de dados se deu por intermédio da estratégia computacional (método proposto) nos bancos de dados dos SIS integrados ao STT/RCTM. Já na segunda etapa, a coleta de dados se deu por meio de um formulário eletrônico gerado no Google Forms enviado por e-mail para os cinco profissionais/especialistas selecionados que atuam no STT/RCTM, os quais experimentaram e validaram o método.

Para a análise e interpretação dos dados, também foram adotadas duas etapas: na primeira etapa foram analisadas a quantidade e a qualidade dos dados coletados pela estratégia computacional (método), aplicado nos SIS descentralizados e integrados ao STT/RCTM. Na segunda etapa, foram analisadas as respostas dos formulários enviados aos cinco profissionais/especialistas selecionados que atuam no STT/RCTM no que se refere à satisfação com relação às funcionalidades do método e se o mesmo atinge as expectativas esperadas.

É importante ressaltar, que o estudo da tese aqui apresentada contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC), emitido sob o processo de (nº 5.063.11).

3 RESULTADOS DA PESQUISA

O objetivo geral da tese de doutorado de Sembay (2023) foi alcançado com base em estratégias computacionais que foram alicerçadas pelos objetivos específicos. Assim, em resposta ao objetivo específico “a”, foram analisados os pressupostos apresentados no referencial teórico com base nas necessidades reais de gerenciamento de dados de proveniência em SIS que não eram realizados pelos sistemas nativos incorporados nesses cenários. Já em relação ao objetivo específico “b”, indo além da literatura, foram analisados alguns estudos relevantes por meio da RSL desenvolvida por Sembay et al. (2023), onde foram identificados métodos, técnicas, modelos ou metodologias computacionais utilizadas no gerenciamento de dados de proveniência em diferentes SIS.

Já para responder o objetivo específico “c” e melhor compreender os resultados práticos da tese de Sembay (2023), nesta seção é importante ressaltar que a arquitetura do PROV-Health é baseada em três camadas com base no W3C PROV: Agentes, Entidades e Atividades, as quais estão dispostas da seguinte forma conforme descrito por Sembay, Macedo e Marquez Filho (2024):

- Cinco camadas de agentes: Camada de Agentes (A) – Administrador de redes de dados de saúde do STT/RCTM; Camada de Agentes (B) – Técnico em Radiologia e Médico Radiologista; Camada de Agentes (C) – Paciente; Camada de Agentes (D) – Gestor STT/RCTM e Camada de Agentes (E) – Técnico Administrativo. Esses agentes foram mapeados no STT/RCTM como os principais atores que desenvolvem todos os processos humanos necessários, sendo responsáveis também pelo acesso e manipulação dos dados de saúde com base na permissão individual de cada um.
- Três camadas de Entidades: Camada de Entidades (A) – Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG), Camada de Entidades (B) – Hospital Governador Celso Ramos (HGCR) e camada de Entidades (C) – Hospital Regional de São José (HRSJ). Essas entidades forneceram os dados para a experimentação do PROV-Health e foram escolhidas por serem os maiores hospitais de Santa Catarina acoplados aos serviços do STT/RCTM.
- Três camadas de Atividades: Camada de Atividades (A) – contendo o módulo de captura, coleta e preparação dos dados de proveniência do STT/RCTM; Camada de Atividades (B) – contendo o módulo de organização, controle e armazenamento dos dados de proveniência do STT/RCTM; e, Camada de Atividades (C) – contendo o módulo de visualização, consulta e análise dos dados de proveniência do STT/RCTM. Essas foram as atividades que nortearam a experimentação do PROV-Health e agruparam todos os processos da estrutura dos dados de proveniência.

Desta forma, ainda nesta seção, para responder os objetivos específicos “d”, e “e”, são resumidos os principais resultados, análises e avaliações da tese de Sembay (2023) no que compete ao estudo de caso do PROV-Health em sua experimentação no STT/RCTM conforme descrito no Quadro 1 por Sembay, Macedo e Marquez Filho (2024).

Quadro 1 – Principais resultados, análises e avaliações da experimentação do PROV-Health

Principais resultados
<p>A Camada de Agentes (A) é a responsável por realizar todos os procedimentos técnicos operacionais de coleta de dados de proveniência disponibilizados pelas Camadas de Entidades: (A) – HIJG, (B) – HGCR e (C) – HRSJ. As Camadas de Agentes B, C, D e E são responsáveis pela inserção e manipulação dos dados nos SIS que constituem o STT/RCTM mediante autorização operacional e de sua função na instituição de saúde. Nesse sentido, foram coletados o total de 210.970 dados de proveniência nos três hospitais selecionados: HIJG (32.982), HGCR (68.101) e HRSJ (109.887) demonstrando a eficiência do PROV-Health em todo processo de coleta. Já no quesito de integração desses dados coletados, o HRSJ destaca-se pelo maior volume de exames e melhor aproveitamento da integração nos serviços disponibilizados pelo STT/RCTM.</p>
Principais análises
<ul style="list-style-type: none"> - Em relação as principais análises da coleta de dados de proveniência executadas pelo PROV-Health no STT/RCTM, mostrou-se como sendo uma importante estratégia de rastreamento de dados, beneficiando diretamente a Camada de Agentes (A) no auxílio ao gerenciamento dos grandes volumes de dados de saúde gerados no contexto da Telerradiologia, assim como, beneficiando a Camada de Agentes (D) no auxílio das tomadas de decisões gerenciais com relação ao fluxo de dados observados. Assim, evidenciou-se a redução dos esforços necessários para a rastreabilidade de dados de proveniência, aprimorando a qualidade e veracidade dos dados, características importantes, dada a crescente complexidade na geração de conjuntos de dados de saúde do STT/RCTM. - Já em relação as principais análises das integrações dos dados de proveniência do STT/RCTM, observou-se desempenhos distintos para cada hospital, porém, integrações satisfatórias de um ponto de vista técnico, dada a crescente complexidade na geração de conjuntos de dados de saúde do STT/RCTM. Por outro lado, em alguns casos, a não utilização do <i>Worklist</i>² e o não cadastramento de exames nos SIS integrados ao STT/RCTM, ainda é um impasse para todo funcionamento correto dos fluxos informacionais do STT/RCTM. Outro ponto analisado é que nem todas as integrações existentes dos resultados das coletas anteriormente realizadas pelo PROV-Health podem ser observadas, ou seja, a granularidade dos dados coletados é alta, podendo apontar diferentes tipos de falhas. - Ainda, como forma de complementar as análises realizadas e aprofundar a importância da proveniência de dados no quesito de coleta e integração executadas pelo PROV-Health no STT/RCTM, foi realizada uma análise para identificar a existência das principais características da proveniência de dados com base no estudo de Sembay, Macedo e Marquez Filho (2022c) de parte da taxonomia de <u>Simmhan, Plale e Gannon (2005)</u>. Assim, em relação a coleta de dados realizada no PROV-Health, a principais características da proveniência de dados apontaram o seguinte destaque: qualidade dos dados (altamente relevante), trilhas de auditoria (altamente relevante), receitas de replicação (relevante), atribuição (altamente relevante), informacional (altamente relevante). Já em relação aos dados integrados, as principais características da proveniência de dados tiveram os mesmos destaques de análise da coleta de dados apresentada anteriormente. - Já no que compete às análises que apresentam os benefícios do PROV-Health ao STT/RCTM, foi satisfatória com ênfase nas seguintes características: a) melhoria na qualidade dos dados de proveniência e dos fluxos informacionais; b) redução do tempo de rastreabilidade; c) contribuição para garantir a segurança, confiabilidade, integridade e a gestão focada em dados de saúde; d) contribuições para a identificação e uso de um determinado dado, reduzindo a possibilidade de erros no seu uso; e, e) possibilidades de cruzamento de diferentes fontes de dados de saúde para tomadas de decisão. - Por fim, com base nas análises realizadas, vale ressaltar os desafios e ameaças encontrados na implementação e experimentação do PROV-Health no STT/RCTM, os quais foram destacados como: a) dificuldades de implementação e conexões entre as diferentes tecnologias, mesmo que <i>open source</i>; b) para coleta e integração de dados descentralizados, em alguns casos podem necessitar de sistemas proprietários que dependam de licença, inviabilizando os custos do PROV-Health para instituições públicas de saúde; c) o uso do HL7 FHIR utilizado pelo PROV-Health contribuiu em partes com os diferentes formatos de dados contidos em toda a estrutura computacional dos diferentes SIS; d) a disposição dos dados nem sempre está acessível em formato digital; e) as redes de dados de saúde dos hospitais, podem exigir acessos restritos que impossibilitem a coleta completa de dados de proveniência; e, e) a complexidade e a velocidade em que as ações em saúde devem ser processadas e analisadas, tornam o PROV-Health ainda mais crítico pela complexidade das redes descentralizadas e dos diferentes formatos de dados existentes.

Principais avaliações

Desta forma, em resumo, a avaliação do PROV-Health foi realizada por 5 especialistas da equipe técnica do STT/RCTM que tinham conhecimento da estrutura tecnológica do cenário de experimentação. Assim, por meio de formulário eletrônico individual com base em um módulo de visualização de dados de proveniência gerados pelo PROV-Health e disponibilizado para acesso aos participantes via login e senha, foi possível fazer as avaliações. Ainda, o perfil dos participantes era o seguinte: um Analista de Infraestrutura, dois Analistas de Sistemas, um Desenvolvedor Full Stack e um Engenheiro de Software. Todos os cinco participantes possuíam mais de cinco anos de experiência profissional na área de atuação. Desta forma, na avaliação dos especialistas, os mesmos destacam os seguintes pontos: a) ampliar o contexto de interoperabilidade existente com outros padrões internacionais de saúde; b) ampliar para outros tipos de exames no STT/RCTM em mais redes de dados de outros hospitais; c) necessidade de mais análises, auditoria e monitoramento dos dados integrados entre os sistemas médicos do STT/RCTM; d) aprimorar técnicas para armazenamento em nuvem e criação de metodologias para esse fim; e) necessidade de padronizar os metadados de proveniência; f) necessidade de capacitar os profissionais para o entendimento e importância de inserção dos dados de saúde em todos os procedimentos realizados, para que de fato, se possa obter os dados de proveniência completo dos exames, tratamentos e laudos dos pacientes; g) adotar mais padrões de segurança para os dados sensíveis de saúde necessários para uma maior qualidade dos serviços disponibilizados; h) aprimorar o módulo de visualização dos dados de proveniência do PROV-Health com uma maior diversidade de dados de proveniência diferentes; i) ampliar o PROV-Health para além do âmbito radiológico, como por exemplo a Teledermatologia e Telecardiologia do STT/RCTM.

- Por fim, do ponto de vista dos desafios e ameaças encontrados nas experimentações e na avaliação positiva dos especialistas, ambos voltados ao PROV-Health no STT/RCTM, as contribuições do método, tanto no quesito teórico ou prático, oportunizam novas frentes de pesquisa que contribuem para os processos de saúde pública do STT/RCTM e para novas pesquisas voltadas ao tema.

Fonte: Sembay, Macedo e Marquez Filho (2024)

Com base no resumo dos principais resultados, análises e avaliações da experimentação do PROV-Health no STT/RCTM no âmbito da Telerradiologia no quadro 1, foi possível justificar a importância do método proposto desenvolvido à luz da Ciência da Informação na interdisciplinaridade com a Ciência da Computação, oportunizando novas frentes de pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proveniência de dados em SIS não apenas fortalece a confiabilidade e a qualidade das informações de saúde, mas contribui significativamente para os processos de gerenciamento e rastreamento dos dados de saúde. Considera-se com base no resumo dos resultados apresentados neste estudo, que o PROV-Health é uma abordagem valiosa para a gestão de dados de proveniência em saúde, proporcionando benefícios significativos em termos de qualidade, transparência, segurança e eficiência na utilização de dados críticos no contexto de SIS. Por fim, essa abordagem é fundamental para contribuir e atender às necessidades da sociedade e promover um ambiente de saúde mais eficaz e seguro.

REFERÊNCIAS

DAVIDSON, S. B.; FREIRE, J. Provenance and scientific workflows: challenges and opportunities. In: ACM SIGMOD INTERNATIONAL CONFERENCE ON MANAGEMENT OF DATA, p. 1345-1350, 2008. Proceedings [...]. Disponível em: <https://vgc.poly.edu/~juliana/pub/freire-tutorial-sigmod2008.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2024.

FREUND, G. P.; SEMBAY, M. J.; MACEDO, D. D. J. de. Proveniência de dados e segurança da informação: relações interdisciplinares no domínio da ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 807-825, 14 set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/21203/23548>. Acesso em: 20 jan 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HÅKANSSON, S; GAVELIN, C. What do we really know about the cost-effectiveness of telemedicine? **J Telemed Telecare**, v. 6, suppl. 1, p. 133-136, 2000. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10793998>. Acesso em: 21 jan. 2024.

HAUX, R. Health information systems-past, present, future. **International Journal of Medical InformaTIC**, v. 75, p. 268-281, 2006.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MACEDO, D. D. J. **Um modelo distribuído de armazenamento hierárquico de conhecimento médico**. 2014. 214 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Departamento de Engenharia do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123290/326446.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RENEKER, M. H. A qualitative study of information seeking among members of an academic community: methodological issues and problems. **Library Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 487-507, Oct. 1993.

SEMBAY, M. J.; MACEDO, D. J.; DUTRA, M. L. A Method for collecting provenance data: a case study in a Brazilian hemotherapy center. In: **Lecture Notes of the Institute for Computer Sciences, Social InformaTIC and Telecommunications Engineering**. 1. ed. Springer International Publishing, 2020a. v. 1, p. 89-102. DOI 10.1007/978-3-030-50072-6_8.

SEMBAY, M. J.; MACEDO, D. D. J.; DUTRA, M. L. A proposed approach for provenance data gathering. **Mobile Networks & Applications**, p. 1-13, 2020b. DOI 10.1007/s11036-020-01648-7

SEMBAY, M. J., MACEDO, D. D. J. Sistemas de informação em saúde: proposta de um método de gerenciamento de dados de proveniência no instanciamento do modelo W3C PROV-DM. **Advanced Notes in Information Science**, v. 2, Tallinn, Estonia: ColNes Publishing, 2022. DOI <https://doi.org/10.47909/anis.978-9916-9760-3-6.101>.

SEMBAY, M. J.; MACEDO, D. D. J. de; MARQUEZ FILHO, A. A. G. Proveniência de dados em Sistemas de Informação em Saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2022, Porto Alegre. 2022a. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre: ANCIB, 2022. v. 1. p. 1-11. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/200577>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SEMBAY, M. J.; MACEDO, D. D. J.; MARQUEZ FILHO, A. A. G. HL7 FHIR baseado em W3C PROV para alcançar a proveniência de dados em sistemas de informação em saúde. Workshop de informação, dados e tecnologia (WIDAT 2022), 2022. **Anais [...]**. Vitória (ES): PPGCI/UFES, 2022b. 247p.

SEMBAY, M. J., MACEDO, D. D. J., MARQUEZ FILHO, A. A. Identification of the relationships between Data Provenance and Blockchain as a contributing factor for Health Information Systems. In: **Lecture Notes of the Institute for Computer Sciences, Social InformaTIC and Telecommunications Engineering**. 1. ed. [S. l.]: Springer International Publishing, 2022c.

SEMBAY, M. J. **PROV-Health**: método para gerenciamento de dados de proveniência em sistemas de informação em saúde. 2023. 311p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251582>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SEMBAY, M. J.; MACEDO, D. D. J. de, JÚNIOR, L. P.; BRAGA, R. M. M.; SARASA-CABEZUELO, A. Provenance Data Management in Health Information Systems: a Systematic Literature Review. **Journal of Personalized Medicine**, v. 13, n. 6, p. 991, 2023. DOI 10.3390/jpm13060991.

SEMBAY, M. J; DE MACEDO, D. D. J; MARQUEZ FILHO, A. A. G. Dados de Proveniência Gerenciáveis em Sistemas de Informação em Saúde. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 16, 2023. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/637>. Acesso em 23 jan. 2024.

SEMBAY, M. J.; D. J. MACEDO, D.; MARQUEZ FILHO, A. A. G. Gerenciamento de dados de proveniência em telemedicina e telessaúde: possíveis abordagens e perspectivas à luz da Ciência da Informação em Saúde no Brasil. **Asklepion: Informação em Saúde**, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 1, p. e–89, 2024. DOI: 10.21728/asklepion.2024v3n1e-89. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/89>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SIMMHAN, Y. L.; PLALE, B.; GANNON, D. A survey of data provenance techniques. Technical Report TR-618: Computer Science Department; Indiana University, 2005. Disponível em: <http://ftp.extreme.indiana.edu/pub/techreports/TR618.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

TOBAR, F.; ROMANO YALOUR, M. **Como fazer teses em saúde pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. ISBN 8575410040.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Márcio José Sembay

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: marcio.sembay@posgrad.ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7648-8861>

Pos-doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorado (2023) e Mestrado (2009), ambos em Ciência Informação pela UFSC; Especialização em Desenvolvimento e Criação de Negócios na Internet (2005) e Graduação em Ciência da Computação (2004), ambos pelo Centro Universitário UNIFACVEST; Licenciatura plena em Ciência da Computação em Programa Especial de Formação Pedagógica em Computação pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR) Curitiba - PR (2015). Atualmente é Coordenador do Curso de Ciência da Computação e coordenador do Núcleo Estruturante Docente de Ciência da Computação (NDE CC) do Centro Universitário UNIFACVEST. Tem experiência na área de Ciência da Computação, Ciência da Informação, Educação a Distância e tutoria em cursos a distância. Atualmente em estudo na área de Ciência da Informação em Saúde, especificamente em Proveniência de Dados e Sistemas de Informação em Saúde.



Douglas Dyllon Jeronimo de Macedo

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: douglas.macedo@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3237-4168>

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação (CIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui doutorado em Engenharia de Conhecimento pela UFSC. Durante o período do doutorado, esteve atuando como pesquisador visitante na Western University (UWO), em London (ON), no Canadá. Atua como pesquisador associado do Instituto Nacional de Convergência Digital (INCoD), atuando no Laboratório de Telemedicina (LabTelemed). Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPGCC/UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC), onde atua como pesquisador e orientador de alunos de mestrado e doutorado. É coordenador do Laboratório de Engenharia e Ciência de Dados (LECID/UFSC), onde com seu grupo, desenvolve pesquisas e projetos em vertentes científicas e tecnológicas. O Prof. Douglas tem experiência na área de projetos, atuando como coordenador, colaborador e avaliador de projetos financiados, por agências de fomento nacionais e internacionais ou pela iniciativa privada. Ainda, atua como revisor de periódicos e faz parte de comitês de programa de conferências, em âmbito nacional e internacional. No passado, atuou como Professor Adjunto do Departamento de Computação (DCOMP) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde também desempenhou papel de Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento de Telemedicina e Telessaúde da UFSC. Ainda no passado, foi professor efetivo do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), onde atuou no Campus Garopaba. Prof. Douglas tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Redes de Computadores, Bancos de Dados Não-Convencionais, Sistemas Distribuídos e Informática Médica. Especificamente, atua nas seguintes temáticas: Armazenamento de Dados, Ambientes Distribuídos (Cluster, Grid, Cloud, Fog, Edge e Dew), Internet das Coisas (IoT), Engenharia de Dados e Computação Aplicada à Saúde.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Alexandre Augusto Gimenes Marquez Filho

Florianópolis, SC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: alexandre.agmf@posgrad.ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2656-9479>

Possui graduação em Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações pelo Instituto Federal de Santa Catarina (2011) e mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Atualmente é analista de infraestrutura da Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina e colaborador no Sistema Integrado Catarinense de Telemedicina e Telessaúde (STT/RCTM).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 34

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA EM TÍTULOS MAINSTREAM: A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

Patricia da Silva Neubert
Rosângela Schwarz Rodrigues



Publicação científica em títulos mainstream: a situação latino-americana

**Patricia da Silva Neubert
Rosângela Schwarz Rodrigues**

Resumo:

Apresenta uma síntese dos resultados da tese desenvolvida durante o doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, entre 2016 e 2020, com o objetivo de discutir a representação da ciência de países considerados periféricos em periódicos mainstream, indexados em bases de dados internacionais, pela análise da produção científica de autores vinculados aos países latino-americanos indexados na Web of Science. Discute como a produção científica se distribui nos títulos indexados na base, propiciando a análise de padrões em relação ao idioma, editoria e destino da produção científica periférica. O universo da pesquisa é composto por 251.312 artigos com vínculo de autoria em instituições de países latino-americanos indexados na Web of Science entre 2014 e 2016. Os resultados apontam que entre os países periféricos também os campos considerados periféricos, que tradicionalmente possuem menor representação na base de dados, são os campos que apresentam menor dependência da estrutura global comercial de comunicação da Ciência, calcada na importância atribuída ao Fator de Impacto, apresentando menor participação do inglês, de editores comerciais e maior permanência das publicações em títulos regionais. No ano de 2020, a pesquisa foi indicada pelo programa ao prêmio de melhor tese.

Palavras-chave: Comunicação científica; Geografia da ciência; Produção científica. América Latina; Bases de dados.

I INTRODUÇÃO

A limitada presença dos periódicos de países periféricos entre os títulos indexados em bases internacionais e a publicação de trabalhos, por cientistas destes países, em títulos de núcleo em busca de maior visibilidade expõem a relevância de análises acerca do destino da produção científica periférica indexada em bases de dados internacionais. Esta pesquisa estuda os trabalhos publicados por pesquisadores de países considerados periféricos, neste caso o conjunto de países da América Latina, em um universo composto pelo que é denominado ciência global, os periódicos indexados em bases internacionais de renome, aqui representada pela Web of Science (WoS). Discute como a produção científica se distribui nos títulos indexados na base, propiciando a análise de padrões em relação ao idioma, editoria e destino da produção científica periférica. Os objetivos específicos são: a) discutir a hegemonia idiomática presente nas bases de dados internacionais, b) investigar a tipologia e a participação das instituições editoras dos periódicos publicadores da produção científica latino-americana; c) analisar a dispersão geográfica da produção científica dos países latino-americanos indexada na base.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é caracteriza quanto a) aos procedimentos, como bibliográfica e documental; b) ao enfoque, como mista; e c) aos objetivos, como descritiva e exploratória. As variáveis estudadas se dividem nas categorias de a) artigo, contemplando o quantitativo de artigos, a nacionalidade dos autores, os idiomas, e os campos do conhecimento e b) periódicos, que inclui o quantitativo de periódicos nos quais os artigos são publicados, a tipologia editorial, a nacionalidade dos publishers, o número de artigos por título e os campos do conhecimento.

Quadro 1- Relação entre os objetivos e as variáveis da pesquisa

Objetivos	Etapas	Variáveis
Discutir a hegemonia idiomática nas bases de dados internacionais, pela indexação de trabalhos de autores latino-americanos e sua representação em diferentes campos do conhecimento;	Identificar o padrão de idioma de publicação da produção científica em diferentes campos do conhecimento;	- n artigos; - nacionalidade (vínculo institucional do autor); - campos do conhecimento; - idiomas;
Investigar a tipologia e a participação das instituições editoras dos periódicos publicadores da produção científica latino-americana;	Identificar a tipologia das instituições editoras e a concentração de títulos e artigos;	- n artigos (por título); - n periódicos; - tipologia editorial - campos do conhecimento;
Analisar a dispersão geográfica da produção científica dos países latino-americanos indexada em bases de dados internacionais	Relacionar a origem da produção científica e seu destino.	- nacionalidade de origem; - nacionalidade da editoria; - campos do conhecimento; - taxa de evasão; - taxa de permanência;

Fonte: Neubert (2020, p.70)

Os pontos que definem os limites do estudo são: a) a base de dados selecionada: WoS, base multidisciplinar de maior prestígio e influência pela concentração dos títulos de núcleo da produção científica mundial; b) a cobertura geográfica: limitada aos países latino-americanos, encerrando aspectos geopolíticos, perpassa questões econômicas e de desigualdades sociais diversificadas, que exercem alguma influência sobre a comunidade científica local; e c) a cobertura temporal: entre 2014, 2015 e 2016, atribuída pela necessidade de análise de uma série temporal, limitada pelos prazos estabelecidos para realização da pesquisa de doutorado. O universo da pesquisa é composto por 251.312 artigos com vínculo de autoria em instituições de países latino-americanos indexados na Web of Science entre 2014 e 2016.

O tratamento e as análises descritivas dos dados foram realizadas pela: a) representação gráfica; b) distribuição das frequências observadas em tabelas; e c) cálculo das medidas de tendência central, quando necessário. Para identificar as nacionalidades de origem (limitada aos países latino-americanos estudados) foram observados o endereço institucional dos autores. Para tornar possível a distribuição das frequências por campo do conhecimento foi necessária a adoção de categorização em cinco grandes campos do conhecimento: Arts & Humanities (A&H), Life Sciences & Biomedicine (LS&B), Physical Sciences, Social Sciences e Technology. Para categorização da tipologia editorial dos editores, foi utilizada a informação disponibilizada pela base acerca da editoria dos títulos nos quais os artigos foram publicados, agrupadas a partir das classificações adotadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Informação científica: Gestão e Tecnologia (INFOCIENT), aplicada em estudos anteriores.

A análise da dispersão geográfica da produção científica dos países latino-americanos, considera a categorização da nacionalidade da origem da produção científica e do destino da publicação, pela nacionalidade dos editores. Para a categorização da nacionalidade dos títulos, foram considerados o endereço atribuído a cada editor de periódico, vinculado individualmente a cada artigo, a despeito do caráter multinacional de inúmeros grupos editoriais, considerando assim a informação registrada na base de dados. O caráter transnacional da maioria dos grupos editoriais e, a dificuldade em rastrear e identificar sua atuação e concentração do retorno financeiro, é uma das limitações deste estudo no que se refere à identificação do destino do capital associado à publicação da produção científica latino-americana. A dispersão da produção científica foi medida por dois indicadores: a taxa de evasão e a taxa de permanência dos artigos.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A maior participação na autoria dos artigos é do Brasil (54,24%) e, o campo que concentra o maior volume da produção é Ciências da vida & Biomedicina (56,96%). A maioria dos artigos está em inglês (83,47%), exceto nos campos de Ciências Sociais (42,10%) e Artes & Humanidades (18,16%).

Os artigos foram publicados em 11.965 periódicos majoritariamente publicados por editoras comerciais (66,67%), dentre as quais os grupos Elsevier, Springer, Wiley, Taylor & Francis e Sage editam 72,97% dos títulos, e são responsáveis por 76,97% dos artigos. Essas instituições concentram o maior volume de títulos e artigos nos campos de Ciências da Vida & Biomedicina, Ciências Físicas e Tecnologia. Enquanto nas Ciências Sociais e em Artes e Humanidades sobressaem-se a editoria das universidades.

Quanto ao destino da produção científica, 75,77% são publicados por periódicos editados em países externos à América Latina, a maioria em países europeus e norte-americanos. Permanecem publicados em títulos editados na América Latina apenas 24,23% dos artigos. Estes títulos concentram a maioria dos artigos dos campos de Artes & Humanidades e Ciências sociais. Em Ciências da Vida & Biomedicina, publicam pouco mais de um quarto dos artigos, e em Tecnologia e Ciências Físicas menos de 10% dos trabalhos.

Figura 10 - Dispersão da produção científica latino-americana por país de origem e campo do conhecimento (WoS/2014-2016)



Fonte: Neubert (2020, p.135)

Entre os países periféricos também os campos considerados periféricos, que tradicionalmente possuem menor representação na base de dados, são os campos que apresentam menor dependência da estrutura global comercial de comunicação da Ciência, calcada na importância atribuída ao Fator de Impacto (FI), apresentando menor participação do inglês, de editores comerciais e maior permanência das publicações em títulos regionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer o caráter social da Ciência implica no aceite de que as diferenças institucionais entre países e entre campos do conhecimento, por exemplo, afetam o cotidiano da atividade científica. Implica na admissão de que contextos e estruturas diversas resultam em variações no caminho do desenvolvimento científico, para o qual não existe uma única fórmula.

A análise da produção científica latino-americana indexada na WoS permite a identificação do esforço desses países para tornar o conhecimento que produzem mais visível entre as publicações consideradas centrais. E assim é possível perceber na região que existem países que têm obtido maior visibilidade, contemplando maior volume de trabalhos publicados. Entretanto, a visibilidade fora do centro ou do universo considerado como global é obtida pela propagação de padrões de comunicação centrais, como a publicação de artigos em títulos estrangeiros, ou pela internacionalização dos títulos nacionais ou regionais.

A história recente da consolidação de mecanismos de comunicação e de construção de instrumentos de avaliação da produção científica regional demonstra o aceite das condições estabelecidas para a participação no grupo de elite, expresso na valorização do FI, privilegiando títulos estrangeiros, mesmo que esta tenda a desvalorizar a qualidade da produção regional. Participação que evidencia a submissão ao centro pela concordância na redução dos idiomas nativos e na valorização dos títulos estrangeiros em alguns campos do conhecimento.

Entre os países periféricos também os campos considerados periféricos, que tradicionalmente possuem maior restrição em sua representação na base de dados, são os campos que apresentam menor dependência da estrutura mundial de comunicação da Ciência, calcada na importância atribuída ao FI. Esse fato ocorre pela falta de tradição na representação desses campos, que ao desenvolverem os processos de institucionalização também precisam definir as formas de comunicação valoradas e então

criando seus veículos de comunicação de modo mais independente da influência do centro. Isso ainda se reflete nos mecanismos de avaliação desses campos que tendem a resistir à exclusividade dos indicadores de bases internacionais como meio de valorar sua produção científica. O oposto ocorre nos campos tradicionalmente internacionalizados e representados na WoS.

A noção de que as pesquisas das regiões em desenvolvimento são consideradas Ciência perdida por não serem compartilhadas em plataformas globais, alimentando a cisão de Ciência de centro e periferia, tem implicações na dependência do sistema global de comunicação científica, constituído na valorização dos títulos indexados em WoS e Scopus. Ao reconhecer como ciência global o que é publicado neste espaço, cria a ideia do que é “ciência de qualidade” e onde ela é publicada e, em contrapartida, invisibiliza tudo o que não faz parte deste universo.

Desse modo, cria-se entre os membros dos campos científicos a necessidade de fazer parte desse seleto grupo, seja pela publicação nos títulos que já compõem essa elite ou pela repetição dos padrões de comunicação adotados nesses títulos em uma tentativa de adequar-se ao modelo global de produção científica.

A existência de um “padrão global” de Ciência, baseada nas publicações em títulos indexados em bases internacionais, força o campo a reconhecer a valoração, em seus instrumentos de avaliação da produção científica, os veículos de comunicação já utilizados na região que começam a aparecer entre os títulos mais prestigiados, preterindo os que estão fora do grupo, independentemente da qualidade.

Esse comportamento transforma em hábito a produção de comunicações para esses títulos e para os demais que apresentem posição semelhante, estabelecendo uma dependência dessas comunicações para avaliação da produção científica e ampliando o campo de atuação de editores comerciais.

No mercado científico globalizado, a internacionalização é definida em termos da publicação em língua inglesa nos periódicos anglo-americanos indexados na WoS, resultado da hegemonia desses títulos. Com a qualidade da Ciência fortemente associada à indexação na WoS e ao FI fornecido pela base, existe a pressão para padronização das práticas de publicação internacionais.

Da força exercida pelos títulos *mainstream*, mas também pela perpetuação de noções de internacionalização, visibilidade e qualidade editorial estabelecidas nessas bases de dados são moldados os padrões de produção e avaliação científicas. Assim, os parâmetros adotados para

participação da elite científica reproduz os modelos de comunicação vigentes em um espaço restrito e geograficamente limitado, se incorporando e sendo reproduzido nos sistemas de comunicação regionais em uma relação de dependência centro-periférica que influencia diretamente nos processos de institucionalização de cada campo, incluindo suas linhas de pesquisa e seus veículos de comunicação.

REFERÊNCIAS

NEUBERT, Patricia da Silva. **Publicação científica em títulos mainstream: a situação latino-americana**. 2020. 190 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215962/PCIN0227-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Patricia da Silva Neubert

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: patricia.neubert@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8909-1898>

Doutora (2020) e Mestra (2013) em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Atualmente é professora nos cursos de graduação do Departamento de Ciência da Informação (CIN) e de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), do Centro de Ciências da Educação (CED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); é bolsista de pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Coordenadora do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFSC; e editora da Revista Encontros Bibli, editada pelo PGCIN/UFSC.



Rosângela Schwarz Rodrigues

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: rosangela.rodrigues@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9639-6390>

Doutora e Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Realizou estágio pós-doutoral em Biblioteconomia e Documentación na Universitat de Barcelona, na Espanha, em 2013-2014 e em 2019-2020. Atualmente é professora voluntária no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), no Centro de Ciências da Educação (CED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), nível 2.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 35

INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA PARA O
DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES
TECNOLÓGICAS NO BRASIL

Priscila Machado Borges Sena



Informação especializada para o desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil

Priscila Machado Borges Sena

Resumo:

Propõe-se no projeto de pesquisa em andamento, lançar luz sobre as fontes e informações relevantes ao desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil, com intuito de representar a importância de uma relação para além da hélice tríplice (universidade-indústria-governo) ou quádrupla (universidade-indústria-governo- sociedade civil), alcançando a relação orgânica da hélice quádrupla (universidade-indústria-governo-sociedade civil-meio ambiente), em sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com as características atribuídas às cidades inteligentes. Como objetivo geral se busca representar uma rede de fontes de informação para o desenvolvimento de inovações tecnológicas nos ecossistemas de inovação brasileiros, com os objetivos específicos de: a) descrever o ecossistema de inovação brasileiro; b) mapear os indicadores de reconhecimento inovativo de uma região; c) identificar os indicadores que necessitam ser melhorados para o fortalecimento de ecossistemas de inovação estaduais; d) selecionar os ecossistemas de inovação estaduais a serem pesquisados primeiro; e) conhecer as informações e fontes requeridas e necessárias no processo inovador dos ecossistemas de inovação selecionados e; e) elencar as fontes e informações de acordo com as características dos ecossistemas de inovação selecionados e com os indicadores de reconhecimento inovativo de uma região. Caracteriza-se a pesquisa em andamento para concretização no período de 36 meses como aplicada, qualitativa, exploratória e descritiva, por meio de procedimentos bibliográficos com a utilização de buscas sistemáticas para revisão integrativa e de estudo de caso com a coleta de dados empíricos. A operacionalização dos dados oriundos de diversas fontes ocorrerá por meio da estratégia de triangulação.

Palavras-chave: Ecossistema de inovação. Inovação aberta. Inovação tecnológica. Recursos de informação. Tecnologia.

I INTRODUÇÃO

Ao defender sua tese sobre as fontes de informação no ecossistema de startups de Florianópolis, Sena (2020) elucidou o quanto os termos ecossistema, startup, inovação, empreendedorismo, empreendedor e negócio tornaram-se mais frequentemente trabalhados em conjunto nos anos recentes. Especialmente a partir da última década do século XX, quando Moore (1993) abordou pela primeira vez a união e definição dos termos ecossistema e negócios, e deu início a uma ampla gama de abordagens para explicar cientificamente as reestruturações e novas estruturas das organizações da sociedade referentes às questões econômicas, tecnológicas, sociais, políticas, culturais e educacionais.

A pesquisa realizada por Sena (2020) comprovou a pertinência da Ciência da Informação, enquanto Ciência Social Aplicada relevante para ambientes denominados como ecossistemas de base tecnológica, uma vez que evidenciou as fontes de informação mais influentes no processo inovador do ecossistema de startups de Florianópolis, tornando-se fonte científica e técnica para pesquisadores, acadêmicos e técnicos envolvidos no contexto.

Neste trabalho, apresenta-se o projeto de pesquisa em andamento no Departamento de Ciências da Informação (DCI), da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para além da ampliação do universo pesquisado em sua tese (Sena, 2020), a pesquisadora propõe lançar luz sobre as fontes de informação relevantes ao desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil, com intuito de representar a importância de uma relação para além da hélice tríplice (universidade-indústria-governo) ou quádrupla (universidade-indústria-governo-sociedade civil), alcançando a relação orgânica da hélice quádrupla (universidade-indústria-governo-sociedade civil-meio ambiente), em sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2016) e com as características atribuídas às cidades inteligentes (ISO 37.122, 2019).

Entende-se que as inovações tecnológicas no Brasil podem ser impulsionadas a partir do fortalecimento dos seus ecossistemas de inovação estaduais, alicerçado em informações mais assertivas para tomadas de decisão estratégica. Isso porque o ecossistema de inovação pode ser delimitado em agentes e relações econômicas e não econômicas, incluindo tecnologia, instituições, interações sociológicas e cultura, quando relacionado a fenômenos emergentes de uma inovação sustentável, no contexto do ecossistema e no ambiente de hélice quádrupla, do ponto de

vista da gestão do Conhecimento (Adner; Kapoor, 2010; Mercan; Goktas, 2011; Liu; Stephens, 2019; Sena, 2020), e de hélice quántupla na perspectiva de relação saudável e harmônica com o meio ambiente.

Desse modo, busca-se responder ao questionamento: quais fontes e informações podem auxiliar o desenvolvimento de inovações tecnológicas nos ecossistemas de inovação brasileiros?

Com o estabelecimento de fontes de informação para conectar, repetir e escalar (Sena, 2020), ou seja, aquelas percebidas como pertinentes e relevantes para os estados brasileiros, visualiza-se na Biblioteconomia e Ciência da Informação, um valioso suporte para o desenvolvimento de suas inovações tecnológicas e manutenção e ampliação do reconhecimento nacional e internacional, por intermédio da expansão de suas redes de colaboração, relacionamento e subsídios econômicos.

I.1 JUSTIFICATIVA

Embora o Brasil seja destaque na América Latina no que se refere ao fomento de startups e ecossistemas de inovação, em nível global decaiu em representação. No levantamento divulgado pela StartupBlink (2023), o país retrocedeu três posições no ranking nos dois últimos anos, ficando na 27ª posição.

Esse declínio global não tem afetado a representatividade do Brasil na América Latina e Caribe, já que das 20 cidades ranqueadas em melhores posições na região, seis são brasileiras: São Paulo (1º); Curitiba (6º); Rio de Janeiro (7º); Belo Horizonte (10º); Porto Alegre (14º); Florianópolis (14º) (StartupBlink, 2023). Cidades estas localizadas no Sudeste e Sul do país.

Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Startups em 2021, a Região Sul do Brasil consta com 26,5% das startups brasileiras (Abstartups, 2021a), sendo que o Rio Grande do Sul ocupa a 4ª posição em número de existência desse tipo de empresa (Abstartups, 2021b). Esses dados comprovam a força do ecossistema de inovação do Rio Grande Sul, caracterizado pelo diferencial competitivo nacional e internacional de sua infraestrutura de inovação (SICT, 2022a).

De acordo com o mapeamento da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Estado (SICT, 2022a), o sistema de inovação gaúcho apresenta 16 parques científicos e tecnológicos, 43 incubadoras, 27 polos tecnológicos, 30 instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs), 54 núcleos de inovação tecnológica (NITs), 141 instituições de ensino superior, 8 Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia e 6 unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

É possível inferir que o conhecimento científico é uma das bases que fortalecem a relação entre esses atores. Felizola e Aragão (2021) enfatizaram a partir dos resultados da pesquisa que realizaram sobre A regionalização do ecossistema de inovação do Rio Grande do Sul, que as universidades gaúchas estão no centro do fortalecimento do ecossistema de inovação, uma vez que possuem estrutura formada por grupos de pesquisa e laboratórios com projetos de ensino, pesquisa e extensão inovadora, incubadoras e parques tecnológicos desenvolvidos, além da formação de estudantes nos mais diferentes níveis, que são essenciais para a constituição dos outros atores do ecossistema.

Nesse contexto, apresentam-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) diversas iniciativas relacionadas à inovação e ao empreendedorismo junto à sua comunidade universitária, por meio dos órgãos e setores da própria universidade. A saber (PORTAL INOVAÇÃO UFRGS, 2022):

- Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC)
- Programa de Empreendedorismo da SEDETEC
- Zenit – Parque Científico e Tecnológico
- Rede de Incubadoras Tecnológicas (Reintec)
- Pró-Reitoria de Pesquisa
- Pró-Reitoria de Pós-Graduação
- Pró-Reitoria de Graduação
- Núcleo de Empreendedorismo Inovador
- Núcleo de Empresas Juniores (NEJ)
- NAGI – Núcleo de Apoio a Gestão de Inovação

Todavia, quando se propõe olhar o trabalho com informação especializada para o desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil é primordial efetivar ações que coloquem em destaque outras regiões do país, como o Centro-Oeste e Nordeste.

No estudo realizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e executado pela Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) (2021), o ecossistema de inovação do Distrito Federal no Centro-Oeste do país, por exemplo, embora com uma estrutura principiante, já desponta no cenário nacional. No quantitativo de *startups* por número de habitantes, a cidade se destaca em segundo lugar, sendo que em 2019 sua comunidade empreendedora, com 209 *startups* ativas, foi reconhecida como a maior do Centro Oeste. Ademais, o Distrito Federal conta com distintos projetos que buscam impulsionar seu ecossistema de inovação, como o DF inovador.

Um ecossistema de inovação no Nordeste que tem ganhado cada vez mais relevância entre investidores e poder público é o do Estado de Alagoas. Além de constar entre os maiores eventos de Tecnologia da Informação do Brasil, Alagoas conta, ainda, com uma startup de acessibilidade premiada pela Organização Nações Unidas — a Hand Talk.Alagoas (Cozer, 2020).

Diante do panorama exposto, reconhece-se na realização de uma pesquisa sobre as fontes de informação para o desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil, originalidade, relevância e pertinência. Isso porque torna-se uma valiosa oportunidade de fomentar laços e fortalecer relações existentes com o ecossistema inovador do Rio Grande do Sul, no âmbito da Biblioteconomia e das Ciências da Informação da UFRGS. Do mesmo modo, alcançar conexões com outras regiões brasileiras a partir do estabelecimento e consolidação de redes técnico-científicas que contribuam para o desenvolvimento científico e ressoem em benefícios para a sociedade em geral.

Quando se almeja a determinação de fontes de informação para o desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil, denota-se a necessidade de atenção e análise aos processos de criação, circulação, disseminação, organização, preservação, utilização e apropriação dos conhecimentos criados no ecossistema de inovação do Estado. Logo, a Biblioteconomia e as relações possíveis com os demais campos da Ciência da Informação têm a contribuir com teorias e práticas que impulsionem o ecossistema em foco.

I.2 OBJETIVOS

Ante o exposto, almeja-se como objetivo geral representar uma rede de fontes de informação para o desenvolvimento de inovações tecnológicas nos ecossistemas de inovação brasileiros, por meio dos seguintes objetivos específicos:

1. Descrever o ecossistema de inovação brasileiro;
2. mapear os indicadores de reconhecimento inovativo de uma região;
3. identificar os indicadores que necessitam ser melhorados para o fortalecimento de ecossistemas de inovação estaduais;
4. selecionar os ecossistemas de inovação estaduais a serem pesquisados primeiro;
5. conhecer as informações e fontes requeridas e necessárias no processo inovador dos ecossistemas de inovação selecionados;
6. elencar as fontes e informações de acordo com as características dos ecossistemas de inovação selecionados, e com os indicadores de reconhecimento inovativo de uma região.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracteriza-se a pesquisa do projeto em execução como aplicada, qualitativa, exploratória e descritiva, por meio de procedimentos bibliográficos com a utilização de buscas sistemáticas para revisão integrativa e de estudo de caso com a coleta de dados empíricos por meio de análise documental e questionário. A operacionalização dos dados oriundos de diversas fontes ocorrerá por meio da estratégia de triangulação.

A problemática que confere a natureza aplicada à pesquisa está relacionada em como determinar fontes e informações que impulsionem o desenvolvimento de inovações tecnológicas em ecossistemas estaduais, onde uma análise pode levar a resultados a serem empregados por todos envolvidos em uma dada região, correspondente com suas singularidades e necessidades.

Em relação à abordagem do problema, utiliza-se o método qualitativo, pois de acordo Minayo (2010, p. 57) é o método "[...] que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem".

Quanto à natureza do objeto, é exploratória devido a se propor à identificação de um alicerce teórico para a análise das fontes de informação, com vistas a constituir um suporte de auxílio ao fomento e sustentabilidade de ecossistemas de inovação estaduais. Descritiva quando se busca a caracterização das fontes e tipologias das informações utilizadas pelos atores dos ecossistemas para a realização de suas atividades em conformidade com indicadores de reconhecimento inovativo de uma região.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo integrativa, com estudo de caso. Bibliográfica porque considera-se um conjunto de estudos publicados, com vistas a constituir uma fundamentação conceitual e teórica para desenvolvimento da pesquisa e contribuir com a literatura.

Estudo de caso devido à análise minuciosa de uma circunstância específica, a qual, por intermédio de um estudo aprofundado, torna-se possível adquirir conhecimentos sobre o fenômeno “fontes de informações”, pertinentes em um ecossistema de inovação. Yin (2015) define o estudo de caso como uma investigação empírica que investiga um fenômeno atual (o “caso”) em seu contexto, que pode ocorrer em um ou mais casos específicos.

Segundo Quimelli (2009), em um estudo de caso a pesquisadora deverá identificar as diversas características do fenômeno. Dessa forma, diferentes métodos podem ser utilizados para a coleta e análise dos dados. No projeto de pesquisa, considera-se os ecossistemas de inovação estaduais estudo de casos múltiplos, uma vez que se buscará inicialmente coletar e analisar dados de três ecossistemas.

Como estratégia de integração e análise dos dados obtidos nas diversas fontes de dados e informações, será utilizada a triangulação, pois essa se apoia em métodos científicos validados, adaptando-se e atendendo às demandas específicas, embasado em uma abordagem interdisciplinar (Minayo, 2010).

3 RESULTADOS ESPERADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da concretização do projeto de pesquisa descrito, espera-se obter:

- Descrição do ecossistema de inovação brasileiro, e por especificidade regional.
- Relação de indicadores a serem fortalecidos para reconhecimento nacional e internacional de um ecossistema de inovação.
- Rol de indicadores de reconhecimento inovativo de uma região, citados com mais frequência na literatura científica e documentação técnica nacional e internacional.
- Listagem de informações e fontes requeridas e necessárias no processo inovador dos ecossistemas de inovação pesquisados.
- Compartilhamento/Divulgação do conhecimento científico e técnico em atividades de ensino e extensão.
- Representação do ecossistema de informação que envolve os ecossistemas de inovação selecionados.
- Guia de fontes de informação para o desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil.
- Panorama dos serviços de informação pertinentes ao desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil.
- Lista de competências necessárias para Profissionais da Biblioteconomia e Informação atuarem em ecossistemas de inovação no Brasil.

Por esses resultados almejados, tornam-se latentes as contribuições do desenvolvimento do projeto de pesquisa “Informação especializada para o desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil”, bem como seus resultados possíveis.

REFERÊNCIAS

ADNER, Ron; KAPOOR, Rahul. Value creation in innovation ecosystems: how the structure of technological interdependence affects firm performance in new technology generations. **Strategic management journal**, v. 31, n. 3, p. 306-333, 2010.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/smj.821>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS (ABSTARTUPS). **Mapeamento do Ecosistema Brasileiro. 2021a**. Disponível em: <https://abstartups.com.br/brasil/>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS (ABSTARTUPS). **Mapeamento do Ecosistema Brasileiro de Startups. 2021b**. Disponível em: <https://abstartups.com.br/sul/>

COZER, Carolina. Conheça o ecossistema de inovação de Alagoas. **Whow**. 18 ago. 2020. Disponível em: <https://www.whow.com.br/conheca-o-ecossistema-de-inovacao-de-alagoas/>.

FELIZOLA, Matheus; ARAGÃO, Iracema Machado de. A regionalização do ecossistema de inovação do Rio Grande do Sul. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 15, n. 3, p. 50-66, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/49545>.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 37120: sustainable cities and communities: indicators for smart cities**. 2019. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/69050.html>.

LIU, Zheng; STEPHENS, Victoria. Exploring innovation ecosystem from the perspective of sustainability: towards a conceptual framework. **Journal of open innovation: technology, market, and complexity**, v. 5, n. 3, p. 48, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2199-8531/5/3/48>.

MERCAN, Birol; GOKTAS, Din. Components of innovation ecosystems: a cross-country study. **International research journal of finance and economics**, v. 76, n. 16, p. 102-112, 2011. Disponível em: <http://blog.ub.ac.id/arifhidayat/files/2012/06/Components-of-Innovation-Ecosystems.pdf>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOORE, James Frederick. Predators and prey: a new ecology of competition. **Harvard business review**, v. 71, n. 3, p. 75-86, maio/jun. 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/James_Moore29/publication/13172133_Predators_and_Prey_A_New_Ecology_of_Competition/links/59a9ad2d0f7e9bdd114ac690/Predators-and-Prey-A-New-Ecology-of-Competition.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2016. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>.

PORTAL INOVAÇÃO UFRGS. **Sobre**.2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/inovacao/sobre/>.

QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. Considerações sobre o estudo de caso na pesquisa qualitativa. In: Bourguignon, Jussara Ayres (Org.). **Pesquisa Social**: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. p. 63-84. Disponível em: <http://www.todapalavraeditora.com.br/shared/arquivos/8cdecaa63e.pdf#page=64>.

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (SICT). Mapeamento. 2022a. Disponível em: <https://www.inova.rs.gov.br/mapeamento>.

SENA, Priscila Machado Borges. **Fontes de informação no ecossistema de startups de Florianópolis**. 2020. 323 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216029>.

SOFTEX. **Estudo sobre o Ecossistema de Inovação do Distrito Federal e RIDE**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://dfinovador.org.br/estudoecossistemadeinovacao/>.

STARTUPBLINK. **Global Startup Ecosystem Index 2023**. Disponível em: <https://www.startupblink.com/>.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Priscila Machado Borges Sena

Porto Alegre, RS
Universidade Federal de Porto Alegre (UFRGS)
E-mail: priscila.sena@ufrgs.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5612-4315>

Doutora e Mestra em Ciência Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Mato Grosso/Rondonópolis (UFMT). É Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Informação, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS). Está Pesquisadora no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC) e; Diretora Regional Sul (Gestão 2023-2026) na Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). Experiência na área de Ciência da Informação, com interesse voltado para os seguintes temas: fontes de informação; ecossistemas de startups e inovação; empreendedorismo; tecnologia e inovação; inovação em bibliotecas; inovação aberta; ciência aberta.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 36

COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL DA
INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS DO RIO
GRANDE DO SUL E DE SANTA CATARINA

Rafael Oda

Miriam Figueiredo Vieira da Cunha



Competências do profissional da informação nos arquivos públicos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina

Rafael Oda
Miriam Figueiredo Vieira da Cunha

Resumo:

A pesquisa analisou as competências dos profissionais da informação nos arquivos públicos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como de abordagem mista, sendo descritiva de acordo com os seus objetivos e bibliográfica, documental e estudo de caso conforme os procedimentos utilizados. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionário aos profissionais dos arquivos públicos dos estados pesquisados e as competências analisadas de acordo com o Euro-Referencial I-D. Os resultados indicam que as competências consideradas mais relevantes por esses profissionais foram: pesquisa e recuperação da informação; tratamento físico dos documentos; relações com os usuários; conhecimento e aplicação das leis relativas à informação; identificação e avaliação das fontes de informação; organização do espaço do arquivo e gestão dos conteúdos. Os resultados sugerem que o campo de trabalho para profissionais da informação encontra-se em expansão e que as tecnologias da informação e comunicação exigem uma gama maior de competências desses profissionais. Conclui-se que os arquivos públicos se caracterizam como uma fonte de informação essencial para a garantia de direitos fundamentais e para a transparência das ações do Estado. Em um período de retomada das políticas públicas, esvaziadas principalmente na história recente do país, é necessário que essas instituições reafirmem seu papel junto à sociedade e tenham profissionais capacitados em seu quadro funcional.

Palavras-chave: Arquivologia; Mercado de trabalho; Arquivos públicos; Arquivista; Competências.

I INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas com os avanços tecnológicos e pelo valor dado à informação colocaram em foco as discussões relativas à sociedade da informação (Werthein, 2000). Santos e Carvalho (2009) afirmam que a sociedade da informação pode ser compreendida como uma organização geopolítica ocorrida a partir da terceira revolução industrial, com influência direta no uso da informação e das tecnologias da informação e comunicação.

Nesse cenário, as ciências sociais buscam compreender essas transformações e como elas têm afetado as organizações, as relações de trabalho e o comportamento das pessoas na sociedade. É também nesse contexto que novas competências e novos perfis profissionais passaram a ser desenvolvidos. Essas mudanças acarretaram na demanda por profissionais capacitados para enfrentar os desafios da sociedade da informação. A busca por profissionais reflexivos, capazes de compreender, avaliar e atuar criticamente com relação à informação tornou-se frequente.

Em um mundo marcado pela competitividade e pela especialização das atividades, os espaços de trabalho vêm sendo ocupados por profissionais cada vez mais qualificados. Desta forma, faz-se necessário diagnosticar as competências exigidas no mercado de trabalho, tendo em vista identificar a heterogeneidade da atuação na área da informação. Essa conjuntura afeta também os profissionais que atuam em arquivos públicos, que são responsáveis pela preservação de documentos de valor histórico, artístico e cultural; por atender às demandas sociais de informação; por auxiliar na administração pública e por assegurar o cumprimento de leis e da Constituição Federal.

No âmbito da Arquivística, a necessidade de caracterizar seu ambiente de trabalho e as competências necessárias à sua atuação, está ligada também ao fortalecimento da área. As demandas por profissionais para atuarem em arquivos não são atendidas exclusivamente por profissionais e graduandos de Arquivologia. Assim, é necessário analisar os espaços de trabalho do arquivista em território nacional, tendo em vista delimitar com clareza seu campo de competência e seu espaço de atuação, informações essenciais para o sucesso da profissão (Cunha, 2009).

Conforme Moreira González e Tejada (2004) a competência profissional tem sido objeto de vários estudos com enfoque na formação e no desenvolvimento da gestão de pessoas. Os autores afirmam que os estudos sobre competências além de auxiliar no esclarecimento dos limites da profissão, também ajudam na definição do perfil do profissional da área, na

identificação de pontos fortes e fracos e na gestão dos recursos humanos, contribuindo para o diagnóstico das necessidades de determinado ambiente de trabalho.

Sendo assim, não basta tratar a informação de forma eficiente, é preciso saber transitar nesse novo cenário imposto pela sociedade da informação. Os profissionais necessitam se capacitar para a realidade, identificar as necessidades existentes e desenvolver suas competências de acordo com o mundo contemporâneo (Cunha, 2009). Essas questões levaram as universidades a adaptar os currículos de seus cursos para essa nova realidade. Conforme o Conselho Internacional de Arquivos (2011) a criação de perfis de competência pode ser feita pelas partes interessadas como sindicatos, associações profissionais e universidades.

Nas últimas décadas, tornou-se possível diagnosticar as competências profissionais da área da informação através de alguns instrumentos. Entre eles o Euro-Referencial I-D, elaborado através do projeto DECIDoc – projeto que agrupa associações europeias da área de informação. A primeira versão desse instrumento foi publicada em 1999, e em 2005, a segunda edição reestruturada e ampliada. Esse documento conta com 33 competências e tem sido utilizado por instituições de ensino superior da Europa para reformular seus currículos de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Declaração de Bolonha – documento firmado por 29 países em 19 de junho de 1999 com intuito de unificar o sistema de ensino superior da União Europeia e resultou no chamado Espaço Europeu de Ensino Superior.

Instrumentos como este apresentam limitações, entre elas o risco de obsolescência. Entretanto, as pesquisas de Marcos (2017), Oliveira *et al.* (2019) e Oliveira e Rodrigues (2020) demonstram a relevância e a pertinência desse documento para pesquisas como a realizada.

Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar as competências dos profissionais da informação que trabalham nos arquivos públicos estaduais e municipais dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Os recortes escolhidos levaram em conta a proximidade geográfica e de atuação dos pesquisadores nesses estados, bem como a importância desses profissionais para a sociedade brasileira.

2 METODOLOGIA

De acordo com sua abordagem, a pesquisa é quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa tem como foco as situações que envolvem seres humanos e as relações estabelecidas com diversos ambientes, com o objetivo de estudar a importância dos significados atribuídos pelas pessoas; enquanto a quantitativa busca traduzir em números as opiniões, ocorrências e informações. Nessa perspectiva, esse estudo levou em conta o contexto e as relações desses profissionais e quantificou as competências consideradas mais relevantes por esse grupo.

Quanto aos objetivos, é descritiva. Esse tipo de pesquisa permite identificar e descrever características da situação pesquisada. Assim, buscou-se através da aplicação de um questionário, descrever as competências dos profissionais da informação que atuam no universo pesquisado e os fenômenos relacionados com base no Euro-Referencial I-D.

Conforme os procedimentos adotados é uma pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso com aplicação de questionário. O instrumento de pesquisa foi composto por perguntas comportamentais, com utilização de linguagem simples e direta. Um pré-teste foi realizado em setembro de 2020 com um grupo de pós-graduandos em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina que atuaram previamente em arquivos.

A aplicação do questionário ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2020. Foram enviados questionários para 57 arquivos públicos e obtidas 39 respostas de 35 arquivos. Inicialmente, o instrumento de pesquisa foi planejado para ser aplicado presencialmente. Entretanto, em decorrência da pandemia de COVID-19, o instrumento foi adaptado para ser aplicado a distância através da plataforma Google Forms.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Nos estados pesquisados foram identificados 67 arquivos, localizados em 63 municípios. O contato foi possível com 57 arquivos de 53 municípios. Essa dificuldade de acesso aos arquivos decorreu tanto da desatualização das informações recuperadas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e nos levantamentos realizados pelos arquivos estaduais, quanto das limitações impostas pela pandemia. A ausência de informações fidedignas nos sites oficiais e o não retorno de e-mails demonstram como a difusão é uma dificuldade de alguns arquivos públicos municipais.

A situação observada nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ainda está longe da idealizada pela legislação vigente e pela Constituição Federal, que prevê a existência de um arquivo público em cada município. Os estados pesquisados possuem, respectivamente, 497 e 295 municípios, assim, através do levantamento realizado, observou-se que apenas 5,43% das cidades do Rio Grande do Sul e 12,2% das de Santa Catarina têm informações acerca de seus arquivos no Cadastro Nacional e nos levantamentos dos arquivos estaduais. A carência dessas informações sugere que muitos municípios não têm um arquivo público estruturado.

Ao todo foram recebidas 16 respostas de profissionais do Rio Grande do Sul e 23 de Santa Catarina. Entre os profissionais que responderam, 59% foram do Estado de Santa Catarina e 41% do Rio Grande do Sul. No que se refere aos arquivos gaúchos, 14 responderam à pesquisa; e em relação aos arquivos catarinenses, 21 deram retorno ao questionário. Quanto à esfera de competência, 35 profissionais de arquivos municipais responderam à pesquisa, o que representou 89% dos resultados; e obteve-se quatro respostas de arquivos estaduais, o que representou 11%.

As competências consideradas mais relevantes por esses profissionais foram: pesquisa e recuperação da informação; tratamento físico dos documentos; relações com os usuários; conhecimento e aplicação das leis relativas à informação; identificação e avaliação das fontes de informação; organização do espaço do arquivo e gestão dos conteúdos.

No decorrer da pesquisa constatou-se que uma das principais barreiras para o desenvolvimento do estudo foi a carência de informações atualizadas sobre os arquivos públicos municipais dos estados pesquisados. Nesse sentido, criou-se um mapa interativo através da plataforma Google Maps, de modo a mostrar a localização e informações dessas instituições, e contribuir para que mais estudos possam ser desenvolvidos sobre elas. O mapa está disponível para acesso na web através do seguinte link: <https://bit.ly/3sq8bbx>.

Além disso, identificou-se que o perfil tipo do profissional que atua nessas unidades de informação é representado por: uma pessoa do gênero feminino; tem entre 31 e 40 anos; exerce o cargo de arquivista; possui formação em arquivologia ou história, tem pós-graduação e atualiza-se constantemente

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a busca por profissionais capacitados para atuar em arquivos está ligada ao desenvolvimento da Arquivística nacional. A criação de legislações, de órgãos competentes e de cursos de formação e capacitação de profissionais, foram alguns dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento da área no país.

No que diz respeito aos arquivos públicos, a Constituição Federal, a Lei nº 8.159 de 1991 e a Lei nº 12.527 de 2011, são alguns dos dispositivos normativos que tratam sobre essas unidades de informação. Contudo, a situação das instituições arquivísticas públicas brasileiras ainda está longe da idealizada pela legislação. Para que o cenário se aproxime do previsto em lei, é preciso que mais arquivos sejam criados e que os existentes recebam recursos essenciais para o seu desenvolvimento, entre eles, recursos humanos.

O progresso dessas instituições perpassa também a universidade, que precisa ofertar uma formação consoante à realidade. Somado a isso, aos egressos cabe a busca por atualização contínua e pelo fortalecimento da área através da participação em associações, conselhos, sindicatos e eventos. A realização de pesquisas sobre essas instituições e seus profissionais também tem o potencial de revigorar e incentivar as discussões em torno dos arquivos públicos brasileiros, ampliando a compreensão sobre esse cenário e identificando pontos a serem melhorados.

No âmbito dos arquivos públicos, ainda que a importância dessas instituições seja reconhecida pela literatura especializada e pela legislação vigente, a realidade ainda é de carência de recursos e de falta de estruturação. Nesse sentido, é preciso ressaltar que a legislação estabelece que Governo Federal, estados, municípios e Distrito Federal têm a responsabilidade de criar, desenvolver e manter as instituições arquivísticas públicas através de recursos financeiros, humanos, materiais, metodológicos e tecnológicos, a fim de garantir o acesso aos documentos e à preservação da memória do país.

REFERÊNCIAS

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Shape your own archivist: developing a competency model: a guidance.** Paros: ICA, 2011.

CUNHA, M. V. da. Quem é o profissional da informação? algumas reflexões. **Revista de Sistemas de Información y Documentación**, Zaragoza, v. 3, p. 15-21, 2009. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/iberid/article/view/3717>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MARCOS, I. M. V. Num mundo em mudança, o Euro-Referencial do ECIA continua a validar as competências dos profissionais da informação?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 64-85, set./out. 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/24326/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A.; TEJADA, C. Competencias profesionales en el área de la Ciencia de la Información. In: VALENTIM, M. L. (org.). **Atuação profissional na área da informação.** São Paulo: Polis, 2004. p. 97-110.

OLIVEIRA, D. M. et al. Habilidades e competências do profissional da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2019, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2019. p. 1-8. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1077>. Acesso em: 21 fev. 2024.

OLIVEIRA, D. M.; RODRIGUES, L. S. Percepção sobre os conhecimentos, habilidades/competências e aptidões dos profissionais da informação: uma comparação de realidades. **Páginas A&B**, Porto, v. 3, p. 89-104, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/7824>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; CARVALHO, A. M. G. de. Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação & Sociedade**, Paraíba, v. 19, n. 1, p. 45-55, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1782>. Acesso em: 21 fev. 2024.

WERTHEIN, J. A Sociedade da Informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, nov. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Rafael Oda

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: rafaeloda@outlook.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7498-4757>

Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrado em Ciência da Informação — Universidade Federal de Santa Catarina (2021) e Graduação em Arquivologia — Universidade Federal de Santa Catarina (2018), com período sanduíche na Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP).



Miriam Figueiredo Vieira da Cunha

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Professora aposentada
E-mail: vieiradacunha.miriam@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9689-8403>

Trabalhou na UFSC como professora de Graduação e Pós-graduação em Ciência da Informação, de 1991 a 2018. Na Biblioteca da UNESCO, em Paris, como indexadora de documentos, de 1980 a 1981. Na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Mocambique, como professora visitante em 1983.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 37

IDENTIFICAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA NO ÂMBITO DA POLÍCIA FEDERAL

Renato Kettner Filho
Douglas Dyllon Jeronimo de Macedo



IDENTIFICAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA NO ÂMBITO DA POLÍCIA FEDERAL

Renato Kettner Filho
Douglas Dyllon Jeronimo de Macedo

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os principais pontos identificados no estudo realizado sobre a forma utilizada, no âmbito da Delegacia de Polícia Federal, quanto a uma importante atividade executada durante a investigação de crimes financeiros: a análise de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) produzidos e encaminhados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). A fim de cumprir o objetivo do trabalho, optou-se por identificar e apontar o fluxo de trabalho atualmente utilizado, bem como verificar as origens de dados consultadas durante o processo, apresentando-se então uma sugestão de (nova) metodologia, visando agilizar o processo. No âmbito dos crimes financeiros, destaca-se principalmente o delito tipificado como lavagem de dinheiro, o qual, segundo SILVA (2001, p.33), é “a expressão que passou a ser utilizada para designar o dinheiro ilícito com aparência de lícito, ou seja, o ‘dinheiro sujo’ transformado em ‘dinheiro limpo’, ou, ainda, o ‘dinheiro frio’ convertido em ‘dinheiro quente’, com a ocultação de sua verdadeira origem”. Neste sentido, foram realizados levantamentos a fim de identificar os principais repositórios de dados consultados no trabalho de análise de RIFs (públicos e restritos), identificada e sugerida uma (nova) metodologia a ser utilizada no processo (exibida em forma de fluxograma), bem como desenvolvido um software protótipo (utilizando-se para isso a linguagem de programação Python), visando automatizar parte do procedimento realizado durante o cruzamento de dados executados pelos analistas policiais. O estudo concluiu que, com a utilização de uma nova metodologia sugerida (e com o auxílio do software de automação RIBOT), pode-se obter um melhor resultado no procedimento de análise de RIFs, tanto em termos qualitativos (qualidade dos dados obtidos) como em termos quantitativos (performance).

Palavras-chave: COAF, Relatórios de Inteligência Policial, RIFs, Polícia Federal, Inteligência Financeira, Crimes Financeiros.

I INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico faz com que o atual trabalho policial sofra alterações importantes em sua forma de execução, deixando de atuar apenas ostensivamente e quando provocado, para executar tarefas ligadas cada vez mais à inteligência policial com fins preditivos. Neste sentido, a atividade policial deve, obrigatoriamente, acompanhar tais inovações e se adaptar aos novos formatos de investigação e de obtenção de dados, dando especial atenção aos levantamentos de informações ligadas à área de inteligência policial, principalmente quanto às movimentações financeiras. Porém, da mesma forma em que a tecnologia evolui - e conseqüentemente disponibiliza cada vez mais conteúdo a ser coletado e analisado durante a realização de atividades policiais -, tais procedimentos investigativos também necessitam aprimorar-se em uma velocidade compatível com o viés evolutivo, a fim de que consigam aproveitar todas as vantagens que a área tecnológica proporciona. A Polícia Federal (PF), como não poderia deixar de ser, caminha neste mesmo sentido, executando procedimentos cada vez mais focados na inteligência – com auxílio de ferramentas tecnológicas –, a fim de identificar possíveis existências de crimes ocorridos ou a ocorrer, destacando-se nesta seara as atividades de análise relacionadas à área financeira (onde há grande trânsito de valores oriundos de atividades ilícitas). Uma das ferramentas disponíveis para identificar tais tipos de delitos são os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) encaminhados à Polícia Federal pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), os quais contêm um rol de transações inicialmente identificadas como potencialmente suspeitas, seja pelo tipo de movimentação, seja pelo montante monetário envolvido. O COAF é identificado como sendo a versão nacional da Unidade Financeira de Inteligência (UIF) – unidades existentes na quase totalidade de países que visam auxiliar no combate a crimes relacionados à lavagem de dinheiro. As definições de COAF e de RIF são apresentada pelo próprio COAF (2022, p.7):

O Coaf tem como atribuição legal receber, examinar e identificar as ocorrências de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613, de 1998, que define regras a respeito da prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens. As ocorrências de atividades suspeitas de ilícitos são informadas ao Coaf pelas pessoas jurídicas e físicas relacionadas no art. 9º da referida Lei. A produção de inteligência financeira consiste em realizar a análise das informações recebidas e, se forem identificados fundados indícios de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo ou outros ilícitos, produzir Relatórios de Inteligência Financeira (RIF). Os RIF são encaminhados às 41 autoridades competentes que podem, a seu critério, abrir procedimento de investigação sobre os indícios relatados.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns dos pontos identificados na Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação que abordou um estudo sobre: a) a forma com que as atividades de interpretação e pesquisas complementares são realizadas durante as atividades de análise de Relatórios de Informação Financeira (RIFs) – produzidos e encaminhados à PF pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF); b) sobre quais fontes de dados (abertas e fechadas) são utilizadas nas consultas; e c) sugerir uma (nova) metodologia de pesquisa para facilitar a realização do trabalho policial, inclusive, para isso, apresentando um software protótipo que automatize e simplifique parte do processo.

2 METODOLOGIA

Iniciando a contextualização das classificações, destaca-se que quanto à Abordagem, as pesquisas científicas podem ser classificadas em qualitativas e quantitativas. De acordo com Engel et al (2009), a pesquisa qualitativa não dá atenção somente à representatividade numérica, mas privilegia um maior estudo a fim de melhor compreender o funcionamento de determinado grupo social, sendo adotada por pesquisadores que entendem que não há um único modelo de pesquisa para todas as ciências e que, tendo em vista as especificidades encontradas, as ciências sociais demandam uma metodologia própria. No mesmo sentido, Fonseca (2002, p.20) dispõe que: Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados.

Constata-se então que a pesquisa utilizada na elaboração da Dissertação é classificada como qualitativa e quantitativa, uma vez que se debruça sobre a compreensão e obtenção de impressões referentes a um determinado grupo (no caso os envolvidos com o procedimento de análise de RIFs), bem como se utiliza de dados numéricos e objetivos a fim de ilustrar e identificar uma sugestão metodológica que melhor se adeque à análise de RIFs no âmbito da PF. A classificação quanto à natureza (finalidade) da pesquisa foi identificada como aplicada, uma vez que, com base nos dados levantados, foi possível gerar conhecimento a situações e aplicações práticas e específicas a fim de solucionar problemas do mundo real. Seguindo a exposição classificatória referente aos objetivos, a pesquisa foi definida como exploratória, uma vez que tem como uma de suas finalidades a identificação de uma melhor compreensão do problema

existente (pois inexistente uma metodologia padrão para a análise de RIFs no âmbito da PF) e a verificação de como determinado processo é atualmente realizado e como pode ser aperfeiçoado, a fim de torná-lo mais facilmente identificável, bem como apontar possíveis formas de aprimoramentos.

Na pesquisa exploratória, inicialmente foi estudado a forma mais usualmente utilizada de análise de RIFs entre os policiais federais lotados no setor de inteligência policial - através de estudos de casos e tendo em vista experiências profissionais - sendo, com base em tais dados, elaborado um fluxograma representativo de tal atividade. Feito isso, partindo-se do fluxograma criado com base nos procedimentos atualmente em uso pelos policiais federais durante a realização de análise de RIFs, foi então desenvolvido um estudo de como aprimorar tal procedimento (em termo de eficiência e de performance) e, com base nisso, construído um novo modelo de análise de RIFs, também representado através de um (novo) fluxograma, possibilitando-se assim uma análise comparativa entre os dois modelos de fluxogramas (atual e sugerido). Quanto aos procedimentos, adotou-se a classificação bibliográfica e documental, uma vez que se utilizaram fontes primárias e secundárias, de diferentes origens e formatos, bem como estudos e exposição de conceitos de Crimes Financeiros, RIF, Fluxo de Informações, Fluxograma e tópicos correlatos. A pesquisa debruçou-se sobre os textos (levantamentos e revisão) já publicados sobre o tema, sendo necessária a leitura e reflexão sobre tais assuntos, visando melhor compreender e expor os conceitos teóricos abordados no trabalho. De acordo com Andrade (2010, p.25), "a pesquisa bibliográfica é o primeiro ato em atividades acadêmicas, sendo utilizada em todos os trabalhos científicos, e obrigatória em pesquisas do tipo exploratórias, desde a delimitação do tema, passando pelo seu desenvolvimento, até sua conclusão".

Os procedimentos relativos à metodologia podem ser definidos como etapas as quais devem ser seguidas a fim de se alcançar um resultado que atenda às expectativas iniciais da proposição. A seguir, são identificados os (nove) passos realizados no trabalho de Dissertação: 1) Estudo e levantamento de Referencial Teórico; 2) Compreensão da forma atual de análise de RIFs no âmbito da PF; 3) Elaboração de fluxograma da atual forma da análise de RIFs no âmbito da PF; 4) Estudo comparativo entre sistemas atualmente utilizados na análise de RIFs (consulta e cruzamento de dados); 5) Esboço de utilização de software protótipo (denominado RIBOT) para automatização de parte da análise de RIFs no âmbito da PF; 6) Elaboração de sugestão de nova metodologia para a realização de

análise de RIFs no âmbito da PF; 7) Elaboração de sugestão de novo fluxograma; 8) Desenvolvimento de software protótipo (denominado RIBOT) para automatização de parte do processo de análise de RIFs; 9) Estudo de Caso no âmbito da Delegacia de Polícia Federal em Santo Ângelo/RS.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Com a finalidade de avaliar a utilização da nova metodologia sugerida, bem como testar as funcionalidade dos software protótipo RIBOT (bem como sua eficiência), foram executados testes com arquivos de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) já em posse do Núcleo de Análise da Delegacia de Polícia Federal de Santo Ângelo/RS.

Assim, realizou-se um estudo comparativo visando avaliar os documentos produzidos pelo sistema RIBOT. Com base nos resultados obtidos, pode-se concluir que a ferramenta software protótipo RIBOT possui um poder de processamento que proporciona principalmente ganhos de performance na automatização da análise de RIFs no tocante ao que se propõe, tendo real potencial para ser utilizada como uma ferramenta inicial (ou final) da análise dos RIFs, a fim de pontuar, desde cedo, focos de atenção que muitas vezes demoram a ser identificados pelo policial analista de forma manual, como por exemplo incompatibilidades entre fontes de rendimentos e movimentações bancárias, situações empresariais, relacionamentos familiares e envolvimento com atividades delituosas anteriores.

Abaixo, expõe-se um print da tela de Dashboards apresentados pelo software protótipo RIBOT, onde são elencados os principais pontos focais suspeitos localizados nos arquivos RIFs:

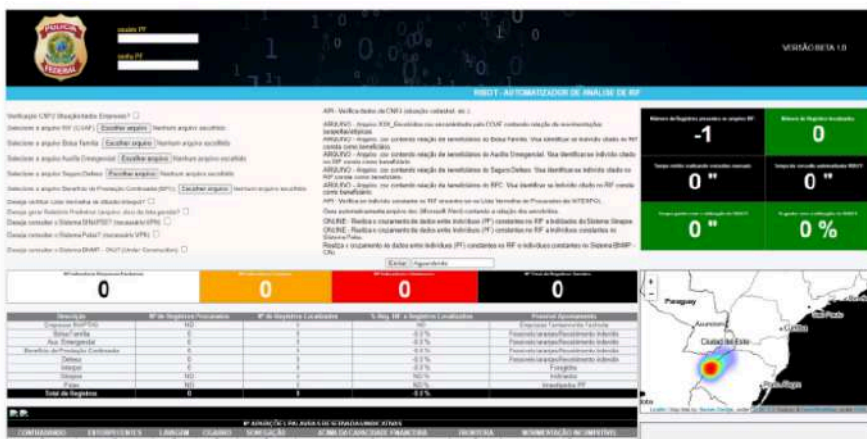


Imagem 1 - Tela do Sistema RIBOT

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente resumo tem por finalidade apresentar de forma resumida os procedimentos realizados em trabalho de Dissertação a qual teve por objetivo o estudo da forma com que a análise de RIFs usualmente era realizada no âmbito da Polícia Federal e, com base em tal identificação, desenvolver e sugerir uma (nova) metodologia específica a fim de aprimorar tal procedimento. Assim, foram levantadas informações e, com base em tais dados, elaborado um fluxo da forma de análise de RIFs utilizada no âmbito da Polícia Federal, bem como apresentada uma nova sugestão metodológica (e respectivo fluxograma). Para isso, foram realizados estudos sobre sistemas utilizados no cruzamento de dados de investigados citados em documentos emanados pelo COAF (RIFs) e, de acordo com o identificado na metodologia sugerida, optou-se por desenvolver um software protótipo (denominado RIBOT) na linguagem Python, que pudesse otimizar parte do procedimento manual até então executado. Durante o procedimento de levantamento de dados e identificação da forma atual de análise de RIFs e elaboração de Informações Policiais, verificaram-se algumas dificuldades, como por exemplo o (ainda) não expressivo número de servidores envolvidos diretamente com tal procedimento, bem como a falta de documentações formalizadas sobre o processo.

Assim, após o desenvolvimento do Sistema RIBOT e a aplicação de suas funcionalidades aos dados encaminhados pelo COAF, constataram-se resultados significativos no tocante à performance (aproximadamente 3000% de ganhos) e à automatização de parte do procedimento de análise de RIFs, quando comparado à forma de análise manual.

Outrossim, entende-se que os objetivos iniciais propostos para a elaboração do trabalho de Dissertação foram concluídos com êxito, quais sejam, o estudo da forma com que a análise de RIFs é realizada no âmbito da Polícia Federal, a identificação e proposta de uma (nova) metodologia a ser utilizada em tais procedimentos, bem como o desenvolvimento e apresentação de um software protótipo (denominado RIBOT) que automatizou parte do procedimento, propiciando ainda ganho de performance, simplificação e certa padronização à análise, indiferente do policial que a realiza. Logo, entende-se que os estudos realizados satisfizeram os requisitos procedimentais que o trabalho de Dissertação estabeleceu, bem como foram entregues os resultados de acordo com o que foi inicialmente proposto.

Ressalta-se ainda que, apesar da relevância para o trabalho policial, o autor considera que o estudo desenvolvido na Dissertação trata-se de um trabalho ainda inicial, que possibilitou a identificação e exploração de trabalhos futuros, como por exemplo: a) implementações técnicas no software protótipo RIBOT, com a finalidade de deixá-lo ainda mais rápido e preciso (inclusive com a adição de inteligência artificial); b) criação de grupo de trabalho a fim de trocar experiências e estudar possibilidades de melhorias no processo de análise de RIFs; e c) ajustes, melhorias contínuas e difusão de uma sugestão de metodologia de análise de RIFs em âmbito nacional.

Por fim, destaca-se que a elaboração dos trabalhos previstos acima elencados encontram-se atualmente (2024) em fase de desenvolvimento e execução, sendo que para isso, foi criado um projeto específico na Superintendencia da Policia Federal do Rio Grande do Sul, com servidores dedicados a tal finalidade e com atribuições específicas tanto na parte de gerenciamento do projeto com na área de desenvolvimento de software, sendo que a entrega da primeira fase do projeto está prevista para o segundo semestre de 2024.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

COAF (2022) Site – **O que faz o COAF?** <https://www.gov.br/coaf/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/publicacoes-do-coaf-1/o-que-faz-o-coaf-2022-01-24-publicado.pdf>. Acesso em 10/05/2022.

ENGEL, Tatiana e SILVEIRA, Denise Tolfo. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Métodos de Pesquisa – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

SILVA, Cesar Antonio (2001). **Lavagem de dinheiro, uma nova perspectiva penal.** Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Renato Kettner Filho

Santo Ângelo/RS,
RIT - Rochester Institute of Technology - Dubai
E-mail: uriadm@gmail.com;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2718-5020>

Bacharel em Administração (URI Santo Ângelo/RS), Bacharel em Ciências Contábeis (UNISUL/SC), Pós Graduação em Finanças Empresarias e Controladoria (URI Santo Ângelo/RS), Mestre em Políticas Públicas (UNIPAMPAR/RS), Mestre em Ciência da Informação UFSC/SC). Servidor Público Federal - Policial Federal.



Douglas Dyllon Jeronimo de Macedo

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: douglas.macedo@ufsc.br;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3237-4168>

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação (CIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui doutorado em Engenharia de Conhecimento pela UFSC. Durante o período do doutorado, esteve atuando como pesquisador visitante na Western University (UWO), em London (ON), no Canadá. Atua como pesquisador associado do Instituto Nacional de Convergência Digital (INCoD), atuando no Laboratório de Telemedicina (LabTelemed). Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPGCC/UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC), onde atua como pesquisador e orientador de alunos de mestrado e doutorado. É coordenador do Laboratório de Engenharia e Ciência de Dados (LECID/UFSC), onde com seu grupo, desenvolve pesquisas e projetos em vertentes científicas e tecnológicas. O Prof. Douglas tem experiência na área de projetos, atuando como coordenador, colaborador e avaliador de projetos financiados, por agências de fomento nacionais e internacionais ou pela iniciativa privada. Ainda, atua como revisor de periódicos e faz parte de comitês de programa de conferências, em âmbito nacional e internacional. No passado, atuou como Professor Adjunto do Departamento de Computação (DCOMP) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde também desempenhou papel de Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento de Telemedicina e Telessaúde da UFSC. Ainda no passado, foi professor efetivo do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), onde atuou no Campus Garopaba. Prof. Douglas tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Redes de Computadores, Bancos de Dados Não-Convencionais, Sistemas Distribuídos e Informática Médica. Especificamente, atua nas seguintes temáticas: Armazenamento de Dados, Ambientes Distribuídos (Cluster, Grid, Cloud, Fog, Edge e Dew), Internet das Coisas (IoT), Engenharia de Dados e Computação Aplicada à Saúde.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 38

A CONCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO E BIBLIOTECÁRIOS EM RELAÇÃO À
LEI 12.244 DE MAIO DE 2010

Rita de Cássia Barcellos
Marli Dias de Souza Pinto



A concepção dos profissionais da educação e bibliotecários em relação à Lei 12.244 de maio de 2010

Rita de Cássia Barcellos
Marli Dias de Souza Pinto

Resumo:

Esse estudo investigou as perspectivas dos profissionais da educação e dos bibliotecários sobre a Lei 12.244/2010. A maioria dos educadores entrevistados teve formação em pedagogia. Parte significativa com especialização. Quanto aos bibliotecários, a maior parte graduou-se pela Universidade Federal de Santa Catarina Com titulação em Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares. O tempo de trabalho está entre 6 e 10 anos. Como resultado, emergiu que a biblioteca, no processo de ensino-aprendizagem, possui um papel importante como apoio, ferramenta e auxílio no processo para o aprimoramento e busca de conhecimentos. Sendo essencial para o letramento, o acesso ao livro e a pesquisa, pois estimula a leitura e auxilia na formação de leitores. Os investigados compactuam com o potencial de parcerias em relação à interação da biblioteca com a comunidade; mesmo que tiveram relativa experiências. Demonstraram familiaridade com a Lei, o processo de sua adoção e implementação. Surgiu argumentos de que a biblioteca escolar possui atributos, funções e objetivos significativamente pertinentes à educação. Definiram as competências do bibliotecário escolar como um conjunto de habilidades emocionais e de comprometimento profissional.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar; Lei 12.244/2010; Lei da Universalização das Bibliotecas; Bibliotecário; Profissional da Educação.

I INTRODUÇÃO

A sociedade do conhecimento provocou transformações irreversíveis – que foram e continuam sendo incorporadas por instituições – na vida das pessoas que querem sobreviver nessa comunidade global.

Em todas as relações que envolvem pessoas, é fato que a tecnologia passa a ser referência para o mundo social. Na essência, houve um crescimento das informações cuja democratização é assegurada por meio das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

No Brasil, o acesso às informações é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no art. 5º como um dos direitos e garantias individuais básicas, configurando um direito de todo cidadão brasileiro. Destarte, a Universalização das Bibliotecas compactua com esse movimento, sendo determinada pela Lei 12.244 de março de 2010, a qual define em suas linhas a obrigatoriedade da existência de bibliotecas escolares e do profissional habilitado em todos os estabelecimentos de ensino até o ano de 2020 (Brasil, 2010).

A existência da biblioteca escolar cria as condições básicas para que o indivíduo constitua seu direito ao acesso à informação, por meio do capital de conhecimento acumulado ao longo da história, ao promover o acesso à cultura e incentivar à leitura para a sua comunidade escolar. Destaca-se a leitura por ser um dos principais atos para nosso entendimento enquanto cidadãos.

As publicações sobre a biblioteca escolar têm mostrado que a composição de acervos, a presença de profissional qualificado e a estrutura adequada não asseguram os objetivos de garantir o acesso informacional e a aquisição das habilidades para a leitura. Para o cumprimento desses objetivos, também é necessário o comprometimento de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da comunidade escolar, entre eles, o bibliotecário, para que o acesso informacional, o incentivo e as competências para a leitura sejam desenvolvidos.

No estado de Santa Catarina, dados do Censo Escolar de 2018 informam que 50% das instituições educacionais públicas e privadas possuem bibliotecas escolares (Qedu, 2017). Devido ao período pandêmico causada pela Covid 19, nos resultados de 2021 do Censo Escolar não houve esta pergunta específica, mas sim de como se dá o “Acesso à Internet / Equipamentos que os alunos usam para acessar a internet da escola: computadores de mesa, portáteis e tablets da escola (no laboratório de informática, biblioteca, sala de aula, etc.)”. (Brasil/Inep, 2023, p.118)

Outra observação é a significativa falta de bibliotecários nos municípios catarinenses. Um dos poucos municípios a criar o cargo de bibliotecário é Florianópolis, por volta de 1962. Em 1984 formalizam-se na esfera municipal as bibliotecas escolares (Florianópolis, 2017).

O prazo da implementação da Lei de Universalização das Bibliotecas era até 2020. Porém, pouca efetividade no período estabelecido, conforme mostram os dados institucionais de avaliação do ensino básico.

Nessa perspectiva, frente à legalidade da Lei 12.244 / 2010 surge a seguinte questão de pesquisa: como os profissionais da educação do ensino fundamental, do ensino médio e os bibliotecários percebem a adoção, a aplicação e o percurso da Lei 12.244 de maio de 2010 na rede pública de ensino em Santa Catarina?

Dado o exposto, o objetivo geral é analisar a visão dos bibliotecários e dos profissionais da educação sobre a adoção, a aplicação e o percurso da Lei 12.244 de maio de 2010. Para isto foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar o papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem dos pesquisados; b) apresentar a interação entre biblioteca e comunidade escolar na experiência profissional dos pesquisados; c) coletar discursos dos bibliotecários e profissionais da educação acerca da biblioteca escolar e da Lei 12.244; c) descrever as questões sobre biblioteca escolar, aplicação e percurso da Lei 12.244 na visão dos pesquisados.

2 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, se caracteriza por uma pesquisa exploratória e descritiva. Visa interpretar uma realidade social, pois compreende os contextos do entendimento dos significados da biblioteca escolar, tornando a abordagem do problema de caráter quali-quantitativo. Utilizou-se como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A análise de conteúdo foi realizada com base nas falas de bibliotecários, diretores ou assessores, coordenadores e professores (Bardin, 2004).

O estudo foi realizado em Blumenau /SC. Em 2017, ano da pesquisa, o município de Blumenau contava com 214 escolas públicas e privadas. (Qedu, 2017)

Conforme o Qedu (2017), com resultados tão significativos, Santa Catarina é um dos estados que detêm os maiores IDEBs. O município de Blumenau tinha como meta para a última avaliação 6,1, mas foram alcançados 6,75 na rede pública de ensino em Santa Catarina. Mesmo com dados tão relevantes, ao falarmos no número de bibliotecas e salas de leitura na rede pública de ensino de Blumenau, não temos resultados muito expressivos conforme o Censo Escolar de 2018.

A seleção para a amostragem deu-se intencionalmente a partir de critérios definidos pela pesquisadora. Assim foram selecionados para compor a amostra da pesquisa 24 participantes, distribuídos nas seguintes categorias: seis bibliotecários, seis professores, seis diretores e seis coordenadores.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, composta por perguntas fechadas e abertas direcionadas para obter informações acerca do impacto da inserção da biblioteca escolar e do bibliotecário no processo de ensino-aprendizagem perante a Lei 12.244.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

O Perfil dos profissionais da educação foram representados por diretores, professores e coordenadores. Verifica-se que o tempo de trabalho estão em maior número entre 10 e 30 anos; e os demais, com mais de 31 anos de experiência. As áreas de formação dos entrevistados são diversificadas, encontram-se em pedagogia-séries iniciais, e o restante distribuídas nas demais áreas das licenciaturas. Quanto à titulação, sobressaiu a especialização.

O Perfil dos bibliotecários constatou que o tempo de experiência está compreendido entre 6 e 10 anos. Quanto à titulação, todos graduados em Biblioteconomia e a maioria com pós-graduação em Gestão em Bibliotecas Escolares oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina.

As Categorias de Análise sobre 12.244/2010 e a Biblioteca Escolar foram baseadas nas três fases da análise de conteúdo de Bardin (2004):

A primeira fase - a pré-análise - a fase da organização. Para as entrevistas e sua organização foram seguidas as regras da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e de pertinência. (Bardin, 2004)

A segunda fase: a exploração do material - administração das técnicas sobre o corpus da pesquisa. Definida após as transcrições das entrevistas, com as perguntas norteadoras com base nos objetivos específicos. Sistematizadas em categorias e códigos:

A biblioteca escolar e o processo ensino aprendizagem. Emergiram as seguintes categorias da fala dos bibliotecários: Parceria contexto escolar; Apoio/ferramenta/auxílio/ajuda; Busca do conhecimento; e, Compromisso. Dos coordenadores da educação: Incentivo à leitura, Relevância; Complemento na leitura e acesso ao livro. Diretores: Incentivo à leitura; Pesquisa; Relevância; Complemento na leitura e acesso ao livro; Escola e comunidade; Apoio/ferramenta/auxílio/ajuda; e Busca de conhecimento.

Dos professores: Incentivo à leitura; Pesquisa; Relevância; Letramento; Complemento na leitura / acesso ao livro; Apoio/ferramenta/auxílio/ajuda; e Desenvolvimento da cidadania.

Interação da biblioteca e da comunidade escolar. Os códigos foram as seguintes: Interação; Potencialidades; Fragilidades; e, Falta de visibilidade da Biblioteca Escolar.

Conhecimento da Lei 12.244/2010 - no total dos 24 pesquisados, 37,50% diz conhecer a Lei; 33,33% desconhece; e, 29,17% conhece em parte.

Avanços da Lei 12.244 / 2010 - foram definidos os códigos: Potencialidades; Fragilidades; e, Em Parte. Para a categoria avanços da Lei, parte significativa dos entrevistados apontaram que não houve avanços.

Definição da biblioteca escolar: Conforme entendimento do que é a biblioteca escolar assim codificadas: Organização, Acervo, Função, Complemento e Lugar de acesso.

Competências do bibliotecário. Os bibliotecários citaram as seguintes competências proativo; educador; e as competências emocional, responsável, paciência, com iniciativa, comunicativo, criatividade e empatia.

Experiências. Categorias: trabalho de quem está na biblioteca escolar ou professor a fim; promoção para a leitura; lembrança escolar; experiência profissional; alegria e percepção dos alunos; e, possibilidades.

A terceira fase: tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação

Os indicadores ou inferências sobre os temas das categorias assim definidas:

O papel da biblioteca escolar no processo ensino-aprendizagem - mostra que todos os pesquisados identificaram a biblioteca como parte do processo ensino-aprendizagem. Ela tem uma função relevante e fundamental não somente em sala de aula, mas para a sua comunidade. Ela possibilita o acesso ao livro, à leitura, ao letramento, à imaginação, à pesquisa e, enfim, a busca pelo saber. O compromisso no contexto escolar é representado com o apoio, ferramenta e auxílio no processo para o aprimoramento ou para a busca dos conhecimentos. E o mais importante contribui para a formação do leitor.

Interação da biblioteca e comunidade escolar e suas possibilidades. Os entrevistados identificaram em algum momento de sua experiência que houve ou há interação ativa com as propostas da biblioteca com os alunos, professores, outros servidores e a comunidade.

Porém, no indicador *interação entre biblioteca escolar e comunidade e suas fragilidades*, mostra a sua inexistência, principalmente por parte da gestão e da comunidade onde a biblioteca está inserida. E metade das falas dos pesquisados é o indicador de que *a interação ocorre em partes*.

Conhecimento da Lei 12.244/2010 - verifica-se que os participantes reconhecem o princípio da Lei: de todas as escolas ter a biblioteca escolar com o profissional qualificado. Apontam que já ouviram falar da Lei, reconhecem que deve ter a biblioteca escolar ou o bibliotecário, ou referem-se a outro tipo biblioteca, determinando a categoria conhece em parte a Lei 12.244.

Percursos e avanços da Lei 12.244/2010 - mostra a potencialidade da Lei no que diz respeito em vincular uma possibilidade em ter mais literatura infantil, tanto em números de obras como para o fomento desta para as crianças; e não mais uma biblioteca escolar constituída de livros didáticos, bem como do reconhecimento da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem. As fragilidades manifestadas salientam as precariedades da Lei de não ter acarretado mudanças positivas para a biblioteca escolar.

A categoria avanço da Lei 12.244/2010 ocorreu em partes, na fala dos pesquisados representa uma mudança sutil, ocasionada pela indiferença da gestão política ou gestora da unidade escolar.

O entendimento de biblioteca escolar pelo grupo dos bibliotecários deu-se a categoria: definição de biblioteca escolar compreende um conjunto de características, funções e objetivos. A biblioteca consiste num lugar e espaço com conjunto de funções ao trato dos objetivos escolares. E como sendo a primeira oportunidade da pessoa ao acesso ao livro e ao conhecimento. Necessita de uma organização de acervo e serviços diferenciados; para atender a comunidade, aos objetivos e ao plano pedagógico da escola; como apoio e complemento do ensino de sala de aula.

Competências do bibliotecário - É um conjunto de habilidades emocionais e de comprometimento profissional, que demonstra uma série de características pessoais, profissionais envolvidas por habilidades emocionais e de empatia para a atuação do bibliotecário escolar. Há ainda o que foge de qualquer competência, o de “se sentir educador”. As competências envolvem habilidades emocionais de empatia e paciência, além de capacidade de comunicação, proatividade e responsabilidade.

Experiências profissionais e pessoais com a biblioteca escolar - muitas ações que envolvem a biblioteca escolar estão atreladas à relevância do profissional que se identifica este espaço, propondo atividades inovadoras de incentivo à leitura e o despertar do gosto pelos livros. Além disso, de perceber como lugar de desafio profissional e ver como resultado dos trabalhos bem desenvolvidos o despertar dos alunos para o livro e a leitura. Foram sugeridas recordações de quando os pesquisados eram escolares, de como a biblioteca despertou o interesse deles e era um local com inúmeras possibilidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi emergir questões sobre a Lei 12.244 de maio de 2010, conhecida como a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares. Pioneiramente foi em 1929, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático, primeira ação no sentido de subsidiar o processo ensino-aprendizagem. Entre vindas e idas, com programas pautados no livro e, na prática da leitura, foi sancionada pelos órgãos oficiais à Lei 12.244/2010, específica para a biblioteca escolar.

Para dar consistência teórica sobre o tema biblioteca escolar, resgatou-se a sua historicidade, definições, características, objetivos, funções, o desempenho escolar e a perspectiva da realidade brasileira.

Evidencia-se que o objetivo geral e os objetivos específicos delineados, foram atendidos por meio da abordagem qualitativa com a análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2004). A composição dos pesquisados caracterizou pelo grupo dos profissionais da educação, formado pelos diretores, coordenadores e professores com mais de dez anos de experiência na educação na rede pública municipal e estadual; e pelos bibliotecários.

Quanto à graduação dos profissionais da educação, foi apontada formação em pedagogia em anos iniciais com maior incidência. Em relação à titulação, os profissionais da educação apresentam um percentual significativo de especializações.

A maioria dos bibliotecários graduou em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina; quanto ao tempo de trabalho varia entre 6 e 10 anos, com especialização em Gestão de Biblioteca Escolar.

Para análise de conteúdo as entrevistas foram transcritas e organizadas visando buscar as categorias de análise para posteriormente, fazer a inferência e a interpretação, relacionando-as com a fundamentação teórica.

Com relação ao objetivo específico (a) “identificar a biblioteca escolar é relevante no processo ensino-aprendizagem” foram indicadas pelos pesquisados que a biblioteca escolar tem um papel importante para o processo ensino-aprendizagem, a escola e a sua comunidade. O compromisso no contexto escolar é representado com o apoio, ferramenta e auxílio no processo para o aprimoramento ou para a busca dos conhecimentos. A biblioteca escolar é essencial para o letramento, a leitura, o acesso ao livro e a pesquisa, estimulando a leitura e auxiliando na formação do leitor.

O objetivo específico (b) “apresentar a interação entre biblioteca e comunidade escolar na experiência profissional dos pesquisados” alguns entrevistados compactuam pela potencialidade destas parcerias. Ao contrário, da grande maioria dos entrevistados não tiveram essa vivência ou tiveram em partes, ou consideravam a interação a partir da perspectiva de quem faz as ações da biblioteca com o envolvimento dos alunos e professores; o que não configura a interação.

Por fim, objetivo (c) “descrever as questões sobre biblioteca escolar, adoção, aplicação e percurso da Lei 12.244 para os pesquisados” demonstrou o conhecimento da Lei atribuindo as necessidades de as escolas terem o espaço da biblioteca escolar e o profissional bibliotecário. Ao contrário, não possui o conhecimento da lei e tão pouco sobre o que regula. E ainda a reconhecem em partes quando menciona sobre o que garante a lei: que toda escola tem que ter um bibliotecário para cuidar da biblioteca; ou a garantia da literatura infanto-juvenil; de abrir as bibliotecas para as comunidades; deixá-las sistematizadas; de possibilitar uma situação de igualdade em todo o Brasil quanto ao acesso de literatura de qualidade.

Sobre ainda aplicação da Lei perceberam o avanço significativo com relação a ter mais literatura e de qualidade. Outros percebem uma mudança sensível e sutil, há mais ações de leitura para as crianças, mas com pouco recebimento de livros. Aumento dos cursos de graduação à distância em Biblioteconomia. Também, foi atribuída a dificuldade de aplicação da Lei devido à falta de consciência da importância do espaço da biblioteca.

A definição de biblioteca escolar é composta por um conjunto de características, funções e objetivos. Isso significa que é um lugar, um espaço com a finalidade de ensinar, com um acervo, uma organização e serviços diferenciados; para atender à comunidade, aos objetivos e ao plano pedagógico da escola; como apoio e complemento do ensino de sala de aula. Essa é uma das primeiras chances de adquirir e aprimorar o saber.

A questão, para os bibliotecários sobre competências do bibliotecário escolar apontou em suas respostas que são um conjunto de habilidades emocionais e de comprometimento profissional, ele deve fazer parte da educação, se sentir um educador. As competências envolvem habilidades emocionais de empatia e paciência; ser comunicativo, ser proativo e responsável.

Ao finalizar, a questão sobre “experiências profissionais e pessoais com a biblioteca escolar” é possível observar a satisfação e alegria dos estudantes ao se relacionarem com a biblioteca escolar, bem como as iniciativas que incentivaram a leitura e incentivaram o leitor. Considerando como um espaço de possibilidades, onde tudo depende de quem se identifica com o espaço da biblioteca escolar. As recordações do período escolar com a biblioteca são revisitadas com um tom emocional.

A pesquisa qualitativa, com as entrevistas, trouxe algumas reflexões subjacentes que devem ser registradas. À primeira vista parece que a biblioteca escolar é o personagem principal de um conto, romantizado por quem nela acredita, dentro do ideal coração da escola. No entanto, ela permanece inserida em um ambiente escolar com crostas pedagógicas, como se fosse uma bengala pedagógica.

Na história, houve casos de êxito com a biblioteca escolar, assim como com as ações de quem se identifica com ela e se compromete com a leitura. Enquanto o governo e a escola permanecerem na ponta do triângulo, sem diálogo, a biblioteca escolar continuará sobrevivendo. Haja visto que até mesmo a definição da biblioteca escolar na Lei está desassociada com a percepção dos entrevistados.

Enfim, é preciso de sintonia do Estado com as políticas públicas que convergem para à escola com o olhar para a biblioteca escolar. Trabalhar com assuntos que competem a biblioteca, com as competências profissionais e ter a clareza sobre qual leitor a instituição de ensino deseja formar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Walda de Andrade. Biblioteca e sistema de ensino. Boletim ABDF. **Nova Série**, Brasília, v. 9, n.2, p. 121-125, abr./jun. 1986.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2023**. Disponível em: <<https://download.inep.gov.br/...>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <<http://biblioinfonews.blogspot.com/2010/09/lei-n-12244-de-24-de-maio-de-2010.html>>. Acesso em: 10 out. 2010.

FLORIANÓPOLIS (SC). Secretaria Municipal de Educação. **Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias- DEBEC**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/...>>. Acesso em: 3 de dez. de 2017.

QEDU. **Censo Escolar/INEP**, 2017. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar...>>. Acesso em: 20 de set. 2018

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Rita de Cássia Barcellos

Florianópolis, SC,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: barcellos.ritinha@gmail.com
ORCID: <http://lattes.cnpq.br/1142957237949140>

Mestranda Programa Pós-Graduação (UFSC) - Mestre em Ciência da Informação (UFSC). Possui graduação em Biblioteconomia (UFSC), Licenciatura Plena Educação Física - (FURB), Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares (UFSC). Especialização em Ciência do Movimento Humano (UNIVILLE), Especialização em andamento em Educação Especial. Atuo na gestão de bibliotecas públicas escolares, formação de agentes de leitura, bibliotecária da Fundação Cultural de Blumenau, na Biblioteca de Apoio, do Arquivo Histórico, fomentou projetos para o Arquivo Histórico de Blumenau. Atualmente professora do ensino fundamental.



Marli Dias de Souza Pinto

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: marli.dias@ufsc.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0483-3988>

Professora Associada do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação e dos Cursos de graduação do DPTCIn/UFSC. Doutora em Engenharia de Produção; Mestre em Administração e graduada em Biblioteconomia. Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão da Sustentabilidade (GPSCIN/Biblioteconomia) com o projeto de pesquisa Perspectivas Científicas da Ciência da Informação na pauta do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Orienta mestrado, doutorado e supervisiona pós doutorado. Ministra disciplinas nas temáticas: Desenvolvimento Sustentável; 17 Objetivos do Desenvolvimento de Sustentabilidade da Agenda 2030 na perspectiva IFLA/FEAB. Sustentabilidade Informacional. Marketing da Informação. Estudos de Usuários. Gestão do Conhecimento. Sustentabilidade em Unidades de Informação, Formação e Desenvolvimento de Coleções. Gestão de Pessoas.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 39

FLUXOGRAMA COMO SUBSÍDIO À TOMADA DE
DECISÃO PARA SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO EM
MISSÃO CRÍTICA: ESTUDO DE CASO APLICADO
NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

Robson Negrão Fonseca
Ana Clara Cândido



Fluxograma como subsídio à tomada de decisão para sistemas de comunicação em missão crítica: estudo de caso aplicado na segurança pública brasileira

Robson Negrão Fonseca
Ana Clara Cândido

Resumo:

Informação e comunicação tornaram-se áreas centrais no contexto organizacional de instituições públicas e privadas, a difusão do conhecimento situacional em tempo real é fundamental para a tomada de decisão em ambientes complexos. Nestes termos, as ferramentas de comunicação crítica apresentam-se como item essencial no combate à criminalidade. Em virtude disso e da célere evolução tecnológica há avanços tanto das expectativas das comunidades quanto das proposições de inovações. As ferramentas de tecnologia da informação e comunicação oportunizam a criação de ecossistemas integrados que podem contribuir nas atividades de investigação e inteligência, o que fortalece a relação entre o Estado e a sociedade. Nessa ótica, busca-se identificar - sob a perspectiva da Ciência da Informação - elementos para subsidiar a construção de um fluxograma para análise dos sistemas de comunicação em missão crítica (SCMC) e possibilitar recomendações quanto a investimentos. Prospectada a partir de um estudo de caso na segurança pública brasileira, a pesquisa possui caráter exploratório e será apoiada na consulta a informações primárias e secundárias, as quais são oriundas de atividades realizadas em campo, entrevistas, análise de conteúdo, aplicação de ferramentas de gestão, estruturação de dados em painéis de Business Intelligence, questionários e na revisão da literatura existente. Este trabalho resulta em, a partir dos elementos levantados, apresentar um fluxograma baseado nas necessidades da segurança pública brasileira referente às novas perspectivas para o cenário atual da radiocomunicação digital.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Fluxograma para Tomada de Decisão; Segurança Pública, Comunicação em Missão Crítica

I INTRODUÇÃO

A harmonia entre as instituições é promovida não só pela boa comunicação, mas também pela forma com que as informações trafegam. Esta combinação é fundamental para uma eficiente gestão da informação no subsídio à tomada de decisão e na redução das incertezas tanto em organizações públicas quanto em entes privados.

A gestão da informação surge a partir da compreensão de que a informação é protagonista dentro das instituições e passa a ser utilizada como instrumento para a tomada de decisão. Por meio do gerenciamento dos recursos informacionais pode-se subsidiar várias atividades para a melhoria contínua do negócio da organização. Quando se institui fluxos organizacionais adequados e mapeia-se corretamente o conjunto: dados, informações e conhecimento, colabora-se para o crescimento da inteligência competitiva organizacional (VALENTIM, 2002).

No campo prático e em contradição a estas boas práticas, revela-se o cenário das redes de radiocomunicação em missão crítica no Brasil, as quais possuem sérios problemas nas mais diversas áreas. Entende-se por comunicação crítica como todo sistema autônomo e independente de telecomunicações via rádio ou dispositivos híbridos, o qual estará disponível para comunicação das forças de segurança e defesa em caso de calamidades, crises, atentados e situações que envolvam pânico. Tal rede possui requisitos específicos que garantem a confidencialidade e a segurança no tráfego das informações.

Sabe-se que as condições relacionadas a aquisições e implementações de SCMC, no cenário atual brasileiro, são adversas. A existência de disputas comerciais quanto ao que tipo de tecnologia é mais adequada e/ou vantajosa para uso por parte das forças de segurança levanta dúvidas e incertezas que necessitam de esclarecimentos. A ausência de integração entre as forças e a forte influência por parte das empresas fabricantes, na visão de especialistas do ramo, corroboraram para a realização de múltiplos investimentos e sobreposições destes tipos de sistemas em todo o Brasil.

Até o presente trabalho não se tinha conhecimento acerca de parâmetros e processos claros relacionados à análise de escolha desta ferramenta por parte dos órgãos subordinados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). As consultas formais às instituições e as entrevistas realizadas neste trabalho obtiveram informações de que não há instruções normativas, processos e/ou metodologia para este tipo de contratação e por conta disso cada força de segurança busca desenvolver projetos e resolver a ausência desta solução ao seu modo.

Nos repositórios científicos Science Direct, Scielo, Web of Science e Scopus, poucos estudos foram produzidos sobre o assunto e não se encontrou pesquisas que proporcionem clareza quanto aos aspectos a serem avaliados para subsidiar a escolha de investimentos em SCMC. A tomada de decisão nestes processos é realizada por gestores que, geralmente, não possuem conhecimento técnico sobre o assunto e para isto dispõem de pouca informação e fundamentação insuficiente para subsidiar a decisão a ser tomada.

1. OBJETIVOS

A pesquisa em tela está segmentada em objetivo geral e objetivos específicos, os quais são relacionados a seguir.

1.2 OBJETIVO GERAL

Propor um fluxograma para subsidiar a tomada de decisão quanto aos investimentos em sistemas de comunicação em missão crítica (SCMC) em um órgão de segurança pública do Brasil.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o objetivo geral apresentado, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as relações e convergências existentes entre o campo teórico da Ciência da Informação e os Sistemas de Comunicação em Missão Crítica;
- b) Realizar um diagnóstico organizacional e mapeamento do cenário nacional referente às percepções dos SCMC;
- c) Comparar as características técnicas, financeiras e de abrangência dos sistemas de rádios utilizados na segurança pública brasileira;
- d) Aplicar avaliações em campo sobre o desempenho das funcionalidades técnicas de equipamentos e sistemas das principais redes de comunicação em missão crítica utilizadas no Brasil;
- e) Revalidar o fluxograma a ser proposto sob a ótica de especialistas da radiocomunicação.

1.4 JUSTIFICATIVA

As ferramentas de telecomunicações são consideradas como a “linha da vida” que conecta os agentes de segurança, em especial o rádio de missão crítica que é de vital importância nas atividades que envolvem ações policiais em ambientes hostis, os quais visam à preservação da ordem e a proteção dos cidadãos em situações mais complexas.

Considera-se que esta ferramenta apoia o efetivo exercício e emprego do poder informacional pelo Estado, o que oportuniza a criação de ecossistemas integrados que podem contribuir nas atividades de investigação e inteligência, auxiliando na coleta de provas por meio da captação de imagens e áudio, na coordenação de equipes no teatro de operações e na integração de bases e viaturas descaracterizadas aos sistemas corporativos das instituições.

Tais aplicações podem dar acesso aos bancos de informação e retroalimentação do conhecimento gerado na investigação em tempo real entre outras possibilidades viabilizadas pela utilização dos recursos que podem ser integrados ao rádio profissional.

Nesta perspectiva, a implantação de infraestruturas e serviços que trazem suporte tecnológico para os agentes da segurança pública constituem a essência de tudo aquilo que deve ser feito por uma cidade segura. Assim, não basta que – simplesmente- interfaces sejam instaladas, precisa-se de uma melhor estratégia com plano estruturado e coordenado por órgãos centrais que tratam da segurança pública e que tem no rol de atribuições a responsabilidade legal o estabelecimento de diretrizes políticas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de natureza aplicada e com abordagem qualitativa-quantitativa. De acordo com Cerro, Bervian e Silva (2007) “na pesquisa aplicada o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos”. Na pesquisa de natureza qualitativa, propõe-se a entender a forma com que o indivíduo percebe determinado ambiente ou experiência.

Buscou-se, assim, embasar tecnicamente os elementos utilizados para construção do fluxograma, o qual foi elaborado a partir da ferramenta LucidChart, que é um aplicativo de diagramação que oferece a construção, visualização e mapeamento de processos. O resultado desta tarefa tem o potencial de atuar como referência para os SCMC e visa otimizar os custos operacionais com foco no aumento da eficiência da segurança pública.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Robson Negrão Fonseca

Florianópolis, SC,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: rmf.robson@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4204-2573>

Doutorando em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Engenharia Elétrica, com ênfase em Eletrônica e Telecomunicações, atuando principalmente nos seguintes temas: missão crítica, comunicação e telecomunicações. Atualmente é Chefe da Área de Telecomunicações e Comunicação Crítica na Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Federal. Possui 20 anos de experiência em Telecomunicações. Atuação pela Força Aérea Brasileira em Sistemas de Comunicação para Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.



Ana Clara Cândido

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: ana.candido@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1897-3946>

Doutora em Avaliação de Tecnologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional de Blumenau (2007) e Mestrado em Economia e Gestão da Inovação pela Universidade do Porto - Portugal (2010). Atuou com consultoria em processos de inovação, gestão da inovação. Membro do Grupo de Estudos em Avaliação de Tecnologia (GrEAT). Tem-se dedicado à análise da adoção de Inovação Aberta, Avaliação de Tecnologia, Inovação Disruptiva e Gestão da Inovação Tecnológica. Período pós doc (Agosto/2023-Agosto/2024) sobre as temáticas de Big Data e Inovação Aberta com período de realização na Pontifícia Universidad Católica del Perú (PUCP) e no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Desde maio de 2016 é Professora Adjunta no Departamento de Ciência da Informação (CIN) da Universidade Federal de Santa Catarina e no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PGCIN-UFSC).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 40

INTERFACES INTERDISCIPLINARES ENTRE OS
CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA E SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA

Sabrina Martins
Cezar Karpinski



Interfaces interdisciplinares entre os cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação da Universidade Federal de Santa Catarina

Sabrina Martins
Cezar Karpinski

Resumo:

A pesquisa aborda o tema a Interdisciplinaridade no escopo da Educação Superior e Formação Profissional. A partir de análise comparativa entre os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Desse modo, buscando fazer a aproximação de duas formações distintas, questionou-se se existem evidências de interfaces referentes à formação em Biblioteconomia e Sistemas de Informação, uma vez que ambos apresentam ênfase em conteúdos relacionados à informação e à tecnologia. Como objetivo geral, buscou analisar as interfaces interdisciplinares dos conteúdos formadores dos cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresenta-se como objetivos específicos: verificar as abordagens teóricas sobre interdisciplinaridade e conteúdos formadores relacionados à informação e à tecnologia; analisar aspectos interdisciplinares presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação; analisar as matrizes curriculares observando possíveis interfaces interdisciplinares entre os Cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação; apresentar uma matriz curricular com as interfaces identificadas. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, de abordagem qualiquantitativa, com procedimentos técnicos de revisão bibliográfica e análise documental. Como resultado, foi apresentado um comparativo dos conceitos teóricos de informação e tecnologia, além de um panorama da formação profissional construído com os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Quanto às matrizes curriculares, foram analisadas 172 disciplinas, sendo 101 do curso de Biblioteconomia e 71 de Sistemas de Informação, consideradas disciplinas obrigatórias, optativas e de outros departamentos. Deste universo, resultou que 29 disciplinas podem ser correlacionadas. Os resultados evidenciam ainda que a interface interdisciplinar dos cursos se dá nos aspectos da gestão da informação, do tratamento da informação e em projetos de sistemas de informação. Conclui-se que os dois cursos podem buscar apoio/cooperação um do outro, tanto na automatização de sistemas, dado pelo profissional de Sistemas de Informação, quanto nas demandas de organização/gestão por Tecnologias de Informação e Comunicação, expertise que faz parte do perfil profissional do bibliotecário.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Formação Profissional; Projeto Pedagógico do Curso; Biblioteconomia; Sistemas de Informação.

I INTRODUÇÃO

No Brasil, a formação em cursos de nível superior é a que, em tese, deve capacitar e preparar os profissionais que vão atender às novas demandas da sociedade. No entanto, o projeto pedagógico dos cursos de graduação nem sempre consegue, em tempo, dar conta de prover satisfatoriamente essa necessidade. Nesse sentido, o ponto de partida foi a compreensão de que a interdisciplinaridade se mostra como uma possibilidade complementar na formação de profissionais.

Um dos alicerces norteadores da construção do currículo do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi a Interdisciplinaridade:

A interdisciplinaridade é fundamental para que os discentes compreendam a articulação dos saberes, como fator indispensável na construção de significados em sua aprendizagem, o que exige uma interação entre docentes e suas disciplinas, num esforço conjunto de integralizar as diversas áreas de conhecimento (UFSC, 2015, p. 15).

No PPC do Curso de Sistema de Informação (SI), o caráter interdisciplinar está no “perfil profissional desejado” para o egresso que é estar apto à “interação com especialistas em outras áreas, de modo a desenvolver projetos interdisciplinares” (UFSC, 2010, p. 15).

Embora o diálogo e a interação com outras áreas do conhecimento seja uma das características epistemológicas da Ciência da Informação (CI), entende-se que esse aspecto pode ser aprofundado com pesquisas que analisem perfis profissionais específicos das áreas que compõem esse campo interdisciplinar.

A pesquisa aborda o tema da Interdisciplinaridade no escopo da Educação Superior e Formação Profissional. O tema foi desenvolvido a partir de análise comparativa entre os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação da UFSC. Desse modo, buscando fazer a aproximação de duas formações distintas, questionou-se se existem evidências de interfaces referentes à formação em Biblioteconomia e Sistemas de Informação, uma vez que ambos apresentam ênfase em conteúdos relacionados à informação e à tecnologia.

Como objetivo geral, o presente trabalho buscou analisar as interfaces interdisciplinares dos conteúdos formadores dos cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresenta-se como objetivos específicos:

- a) Verificar as abordagens teóricas sobre interdisciplinaridade e conteúdos formadores relacionados à informação e à tecnologia;
- b) Analisar aspectos interdisciplinares presentes nos projetos pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação;
- c) Analisar as matrizes curriculares observando possíveis interfaces interdisciplinares entre os Cursos de Biblioteconomia e Sistemas de Informação;
- d) Apresentar uma matriz curricular com as interfaces identificadas.

Como justificativa, a proposta é fazer uma reflexão sobre estratégias pedagógicas a partir de pesquisas acerca das possibilidades interdisciplinares para o Curso de Biblioteconomia e suas potencialidades para atender às demandas da Sociedade da Informação e das Tecnologias da Informação e Comunicação, procurando despertar o interesse de estudantes para as várias facetas desta profissão, dentro e fora das bibliotecas. O intuito motivador é o de pensar em uma interdisciplinaridade fora dos limites departamentais da universidade.

2 METODOLOGIA

Com o objetivo de facilitar a visualização das características da pesquisa, o Quadro 1 exemplifica:

Quadro 1 – Características da Pesquisa.

Natureza do Trabalho	básica
Abordagem do Problema	qualiquantitativa
Natureza do Objeto	descritiva, exploratória e documental
Procedimentos Técnicos	revisão bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para a realização desta pesquisa os objetivos específicos foram associados aos métodos utilizados. O Quadro 2 descreve os métodos utilizados para alcançar cada um dos objetivos específicos.

Quadro 2 – Procedimentos Metodológicos.

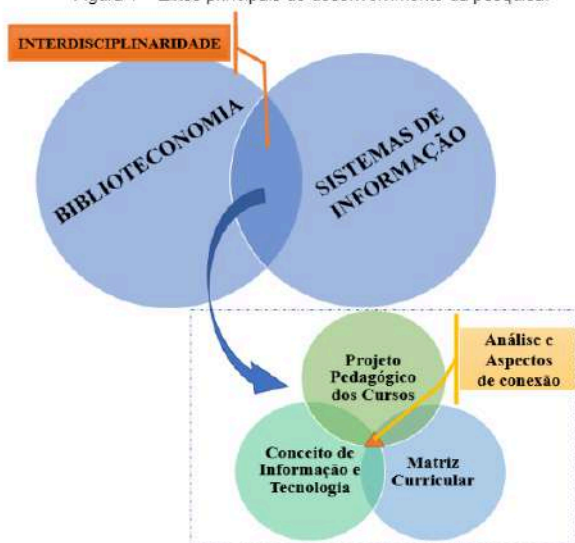
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODOS	DADOS	RESULTADOS
a) Verificar as abordagens teóricas sobre Interdisciplinaridade e conteúdos formadores relacionados à informação e à tecnologia;	Revisão Bibliográfica	Conceitos de Informação e Tecnologia	Quadro teórico comparativo
b) Analisar aspectos interdisciplinares presentes nos projetos pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia e SI;	Análise Documental	Objetivos e perfil do egresso	Panorama da formação profissional
c) Analisar as matrizes curriculares observando possíveis interfaces interdisciplinares entre os Cursos de Biblioteconomia e SI;	Análise Documental	Nome, ementa e bibliografia das disciplinas	Identificação das disciplinas com interfaces interdisciplinares
d) Apresentar uma matriz curricular com as interfaces identificadas.	Sistematização de dados	Nome, carga horária e nome dos cursos	Matriz curricular com as interfaces

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quanto à forma visual escolhida para apresentar os resultados inclui uma discussão e análise conceitual, um panorama e uma matriz.

O desenvolvimento da pesquisa deu-se por três eixos principais: Projetos Pedagógicos dos Cursos, Matriz Curricular e Conceitos de “Informação” e “Tecnologia” que passam pelos cursos em questão, como mostra a Figura 1 abaixo. As duas esferas representam o universo de cada curso, Biblioteconomia e SI, e a interconexão desses dois universos representa a interdisciplinaridade entre eles.

Figura 1 – Eixos principais do desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para encontrar essa interdisciplinaridade foram estudados os três eixos de cada curso, na busca por aspectos correlatos e conexões.

Com o resultado do levantamento bibliográfico, foram selecionados seis livros que abordam os conceitos de informação e tecnologia no âmbito teórico, conforme exposto no quadro a seguir.

Quadro 3 – Obras selecionadas a partir do levantamento bibliográfico das áreas.

Autores	Título	Assunto
BUTLER (1971)	Introdução à ciência da biblioteconomia	Biblioteconomia
SILVA E RIBEIRO (2002)	Das ciências documentais à ciência da informação	Biblioteconomia
RUSSO (2010)	Fundamentos em biblioteconomia e ciência da informação	Biblioteconomia
STAIR E REYNOLDS (2006)	Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial	Sistemas de Informação
DAVENPORT (1998)	Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação	Sistemas de Informação
MIRANDA E SIMEÃO (2005)	Informação e tecnologia: conceitos e recortes	Tecnologia da Informação

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Esses autores deram embasamento para a discussão dos conceitos de Informação e Tecnologia, apresentados no resultado da pesquisa.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Com os resultados da pesquisa pode-se concluir que, tanto para a Biblioteconomia quanto para SI, a informação é o insumo. Para o primeiro, o uso da tecnologia é facilitador do cumprimento de suas competências. Para o segundo, a tecnologia deve ser manipulada para criar soluções automatizadas e trazer praticidades para as organizações. Para cumprir seu objetivo de gestão, acesso e disseminação da informação, o Bibliotecário pode buscar apoio/cooperação no profissional de SI por meio da automação dos sistemas de organização, uma vez que este objetiva especificamente entender os processos das organizações, identificar seus problemas e propor soluções automatizadas.

Da mesma forma, o profissional de SI pode buscar apoio no bibliotecário para que possa incluir uma visão humanista ao processo. Refletir sobre o papel social e científico na facilitação de acesso à informação de qualidade e segura. E o Bibliotecário, que estuda o perfil dos usuários e o processamento de linguagem natural, pode auxiliar o profissional de SI para tornar a automatização mais personalizada.

Quanto a análise dos objetivos gerais e específicos, bem como o perfil do egresso dos Cursos de Biblioteconomia e SI da UFSC, foi possível a construção de um panorama da formação profissional, apresentado no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Panorama da Formação Profissional.

	Biblioteconomia	Sistemas de Informação
Objetivo Geral	<ul style="list-style-type: none"> • GESTÃO • DISSEMINAÇÃO • ACESSO 	<ul style="list-style-type: none"> • AUTOMAÇÃO • INFORMÁTICA
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar atividades de seleção, análise, armazenamento e difusão da informação; • Conhecer as tecnologias de informação e comunicação para uso em serviços de informação; • Gerenciar a implantação de programas de informatização em unidades de informação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar um profissional capaz de entender os processos administrativos das organizações, identificar os problemas relativos ao tratamento da informação e propor soluções automatizadas para esses problemas.
Perfil do Egresso	GESTÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Gestor de unidades de informação; • Executar procedimentos de gestão da informação em ambiente informatizado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exercer funções em nível de gerência de Centros de Informação.
	TRATAMENTO INFORMAÇÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico no tratamento da informação; • Selecionar, registrar, armazenar, recuperar e difundir a informação registrada em qualquer meio; 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na solução dos problemas de tratamento da informação nas organizações; • Dando suporte e gerenciando sistemas de tratamento automatizado de informações;
GERENCIAMENTO DE PROJETOS DE INFORMAÇÃO		

	Biblioteconomia	Sistemas de Informação
	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigir, administrar, organizar e coordenar unidades, sistemas e serviços de informação; • Formular e gerenciar projetos de informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar, executar, supervisionar e avaliar planos, projetos e sistemas de informação, como Redes, Banco de Dados e Sistemas Operacionais;

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O panorama acima mostra que o Curso de Biblioteconomia objetiva a disseminação e o acesso da informação, e o profissional de SI pode automatizar estes designios. E para contemplar esses objetivos gerais, o bibliotecário realizará atividades como a seleção, a análise, armazenamento e demais serviços de informação, e o Bacharel em SI, por sua vez, objetiva entender esses processos e criar soluções automatizadas para estas atividades. O panorama também retrata perfis que podem atuar em conjunto, desde a gestão de uma Unidade de Informação, o tratamento das informações dessa Unidade, até o gerenciamento de projetos para otimizar a atividade dessa Unidade.

E por fim, como último resultado, a matriz curricular com as interfaces identificadas. Realizando a sistematização de todas as disciplinas analisadas, dos dois currículos, temos uma carga horária de 1.620 horas aula com 21 disciplinas obrigatórias, como mostra o quadro 5:

Quadro 5 – Matriz Curricular com as interfaces identificadas.

Temática	Curso	Nome	H/a	Fase	Tipo
<i>Organização, Sistema e Métodos</i>	Biblio	Organização, Sistemas e Métodos	72	3	Ob
	SI	Organização, Sistemas e Métodos	72	3	Ob
<i>Banco de Dados</i>	Biblio	Introdução a Bancos de Dados	36	3	Ob
	SI	Bancos de Dados I	72	4	Ob
	Biblio	Bancos de Dados	36	5-8	Op
	SI	Projeto de Bancos de Dados	36	6	Ob
<i>Projeto de Sistema</i>	Biblio	Projeto de Informatização	36	4	Ob
	SI	Análise e Projeto de Sistemas	72	4	Ob
<i>Gerenciamento de Projetos</i>	Biblio	Gerenciamento de Projetos	36	5-8	Op
	SI	Gerência de Projetos	72	7	Ob

Temática	Curso	Nome	H/a	Fase	Tipo
Teoria de sistemas	Biblio	Teoria e Análise de Sistemas	36	5-8	Op
	SI	Teoria Geral de Sistemas	72	1	Ob
Sociedade da Informação	Biblio	Sociedade da Informação	36	2	Ob
	SI	Informática e Sociedade	36	6	Ob
Marketing	Biblio	Marketing da informação	36	4	Ob
	SI	Gerenciamento do Relacionamento com o Cliente	36	7-9	Op
TIC	Biblio	Introdução às TIC (Tecnologias, Informação e Comunicação)	36	1	Ob
	SI	Gestão Estratégica de Tecnologias, Informação e Comunicação	72	4	Ob
Lógica	Biblio	Recuperação da Informação	72	2	Ob
	SI	Fundamentos Matemáticos da Informática	72	1	Ob
Estatística	Biblio	Estudos Métricos da Informação	72	4	Ob
	SI	Técnicas Estatísticas de Predição	72	3	Ob
Ontologias	Biblio	Sistemas de Organização do Conhecimento	72	2	Ob
	SI	Web Semântica, Ontologias e Sistemas de Informação	72	7-9	Op
Ambiente Web	Biblio	Informação na Web	36	5-8	Op
	Biblio	Projeto e Implementação de Cenários Web	72	5-8	Op
	SI	Programação para Web	72	5	Ob
Usabilidade	Biblio	Arquitetura da Informação e Usabilidade	36	5-8	Op
	SI	Engenharia de Usabilidade	72	6	Ob

21 disciplinas obrigatórias	1260 H/A
8 disciplinas optativas	360 H/A
Totais	1620 H/A

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na análise das matrizes curriculares, foi possível observar interfaces interdisciplinares entre os Cursos de Biblioteconomia e SI, uma vez que, de um universo com 172 disciplinas, 29 delas são consideradas correlacionadas, das quais 16 disciplinas possuem bibliografia correlacionada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer a aproximação de duas formações distintas, de Biblioteconomia e SI, a pesquisa conseguiu atingir o objetivo de levantar evidências de interfaces na formação dos dois cursos, seja no estudo dos conceitos para cada área, nos objetivos dos cursos, no perfil dos egressos e nas matrizes curriculares.

Ao observar os resultados obtidos, percebe-se que a formação do Curso de SI busca resolver problemas das organizações com soluções em sistemas de informações. Esse perfil corrobora para o que pretende a Biblioteconomia em específico, que é organizar, tratar e difundir a informação dentro das organizações.

Por fim, acredita-se que a pesquisa possa contribuir para a Universidade uma reflexão sobre políticas e práticas interdisciplinares entre seus cursos de graduação. Além de contribuir com a linha de pesquisa do programa, seja com a construção da história dos dois Cursos, com os aspectos epistemológicos para cada área, ou com novas perspectivas da interdisciplinaridade no campo da Ciência da informação.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, P. **Introdução à ciência da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro : Lidaador, 1971
- DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 5. ed. São Paulo: Futura, 1998.
- MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. **Informação e tecnologia**: conceitos e recortes. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2005.
- RUSSO, M. **Fundamentos em biblioteconomia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto [Portugal]: Afrontamento, 2002.
- STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de sistemas de informação**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

UFSC. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em: BUTLER, P. Introdução à ciência da Biblioteconomia. Rio de Janeiro : Lidador, 1971

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 5. ed. São Paulo: Futura, 1998.

MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. **Informação e tecnologia**: conceitos e recortes. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2005.

RUSSO, M. **Fundamentos em biblioteconomia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto [Portugal]: Afrontamento, 2002.

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de sistemas de informação**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Cengage Learning, 2006.
. Acesso em: 28 ago. 2019.

UFSC. Centro Tecnológico. Departamento de Informática e Estatística. **Projeto pedagógico do curso de sistema de informação da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 2010.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Sabrina Martins

Florianópolis, SC,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: sabrinafoco@gmail.com,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1967-7065>

Professora substituta da Universidade do Estado de Santa Catarina, no Departamento de Biblioteconomia (2023/2025). Especialista em Conservação e Restauração de Documento em suporte de papel pela Universidade Federal de Santa Catarina (2023). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2021). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019), com especialização em organização e tratamento da informação e gestão em Unidade de Informação. Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) e Pós-Graduação em Gestão de Pessoas pela Faculdade Dom Bosco (2013).



Cezar Karpinski

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: cez.ar.karpinski@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2446-0653>

Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina onde atua nos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, e no curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Bacharel em Filosofia, mestre e doutor em História. Atuação e pesquisa na área de Ciência da Informação, nas interfaces: Informação, Memória e Patrimônio; Conservação e restauração de documentos bibliográficos e arquivísticos. Coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Conservação e Restauração de documentos em suporte de papel (UFSC) e do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (UFSC).



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

CAPÍTULO 41

ANÁLISE DO USO DA INFORMAÇÃO PARA
TOMADA DE DECISÃO GERENCIAL EM GESTÃO DE
PESSOAS: ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO
BANCÁRIA

Thais Carrier Mendonça
Gregorio Varvakis



Análise do uso da informação para tomada de decisão gerencial em gestão de pessoas: estudo em uma instituição bancária

**Thais Carrier Mendonça
Gregorio Varvakis**

Resumo:

A pesquisa explora o uso da informação para tomada de decisão em gestão de pessoas. Caracterizada como descritiva e exploratória, adotou o estudo de caso em uma instituição bancária de grande porte em Santa Catarina. Com base em uma amostra de 273 gestores, um questionário estruturado foi utilizado para abordar canais de informação, barreiras de acesso e avaliação do sistema de informação gerencial desenvolvido pela empresa. Os gestores bancários dependem fortemente de fontes internas formais, como normativos internos e intranet, para a tomada de decisões em gestão de pessoas. Barreiras significativas incluem sobrecarga informacional e falta de tempo. O sistema de informação gerencial, considerado inovador e útil, mostrava-se como ferramenta auxiliar para diminuir a sobrecarga informacional presente naquele momento.

Palavras-chave: Uso da informação; Instituição Bancária; Tomada de decisão gerencial; Gestão de Pessoas.

I INTRODUÇÃO

O setor bancário trabalha acentuadamente com dados e informações e investe fortemente em tecnologias da informação, o que torna relevante entender como os fluxos de informação ocorrem nesse contexto e como eles influenciam a tomada de decisão gerencial. A gestão de pessoas é uma área estratégica nas organizações, pois envolve o planejamento, a execução e o controle das atividades relacionadas aos recursos humanos. Nesse sentido, o uso da informação para a tomada de decisão em gestão de pessoas é um tema que merece atenção, pois pode contribuir para a melhoria da gestão empresarial e para o alcance dos objetivos organizacionais.

A pesquisa surgiu da verificação que muitas organizações desconhecem os mecanismos e estruturas do fluxo da informação e acabam por não gerenciá-las de forma eficaz. A falha na disponibilidade das informações potencializa o envio de informações incompletas e, conseqüentemente, o estabelecimento de tomadas de decisões não assertivas ou equivocadas. Nesse contexto, surgiram dúvidas relacionadas ao fluxo da informação na tomada de decisão gerencial na área de gestão de pessoas no que tange aos canais e fontes informacionais, como essas informações se tornam úteis aos usuários e quais são os atributos de qualidade relacionados às informações. Ao não se ter certeza do tipo de fontes e quais os canais os gestores se utilizam para a tomada de decisão, lacunas na gestão da informação permaneciam abertas. Assim, emergiu a pergunta de pesquisa que orientou a construção da pesquisa: Quais as fontes e canais são consultados para a tomada de decisão gerencial em gestão de pessoas. A pesquisa foi aplicada em uma instituição bancária, sendo observado também um sistema de informação específico.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o uso da informação para a tomada de decisão gerencial em gestão de pessoas em uma instituição bancária. Os objetivos específicos foram: (i) identificar os canais e fontes de informação utilizados pelos gestores de agências bancárias; (ii) identificar as principais barreiras enfrentadas na busca e acesso às informações; (iii) descrever os usos das informações do sistema de informação gerencial desenvolvido pela empresa; (iv) verificar a qualidade percebida pelos gestores em relação ao sistema de informação gerencial.

A pesquisa se fundamentou em conceitos e modelos da Ciência da Informação, tais como: uso e fluxo da informação, barreiras de acesso à informação, canais e fontes de informação, qualidade da informação e tomada de decisão gerencial. Além disso, abordou aspectos do setor bancário, como a classificação, a estrutura e o funcionamento dos bancos, bem como o papel dos gestores de agências bancárias.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se caracterizou como descritiva e exploratória e foi do tipo estudo de caso, com abordagem qualitativa. A unidade de análise foi uma instituição bancária pública, de grande porte, que atua no mercado nacional e que possui um sistema de informação gerencial voltado para a gestão de pessoas. A população da pesquisa foi composta por 1.000 gestores de agências bancárias de Santa Catarina e a amostra foi de 273 gestores, os quais responderam ao questionário on-line.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado, composto por questões fechadas e abertas, que abordaram as categorias de análise da pesquisa: canais e fontes de informação, barreiras de acesso à informação e sistema de informação gerencial. O questionário foi testado previamente com um grupo de quatro gestores e ajustes foram efetuados previamente à efetiva pesquisa. A aplicação do questionário ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2013, por meio de um link enviado por e-mail aos gestores.

A análise dos dados foi realizada por meio de técnicas estatísticas descritivas, como frequência e média das respostas fechadas e com análise de conteúdo, para as questões abertas. Os dados foram tabulados e apresentados em gráficos, tabelas e quadros, e discutidos à luz da literatura revisada.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa revelaram que os gestores de agências bancárias utilizam uma grande quantidade de informação para a tomada de decisão em gestão de pessoas, e que essa informação provém principalmente de fontes e canais internos formais, como os normativos internos, a intranet e os informativos internos. Quanto ao uso dos canais e fontes internas formais, foram evidenciados pelos gestores: normativos internos (95%, 258 apontamentos), Intranet (91%, 249 apontamentos) e Informativos internos (73%, 199 apontamentos).

As fontes e canais externos, como a internet, as revistas e os jornais, foram menos utilizados pelos gestores.

As principais barreiras de acesso à informação enfrentadas pelos gestores foram a sobrecarga informacional (67%, 184 apontamentos) e a falta de tempo (62%, 170 apontamentos), que dificultam a busca, o processamento e o uso das informações. Outras barreiras, como a linguagem, a terminologia e o material desatualizado foram pouco percebidas pelos gestores.

Foi investida a percepção dos gestores em relação ao sistema de informação gerencial desenvolvido pela empresa sendo considerado uma ferramenta inovadora e útil pelos gestores, que o utilizam para diversas finalidades, como o planejamento, o controle, a avaliação e a motivação das equipes de trabalho, assuntos relacionados à gestão de pessoas. O sistema foi avaliado pelos gestores em relação aos atributos de qualidade da informação, como a relevância, a confiabilidade, a precisão, a atualidade e a acessibilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa partiu do pressuposto de que existe, nas instituições bancárias, uma diversidade significativa de informações. Esta premissa foi confirmada quando diagnosticada a necessidade de elevada quantidade de informação para tomada de decisão, acrescidas pela nuance de que essas informações são encontradas, principalmente, em canais e fontes internas da instituição.

A pesquisa concluiu que o uso da informação para a tomada de decisão gerencial em gestão de pessoas na instituição bancária estudada é um processo complexo e dinâmico, que envolve diversos fatores, como as fontes e canais de informação, as barreiras de acesso à informação e o sistema de informação gerencial. Os gestores de agências bancárias demonstraram ter uma alta demanda por informação e uma preferência por fontes e canais internos formais, que oferecem informações padronizadas, confiáveis e atualizadas. As barreiras de acesso à informação foram mais relacionadas à quantidade do que à qualidade da informação, o que indica a necessidade de uma melhor gestão da informação na organização. A falta de tempo e a sobrecarga de informação são as principais barreiras de acesso à informação enfrentadas pelos gestores. Entretanto, ao mesmo tempo em que os gestores entendem que há sobrecarga informacional, consideram que o processo decisório precisa de muita informação. Assim, compreende-se que os tomadores de decisão precisam ter a habilidade de lidar com as informações que recebem e trabalhar no propósito de inferir e considerar apenas aquelas que lhes são necessárias.

O sistema de informação gerencial foi reconhecido como uma fonte de informação de qualidade e de apoio à tomada de decisão, que contribui para a melhoria da gestão de pessoas e para o alcance dos resultados organizacionais. O sistema, inovador para o momento de aplicação do estudo (2013), mostrava-se como ferramenta auxiliar para diminuir a sobrecarga informacional presente naquele momento.

A pesquisa trouxe contribuições teóricas e práticas para o campo da Ciência da Informação, ao abordar um tema pouco explorado na literatura, que é o uso da informação na tomada de decisão gerencial em gestão de pessoas no setor bancário. Neste contexto, conclui-se que o processo decisório é intensivo em informação e que os gestores da instituição bancária em estudo precisam de muita informação para o apoio às decisões em gestão de pessoas e estas informações são encontradas no âmbito interno da instituição bancária.

Além disso, a pesquisa ofereceu subsídios ao identificar os pontos fortes e fracos do seu fluxo informacional e do seu sistema de informação gerencial. O sistema de informação gerencial desenvolvido pela empresa adveio da necessidade de reunir, em uma ferramenta, informações que estavam dispersas em diversas fontes e canais internos. Ademais, além do sistema, os gestores relataram que utilizam outras fontes de informação para busca de informações para tomada de decisões em gestão de pessoas, como as informais, aquelas obtidas com outras pessoas, sendo essas os pares (outros gestores), superiores ou os próprios subordinados.

Os gestores utilizaram o sistema de informação gerencial para buscar o envolvimento e motivação dos funcionários desenvolvendo planos de trabalho para melhoria das práticas de gestão de pessoas nas agências. A ferramenta gerencial desenvolvida se caracterizava como uma forma diferenciada de fonte de informação, pois além de trazer informações sobre gestão de pessoas, agregava em sua funcionalidade a possibilidade de diagnosticar as equipes e equalizar os processos de gestão de pessoas das agências, comparando os resultados de uma unidade com as demais. Considera-se, assim, que é uma tecnologia de informação passível de contribuir no processo de gestão empresarial e de ser replicada em outras organizações.

A pesquisa também sugeriu recomendações para a melhoria da gestão da informação. A gestão da informação é aspecto essencial para a melhoria da gestão empresarial. O diagnóstico do uso da informação para tomada de decisão em gestão de pessoas na instituição bancária trouxe subsídios relevantes para entender como e quando as informações se tornam úteis aos usuários de informação.

Por fim, a pesquisa indicou possibilidades para futuros estudos, como a ampliação da amostra, a comparação com outras instituições bancárias, a análise de outros aspectos do uso da informação, como o comportamento, a satisfação e o impacto da informação e a aplicação de outros métodos e técnicas de pesquisa, como a observação e a entrevista.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS



Thais Carrier Mendonça

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
thais.mend@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6186-3155>

Bibliotecária, mestre em Ciência da Informação, doutorado em andamento em Ciência da Informação. Atualmente exerce atividades profissionais no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Pessoal do Ministério Público de Santa Catarina como chefe do Setor de Ensino à Distância. Possui mais de 10 anos de experiência em educação corporativa em empresas públicas, atuando na universidade corporativa do Banco do Brasil (banco público brasileiro) e no Ministério Público do estado de Santa Catarina.



Gregorio Varvakis

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
g.varvakis@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2576-4835>

Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1982) e doutorado em Manufacturing Engineering - Loughborough University of Technology (1991). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, Depto de Engenharia do Conhecimento atuando no ensino da graduação (Engenharias e Economia) e nos programas de Pósgraduação de Engenharia, gestão e mídia do conhecimento e Ciência da Informação . Tem experiência na área de Gestão, com ênfase em Gestão de Processos, Gestão do Conhecimento e Gestão de Organizações de Serviços, atuando principalmente nos seguintes temas: inovação, gestão do conhecimento, gestão de serviços, produtividade, melhoria contínua, tecnologia de informação e fluxo informacional.



Assista a apresentação sobre a pesquisa [AQUI!](#)

PESSOAS ORGANIZADORAS



SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS



Edgar Bisset Alvarez

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação (PGCIN-UFSC)

E-mail: edgar.bisset@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5388-5944>

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), com período sanduíche na Universidad de Murcia/Espanha. Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação – Universidade da Havana (2012) e Graduação em Informação Científico-Técnica e Biblioteconomia – Universidade da Havana (2007). Atua como Professor nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, do Departamento de Ciência da Informação no Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC e Editor da Revista Encontros Bibli. Foi Professor Assistente na Faculdade de Comunicação Social e Especialista Principal na Direção de Informação da Universidade da Havana, Coordenador da Rede de Bibliotecas da Universidade da Havana. Pertence à Associação Cubana de Bibliotecários (ASCUBI), também ao Grupo de Trabalho GT-8 Informação e Tecnologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).



Enrique Muriel-Torrado

Florianópolis, Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação (PGCIN) Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC), enrique.muriel@ufsc.br

ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-0969-9500>.

Graduado em Biblioteconomia e Documentação e licenciado em Documentação pela Universidade de Extremadura (2005, 2007). Possui mestrado em Documentação Digital pela Universitat Pompeu Fabra (2008) e mestrado e doutorado em Informação Científica pela Universidad de Granada (2008, 2012). Atualmente, é professor adjunto no Departamento de Ciência da Informação (CIN) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É líder do grupo de pesquisa HIT: Humanos, Tecnologia, Informação. Atua principalmente nos temas de direitos autorais, desinformação, sociedade da informação e usos da informação. Também é editor de seção da Revista Encontros Bibli e mantém um blog pessoal (www.enriquemuriel.com).

SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS



Genilson Geraldo

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: genilsongeraldo.biblio@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2433-0410>

Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Bolsista de doutorado CNPq; Especialização em Gestão de Documentos Jurídicos; Membro do Advisory Committee on Freedom of Access to Information and Freedom of Expression da IFLA (2023-2025). Membro representante da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) na 58ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável Social das Nações Unidas; Editor da Revista científica Encontros Bibli.



Edna Karina da Silva Lira

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: liraa.karina@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5543-3792>

Bibliotecária na Coordenadoria Regional de Jaraguá do Sul (SC). Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina (2022-2024). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) com período sanduíche em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra, em Portugal (2021-2022). Pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Arquivos Contemporâneos - NUPEAC - Linha de pesquisa: Mercado de Trabalho em Ciência da Informação

SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS



Laura Tuyama

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
laura.tuyama@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9687-3487>

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde desenvolve pesquisa sobre Preservação Audiovisual. Mestrado em Engenharia de Produção (1998-2000) e graduação em Jornalismo (1993-1997), ambos pela UFSC. Desde 2014 trabalha como roteirista e produtora da TV UFSC.



Rafael Oda

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: rafaeloda@outlook.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7498-4757>

Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrado em Ciência da Informação — Universidade Federal de Santa Catarina (2021) e Graduação em Arquivologia — Universidade Federal de Santa Catarina (2018), com período sanduíche na Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP).

PESSOAS REVISORAS



SOBRE AS PESSOAS REVISORAS



Camila de Azevedo Gibbon

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis, SC
camila_gibbon@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1035-1763>

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Pesquisadora membro do Grupo de Pesquisa Informação Científica: métricas e publicações (INFOCIENT). Integrante da representação discente do PGCIN/UFSC, gestão 2023-2024.



Camila de Cássia Brito

Universidade Federal do Pará
Belém - PA
Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN)
Florianópolis, SC
cb.camila@posgrad.ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2412-2366>

Doutoranda em Ciência da Informação (PGCIN - UFSC). Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA-UFPA). Especialista em Gestão de Unidades de Informação (IPGC). Bacharel em Biblioteconomia (UFPA). Membro do Grupo Universitário de Educação de Jovens e Adultos - GUEAJA do Campus Universitário de Bragança/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa Informação Científica: métricas e publicações (INFOCIENT - UFSC). Bibliotecária - Documentalista (UFPA). Integrante da Equipe Editorial da Nova Revista Amazônica do PPLSA (UFPA) na função de Editor-Gerente (Bibliotecária). Revisora da Revista Encontros Bibli (UFSC). Atuou como Coordenadora em quatro Projetos de Extensão na UFPA - Campus Soure e Campus Belém no período de 2018- 2023. Desenvolve treinamentos no Portal de Periódicos da Capes, bases de dados e outras plataformas de ensino.

SOBRE AS PESSOAS REVISORAS



Joel Gregorio Perozo Vasquez

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
ufscjoel@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1223-8927>

Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



Laurindo Virgilio Rafael

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
laurindo94rafael@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0435-2992>

Mestrando em Ciências da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PGCin) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui graduação em Letras Língua Inglesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Editor (Colaborador) da Revista Encontros Bibli.

SOBRE AS PESSOAS REVISORAS



Patrick Cunha

Florianópolis, SC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
patrick.cunha@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5300-6161>

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Administração Universitária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

APOIO:



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**



PGCin UFSC
excelência em (in)Formar

ISBN: 978-8-58328-287-7

